

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE FILOSOFIA

Por uma cultura do Estudo:

Do Canavial de Barão Geraldo à Escola de Uberlândia

por

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares

UBERLÂNDIA

2025

ALEXANDRE GUIMARÃES TADEU DE SOARES

MEMORIAL ACADÊMICO

Por uma cultura do Estudo:

Do Canavial de Barão Geraldo à Escola de Uberlândia

Memorial apresentado ao Instituto de Filosofia (IFILO), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como parte dos requisitos indispensáveis para a Promoção da Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, conforme art.3º da Portaria do MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013 e a Resolução 04/2014 de 11 de abril de 2014 do CONDIR/UFU.

UBERLÂNDIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S676p
2025 Soares, Alexandre Guimarães Tadeu de, 1971-
 Por uma cultura do Estudo [recurso eletrônico]: do Canavial de Barão
 Geraldo à Escola de Uberlândia / Alexandre Guimarães Tadeu de Soares.
 - 2025.

 Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) -
 Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em
 Filosofia.

 Modo de acesso: Internet.

 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5534>

 Inclui bibliografia.

 1. Professores universitários - Formação. 2. Filosofia. I. Universidade
 Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Filosofia. II.
 Título.

CDU: 378.124

Rejâne Maria da Silva
Bibliotecária-Documentalista – CRB6/1925

ALEXANDRE GUIMARÃES TADEU DE SOARES

MEMORIAL ACADÊMICO

Por uma cultura do Estudo:

Do Canavial de Barão Geraldo à Escola de Uberlândia

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Profa. Dra. Georgia Cristina Amitrano - UFU

Profa. Dra. Susana de Castro Amaral Vieira - UFRJ

Prof. Dr. Oswaldo Giacoia Junior - UNICAMP/PUC-PR

Prof. Dr. César Augusto Battisti – UNIOESTE

Realizo interiormente todas essas ações, no grande palácio da memória. [...] É aí que me encontro a mim mesmo, e recordo as ações que realizei, quando, onde e sob que sentimentos as pratiquei.

Confissões, Livro X, capítulo 8.

Sempre que havia discórdia entre pessoas, [Mônica] procurava, quando possível, mostrar-se conciliadora, a ponto de nada referir de uma à outra, senão o que podia levá-las a se reconciliarem.

Confissões, Livro IX, capítulo 9.

Em suas *Confissões*, Agostinho de Hipona nos mostra a dimensão maravilhosa da memória, que opera em conjunto com o nosso entendimento do mundo e com os nossos sentimentos. Ao recordar a sua vida, Agostinho refere-se à Mônica, sua mãe, com muito amor e gratidão por sua constante preocupação com ele. Reconhece também a sua virtude na conciliação das pessoas e na pacificação dos ânimos.

No meu caso, o desejo de reconhecer a preocupação de minha mãe para comigo e o seu exemplo de vida – a começar pela mesma arte da conciliação e da concórdia, da qual busco aprender todos os dias – me leva a dedicar estas minhas confissões

À minha querida mãe,
Professora Lygia Silva Guimarães

AGRADECIMENTOS

Aos **Professores Georgia Cristina Amitrano, Susana de Castro Amaral Vieira, Oswaldo Giacoia Junior e César Augusto Battisti**, agradeço imensamente pela generosidade em comporem esta banca e pela atenção dedicada ao meu Memorial.

Agradeço à **Dona Carmen Castilho** e aos **Professores Giulia Belgioioso, Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, Franklin Leopoldo e Silva, Carlos Vogt, João Quartim de Moraes, Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, Jamil Miguel, Jézio Hernani Bomfim Gutierre, Zeljko Loparic, Djalma Medeiros, Pierre Guenancia, Denis Kambouchner, Daniel Garber, Vincent Carraud, Jean-Robert Armogathe e Jean-Luc Marion**, que representam **os meus Mestres**, aos quais sou imensamente grato pela valiosa orientação.

Agradeço aos **Professores da Escola de Uberlândia**, verdadeiros companheiros de estudo na UFU, representados por: **Luciene Maria Torino, Ana Maria Said, Ana Paula de Ávila Gomide, Carla Nunes Vieira Tavares, Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, Fillipa Carneiro Silveira, Júlia Batista Castilho de Avellar, Juliana Marzinek, Lídia Maria Rodrigo, Maísa Martorano Suarez Pardo, Maria Socorro Ramos Militão, Maria Stela Marques Ochiucci, Raquel Discini de Campos, Marcio Chaves-Tannús, Rafael Cordeiro Silva, Alcino Eduardo Bonella, Amon Santos Pinho, Anselmo Tadeu Ferreira, Arlindo José de Souza, Bento Itamar Borges, Diogo Gomes Novaes, Fábio Baltazar do Nascimento Junior, Fábio Coelho da Silva, Fernando Martins Mendonça, Frederico de Souza Silva, Gilles Olivo, Hélio Ázara de Oliveira, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Igor Agostini, Igor Silva Alves, Jairo Dias Carvalho, João Bortolanza, José Benedito de Almeida Júnior, Leandro César Albuquerque de Freitas, Leonardo Ferreira Almada, Lucas**

Nogueira Borges, Luiz Carlos Santos da Silva, Luiz Marcos da Silva Filho, Marcelo Lapuente Mahl, Marcos César Seneda, Mário Alves, Olavo Calábria Pimenta, Rubens Garcia, Sertório de Amorim e Silva Neto, Stéfano Paschoal e Wojciech Starzynski.

Agradeço aos **Técnicos da Escola de Uberlândia**, que são verdadeiros colaboradores do estudo na UFU, representados por: **Marielle Nascimento, Maira Nani França Moura Goulart, Sandra Mara Bertolucci, Andréa Antônia de Castro Rodrigues, Aline Viana, Kelma Patrícia de Souza Claudia, Lília Alves de Oliveira, Renata Mascarenhas, Ciro Amaro Fernandes Nascimento, Marcos Henrique Macedo Vieira, Éricksen de Oliveira Dias, João Vitor Nascimento Dezotti, Cláudia de Fátima Costa, Giovana Sallum Seno, Lillian Karla Alexandre Freitas, Lynika Antunes Santana Manalischi, Lúcia Helena Coimbra Amaral, Maria Leticia Vieira Moura, Mirelle Gonçalves Rezende, Thayná Olicio Silva, Deiner Rodrigues de Souza, Eduardo Moraes Warpechowski, Eduardo Pereira Resende, Heber Silveira Coimbra, Henrique Alves Canuto, Leonardo Marcondes Alves, Luciano de Jesus Franqueiro e Pedro Gustavo Silva Ribeiro.**

Agradeço aos **Professores que, no Brasil ou no Exterior, colaboram com a Escola de Uberlândia** e que são valorosos companheiros de estudo de outras universidades, representados por: **Alice Serra, Ana Gabriela Colantoni, Ericka Marie Itokazu, Edwiges Morato, Ethel Rocha, Laurence Renault, Maira de Souza Borba, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, Mariana de Almeida Campos, Patrícia Maria Kauark, Ruth Hagengruber, Telma Birchall, Alfredo Gatto, Antônio Florentino Neto, Cristiano Novaes de Rezende, Daniel Omar Peres, Dominik Perler, Emmanuel Faye, Emmanuel Housset, Enéias Forlin, Érico Andrade, Fábio Amorim de Matos Júnior, François Pépin, Jean Seidengart, José Raimundo Maia Neto, Luís**

César Oliva, Luiz Alberto Cerqueira Batista, Marcelo Rangel, Pedro Falcão Pricladnitzky, Pierre Girard, Plínio Marcos Tsai, Rafael Haddock Lobo, Vladimir Chaves dos Santos e Vicente de Arruda Sampaio.

Agradeço aos **Estudantes do Núcleo de Estudos Cartesianos** e a todos os meus alunos estudiosos, representados por: **Ana Cláudia Elias Romeiro, Bianca Kelly de Souza, Hênia Laura Duarte, Lu Mariano, Suellen Caroline Teixeira, Thaís Crepaldi Watanabe, Alisson Matutino, Arthur Almeida, Artô Bastos do Nascimento, Davi Holz Alvarenga, Douglas Ferreira Lourenzo, Fábio Júlio Fernandes, João Gabriel da Veiga de Noce, João Victor Pereira Leão, Lucas Derze Marques Guerrezi, Marcelo Rosa Vieira, Marvin Estrada, Matheus de Sá Mieldazis, Serginei Vasconcelos Jerônimo e Vinicius Henrique Silva Franco.**

Agradeço aos **meus amigos e familiares** que, de algum modo, contribuíram para o meu estudo: **Júlia Martins Pinheiro, Alda Maria Almeida Cabral de Soares, Daisy Lara, Danielle Almeida Cabral Tadeu de Soares Briggs Peçanha, Dayane Silva, Jacqueline Moraes Martins, Keila Cristianne França Alves, Marcelle Anne Almeida Cabral Tadeu de Soares, Maria Helena de Jesus, Mariana Queiroz Oliveira, Priscila Neme, André Bastos Tadeu de Soares, João Lucas O'Connell, José Coutinho, Rafael Guimarães Pinheiro, Renato Torino, Ricardo Lima, Ricardo Tadeu Almeida Cabral de Soares, Vladimir Luiz de Oliveira, Wanderley da Silva Coutinho e José Paulo de Moraes Sarmento Soares.**

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. O Canavial de Barão Geraldo.....	24
2.1. A decisão pela Filosofia.....	24
2.2. A Graduação em Filosofia.....	31
3. A Antropofagia filosófica de Fausto Castilho.....	38
3.1. O filósofo: um homem de estudos.....	38
3.2. A <i>ratio studiorum</i> castilhiana.....	39
3.2.1. Antropofagia e transferência de instituições.....	39
3.2.2. O primeiro preceito do método: digerir.....	42
3.2.3. O acesso ao filosófico.....	46
3.2.4. O segundo preceito do método: expressar-se em vernáculo.....	49
3.2.5. O estatuto do filosófico.....	52
3.3. O autor Fausto Castilho.....	55
3.3.1. O conceito de Brasil.....	55
3.3.2. A Universidade Filosófica.....	61
3.3.3. A Descosmificação.....	66

4. O autor, ou melhor, o filósofo: a filosofia paratextual de Descartes.....	72
4.0. Pré-texto.....	72
4.1. Introdução.....	79
4.2. <i>Princípios da Filosofia</i>	81
4.3. <i>Meditações sobre Filosofia Primeira</i>	89
4.4. <i>Discurso do Método</i>	106
4.5. <i>Paixões da Alma</i>	111
4.6. Conclusão.....	119
 5. A Cidade Luz.....	 127
5.1. A partida.....	127
5.2. Estágios de Pós-Doutorado na França.....	129
5.3. A rede cartesiana internacional: de Paris para o mundo.....	131
5.4. O Projeto CAPES-COFECUB e sua abrangência interinstitucional.....	137
 6. O Portal do Cerrado.....	 142
6.1. O Instituto de Filosofia (IFILO).....	142
6.1.1. A Instituição.....	142

6.1.2. A Escola de Uberlândia.....	145
6.1.3. As atividades do IFILO e as Bienais Internacionais de Filosofia.....	151
6.2. As Batalhas pelos Livros.....	155
6.2.1. A Comissão de Livros da CAPES.....	155
6.2.2. A Biblioteca de Obras Raras e Acervos Especiais (BORA) da UFU.....	157
6.2.3. A Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU).....	158
6.2.4. A Coleção <i>Fausto Castilho</i> de Filosofia da Editora da UNICAMP.....	163
6.2.5. A Fundação Fausto Castilho	164
6.3. Estudos Cartesianos.....	168
6.3.1. O Núcleo de Estudos Cartesianos do IFILO.....	168
6.3.2. O Grupo de Trabalho (GT) Estudos Cartesianos da ANPOF.....	170
6.3.3. Por um Descartes não cartesiano.....	173
7. Conclusão: Por uma cultura do Estudo.....	180
8. Anexos.....	187
8.1. Página do Currículo Lattes na rede mundial de computadores.....	188
8.2. Discursos de Política-Acadêmica e outros documentos.....	189
8.2.1. Discurso em homenagem ao Professor Wagner de Mello Elias.....	190
8.2.2. Apresentação do Plano de Direção do IFILO 2011-2014.....	194

8.2.3. Apresentação do Plano de Direção do IFILO 2015-2019.....	199
8.2.4. Discurso da Abertura da I Bienal Internacional de Filosofia.....	203
8.2.5. Discurso da Abertura da II Bienal Internacional.....	212
8.2.6. Discurso do Jubileu da Graduação em Filosofia.....	217
8.2.7. Plano de Reestruturação da EDUFU.....	221
8.2.8. Discurso da Reinauguração da Livraria da EDUFU.....	228
8.2.9. Discurso proferido na Cerimônia de Atribuição do nome do Professor Fausto Castilho à Biblioteca de Obras Raras da UNICAMP.....	233
8.2.10. Discurso proferido no Encerramento do II Congresso Fausto Castilho de Filosofia da UNICAMP: A propósito do <i>Pensador Inquieto</i>	241

1. Introdução

Hesitei muito em começar a escrever este memorial. É sempre muito difícil falar do passado, pois exige parar o tempo e nos retirar da ilusão da infinitude. Há sempre muitas coisas a fazer, muitos textos a estudar, muitos livros a ler, tantos outros livros e artigos a escrever ou editar. Temos sempre a ilusão de que, por progressão *ad infinitum*, poderemos chegar ao infinito ou, ao menos, à perfeição. Esse choque de realidade finita, no âmago, atinge também em certa medida toda determinação de pensamento e todo ato de escrever.

Escrever, essencialmente, é se determinar diante da infinitude de (im)possibilidades. É aceitar a limitação de tempo e condições históricas, sociais, trabalhistas, psicológicas e individuais. Nunca conseguiremos estar totalmente preparados para escrever um texto, qualquer que seja. Pois sempre faltarão artigos a ler, livros a estudar e línguas a conhecer. Além disso, da finitude a ser abraçada, do ponto de vista estritamente filosófico, a decisão pela autoria é uma restrição à possibilidade infinita do estudo, do exame, da pesquisa, da análise, ou seja, é, paradoxalmente, uma decisão por sermos menos filósofo, por termos uma identidade, a ser aclamada, mal julgada ou justamente atacada.

Para contextualizar um pouco o que digo, lembro, por exemplo, que há um abismo entre o pensamento de Descartes e o cartesianismo. Ao fazermos História da Filosofia, lemos os textos de Descartes para reencontrarmos o filósofo, diferente do mascarado e empobrecido em autor. Queremos, pois, pensar não exatamente o autor, nem mesmo, estritamente falando, o texto do filósofo, mas a questão que estava pensando e que também paradoxalmente só conhecemos ao lermos os textos de Descartes, para parafrasearmos Heidegger.

No entanto, escrever um Memorial é o desafio da determinação do pensamento próprio ao extremo. Pois não se trata apenas de ser um autor de um livro ou de um artigo, mas de ser um Autor, candidato a ser um Professor Titular ou, como se dizia outrora, um Professor Catedrático, com uma identidade bem definida e uma carreira coerente a ser defendida. Estamos aspirando àquele momento de repouso, que antecede o repouso do recolhimento aos aposentos, bem como o do eterno descanso. Ao possuímos uma identidade tão bem definida, seremos exaustivamente determinados, de modo que seremos bem-recebidos por uns, amados talvez por outros, recusados por outros tantos e quiçá odiados por alguns. É claro que esse tipo de determinação já se constrói a cada aula que ministramos, a cada texto que escrevemos, a cada parecer que exarmos, a cada decisão que tomamos. Porém, o Memorial é a síntese suprema de tudo isso. É o repouso do autor determinado e identificado, daquele professor plenamente conhecido, totalmente objetificado, referência inerte do discurso público.

Ou seja, atravessamos o nosso estreito de Messina, passamos por entre terríveis escolhos. De um lado, temos Cila, que exige o fim do estudo, das leituras, dos ensaios de pensamento. É preciso interromper a contemplação, renunciar a teoria, suspender a dúvida, abandonar a crítica, não praticar a *epoché*. De outro lado, temos Caríbdis, que nos condena a uma determinação coerente e completamente inteligível, desterrando-nos da incompreensibilidade do pensamento, da animação do espírito e do movimento das ideias. Trata-se de momento de proáiresis, de escolha tanto deliberada quanto possível, trata-se de resolução a fim de enfrentar o mar bravio. Como poderemos atravessar mar tão revoltoso?

Como poderemos pensar um Memorial que seja um enfrentamento de uma dupla negação da Filosofia: a do estudo e a da incompreensibilidade? Qual estratégia poderia levar-nos a uma negação dessa dupla negação? Qual espaço há para o estudo efetivamente

filosófico quando já se (deve) sabe(r) tudo para poder falar *ex cathedra*? O que há de incompreensível para um Professor Doutor Titular que (deve) ensina(r) dogmaticamente para que os alunos aprendam? Em que medida o canto do cisne de uma carreira poderia transformar-se no anúncio de uma outra idade acadêmica? Como a morte da Filosofia pode, ao mesmo tempo, abrir o seu próprio túmulo e promover a ressurreição do filosofar? Como poderemos (re-) aprender a filosofar depois de já termos uma Filosofia?

Tentaremos então fazer um exercício para sair dessa floresta em que estamos perdidos. Se não conseguirmos sair dela, que ao menos evitemos ingressar no inferno, encontrando uma clareira para tomarmos um pouco de Sol e contemplarmos o céu estrelado. Ou seja, tentaremos pensar o Memorial como uma fuga ou transformação da floresta em nossa habitação.

Como poderemos manter a força examinadora do estudo e a incompreensibilidade dos assuntos se aspiramos a ser um autor consolidado que determina o seu pensamento através dos seus textos e edições, se aspiramos a ser um Professor Catedrático que ensina a sua doutrina, se aspiramos a ser um administrador universitário que defende um certo plano de organização institucional? Essa é a questão que procuraremos enfrentar neste Memorial, tornando-o na medida do possível um instrumento diaporético para pensarmos a partir, com e para além, da aporia do autor filósofo e do professor.

O que é propriamente um Memorial? Um exame da memória, do que é no modo do *já não é*. *Mnemé* é uma divindade do mundo greco-latino, importantíssima na medida em que a escrita era excepcional e a educação se fundamentava na oralidade poética, na retenção dos versos guardados no e pelo coração. É uma Deusa que merecia o culto do exercício e da atenção – tão negligenciados nos dias hodiernos, que trocam a animação da divindade pela ilusão dos automáticos dispositivos mnemônicos. Afinal, tudo não só está disponível nas melhores bibliotecas do mundo, mas cada vez mais as melhores

bibliotecas do mundo estão disponíveis nos aparelhos eletrônicos caseiros. Mas, isso resolve alguma coisa? Às vezes parece atrapalhar, às vezes paradoxalmente o excesso de disponibilidade pode tornar-se um convite para o “vou usar, mas não agora”. Pois o mais importante é o estudo e a atenção, disposições cada vez mais raras, sobretudo, num país tão vulnerável às telas e a panaceia digital, como o Brasil.

Porém, para além da condição divina e profundamente educadora da memória no mundo clássico, temos o seu tratamento especificamente filosófico. Há uma pletora de considerações, como a faculdade aristotélica que nos auxilia passar da exaustividade da *aesthesis* à unidade da *empeiria*, a memória plena bergsoniana em que o esquecimento é excepcional, o esquecimento freudiano em que a memória excepcional, a memória excepcional deleuziana exercida em sua enésima potência, o memorioso borgiano de cujo pensamento era incapacitado porquanto lembrava de tudo. Sem entrarmos na riqueza desses pensamentos, recordaremos a questão cartesiana e fenomenológica sobre o acesso ao passado, sobre o que já não é. Antecipada talvez por Santo Agostinho que aponta para a temporalidade própria da memória. O que pode abrir o não ser no modo do já não é? Afinal, memória não é o que encontramos no disco do computador, nessas linhas, num álbum de fotos na medida em que é, é presente e, portanto, não me abre o passado, não me dá acesso ao que não é. Ela reside num mistério filosófico que vamos evocar neste texto, neste Memorial. Sentiremos a nostalgia de um tempo de ouro, o arrependimento de certas escolhas, a alegria pelo fato de que a tristeza passa, o contentamento com as boas ações, o prazer pelos textos estudados, a satisfação com as aulas bem-sucedidas, o gozo com os textos bem escritos etc. Vivemos nesse exercício um outro tempo, naquele que já não é.

Contudo, um Memorial é seleção, é recorte, é atividade hermenêutica. Quais fatos se destacam a ponto de tornarem inteligível ou iluminarem todos os outros de um

determinado momento? Talvez, nesse esforço de construção hermenêutica, encontre-se a chave para evitar que o Memorial seja o mausoléu de uma carreira e possa torná-lo o anúncio de uma nova idade acadêmica. Como pensar um Memorial que seja um dispositivo para potencializar o estudo e, ao mesmo tempo, manter a incompreensibilidade do filosofar?

Para potencializar o estudo, poderíamos pensar um Memorial que nos apresente um mapa do que foi feito, não como o mapa do tesouro, mas como o mapa das tentativas de se acercar do tesouro. Enfim, poderíamos pensar a metáfora aristotélica de que toda opinião traz consigo uma contribuição para atingirmos o alvo da verdade. Teríamos então primeiro de descrever a contingência das decisões de estudo, dos textos mais lidos, dos filósofos mais frequentados, das línguas mais praticadas. Em boa parte, o pré e o para-filosófico operam nesses momentos, abundam aí certas paixões, certas representações ininterrogadas da vida e da filosofia. Não sei se elas são superáveis, mas creio que o estudo filosófico permite a sua gradativa interrogação e consequente reorientação. Ou seja, o mapa é um plano para um tesouro cujo aspecto se reconfigura paulatinamente e cuja localização também varia ao longo do tempo. Diante das infinitas possibilidades de vida e de estudo, fazemos um recorte, constituímos o nosso plano de imanência a partir do qual todo o resto ganha sentido. No entanto, o recorte oscila na imanência do seu trajeto. Essa gradativa alteração do recorte corresponde, por um lado, ao fato do seu pano de fundo de infinitas possibilidades do qual foi decalcado e, por outro, ao da própria intensidade e pulsação do estudo.

Em face dessas considerações, devemos então, em primeiro lugar, entender o caráter contingente do estudo, não só originariamente, mas permanente. Não teríamos assim um trajeto de estudo a ser apresentado, que alcançou o seu tesouro, a sua conclusão, ou atingiu o seu coroamento, mas a apresentação do atual mapa de estudos, fruto da

situação psicológica, educacional, social e histórica em que o mapa inicial emergiu, e resultado da história da sua gradativa mutação em direção ao atual. Creio que a contingência seja a própria matéria do estudo, embora paradoxalmente se descubra numa temporalidade própria, a da *sub specie aeternitatis*. Nessa temporalidade, o necessário parece nos surpreender e nos obrigar a contemplá-lo. No entanto, se o estudo, assim, se orienta para o eterno e necessário e ganha até o seu aspecto e a sua paixão, devemos lembrar que a sua matéria é contingente, a fim de que não caiamos na ilusão de que tenhamos atingido alguma ideia adequada, na qual possamos eternamente repousar.

Relembrando o caráter originariamente amoroso do estudo – o *studium* que se traduziria por amor cuidadoso –, temos de dizer que se trata, na verdade, de uma decisão existencial, de uma eleição de um gênero de vida. Uma das primeiras questões filosóficas é sobre o sentido da vida, o fim da nossa existência. Qual atividade organizará todas as outras na nossa vida? Qual é o fim prioritário a que devo me consagrar, a que, sobretudo, devo me dedicar na vida, a qual prazer devo me consagrar entre todos os possíveis? Os filósofos entendem que os gêneros de vida delimitam certos fins prioritários que indicam tipos de prazer ou satisfação que buscamos. *Grosso modo*, podemos buscar os prazeres sensíveis imediatos; o prazer abstrato das riquezas; o prazer com temporalidade mais alongada, porém instável, do reconhecimento público e o prazer do conhecimento com uma temporalidade que imita a eternidade e cujo acesso é mais estável porque só depende de nós.

Como dissemos, o estudo deve ser entendido a partir do léxico amoroso, da aplicação à sabedoria, da consagração da sua vida ao conhecimento, da dedicação a um domínio que é de acesso a todos e cujo zelo dedicado nos aperfeiçoa, nos torna melhores. Viver o gênero de vida filosófico – ou seja, pautado pelo estudo – é compartilhado pelos que amam o conhecimento, como os cientistas, mas, a meu ver, poderíamos talvez

estender a todos aqueles que cuidam de algum tipo de aperfeiçoamento, que cuidam de si na verdade, como artistas, atletas e religiosos. A diferença é que filósofos tem ou deveriam ter mais consciência do sentido da sua vida. Todavia, filósofos, cientistas, atletas e religiosos são sempre tentados a tornar o que os qualificam – o estudo – meios a serviço de um outro fim – o que caracteriza um outro modo de existência, como os pautados pelo reconhecimento público e pelas riquezas. Filósofos são, sobretudo, tentados pelo reconhecimento dos pares, são sempre muito vulneráveis à vaidade.

Os signos mundanos de conhecimento, para usarmos uma expressão deleuziana, sempre podem servir de expediente para obtermos a admiração e o reconhecimento públicos. Numa sociedade desigual e de estrutura escravocrata como a brasileira, o bacharelismo – para usarmos um conceito de Sérgio Buarque de Holanda – continua a grassar. O bacharel usa da transcendência do conhecimento, do seu caráter não cotidiano e eterno, para impressionar. Mais forte no passado, numa época em que o Brasil não tinha Universidade, mas apenas faculdades, destinadas a formar profissionais úteis ao funcionamento da sociedade, como engenheiros, médicos e bacharéis em Direito. Não havia mesmo a perspectiva da pesquisa fundamental e das carreiras de pesquisador e de professor pesquisador. Entretanto, mesmo na pesquisa de hoje, a estrutura extremamente burocratizada e voltada à “performance” poderia ser entendida como que um resultado da determinante bacharelesca de longa duração.

Apesar da tentação por abraçar outros gêneros de vida, tornando o estudo instrumental, o que sempre me contentou mesmo foi a satisfação de ler e reler várias vezes um texto, anotá-lo, estudá-lo. Nesse sentido, sempre considerei a preparação de aulas, seminários, conferências uma oportunidade preciosa de estudo. Destaco, sobretudo, a preparação de aulas nesse processo de estudo. Explicar um texto filosófico exige um estudo aprofundado que nos proporciona um grande prazer, mas é igualmente prazeroso

poder expor a tecedura, as implicações e as questões que um texto suscita para os estudantes. A resposta dos estudantes pela fisionomia, pelo gesto, pelas palavras é sempre muito gratificante. Creio que é mais concreta essa resposta do aluno do que a do leitor cuja reação é, na maior parte das vezes, é invisível.

Contudo, embora considere o modo filosófico ou estudante de existência o melhor, não o faço de maneira ascética e exclusiva, pois não renuncio aos prazeres sensíveis, ao que o dinheiro pode possibilitar ou à fruição do reconhecimento de estudantes, pares e mestres. Acredito, como muitos outros filósofos, que o ponto é a prioridade que lhes damos. Desse modo, os prazeres sensíveis nos ajudam a viver para o estudo, ou podem mesmo ter um tratamento mais estudado, como no caso da culinária. O dinheiro nos permite ter uma vida mais cômoda, com menos preocupações, nos permite comprar livros, viajar, desfrutar da arte, ou seja, pode facilitar uma vida de estudos. Além disso, o reconhecimento de quem quer que seja sempre acrescenta algo bom à vida de estudos e pode criar mais oportunidades para uma carreira acadêmica. Trata-se assim de considerarmos a satisfação e a comodidade que esses fins proporcionam como meios para uma vida de estudo. No entanto, como a História nos mostra é sempre possível filosofar na abstinência de um mosteiro, na pobreza de uma prisão, no degredo ou na rejeição pública. A questão, com efeito, é não se abater quando os meios faltam, é não perder o movimento, a animação espiritual.

Creio que o horizonte, ou melhor, a abertura que o reconhecimento da incompreensibilidade nos proporciona se articula completamente com uma concepção de estudo no sentido que empregamos: alongamento amoroso do caminho, marcado por uma decisão existencial pelo espírito filosófico e pela eleição de seu respectivo gênero de vida. Não se trata, portanto, de estudo entendido doutrinariamente ou de um conhecimento

filosófico dogmático. O incompreensível de que falamos era aquele que bem ressoava na revelação socrática da ignorância como requisito do filosofar.

O que levaria o estudo e a pesquisa ao seu (não)limite? O que daria ao estudo o caráter de infinitude? Como sabemos, desde os gregos, a ciência nasce de uma dificuldade que nos espanta, que nos causa admiração, que nos obriga passionadamente a pensá-la na tentativa de fugir à ignorância. Ou seja, a ciência surge da constatação de que algo não funciona, de que algo não se encaixa. Mas a ciência pretende chegar à segunda admiração, consequente da resolução da dificuldade. O seu arco temporal – demarcado pelas duas admirações – é relativamente curto. É claro que quando há muita dificuldade, o seu arco se prolonga, aproximando-se do propriamente filosófico. A Filosofia vive das dificuldades, das questões, das aporias, dos paradoxos. Daquilo que não permite a segunda admiração, que reside numa primeira admiração sempiterna. De certo modo, quando Descartes pensa a solução de uma dificuldade científica como a perda do seu estatuto admirável, reserva a categoria do maravilhoso ao propriamente filosófico.

O filosófico é atravessado pela infinitude: da ideia de Deus, do ego que se repensa na medida em que se entende a partir da ideia de infinito, da liberdade que parece ser o exercício de uma infinitude. Trata-se do infinito no sentido positivo, não do *apeiron*-indeterminado, mas do infinitamente determinado – o sentido deleuziano do caos, que emerge da leitura do infinito em Espinosa. Diante de tamanha luz, de tamanho caos, nossa frágil racionalidade é afrontada não por uma beleza admirável, mas por um sublime maravilhoso, que transborda, extravasa. Não conseguimos abraçar, não conseguimos dar conta do que nos aparece, com o que nos defrontamos, apenas tocamos com o nosso pensamento. Trata-se de nos debruçarmos sobre o incompreensível, sobre o que não se compreende estruturalmente. A ciência cuida do que não se compreende por ora, do que *ainda* não se compreende. A Filosofia cuida do que *nunca* será compreendido. Enquanto

não se compreende algo, ciência e Filosofia partilham da mesma tonalidade afetiva, despertada pela desconcertante admiração. Todavia, o propriamente filosófico não só desconserta, mas também assusta, ameaça, desespera, angustia; pois, de algum modo, se pressente a sua incompreensibilidade de fundo.

O filósofo afronta então o que ameaça a mente finita, a razão humana, o intelecto limitado. Vários são os expedientes ou estratégias filosóficas de lidar com o incompreensível, de estudar o incompreensível, ou seja, de filosofar na sua radicalidade: por exemplo, a dialética platônica em sua divisão e em sua reunião das dificuldades; a diaporética aristotélica, que pensa desenvolvendo e desdobrando as aporias; a questão escolástica, que considera todos os seus desdobramentos e as opiniões dos outros filósofos a respeito; a dúvida cartesiana, que pensa na ausência de razão demonstrativa ou na possibilidade de ausência de realidade; a crítica kantiana, que vai para além dos limites da razão na medida em que pensa os próprios limites; a redução fenomenológica, que nos reconduz a um campo velado de pesquisa; a antropofagia filosófica castilhiana, que devora os clássicos no original para potencializar a reflexão em vernáculo; o pensamento paradoxal marioniano, que nos mostra como podemos pensar rigorosamente o que não podemos compreender.

Tentaremos pensar um Memorial que possa dar conta do seu significado paradoxal, na medida em que será pensado como um balanço para uma nova fase da vida acadêmica, que deseja manter e reforçar as marcas que a caracterizam, a saber: a do estudo e a do enfrentamento do incompreensível.

Para estruturar esse balanço, vou dividi-lo em cinco capítulos – que podem ser entendidos como estruturas parcialmente cronológicas e, mais propriamente, lógicas, afetivas e geo-filosóficas, que configuram o meu trabalho intelectual. O primeiro capítulo é *O Canavial de Barão Geraldo*, nele relato a minha experiência pré-acadêmica em

Campinas e o início da minha experiência acadêmica na UNICAMP. O segundo capítulo é *A antropofagia filosófica de Fausto Castilho*. Trata-se de um esforço de pensar a contribuição filosófica do Mestre do Estudo. Nele descrevo os anos de formação e de estabelecimento das determinantes de longa duração do meu pensamento e da minha atitude acadêmica, estabelecidas em Campinas e na estrada entre Campinas e Uberlândia. O terceiro capítulo é *O autor, ou melhor, o filósofo: a filosofia paratextual de Descartes*. Revisito o meu livro *O filósofo e autor*, tentando então estabelecer três teses: os paratextos de Descartes são fundamentais para o entendimento da sua Filosofia; a obra autoral de Descartes é filosoficamente paratextual; e a Filosofia tem um estatuto paratextual. O terceiro capítulo é *A Cidade Luz*. Descrevo nele a continuação da minha formação em direção ao diálogo com o mundo acadêmico, em particular, com o francês. Marcado por anos de preparação, foi efetivado por estágios de pós-doutorado na França e por uma série de missões e eventos deles decorrentes. Esse capítulo se refere muito a um filósofo francês que influenciou muito o entendimento atual da História da Filosofia Moderna e da Fenomenologia. A partir de sua figura, recordarei seus interlocutores, alunos, continuadores e críticos, os quais animam o debate filosófico mundial. Procuro, assim, pensar as lições do Mestre da Incompreensibilidade: Jean Luc-Marion. O quinto capítulo é *O Portal do Cerrado*. Nele, procuro mostrar o esforço institucional para consolidar uma comunidade filosófica no coração do Brasil, na “capital” da região do Triângulo Mineiro. Esse tempo e lugar podem ser descritos concretamente pela instituição do Instituto de Filosofia da UFU e pelo exercício de sua direção por quase uma década, bem como da Editora da Universidade. Faço uma reflexão também sobre a contribuição dos mestres, da minha formação e da minha interlocução para o exercício da Política Acadêmica. A ideia é considerar como a administração universitária pode ser direcionada para a formação de uma comunidade acadêmica: a Escola de Uberlândia.

2. O Canavial de Barão Geraldo

2.1. A decisão pela Filosofia

“Só mesmo Fausto Castilho, filósofo e visionário, para nos enfiar nesse canavial da Fazenda Rio das Pedras, do Barão Geraldo de Rezende, aquele da nossa Barão Geraldo. Quantos hoje no Brasil podem dizer que criaram uma instituição de Ciências Humanas numa nova universidade e que deixou uma marca profunda na sociedade? Somente há uma resposta unânime: Fausto Castilho. [...] Foi sua generosidade, entusiasmo ao qual não faltaram sacrifício e sofrimento, que definiu nossas rotas, que poderiam ter sido outras ou nenhuma, se não fosse termos encontrado Fausto Castilho.” Assim escreveu o Professor Paulo Sérgio Pinheiro, em 25 de setembro do ano 2000, por ocasião da diplomação do Professor Fausto Castilho como Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ele se refere ao canavial e, sobretudo, ao fato incrível que dele emergiu uma Universidade. Muitos professores no momento da construção dos primeiros prédios se referiam à UNICAMP pelo epíteto de Canavial de Barão Geraldo. Tomo essa designação para reforçar o caráter utópico da Universidade, principalmente, no Brasil. Só um filósofo visionário poderia realmente acreditar que daquele terreno hostil sairia alguma coisa. O texto do Professor Paulo Sérgio Pinheiro também revela que o encontro com o Professor Fausto Castilho é arrebatador, modifica a nossa existência e reorienta as rotas da nossa vida.

No dia cinco de março de 1988, numa sexta-feira ensolarada, às duas da tarde, na primeira sala do corredor do andar superior de salas de aula do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), encontrei pela primeira vez o Professor Fausto Castilho. O meu destino foi selado nesse momento.

Antes falar do acontecimento que foi o encontro com o Mestre do Estudo, recordarei os seus antecedentes. Uso o termo antecedente porque ele não tem a carga ontológica e epistemológica de causas ou razões. Mesmo que tenham sido causas ou razões serão sempre insuficientes para explicar a força surpreendente, única e irrepetível daquele dia; que revolucionou a minha vida: que mudou a qualidade de todos os atos a partir de então.

Desde a quinta série do antigo primeiro grau, havia começado a estudar de forma regular e frequente várias disciplinas e, dentre elas, História mais do que as outras. Ainda no primeiro grau, organizaram um estudo de reforço aos estudantes que tinham dificuldade em alguma disciplina. No caso de História, me encarregaram para conduzir esse estudo. Estudava os textos e, depois, procurava explicá-los aos colegas. Sentia uma grande alegria em expô-los e fazer que o entendessem também. Eles reconheciam esse meu esforço, tanto porque os afetos – decorrentes da satisfação do conhecimento adquirido – transpareciam pela fisionomia, quanto pelos elogios que me faziam depois das sessões. O meu sentimento era de que tinha encontrado o sentido da minha vida adulta: ser professor. Estudar o texto, preparar a exposição e expor eram-me extremamente prazerosos.

No antigo segundo grau – nosso atual Ensino Médio, ou como o Professor Castilho preferiria, no Liceu –, me encontrava em preparação para ser militar, pois esse era o sonho do meu querido Avô, Herbert Antunes Guimarães. Estava na Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Meu avô teve uma infância difícil. Foi o único dos irmãos que cursou a Universidade. Isso foi possível porque, depois de convocado para a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, não saiu mais do Exército. Nas Forças Armadas pôde, com sacrifício e estudo, concluir com muito mérito o curso de Farmácia Bioquímica na UFF, pois foi até convidado para ser Professor daquela

Universidade. No entanto, preferiu cursar a Escola de Saúde do Exército e se tornar oficial. O problema é que, como era do quadro da Saúde, não pôde atingir o generalato. Queria então realizar esse sonho no seu querido neto. Transferência das mais comuns numa família (a propósito, aposentado, meu Avô cursou Psicologia também). Aceitei o sonho do meu Avô, pois, na verdade, sempre quis agradar ao meu Avô. Nisso, compartilho com Sartre o mesmo desejo que ele manifestou em seu livro autobiográfico *As palavras*. Expressei isso na epígrafe da minha tese:

“[...] acontece ainda hoje perguntar-me, quando estou de mau humor, se não consumi tantos dias e tantas noites, se não cobri tantas folhas com minha tinta e lancei no mercado tantos livros que não eram almejados por ninguém, na única e louca esperança de agradar a meu avô’ (Jean-Paul Sartre, *As palavras*). Em um texto autobiográfico, Sartre se refere ao desejo de agradar ao avô como o sentimento que dá sentido a sua vida de escritor. No meu caso, o desejo de agradar ao meu avô e a minha avó foi o sentimento que mais profundamente me animou a realizar este trabalho. Para os meus queridos avós, Herbert e Neusa”.

A propósito, agradar a minha Avó, Neusa Silva Guimarães, também, pois, além de se completarem dialeticamente, assim como o meu Avô, tinha para comigo um amor incondicional. Era uma pessoa única (com o perdão do pleonasma, mas ao mesmo tempo com a sua necessidade para descrevê-la), ativa, profundamente amorosa e insolitamente justa.

A experiência militar foi um desafio cuja superação compõe o que sou, a minha situação, algumas de minhas condutas. Talvez por ela aprendi o que era força de vontade e perseverança (para usar um termo que, pela moda da importação, vem sendo trocado por resiliência, que, em português, se refere principalmente a materiais). Certas

disciplinas continuavam a me provocar intelectualmente, a começar pela História. Também me destacava muito na Instrução Militar, que tinha algum horizonte de Geopolítica e Relações Internacionais. Nessa época, a minha prática católica se aprofundou e a partir dela realizava um trabalho social na Conferência Vicentina da Escola Militar, que me era muito gratificante. No ambiente católico, circulavam as teses da Teologia da Libertação, que muito apreciava por parecerem ecoar a mensagem cristã originária: de encontro com os pobres e de promoção da igualdade. Sempre achei também muito sedutora a ideia de não ter bens materiais nem compromissos com este mundo para entrega completa à missão religiosa de tipo franciscana. Como esse caldo da Teologia da Libertação se nutria do pensamento de esquerda e, sobretudo, do marxismo, pude também ter acesso a alguns desses lugares comuns, como a ideia de Revolução – belissimamente explicada pelo Professor Fausto Castilho como o ato que modifica a qualidade de todos os outros. O fascínio pelo engajamento nesse ato parecia coincidir com a entrega total à missão cristã. Essa nova atmosfera levou-me a questionar se queria seguir uma carreira que parecia conflitar com a mensagem cristã e que, além disso, parecia no Brasil estar a serviço da resistência à promoção da igualdade. Infelizmente para sua escala o Brasil continua sendo com o Chile um dos campeões da desigualdade. Na verdade, tudo o que foi feito continua sendo muito pouco em face desse desafio histórico. E o quadro piora porque há uma mundialização da concentração de renda que também afeta o Brasil. Para amarrar o que estou descrevendo, quero dizer que já não sabia se realizaria o sentido da vida – agradando os meus Avós – seguindo a carreira militar. Estava inseguro e em dúvida.

Nessa época circulava também a ideia de Filosofia. Apesar de infelizmente não estar naquele momento no currículo do Segundo Grau, ela circulava como um conhecimento assinalado. De um lado, havia o lamento com a sua retirada e o aceno à

periculosidade daquele conhecimento para com a ordem estabelecida. De outro lado, professores eruditos dela falavam com muito apreço. Havia também o lamento com a retirada do Latim. E certa feita um professor expressou duplamente esse lamento ao enunciar em Latim um importante preceito filosófico da Escolástica. Cito ainda de cabeça: *Ab esse ad posse valet illatio. Non e contra*. Dizia-se com reverência na Escola que ela constaria do currículo da formação superior na Academia Militar das Agulhas Negras. Também essa ideia de Filosofia como um importante conhecimento aparecia nos textos da Teologia da Libertação. Além disso, o capelão militar por sorte era professor de Filosofia da PUC de Campinas e dela nos falava um pouco. Tratava-se de um conhecimento importante então para a formação religiosa. A ideia de Filosofia parecia ser um conhecimento importante para vários modos de existência: militar, religioso, de esquerda, erudito etc. Mais do que isso, mais do que ser importante, comecei a entendê-lo como fundamental. Começava a apreender a ideia vaga do caráter fundamental do conhecimento filosófico quando apenas o conhecimento estava em questão. Ele era importante para profissões que tinham compromissos com o uso do conhecimento. A Filosofia oferecia a formação conceitual ao religioso para que pudesse expor da melhor maneira os conteúdos de sua fé. Para o militar, a Filosofia, segundo o espírito comtiano, articulava as disciplinas formais e de Engenharia com as Ciências Humanas (Sociologia, Geopolítica etc.) – importantes nos altos postos de comando. O engajamento socialista exigia uma base filosófica para a sua realização. Por sua vez, os eruditos professores – conhecedores da língua latina – pareciam indicar algo mais: não só a importância formativa e instrumental da Filosofia, mas o seu caráter fundamental.

Encontrava-me então em crise. Já não pensava no meu futuro como militar. Estava em dúvida entre ser professor ou seguir a vida religiosa. Era um momento de tomar uma decisão para superar aquela crise. Decisão difícil porque a minha vida já estava certa e

segura. A partir da Escola Militar entraria diretamente para a formação superior na Academia Militar, de modo já tinha emprego e salário garantidos para a vida – inclusive já tinha o estatuto de militar e, por isso, recebia o soldo mensal – bem como uma boa aposentadoria garantida. Além disso, havia a parte mais difícil: deixar de compartilhar o sonho do meu Avô. Por que trocava um bem certo por um incerto? De modo não explícito me punha essa questão, típica dos filósofos, dentre os quais Espinosa. A resposta implícita seria não entender o bem certo como bem propriamente dito. Será que realmente amava e me alegrava com a rotina da vida militar? Gostava do conhecimento histórico e do currículo distante ainda da Escola de Comando e Estado-Maior, repleto de Ciências Humanas e de reflexões Geopolíticas. Enfim, gostava do conhecimento e, sobretudo, de trabalhar com o conhecimento: estudando para aprender e expor aos outros. Parecia que o verdadeiro bem era o conhecimento, incerto não nele mesmo, pois o seu estudo está sempre disponível; a sua incerteza era em relação aos meios de subsistência necessários para que ele ocorra. Infelizmente ser professor no Brasil não oferece o devido reconhecimento social nem a justa remuneração econômica. Talvez esse seja um dos maiores problemas nacionais.

Tratava-se então de uma dificuldade material. Por outro lado, o horizonte da missão religiosa e do engajamento revolucionário parecia anular as preocupações materiais de subsistência, diante da entrega da vida a Deus ou da causa da Revolução que estava por vir. Como o conhecimento se revelava como o bem propriamente dito e era fonte de amor e alegria, a profissão de professor parecia bem com ele se coadunar. Porém, como o chamado religioso e revolucionário dependia do conhecimento fundamental, a escolha da formação de Professor em Filosofia parecia-me uma etapa indispensável para decisões futuras. Tanto o padre quanto o revolucionário ganhariam com a base filosófica. Apesar do apreço pela História e pelas Ciências Sociais – que conhecia um pouquinho e

que me ensaiava no ensino –, elegi a Filosofia a partir dessa ideia vaga da sua principalidade, seria o conhecimento do qual todos os outros dependeriam. Assim a Filosofia parecia ser a melhor eleição para a própria teoria e para a ordem dos estudos, bem como para possíveis engajamentos práticos futuros.

Faltava, entretanto, anunciar meus novos planos a meu Avô. Foi uma decisão difícil. De certa forma, ele já estava percebendo que alguma notícia dessa estava por vir. Quando tomei a decisão, ele a compreendeu incrível e inesperadamente. Poderíamos tentar explicar esse entendimento em virtude da sua recente formação em Psicologia. Poderíamos também achar que tinha ligação com o fato de que ele mesmo fora convidado a ser professor na UFF e hesitou. Mas, de fato, a base da compreensão estava no seu amor para comigo, possibilitando que respeitasse a minha decisão e que procurasse, a seu modo, me apoiar. Afinal, o amor sempre nos lança para além do nosso entendimento das coisas, nos movendo para o desconhecido. Nós amamos, em verdade, só quem não entendemos propriamente. Como diria Jean-Luc Marion, elaborando o paradoxo do amigo: não há ninguém tão entendido, conhecido e determinado quanto o inimigo.

Inicialmente pensei em cursar Filosofia na PUC de Campinas. Mas, como o curso seria pago, acabei optando pelo sistema público. Passei na USP, na UFRJ e na UNICAMP. Em primeiro lugar, decidi não retornar ao Rio de Janeiro. Já vivia em Campinas com um amigo da Escola Militar, Francisco Marques Miranda Filho, e com um amigo que concluía a Graduação em Filosofia na PUC de Campinas e que anos mais tarde viria a reencontrar na Federal de Uberlândia: Humberto Aparecido de Oliveira Guido. O retorno ao Rio naquele momento não parecia o mais adequado, pois havia ainda uma tensão no ar decorrente da minha decisão. A dúvida então era entre a USP e a UNICAMP. O curso de Filosofia da USP possuía o seu grande prestígio, mas também havia a preocupação com uma classe enorme de oitenta alunos e com a vida em uma cidade

aparentemente inadministrável. A Graduação em Filosofia da UNICAMP havia sido criada naquele ano com uma proposta ousada do ponto de vista da formação: aulas de Grego e de Latim. Além disso, as classes seriam menores, de 30 alunos. Numa conversa com o então coordenador, o Professor Elias Humberto Alves – que me apresentou as vantagens do projeto do novo curso, que se nutria de um corpo docente altamente qualificado que já ministrava os cursos de Pós-graduação – acabei me decidindo pelo antigo canavial de Barão Geraldo.

2.2.A Graduação em Filosofia

Voltemos então ao encontro com o Mestre do Estudo: o Professor Fausto Castilho. Naquela sala à qual me referi do IFCH, encontrei um Professor com roupas simples e adequadas para o calor, com sua mala aberta e com livros sobre a mesa. Ele quis conhecer os alunos. Chamou um a um e perguntou de onde cada um era, coisas assim e, sobretudo, por que havíamos decidido pela Filosofia. Falei da minha consideração sobre o caráter fundamental do conhecimento filosófico. Ele deu um sorriso como se estivesse aprovando o motivo. Em seguida, nos passou algumas obras de referência de Platão, Aristóteles, Descartes, Espinosa e Kant. Tudo em língua estrangeira. Tenho ainda hoje as anotações dessa aula no caderno do meu primeiro ano de Filosofia. Começou então a discorrer sobre alguns conceitos que iríamos encontrar no texto que seria examinado na disciplina: o *Manual dos Cursos de Lógica Geral*, de Kant. Como iria traduzi-lo no decorrer da disciplina, deixou-nos o texto original em alemão gótico para copiarmos. Essa tradução em formato bilíngue seria dez anos depois publicada na Coleção do Estudo Acadêmico da Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU). A edição foi organizada por mim e pelo Professor Marcos César Seneda. Em 2003, esse texto, em coedição com a EDUFU, inaugurou a Coleção *Multilíngues de Filosofia* da Editora da UNICAMP.

A aula foi impressionante, surpreendente, espantosa e me suscitou uma profunda admiração pela Filosofia e pelo Professor, que me parecia a Filosofia encarnada. Mas foi extremamente difícil para mim. Era como se eu estivesse diante de um meteorito – ou melhor, do monolito do *2001* de Kubrick: não sabia de onde viera, o que era, qual sua finalidade. Era o acontecimento da Filosofia como conceito. Até então tinha a ideia vaga da Filosofia, havia lido algumas antologias de textos filosóficos, mas até então não havia assistido ao trabalho do conceito. A aula se prolongou muito além do previsto e eu não queria de modo algum que ela acabasse. Nos anos 2010, pude dizer ao Mestre que, ao final de sua primeira aula, não havia entendido nada, mas sabia que era algo admirável e que valeria o engajamento existencial no esforço de seu entendimento. Sentia justamente a admiração em sua pureza. Estava diante de um acontecimento insólito que me despertava o amor e o desejo de pensá-lo. Muitos colegas também compartilharam esse sentimento de estupefação e profunda admiração. Alguns até levantaram a hipótese de que se trataria de uma aula trote.

O impacto da aula me mostrou uma nova realidade: a do conceito de Filosofia. Tratava-se de algo mais radical e mais complexo que a ideia de Filosofia deixava transparecer. Todo estudo até aquele momento havia sido diletante e superficial. A Filosofia exigia muita leitura atenta, muita anotação, muita reflexão, conhecimento do português e de várias línguas – a começar pelas clássicas – e imersão profunda na cultura – na Literatura, nas artes em geral, nas Humanidades – e nas ciências formais, naturais e humanas. Era uma tarefa hercúlea, para uma vida toda, talvez mais de uma. Mas a aula era mais que uma exortação ou um convite, era uma provocação, um chamamento, uma verdadeira convocação para o filosofar, para a eleição de uma vida filosófica, que pusesse o Estudo em primeiro lugar. As aulas dos outros professores eram também maravilhosas, com referências muito eruditas, com conceituação muito elaborada e com rigor

admirável. Elas reverberavam a convocação de Fausto Castilho em sua primeira aula, o acontecimento, singular, irrepetível, imprevisível, inesperado, impossível. Como todo acontecimento, não sabemos bem do que se trata e o que é quando acontece, mas muda tudo, é revolucionário, muda a qualidade de todos os atos a partir de então e passamos a vida toda para explicar o que nunca se explicará totalmente: ideia regulativa de toda pesquisa, de todo estudo, na medida em que a sua inexaustividade exige que continue. Como disse, desse acontecimento não lembro do conteúdo, pois não fui capaz de entender. Era como se fosse falada numa língua estrangeira que conhecemos pouco. Agostinho de Hipona nos mostraria, desse modo, a relação entre o entendimento e a memória. Como não tive entendimento para muitas coisas, a minha memória não foi capaz de reter o fluxo dos conceitos. Fica, no entanto, o forte impacto afetivo, inesquecível, que mudou a minha vida.

No decorrer daquele primeiro semestre, tivemos memoráveis professores que marcaram a nossa formação: José Cavalcante de Souza, Francisco Benjamim de Souza Netto, Roberto Romano e João Quartim de Moraes.

Cavalcante trazia para a Filosofia a fluidez das Letras. Com sua erudição impressionante e com total domínio do Grego, nos cativava a todos. Ele reforçava a importância de conhecer línguas e literatura. Um depoimento dele foi impressionante e revelador do que a Escola Pública brasileira pode. Disse certa vez que o melhor professor que teve foi o seu Professor de Grego do Ginásio no Crato, interior do Ceará. Foi maior do que os grandes mestres da USP e da França. E era de Grego e na Escola Pública! Isso dito pelo grande helenista da USP, que havia vindo para a UNICAMP a convite do Professor Fausto Castilho, a fim de reforçar o estudo de Filosofia Antiga. Cavalcante formou muitos dos melhores professores de Filosofia Antiga e Letras Clássicas. Suas traduções eram sempre muito bem-feitas, muito pensadas e acadêmicas, com um estilo

muito peculiar e erudito, que procurava restituir, na medida do possível, a estrutura grega no Português. São memoráveis as suas traduções dos pré-socráticos, de Platão (em particular do *Banquete* e do *Fedro*), do A da *Metafísica* de Aristóteles, dos Sofistas, dos poetas etc. O *Banquete* contava com uma edição com um belo texto de apresentação que relacionava a concepção retórica do *Górgias*, do *Banquete* e do *Fedro*. Procurava mostrar como, no decorrer dos seus diálogos, Platão articulou gradativamente a Retórica e a Filosofia, até o ponto em que a Retórica pudesse servir à Dialética.

Francisco Benjamim era um monge beneditino muito erudito que nos apresentou com muito rigor a Patrística a partir do texto de Orígenes. Fausto Castilho queria introduzir na UNICAMP os estudos de Filosofia Medieval. Esse esforço levou a contratação do Professor Benjamim e anos mais tarde do Professor Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.

Durante muito tempo na França e, por influência, na USP e em outras universidades laicas, a Filosofia Medieval era considerada Religião e não se estudava. Praticamente se passava dos gregos a Descartes. Além disso, não se estudava também a Filosofia Romana Clássica e a Patrística. A mudança dessa concepção se iniciou na França no século XIX com a criação por Napoleão III da École pratique des hautes études (EPHE). Era uma instituição de pesquisa avançada, de altos estudos, daqueles estudos que a Universidade ainda não tinha condições de fazer. Era uma fórmula bem francesa, em que se justapõem as instituições que são prioritariamente de ensino com as de Pesquisa. Isso vem desde a criação do Colégio de França no quarteirão oposto à Sorbonne. A EPHE promoveu então estudos os mais diversos das culturas orientais e das culturas religiosas. A base de todo esse esforço foi sempre o profundo estudo linguístico. Talvez seja uma boa pista para tornar mais consistente a nossa abertura atual às filosofias indígenas e africanas. Entre seus pesquisadores, encontramos Koyré e Gilson. Eles

mostraram justamente que a referência da Filosofia Moderna, Descartes, dependia da Filosofia Religiosa, da Escolástica. Eles serão lidos por Husserl e Heidegger, antes do último reforçar a tese da continuidade do teológico, do escolástico, da metafísica nos tempos modernos. Esses esforços de investigação prepararam o retorno da Filosofia Medieval às universidades francesas e as por elas influenciadas. Marcadas pelo anticlericalismo, tomavam Descartes como o primeiro revolucionário. Não podemos esquecer que só havia os três heróis do Antigo Regime que poderiam entrar no Panteão da Revolução: Rousseau, Voltaire e Descartes.

Fausto Castilho queria ampliar ainda mais o horizonte de estudos para a Filosofia Medieval Árabe e a Filosofia Medieval Judaica, em sintonia com os estudos mais recentes do Professor Alain de Libera, um dos expoentes da *École pratique des hautes études*.

Roberto Romano foi também nosso Professor nesse *annus mirabilis*. Estudioso com um estilo muito próprio, leitor voraz, ligado às tendências francesas recentes, procurou nos introduzir ao pensamento de Descartes de forma insólita pelas *Paixões da alma*. Partindo de uma leitura estruturalista, ele procurava nos mostrar a inserção da filosofia de Descartes num quadro cultural mais amplo. Aprendemos com ele muita metodologia de leitura do texto filosófico, mas também nos habituamos a ler as obras da conjuntura cultural de uma época. Descobrimos também que há uma variedade de maneiras de interrogar um texto filosófico.

Tivemos também aula com João Quartim de Moraes. Intelectual profundo, mas, como se dizia, “manual” quando necessário. Filósofo político em sentido amplo, é plenamente engajado na luta progressista. Foi militante muito ativo durante a ditadura militar e continua atuante no debate político atual. Grande conhecedor, entretanto, da filosofia grega e, em particular de Aristóteles, ministrou um curso sobre a *Ética a Nicômaco*. Suas aulas permitiam descobrir a força da Filosofia Prática de Aristóteles, cuja

reflexão atravessa a história e é referência para os autores mais contemporâneos da Política, a começar por Marx. Além disso, digressões eventuais em seus cursos nos abriam campos novos de erudição e estudo. Escritor brilhante, nos marcou pela exigência de cuidado com os textos.

Descrevi de modo mais detalhado os meus professores do primeiro semestre, pois o impacto acadêmico e emocional foi muito grande em relação a eles. Porém, poderia demorar-me na descrição de todos os excelentes professores que tive durante o curso, por exemplo: Maria Sylvia de Carvalho Franco, Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, Michel Ghins, Marco Ruffino, Silvio Chibeni, Elias Humberto Alves, Arley Moreno, Sidney Chalhoub, Antônio da Silveira Mendonça, Paulo Sérgio de Vasconcellos e Francisco Achcar.

Todos esses e outros foram importantíssimos para a minha formação. De alguns não mencionados ainda vou falar um pouco mais detidamente no decorrer deste Memorial. Neste momento, gostaria de só de me referir a um ilustre Professor que me foi muito marcante e que usava de um método de estudo parecido com o do Professor Fausto Castilho: a tradução filosófica. Trata-se do Professor Marco Lutz Müller. Sua impressionante e monumental tradução da *Filosofia do Direito* de Hegel mostra bem isso. Acompanhamos a realização desse seu estudo pelos *Cadernos de Tradução* do IFCH e pelas aulas que ministrava, marcadas por um exame muito rigoroso do texto e por explicitação minuciosa dos conceitos. Era arrebatador ver o seu exaustivo trabalho de reconstituição da ponte conceitual entre a *Lógica* de Hegel e o *Capital* de Marx, apoiando-se justamente na *Filosofia do Direito*. A tradução, a contínua revisão e o seu aperfeiçoamento o faziam pensar. Ele era totalmente consagrado a esse esforço de investigação e esclarecimento, assistíamos a uma experiência radical de estudo. Com ele

podemos aprender também a Filosofia Prática de Kant e fomos muito inspirados pela sua grande admiração pela Literatura e pela Música.

3. A Antropofagia filosófica de Fausto Castilho

3.1. O filósofo: um homem de estudos

Retomemos então a nossa consideração sobre o Mestre do Estudo: Fausto Castilho. Castilho sempre preferia se definir como estudioso a se dizer intelectual. Era um modo de deflacionar qualquer pretensão a sábio por parte do intelectual e, ao mesmo tempo, expressar um modo de vida, de dedicação precípua ao conhecimento e não ao uso dos seus signos mundanos. Na verdade, entender-se como um homem de estudos era se entender como filósofo, pois o *philos* grego pode ser traduzido pelo *studium* latino, como Descartes o fez. Castilho era um estudioso do conhecimento, da sabedoria, ou seja, um filósofo. Era um filósofo pelo seu modo de vida antes de ser pela autoria dos seus textos e de seus cursos.

Seu estudo estava muito ligado à docência. Via nela uma oportunidade de estudo, pois preparava muito cuidadosamente as suas aulas. Na época em que ministrava aulas na segunda, um dia nos contou que acordava bem cedo no domingo, preparava um café, assistia aos feitos da EMBRAPA no Globo Rural e, em seguida, passava o dia todo preparando o seu curso de segunda-feira. Essa preparação dos cursos era extremamente prazerosa para o Professor Fausto Castilho. Era uma obrigação, pois tinha de dar aula, mas, ao mesmo tempo, uma grande fonte de satisfação. Para reforçar ainda mais a sua preparação do curso, traduzia os textos dos filósofos sobre os quais daria aula. Era um modo de disponibilizar um acesso ao original aos alunos, bem como uma metodologia de estudo. Além disso, tinha profundo respeito pela atividade de Professor. Dizia que um país forte é aquele em que os professores podem ser estudiosos, é aquele em que seus professores são os intelectuais por excelência. Nesse caso, pensava também na grande

massa de Professores do Ensino Médio. Tinha como exemplo o sistema de Agregação da França, que congrega num mesmo corpo docente os Professores da Universidade e do Liceu. Congrega no sentido de lhes conferir a mesma carreira: salário justo e carga horária de aulas limitada, de modo a permitir pôr o estudo na sua jornada de trabalho.

A aula era também um poderoso momento de reflexão do Professor Fausto Castilho. Víamos, de fato, um filósofo pensando. O curso era preparado para permitir uma exposição que o provocava e convocava e a seus alunos a pensarem. A preparação era uma condição do acontecimento inesperado do pensamento que iluminava todo um campo de estudo, que podia elaborar uma questão filosófica em toda a sua amplitude, ou sustentar uma tese polêmica. A polêmica era um dispositivo pensante usado por Castilho. Ela, em geral, punha em questão o senso comum do assunto. Era um dispositivo que mobilizava as mentes e corações dos estudantes e manifestava a atuação corajosa de um filósofo que pensava livremente. Por outro lado, ele também era influenciado pelo interesse filosófico dos alunos. Às vezes em função dos alunos se dispunha a oferecer certos cursos. Foi, por exemplo, para poder me orientar melhor em Descartes e pensar junto comigo que resolveu oferecer três anos de curso sobre as *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Durante esses cursos pôde belamente traduzir a referida obra.

3.2. A *ratio studiorum* castilhiana

3.2.1 Antropofagia e transferência de instituições

Tentemos organizar minimamente a *ratio studiorum* castilhiana. De certo modo, o seu método filosófico decorria de uma concepção antropofágica da Filosofia e do conhecimento em geral. Fausto Castilho nunca teve um filósofo que o absorvesse inteiramente, não era um kantiano, ou um Cartesian scholar, ou um especialista em

Husserl ou em Heidegger; também não era um epistemólogo, um lógico ou um esteta etc. Todavia, se consagrava a tudo isso. No máximo, poderia dizer-se um fenomenólogo, já que, para ele, a Fenomenologia seria mais um método do que uma doutrina.

Possuía ainda uma mente interdisciplinar, tinha uma abertura enorme para as ciências, para a Literatura e as outras artes. Até o logotipo da sua Fundação foi pensado nesse sentido, pois nos remete às arcadas da casa do seu avô, que eram interpretadas por ele como a Filosofia, as Humanidades, as Artes, as Ciências e as Técnicas. Nessa perspectiva, por exemplo, dedicou-se intensamente à Economia, Linguística, Ciências Sociais etc. no momento de fundação da UNICAMP. A sua questão política mais geral era: Como é possível transferir instituições? Não podemos simplesmente transferir as instituições europeias tais quais são. Seria preciso partir da realidade brasileira para saber em que termos devemos transferi-las. Com efeito, elas teriam de ser entendidas, assimiladas, mas não propriamente transferidas. Era preciso digeri-las. Em Economia, por exemplo organizou o grupo de economistas da UNICAMP a partir das ideias de Planejamento Econômico e Social e de Desenvolvimento. Todos os modelos econômicos seriam socialmente balizados (qualquer perspectiva de financismo passava ao largo) a partir da realidade brasileira. Eles seriam assimilados em prol da elaboração de um modelo propriamente nacional de desenvolvimento. Estritamente falando em Filosofia, Castilho era tomado pela paixão do estudo, da assimilação cuidadosa de um pensamento. Era movido por um ímpeto de devorar um autor. O seu método consiste, portanto, em entender esse processo de digestão de um pensamento

“Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago”. Escrevia Oswald de Andrade – um de seus mestres de estudo –, em 1928, no *Manifesto*

*Antropófago*¹. A Antropofagia era uma prática consagrada pelos povos originários do Brasil há milênios. Com Oswald de Andrade e o movimento modernista, se torna uma ideia guia para a paradoxal internacionalização nacionalizante de uma nova época. A prática antropofágica era ritualística. Não se tratava de um regime alimentar, mas da assimilação simbólica da virtude do guerreiro de outra tribo. Era uma espécie de homenagem à sua bravura, à sua coragem, que evitava a sua transformação em escravo. Era uma bela tragédia que, em toda a sua profundidade, anulava qualquer dialética do senhor e do escravo. A força dessa prática foi muito bem percebida pelo primeiro formulador da Antropofagia filosófica, a saber, Montaigne, que, no século XVI, escreve o seu célebre *Ensaio sobre os canibais*². Montaigne opõe a beleza da virtude dos nativos brasileiros em seus conflitos à horrenda crueldade das guerras europeias. Pergunta-se como a sociedade europeia podia conviver com tanta desigualdade sem se revoltar e como homens crescidos podiam submeter-se a uma criança que consideravam rei – era esse o caso do rei francês na época. O antropófago Montaigne vai mostrar a carência de razão dos costumes europeus em relação à justeza de razão dos canibais. Desse modo, essa revisão do estatuto de razão vai provocar toda a reforma epistemológica que caracteriza a metafísica moderna, que não se questiona precipuamente pelo ser, mas pela razão, ou seja, pelos princípios de conhecimento.

Por outro lado, a ideia subsequente de que a integridade da razão dos nativos poderia ser buscada, recuperada pelos europeus por um processo revolucionário que eliminasse tudo o que corrompia a natureza humana vai dar o tom da Filosofia Política

¹ “Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupi, or not tupi that is the question. Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos. Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago”. (Andrade, Oswald. Obras completas: A utopia antropofágica, Manifesto antropófago. São Paulo, Globo, 2011, p. 67).

² Montaigne, Michel de. Les essais. Édition Villey-Saulnier. Paris, PUF, Quadrige, 2004, XXXI.

Moderna. Há um livro de Afonso Arinos, *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, que vai mostrar a continuidade entre o pensamento de Montaigne, passando por Grotius, Pufendorf e outros, e o de Rousseau, que deságua no movimento revolucionário francês³. Em *O Filósofo e o autor*, tentei trabalhar esse assunto do ponto de vista gnosiológico, a partir da noção de nativismo. Em Descartes, também herdeiro de Montaigne, há uma tese de que a razão humana se corrompe na frequência do pedantismo das Escolas⁴.

3.2.2. O primeiro preceito do método: digerir

Como Fausto Castilho devorou Descartes? Como devemos devorar um filósofo? No uso cotidiano, falamos que devoramos quando lemos com avidez tudo o que foi escrito de um autor, muitas vezes tomado pela paixão do estudo, decorrente da admiração pelo seu pensamento. Mas a Antropofagia filosófica de Castilho exigia ir além, exigia a digestão, para evitar o vômito, como dizia Montaigne. Poderíamos até dizer que a ruminação faz parte da digestão filosófica, pois a repetição de leituras, de análises de certos trechos, até mesmo a cópia consciente, permitem a apropriação em sentido amplo dos conceitos. Há que se dizer que a *ruminatio* está também presente no gênero *Meditationes*, escolhido por Descartes para praticar o seu método analítico – aquele que lhe propicia o acesso às primeiras noções filosóficas. A edição original era até mesmo em formato de livro de bolso para permitir a retomada e a repetição do texto em qualquer lugar em que estivéssemos, tal qual os livros de meditações religiosas, como os breviários. A análise antropofágica de Castilho tem essa dimensão de decomposição e de regressão

³ Franco, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1976.

⁴ Soares, Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. *O filósofo e o autor*. Campinas, Editora Unicamp, 2008.

aos princípios de um pensamento, mas também um caráter inventivo na medida em que nos potencializa para pensar com o filósofo, ou melhor, pensar com a força do filósofo.

A Antropofagia quer ter acesso aos princípios vitais de um pensamento, pois a dificuldade está nesse ponto: como superar a violência expositiva de um filósofo, o jargão anestesiante de uma filosofia (que por vezes faz parecer que aprender um filósofo é aprender uma língua) e as leituras dogmáticas estabelecidas? Como não condenar o estudo de um filósofo à mera autópsia de um cadáver? Como transformar a análise anatômica prévia e necessária em fluxo fisiológico que restitui a vitalidade de um pensamento? A fórmula de Fausto Castilho para isso é: “Ler no original, mas pensar em vernáculo”.

Paradoxalmente é aprofundando o expediente da análise anatômica do texto que nos libertamos dela, no sentido de que nos apropriamos dos seus princípios vitais e pensamos por ele, com ele e a partir dele. O modo dessa assimilação é a leitura do texto na língua em que foi originalmente escrito. Para além do jargão que o especifica, o texto filosófico se revela numa determinada língua. Há algo de sagrado no texto clássico. Ele nos revela algo (ou mesmo o nada, conceitualmente falando). Contudo, essa revelação, como na do sagrado, é feita concretamente por uma língua. Por isso, os textos sagrados são intraduzíveis. Os mulçumanos que não falam árabe aprendem árabe para poder ler o *Alcorão*, pois se trata da língua divina. Os judeus puderam ressuscitar a língua hebraica porque a *Torá* é intraduzível. A tradição exigia até um limite diário de letras para as suas cópias. De certo modo, para o católico, o latim da versão inspirada de São Jerônimo cumpre o mesmo papel. Para o protestante, talvez poderíamos dizer que a decisão pela língua divina foi pelo grego.

Fausto Castilho considerava que o aprendizado de línguas era um modo de abertura para uma cultura filosófica e, ao mesmo tempo, um exercício de reflexão sobre

a própria língua. Em línguas mais do que em ciências, valeria *mutatis mutandis* a máxima de Descartes para as ciências: ao aprender uma língua (pelo menos, indo-europeia), de certo modo, se está aprendendo todas as outras. Os linguistas estruturalistas tendem a concordar com isso. Além disso, como dizia Hobbes, interpretação é poder. Quando se lê e entende a revelação filosófica, digamos assim, na sua língua, se segue mais adequadamente o que nela se mostra. A mediação se reduz e se pode passar a exercer plenamente o poder de interpretação. Para continuarmos com Hobbes, apesar de ser o autor que mudou por completo a tradição da Filosofia Política, não só conhecia profundamente a Bíblia e as questões referentes às suas traduções, mas também iniciou a sua vida de estudos com a tradução a partir do grego da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides – que até hoje é usada na universidade de língua inglesa – e terminou com a tradução da *Iliada* de Homero.

Ler no original⁵, para Fausto Castilho, seria ainda algo mais exigente, seria ler no sentido originário de (re)colher. Como (re)colhemos da melhor maneira o texto? Pela “tradução filosófica”, para usarmos uma feliz expressão de Ricardo Lima, em seu *Pensador Inquieto: uma Biografia de Fausto Castilho*⁶. Castilho sempre pensou a tradução como um exercício filosófico de assimilação radical do texto. Para entendermos melhor isso, podemos usar um depoimento de Marcos Seneda que se encontra no referido livro: “As aulas assim preparadas tinham um caráter rigorosamente técnico, porque, além

⁵ Fausto Castilho nos contava que, em Friburgo, num seminário de Heidegger a que ele assistia, perguntou ao Professor por que ele não usava a tradução francesa revista e autorizada por Descartes – pois pensava consigo, afinal, era o texto que se usava nas aulas da Sorbonne. Heidegger lhe respondeu então: “Wer hat Descartes auf Französisch gelesen? (Quem leu Descartes em francês?). Espinosa, Leibniz, Malebranche, Berkeley, Kant, Husserl...” Castilho dizia que parecia que ia concluir com Heidegger, mas, de repente, interrompeu a enumeração. A partir desse dia, começou, como exercício, a traduzir as *Meditações* do latim. A partir da edição de Michelle e Jean-Marie Beyssade no final da década de 70, a leitura de Descartes na universidade francesa retomou o latim como referência. No entanto, o cotejamento com a edição francesa é indispensável para o historiador da Filosofia, pois se trata de uma edição revista e ampliada pelo próprio Descartes. Nessa perspectiva, a edição francesa dos Beyssade e a edição brasileira de Fausto Castilho se pautam, a um só tempo, pelo latim e explicitam o cotejamento com o texto francês.

⁶ Lima, Ricardo. *O Pensador Inquieto: uma Biografia de Fausto Castilho*. Campinas, CMU-Unicamp, 2024.

de toda a questão teórica, havia o comentário minuciosamente ampliado de terminologia, dado o fato de que a oficina de tradução ainda estava toda montada no interior da cabeça do professor. Talvez a capacidade de penetrar tão profundamente nos textos sob análise proviesse não só de grande bagagem adquirida nos estudos filosóficos, mas também do trabalho pontual e exaustivo da tradução dos textos que estavam sendo examinados aula a aula”⁷.

Castilho traduzia, sobretudo, para estudar. As traduções publicadas são só uma parte do que traduziu. E, como já falamos, nas suas aulas, tínhamos diante de nós o filósofo Fausto Castilho filosofando. Havia a Filosofia que já estava nas suas notas de aula, mas também ela acontecia no exercício dialético com os alunos. No entanto, a base desse exercício era o texto. Castilho seguia a ideia de que a Filosofia se encontra no texto ou, pelo menos, não havia, paradoxalmente, pré-texto para filosofar sem o texto filosófico. Acompanhava a concepção heideggeriana de que não devemos principalmente interessar-nos pela Fenomenologia (ou a Filosofia em geral), mas pelas questões sobre as quais a Filosofia trata. Todavia, se perguntava, onde encontramos essas questões, onde nos damos conta dela senão nos textos filosóficos? O texto nos abre janelas para a paisagem filosófica. Eu mesmo ensaio um paradoxo castilhiano com meus alunos, quando digo que só conheci o meu corpo (*meum corpus*, o Leib), o corpo próprio, lendo os textos de Descartes, Husserl e Merleau-Ponty. Nesse sentido, o texto filosófico ele mesmo é uma tentativa de responder a uma questão filosófica e, quando o lemos, podemos nos dar conta da questão e da resposta proposta nos tornando correspondentes dos filósofos⁸. No

⁷ Op. cit., p. 352.

⁸ Encontramos essa questão da co-rrespondência muito bem pontuada por Oswaldo Giacoia em seu *Heidegger urgente*: “Se lemos Heidegger assim, então abandonamos toda a postura servil, para pensar com ele, a partir dele, mesmo contra ele – o que significa corresponder à sua interpelação e, assim, à interpelação da filosofia e de seus pensadores, cujo legado nos foi historicamente transmitido: ‘A palavra alemã Antworten (responder) significa propriamente a mesma coisa que ent-sprechen (co-responder). A resposta à nossa questão não se esgota numa afirmação que res-ponde à questão com uma verificação sobre o que se deve representar quando se ouve o conceito de “filosofia”. A resposta não é uma afirmação

âmago, a Filosofia é correspondente e comunitária, no seu tempo e extemporaneamente; comunitária numa dimensão não trivial e mundana, criando um espaço de insólita interlocução.

3.2.3. O acesso ao filosófico

Nessa perspectiva castilhiana, podemos superar o falso problema sobre o melhor modo de ensinar Filosofia, que opõe os defensores dos autores – em geral, associados ao estruturalismo francês – aos defensores de um estudo por temas ou problemas – comumente, associados aos partidários, em algum grau, da orientação analítica anglo-americana. Embora a diretriz metodológica estruturalista de sempre desconfiar mais de si do que do autor promova uma leitura rigorosa dos textos, as suas noções mais doutrinárias do que propriamente metodológicas de autor e de sistema podem ser extremamente limitadoras para a reflexão filosófica e já são mesmo muito desrespeitadas pelos próprios estruturalistas. Há textos que não são autorizados pelos autores, mas que são importantíssimos para o estudo. Por exemplo, a única obra de Espinosa completamente autorizada é o seu comentário aos *Princípios* de Descartes. *As regras para a direção do engenho* de Descartes não são uma obra acabada e autorizada, mas ela trabalhou muito⁹: foi lida pelos grandes comentadores, pelos filósofos cartesianos e possibilitou aos neokantianos terem uma outra compreensão do pensamento cartesiano. O “laboratório intelectual” do filósofo¹⁰, que é a sua correspondência, estaria de fora. Além disso, a

que replica (n'est pas une réponse), a resposta é muito mais a co-respondência (la correspondance), que corresponde ao ser do ente. Imediatamente, porém, quiséramos saber o que constitui o elemento característico da resposta, no sentido da correspondência' (Heidegger, M. Was ist das? – die Philosophie, p. 20)” (Giacoia Jr, Oswaldo. Heidegger urgente. São Paulo, Três Estrela, 2013, 114).

⁹ Para usar a expressão de Claude Lefort em *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris, Gallimard, 1972.

¹⁰ Expressão de Jean-Robert Armogathe e Bernard Bray (Cf. Descartes, R. Oeuvres complètes, VIII (La correspondance), vol.1. Paris, Gallimard, 2013, p.16).

própria a noção de sistema dificulta o entendimento do debate filosófico sincrônico e diacrônico, bem como o papel dos textos de formação, de influência e de interlocução.

Por outro lado, aqueles que defendem temas e problemas costumam acalentar duas ilusões: a primeira, a de que, por esquemas meramente formais, podemos compensar toda a erudição necessária a uma rica leitura dos textos; a segunda, a de que o questionário filosófico nasce espontaneamente, no cotidiano e na idiotia (no sentido etimológico, daquele que não sai de si), sem nenhum arrebatamento e provocação textual. No entanto, os grandes autores de orientação analítica leem estruturalmente textos e negam na sua prática as ilusões acalentadas pelos seus epígonos.

Para Fausto Castilho, o importante na sua orientação metodológica não era o autor nem o tratamento temático, mas o texto. Como dizia, há textos fundamentais sem autor, a começar pela *Iliada* e a *Odisseia*. Foram escritos por Homero? Ele era uma figura lendária? Os estudos apontam uma distância temporal significativa entre as duas obras, o que não permitiria que se tratasse do mesmo autor. Eram mais de dois? Mesmo que fosse um só, ele apenas sistematizou e deu forma ao gênio popular, a uma longa tradição oral estabelecida ao longo de séculos. Isso tem ligação com a sua concepção estética. Para Castilho, poderia haver uma estética do autor, do público ou da obra. No entanto, sua preferência era pela estética da obra. A obra é o que acontece e impacta, está para além da intenção do autor e da capacidade momentânea de recepção do público.

Obras artísticas e, de certo modo, também as filosóficas mexem com o *Cosmos*, com a ordem do mundo, são meteoritos que encontramos e que não se encaixam com nada ao redor e, por isso, nos obrigam a pensar, nos causam admiração e espanto. De onde veio? Por que veio? O que vamos fazer com isso? Essa perspectiva possibilitava o seu estudo e tradução de *Ser e tempo*, de Heidegger. Por mais que abominasse o nazismo de Heidegger, considerava o autor sem importância, um mísero detalhe, diante da obra

que produziu. Ou seja, reprovava por completo o autor, mas não a sua obra. Nisso também seguia a recepção da esquerda francesa da obra de Heidegger, a começar por Sartre e Merleau-Ponty. Para Castilho, a partir de uma concepção estética, a Filosofia segundo o seu conceito no mundo poderia, paradoxalmente, ser um personagem da Filosofia segundo o seu conceito na Escola, para pormos a questão em termos inversamente kantianos¹¹. Afinal, Sócrates – cuja conduta mais se aproximava da Ideia de um sábio – modelo de filósofo do mundo, é, para a tradição filosófica, um personagem de Platão.

Além disso, para Fausto Castilho, o texto se sobrepõe também ao tratamento temático e formalista da Filosofia e mesmo à pretensão dessa orientação de nos apresentar a Filosofia por problemas e questões. Em primeiro lugar, os temas são encontrados nos textos. Para começar, os temas que compõem o estudo das universidades desde o século XIII são os títulos dos livros de Aristóteles que, naquele momento, entram no Ocidente: Física, Metafísica, Ética, Política etc. Os textos descobrem o próprio assunto, a própria matéria de estudo, num processo parecido com a Arte, pois são as próprias obras que definem a História da Arte; suas categorias são posteriores às obras. Em segundo lugar, o formalismo pode ser um instrumento, mas ele mesmo foi descoberto nos textos e está em constante reconsideração por conta das pesquisas em andamento na área de Lógica. Ademais, como dissemos, assim como os textos nos mostram as matérias, assim também mostram o que há de problemático nelas, são eles que delineiam o questionário filosófico constituindo uma comunidade intempestiva de correspondentes.

¹¹ Kant, I. Manual dos cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002, III.

3.2.4.O segundo preceito do método: expressar-se em vernáculo

Diante então da obra, diante do texto, sobre o qual caberia o estudo, sua leitura no modo como foi originalmente disposto se impunha. Ter acesso ao questionário filosófico na sua plenitude é a sua primeira diretriz metodológica. Como então poderíamos passar para o segundo momento do método: pensar em vernáculo? Para tanto, temos de nos expressar em vernáculo. Fausto Castilho às vezes dizia também: “Ler no original, mas expressar-se em vernáculo”, como bem Anselmo Tadeu Ferreira recuperou no livro *Fausto Castilho: uma vida filosófica*¹². Expressar-se em vernáculo seria um preceito metodológico para o exercício do pensamento filosófico em vernáculo. Castilho sempre foi um grande cultor da Língua Portuguesa, tanto pela sua erudição literária, quanto pela sua exigência de correção linguística e gramatical – referenciada no latim e na resistência aos anglicismos decorrentes da pressão da indústria cultural.

Como podemos nos expressar em vernáculo? Traduzindo a obra filosófica e, assim, criando em português uma língua filosófica. Fausto Castilho tentava entender o sucesso da filosofia alemã, pois em menos de duzentos anos ela conseguiu tomar conta da pauta de discussões filosóficas: Kant, Fichte, Schelling, Hegel, Nietzsche, Schopenhauer, Husserl, Heidegger etc. Kant e a Escolástica alemã (Wolff, Baumgarten etc.) traduziram a terminologia latina para o alemão, bem como escreveram filosofia em alemão. Ou seja, tornaram o alemão uma língua de cultura filosófica. Não havia nenhum destino posto na língua que a habilitava para a Filosofia, como às vezes sonham alguns filósofos, mas foi apenas uma consequência do plano alemão, socialmente desejado e explicitado pela consciente condução da Prússia, para alcançar o mesmo grau de

¹² Ferreira, Anselmo Tadeu. *O problema do ser e o papel da linguagem: notas de um itinerário a partir das aulas do professor Fausto Castilho*. In: *Fausto Castilho: uma vida filosófica*, Org. por Soares, A.G.T.de e Oliveira, Hélio Ázara de. Campinas, PHI, 2022.

desenvolvimento científico, técnico e cultural de outros países europeus. A própria proposta humboldtiana de estabelecimento de uma universidade moderna é não só um resultado de um debate dos filósofos sobre as instituições no século XVIII – do qual participou Kant com seu *Conflito das faculdades* entre outros textos –, mas também foi potencializadora de todo o desenvolvimento científico e cultural alemão, na medida em que traz de vez a Academia para a Universidade. A partir de então, os filósofos voltam a ter a Universidade como locus propício para a elaboração do seu pensamento. Os filósofos, em regra geral, voltam a ser professores universitários. Em outros termos, a noção de planejamento estatal secundada pelo engajamento social, e não a da natureza da língua, é decisiva para a emergência da filosofia alemã.

A tradução filosófica é, portanto, não só um esforço sistemático e exaustivo de ler a obra filosófica, mas também um expediente para a criação de uma língua filosófica em português. A partir dela e da prática de escrever filosofia em português, teríamos as condições para a emergência de um pensamento brasileiro no cenário mundial da Filosofia. Fausto Castilho se via como alguém que poderia facilitar esse encontro entre a potência filosófica brasileira e o jogo filosófico mundial, na medida em que assimilou o pensamento e os conceitos de próceres do jogo filosófico e, assim, pôde contribuir para a criação do modo de expressar a filosofia em português. Essa contribuição para ele era a tarefa mais importante e a considerava mesmo pautada por imperativo moral, que o qualificava como filósofo antes do que como autor. Pois, mesmo que a nossa interpretação possa contribuir pouco para o esclarecimento ou interpretação do pensamento de um filósofo, a tradução pode ampliar o público leitor de Filosofia e cultivar uma língua filosófica para os estudiosos de uma determinada obra, ou seja, ela é mais certa que o ensaio interpretativo, por poder ampliar e reforçar a comunidade filosófica lusófona.

Por outro lado, se a tradução não fosse inédita, ela também poderia contribuir para fomentar o debate e para atualizar os estudos. É normal termos muitas traduções em outras línguas dos clássicos, na medida em que a tradução deveria ser sempre um esforço aproximativo e de trabalho conceitual. Assim, o cotejo entre as traduções é um forte instrumento formativo e de debate acadêmico. Além do mais, os textos em questão podem ser revistos por novas edições críticas, bem como o estado da arte da interpretação de um pensamento ou de uma obra pode ajudar na reconsideração de um texto. Há que se dizer que a língua é viva e esse caráter também tem de ser levado em conta. Publicações de novas traduções também são marcos do debate intelectual e podem chamar atenção para um determinado texto, renovando o seu estudo e as suas discussões.

Fausto Castilho procurou organizar mesmo um esforço coletivo de tradução na prática por suas iniciativas editoriais, em especial, pela Coleção da Editora da UNICAMP, que hoje recebe o seu nome e que deriva de duas coleções por ele criadas em 2004, a saber: a *Multilíngues* e a *Estudos de Filosofia Moderna e Contemporânea*. Em 1998, Fausto Castilho já havia participado ativamente da criação da Coleção do *Estudo Acadêmico* da Editora da Universidade Federal de Uberlândia, que foi a primeira coleção dessa Editora. Sua tradução do *Manual dos Cursos de Lógica Geral* de Kant inaugurara essa coleção, bem como foi em coedição o primeiro livro da referida Coleção *Multilíngues de Filosofia* da Editora da Unicamp. Nessas coleções publicou várias de suas traduções, como também convidou vários estudiosos brasileiros para participar desse desafio. Depois de traduções de Cícero, Tomás de Aquino, Hobbes, Descartes, Berkeley, Espinosa, Kant, Schopenhauer, Peirce, Wittgenstein, Vico etc., essas coleções se tornaram muito reconhecidas, adquirindo o estatuto de referência para a filosofia brasileira.

3.2.5. O estatuto do filosófico

Assim sendo, sua prática antropofágica da tradução filosófica é um procedimento metodológico para pensar em vernáculo segundo uma cultura a que atribuímos o epíteto de filosófica. Entendamos melhor no que consiste a ideia de cultura filosófica. Pensar em vernáculo sempre o fazemos, pois, para Fausto Castilho, o pensar tem várias expressões¹³: artísticas, científicas, técnicas, desportivas, filosóficas etc. Não temos dúvida da imensa riqueza da potência de pensar brasileira em várias dessas expressões. Como fundador da UNICAMP e organizador da sua área de Humanidades, pôde criar um dos mais ativos departamentos de Antropologia do Brasil, para, entre outras coisas, nos informar das inúmeras expressões da potência criativa e pensante dos povos originários. Esse é o ponto, assim como Castilho enquanto administrador nos pôs no jogo do cenário internacional em Linguística, Ciências Sociais, História, Economia etc., assim também queria fazer a mesma coisa com a Filosofia. Como dissemos, ele pensava muito o que era Filosofia a partir das Artes e da Literatura – talvez porque seus primeiros mentores eram grandes escritores, como Oswald de Andrade – e do jogo desportivo ou do esporte em geral – talvez uma ressonância da importância da Ginástica para Platão.

Com efeito, como Filosofia é ciência, paradoxalmente, sem a ser ao mesmo tempo e na medida em que não é se aproxima da Arte. Seguindo o caráter artístico, ela pulsa por ruptura, pela instauração de uma nova pauta, de outro estilo e da ampliação do seu questionário. No entanto, pauta e questionário lhe conferem um estatuto científico de diálogo e debate, como a do estabelecimento de regras, mas com a instabilidade do esporte, do jogo. Ou seja, a Filosofia seria como um jogo que se reinventaria a cada nova

¹³ Seu entendimento era uma espécie de versão coletiva da abrangência do pensamento individual em Descartes. Para quem, a coisa que pensa é “coisa que duvida, que entende, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente”. Descartes, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp, 2004, p.49.

temporada, cuja temporalidade é de prazo indeterminado. De um lado, queremos jogar e descobrir a verdade que é aceita como tal, de outro lado, queremos que os outros joguem conosco, joguem o mesmo esporte, mas no nosso campo. Queremos jogar filosofia em campos europeus, sobretudo, para assimilá-la, mas queremos também que joguem em campos brasileiros, que se interessem pela filosofia pensada e falada em português, que se interessem pela língua portuguesa. Do mesmo modo, queremos que se interessem pelas músicas cuja letra é escrita em português, pelo cinema falado em português, pelos nossos escritores – a começar por esse grande antropófago *avant la lettre* que foi Machado de Assis, que praticou a emulação com escritores de outros países. Nesses termos, podemos entender melhor o paradoxo de que uma filosofia pode ser grega ou brasileira e, ao mesmo tempo, não o ser. Como ciência, como jogo cujas regras são compartilhadas, só há a filosofia ponto; mas como Arte, como estilo de jogo e de mudar o jogo é grega ou brasileira. Se temos dificuldade de dizer que há uma Matemática francesa ou alemã, não temos ao nos referirmos à Pintura, por exemplo.

Nesses termos, a Filosofia é também um modo de expressão, que permite que se estabeleça a agonia do diálogo, ou seja, a tensão do jogo. A Filosofia definida por esse jogo quiçá europeu, no sentido de ideia de Europa husserliana, na medida em que a ideia de Europa pode ser, paradoxalmente, anti-eurocêntrica ou anti-etnocêntrica¹⁴. Esse jogo cria a sua própria cultura filosófica, no sentido de um cultivo de um pensar que desafia as autoridades da sua própria cultura. Os filósofos gregos foram ao seu modo perseguidos, condenados, desterrados por se confrontarem com as autoridades da cultura grega. Luciene Maria Torino bem pôs esse traço de que o que caracteriza o discurso filosófico é procurar não se pautar por autoridades, é procurar construir a sua própria força a partir de

¹⁴ Isso é bem trabalhado no comentário que Pierre Guenancia faz no seu livro *La voie de la conscience*, Paris, PUF, 2018. Cf. Guenancia, P. *L'homme sans moi : essai sur l'identité* Paris, PUF, 2023.

seus próprios argumentos em disputa¹⁵. Talvez essa ideia regulativa seja o traço mais longo do discurso filosófico, talvez a regra mais antiga do jogo filosófico.

Há que se dizer também que há uma outra regra: a dos autores. Paradoxalmente, o discurso filosófico não é dos filósofos, mas dos autores. Usamos aqui uma oposição elaborada por mim, sob a orientação de Fausto Castilho¹⁶. A expressão filosófica no jogo mundial é das obras filosóficas, cujo indicador de diálogo é o autor. Mesmo que um autor seja secundário diante da obra, ela é escrita por um autor. O jogo filosófico se faz por livros e textos, ao passo que a Filosofia no sentido dos filósofos não exige autoria. Essa diferença pode ser traduzida, em termos kantianos, naquela a que já nos referimos: entre a Filosofia segundo o seu conceito de mundo e a segundo o seu conceito na Escola. Assim como, no cenário científico, em que a expressão é textual, feita por artigos ou livros, assim também o jogo filosófico se estabelece a partir de textos. No entanto, ser filósofo é algo bem mais amplo, na medida em que recobre o campo da moralidade, outras expressões de sabedoria e o próprio silêncio. De certo modo, tudo isso traduzimos em termos textuais e segundo as regras do jogo, para que possa entrar no diálogo filosófico. Como dissemos, foi assim que Platão fez com Sócrates e é, assim, que fazemos com a religiosidade africana ou com a cultura indígena, na medida em que se tornam personagens conceituais do discurso filosófico. O autor Montaigne nos mostra, por exemplo, a força filosófica do canibal tupinambá.

¹⁵ “É por isso que a Filosofia, historicamente, é um acontecimento grego. Mas ela não é grega porque no exercício contínuo e permanente da “dissolução das autoridades” e da reposição e reiteração permanente do Desejo, do Eros, da dúvida e da pergunta, a Filosofia se emancipa da sua determinante história, do seu contexto irrompido na assembleia dos guerreiros-hoplitas e torna-se essa atitude de sempre indagar, de sempre questionar, reabrindo incessantemente o espaço da disputa” (Torino, Luciene Maria, *Travessias filosóficas*. São Paulo, FTD, 2021, p. 12).

¹⁶ Cf.: Soares, Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. *O filósofo e o autor*. Campinas, Editora Unicamp, 2008.

Nessa perspectiva das autoridades, o próprio discurso filosófico, bem como o termo *Filosofia* se tornaram uma autoridade, para o bem e para o mal. Há que se notar que autor e autoridade procedem da mesma raiz, do verbo latino *augere*, que é aumentar, acrescentar. Originalmente sua autoridade vem do fato de que nos acrescentam, nos tornam melhores, mais sábios. Usemos dois pensadores a que Fausto Castilho recorre para pensar a noção de autoridade: Aristóteles¹⁷ e Passerin D'Antrèves¹⁸. Aristóteles permitia pensar a inclusão da competência técnica como autoridade que confrontaria à da maioria. D'Antrèves, por sua vez, permitiria pensar a partir das esferas da legitimidade, legalidade e força e de seus avatares: o mestre, o juiz e o general. De certo modo, a autoridade do juiz e do general é pautada pela força seja da maioria engajada pela lei, seja subjugada pela violência. A figura do mestre, que reencontra a competência técnica à sua maneira, tem a aura divina da moralidade, daquilo que se apoia em argumentos e pretende vocalizar a própria razão. Paradoxalmente, aquele que tem maior poder moral é aquele que tem menor poder no sentido da força física. No *De Magistro*, isso foi muito elaborado por Santo Agostinho na figura do Cristo, o verdadeiro Mestre. Castilho era consciente, entretanto, da crítica contemporânea à ambiguidade da autoridade da doutrina, da ciência e, sobretudo, daquilo que representa o seu ápice, a saber, a Filosofia, na medida em que pode compor um discurso de poder ou ser um signo mundano do conhecimento. Era consciente ainda, na esteira de Kant, do paradoxo profundo da Filosofia – e de tudo que avoca o estatuto de sabedoria –, a de que ainda não a temos¹⁹, de que não sabemos exatamente de que se trata. Todavia, por isso mesmo também, a buscamos; de que só

¹⁷ Aristote, *Topiques*. Paris, Les Belles Lettres, 2002.

¹⁸ Passerin d'Entrèves, A., *The notion of the State*. Oxford, Oxford University Press, 1967.

¹⁹ “Como a filosofia poderia propriamente ser apreendida, se em Filosofia cada pensador edifica a sua obra, por assim dizer, sobre as ruínas de uma outra e nenhuma jamais alcançou um estado de permanência em todas as suas partes? Por isso, por seu fundamento, **ainda não há Filosofia**. Mas, mesmo supondo que ela existisse efetivamente, que a apreendesse não poderia dizer-se filósofo, pois o seu conhecimento dela ainda continuaria sendo, sempre, apenas histórico subjetivo” (Kant, I. Manual dos cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002, p. 47).

poderia tentar filosofar e procurar ensinar a filosofar a partir do ensino da Filosofia – isto é, do conhecimento histórico dos textos dos autores²⁰, ou seja, a estudar guiado pelas regras do jogo filosófico e das suas obras que nos arrebatam, abrindo-se, entretanto, a todas as manifestações do espírito filosófico não codificado. Nesse sentido, procurava desmistificar qualquer monopólio na Filosofia, bem como estava disposto a examinar tudo o que se propunha filosófico desde que revelasse intenso e extenso estudo.

3.3.O autor Fausto Castilho

3.3.1. O conceito de Brasil

Para além da *ratio studiorum* castilhiana, do que dizia respeito ao que lhe era estritamente filosofante na dimensão propriamente dita do jogo filosófico, da autoria em regime de antropofagia, o filósofo Fausto Castilho se dedicou à Filosofia Prática na sua elaboração do conceito de Brasil e na sua reflexão sobre o conceito de Universidade, e mesmo à Prática propriamente dita como construtor de instituições, a começar pela sua participação visionária na fundação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); dedicou-se também à Filosofia Teórica no seu esforço de reorientar a Filosofia pela Cosmologia e, por conseguinte, por pensar a cultura do óbvio.

O destino do Brasil era uma paixão de sua geração, que nos anos 40, 50 e 60 tinha a esperança de que o País, ao mesmo tempo, resolvesse os seus problemas internos,

²⁰ Marcos César Seneda expôs muito bem o paradoxo que surge da seguinte passagem do *Manual dos Cursos de Lógica Geral* de Kant: “A partir da mencionada diferença entre conhecimentos objetivamente racionais e subjetivamente racionais, fica claro também que, sob certa consideração, se possa aprender Filosofia sem poder filosofar” (Kant, I. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002, p. 25). “A incongruência está em que aquele que ensina pode ensinar Filosofia, mas não pode ensinar a filosofar. Do ponto de vista do aprendiz, quem recebe o ensino pode apreender Filosofia, mas esse ato não assegura que ele possa aprender a filosofar” (Seneda, Marcos César. *Kant e a ideia de educação concebida de um ponto de vista cosmopolita*. In: *O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia*, Org. Guido, H; Almeida Jr e Danelon, M. Uberlândia, EDUFU, 2014, p. 196).

assumisse um protagonismo econômico no mundo e o conduzisse politicamente a um novo entendimento entre as nações a partir da sua afetividade própria. Nesse sentido, Fausto Castilho participava de um gênio coletivo a serviço do “país do futuro”, para usar uma marcante expressão de Stefan Zweig. Tínhamos, por exemplo, Gilberto Freire, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Álvaro Vieira Pinto, Michel Debrun, Celso Furtado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Sérgio Milliet, Paulo Emílio Sales Gomes, Caio Prado Júnior e muitos outros explorando as diversas facetas do Brasil. Castilho era leitor ou interlocutor desses e de outros intelectuais com essa orientação.

Para Fausto Castilho, estudar Filosofia ou Humanidades no Brasil exigia estudo e interesse pelo conceito de Brasil. Fausto mantinha, ao lado da sua imensa biblioteca de Filosofia e Humanidades, uma Brasileira, para apoiar o seu estudo do Brasil, bem como de colegas e alunos. Era, por um lado, um conceito filosófico, porque estava sendo estudado, pois ninguém sabe bem o que é esse país das Américas que foi tomado pelos europeus e cuja herança dessa ocupação contrastava tanto com a América do Norte pela sua criatividade, talento artístico e afetividade característica. O Brasil é um acontecimento cujo conceito ainda se encontra em elaboração, como no caso da própria Filosofia. Essa era a perspectiva castilhiana. O Brasil é, sem dúvida, um tema interdisciplinar que convoca diversas áreas do conhecimento para ser estudado e, por conseguinte, é assunto de Filosofia. Para Castilho, também era um dever moral estudar o lugar onde se filosofa. *Last but not least*, diferentemente de países que surgem por uma História contínua em que há rupturas brandas, mas não há a emergência *ab ovo* – como na Europa e na Ásia em que boa parte dos países, de certo modo, existiam desde tempos imemoriais –; nas Américas, os países surgem do nada: da destruição do que já existia, do deslocamento proposital e forçado de populações que tinham uma outra História. Desse modo, nos

caberia principalmente pensar o Brasil, esse meteorito cujo próprio nome mudou algumas vezes: onde estamos, de onde viemos, para onde vamos?

Para pensar o “de onde viemos?”, Castilho procurou elaborar uma teoria dos dois eixos brasileiros, numa espécie de proposta geofilosófica. Apoiava-se mesmo no trabalho dos geógrafos²¹ para propor esse tratamento. O primeiro eixo era o do Estado, mas sobretudo do Estado Português, ou melhor, da Corte de Portugal e do modo como colonizou o Brasil. É o eixo da cabotagem, ou eixo da costa, consagrado pelas suas duas primeiras capitais portuárias, Salvador e Rio de Janeiro. Por mais que Portugal tenha feito incursões de ocupação do território, conseguindo superar os holandeses nesses feitos – como nos mostra a disputa que houve por Pernambuco entre esses dois povos no século XVII²² –, ainda era muito aquém da imensidão do território. Nesse ponto, retomava a sua reflexão estratégica inspirada pelas aulas de Raymond Aron e problematizava o conceito de ocupação. Uma coisa é invadir, outra coisa é ocupar. Para começar, a fim de que a invasão se configure minimamente como conquista, é preciso ter infantaria para ocupar de certo modo o território. Como dizia, “ninguém vence guerra sem infantaria”. Mas, depois, vem o difícil exercício da ocupação. Há vários níveis de ocupação. Foi o drama, por exemplo, da ocupação dos aliados em relação à Alemanha depois da Segunda Guerra, pois não era possível propriamente ocupar fábricas, universidades, laboratórios, repartições públicas sem substituir boa parte dos seus técnicos com a mesma qualidade. Tarefa essa que se mostrou inviável. Assim sendo, a ocupação do Brasil é um processo em curso, ainda hoje estamos ocupando esse imenso País, cujo Estado garantiu a sua

²¹ Cf.: Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo: Hucitec, 1984.

²² Cf.: Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2007. Cf.: Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

integridade territorial²³. Talvez seja uma das principais contribuições do eixo Norte-Sul para o Leste-Oeste.

O Leste-Oeste é justamente esse eixo social da longa ocupação. Nos Eixos cruzam-se duas Histórias, uma, digamos oficial, do Estado, dos dispositivos legais, dos burocratas, e outra da sociedade, dos movimentos sociais profundos e espontâneos. O processo de ocupação do eixo Leste-Oeste, do eixo sertanejo, já operara em boa medida na ocupação de Minas Gerais e de São Paulo. Tropeiros e bandeirantes são alguns dos personagens mais antigos desse processo. Por exemplo, São Paulo ainda no século XIX não falava português, mas a língua geral de origem tupi. O processo de ocupação continuou no Sul e continuou e continua em Mato Grosso, Goiás, Tocantis, Amazônia etc. Hoje um dos grandes problemas políticos brasileiros é a regulação desse processo social de ocupação cujo Estado não consegue controlar e cujo alcance ameaça o meio ambiente. A ideia de Castilho seria reorganizar os estudos das diferentes disciplinas a partir da orientação desses eixos, reunindo a contribuição dos diferentes pensadores do Brasil.

Para pensar o “Onde estamos?”, Fausto Castilho propunha repensar a dinâmica da análise política brasileira. Formado na tradição marxista e tradutor de Marx, aluno e promotor do curso da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) da ONU em São Paulo – que permitiu, sob sua organização, termos um Departamento em Campinas que fosse uma alternativa desenvolvimentista às escolas financistas existentes –, começou a considerar a análise marxista de classes insuficiente para se pensar a realidade brasileira, pois a sociedade brasileira estava ainda em processo de formação. Era preciso pensar o assunto dos eixos, a partir do Estado e das elites que o disputam. Castilho então se valia

²³ Castilho, Fausto. *Considerações em torno do contencioso*. In: *A constituinte em debate*, Org. por Luiz Salinas Fortes e Milton Meira do Nascimento. São Paulo, Sofia Editora SEAF, 1987, pág. 111.

dos teóricos italianos da elite (Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Roberto Michels) para dizer que, assim como pertencer a uma classe não é uma questão de escolha – é socialmente definido, o mesmo acontece com formação sócio-estatal de cada elite brasileira. Para ele, há quatro elites que disputam o Estado: a sindical, a empresarial, a partidária e a militar. Dinâmicas internas definem a elite de cada um desses segmentos e sua condição depende de quanto do Estado elas se apropriam para o seu segmento. Elas são a expressão de uma manifestação social de corporativismo e de ausência de uma sociedade que possa reivindicar um horizonte universalista. São também o resultado da exploração dessa incipiente sociedade civil por mediação do Estado. Para conferir um estatuto de elite aos militares, Castilho teve de modificar alguns dos conceitos dos teóricos italianos da elite, na medida em que os militares já são agentes do Estado e não são propriamente um segmento social. O mais impressionante, entretanto, é que esse quadro é validado pelos acontecimentos dos últimos cinquenta anos e pela permanência de muitos dos óbices ao desenvolvimento pleno da sociedade civil: corporativismo, patrimonialismo, cartorialismo etc. Além disso, o conflito de interesses dessas elites sempre é uma ameaça à democracia brasileira, pautada em sua História por tentativas e golpes de Estado.

Para pensar o “Para onde vamos?”, Fausto Castilho mobilizava o seu conceito de Planejamento Econômico e Social e trabalhava para a construção de instituições. Na referida época do desenvolvimentismo, Castilho contribuiu para a consolidação de instituições públicas no Paraná, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Araraquara (onde recebeu e dialogou com Jean-Paul Sartre sobre a coerência de sua filosofia²⁴) e na Secretaria de Educação e Cultura da Cidade de São Paulo no Gabinete do

²⁴ A partir de uma questão formulada por Fausto Castilho sobre a compatibilidade das teses d’*O Ser e o nada* e da *Crítica da razão dialética*, Sartre decide respondê-la em uma conferência (Sartre, J.-P. *Sartre no*

Faria Lima – que representava a esperança do fim da ditadura militar e do retorno à democracia. Não obstante, se destacou sobremaneira como fundador da Universidade Estadual de Campinas e como organizador da sua área de Humanidades. Ambiguamente a ditadura militar, foi herdeira e maior algoz do desenvolvimentismo brasileiro. Herdeira ao ter propiciado o grande desenvolvimento da indústria nacional, algoz na medida em que não promoveu a reforma agrária como deveria no momento o mais oportuno, pois a maior parte da população brasileira ainda estava no campo. Em vez de ricas cidades de pequeno e médio porte pelo Brasil, temos hoje cidades inchadas e inadministráveis como Rio de Janeiro e São Paulo. Por isso, o Estado impôs uma grande dificuldade para o desenvolvimento da sociedade civil, não contribuindo para a superação da sua estrutura escravocrata e profundamente desigual²⁵. Esse ônus social dificulta o próprio desenvolvimento econômico do País, não permite que a presença afetiva característica tenha o devido poder de influência no destino do mundo e adia o futuro do “País do futuro”, que avançou um pouco como planejado, mas não como poderia.

3.3.2. A Universidade Filosófica

O primeiro Departamento da área de Humanidades da UNICAMP foi justamente o Departamento de Planejamento Econômico e Social, resultado do referido curso da CEPAL e da ideia de que teríamos uma alternativa democrática à Escola econômica do regime militar, que não dava a devida atenção ao planejamento e desenvolvimento social. Nesses termos, o fim do planejamento seria a promoção social e o seu meio os

Brasil: a conferência de Araraquara: filosofia marxista e ideologia existencialista. Edição bilíngue com tradução para o português de Luiz Roberto Salina Fortes. São Paulo, Paz e Terra, 1986).

²⁵ Castilho, Fausto, *As determinantes da longa duração e sua conversão: o impasse*. In: *O pensamento em crise e as artimanhas do poder*. São Paulo, Editora UNESP, 1988, p. 103.

instrumentos da Economia. Era um momento em que o Brasil disputava com a China a noção de Planejamento, pois o PIB chinês ainda era inferior ao brasileiro.

Depois de ter construído o Departamento-embrião do atual Instituto de Economia da UNICAMP, dedicou-se à organização do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A sua formação francesa na Sorbonne e o seu contato com a Universidade de Besançon lhe permitiram trazer para o Brasil a ideia de uma formalização das Ciências Humanas pela Linguística Estrutural – o que tornou o projeto de uma Universidade com ampla área humanística palatável durante o regime militar. A partir disso pôde organizar um Instituto de Ciências Humanas (IFCH), em que havia Economia, Linguística, Antropologia, Sociologia, História, com marcada especificidade, o que nessas áreas lhes confere o estatuto, por assim dizer, de Escola de Campinas. No entanto, não conseguiu organizar o Departamento de Filosofia, pois foi cassado da Universidade e perseguido pelo regime militar antes de poder concluir o seu IFCH. Após a redemocratização, retornou à referida Universidade e pôde organizar a Graduação em Filosofia, engajando o Departamento de Filosofia que já existia e outras estruturas correlatas na realização de seu projeto de uma Escola filosófica de Campinas.

Temos, entretanto, de comentar o seu conceito de Universidade e o seu papel não só na organização de uma grande área da Unicamp, mas no seu todo. Na sua reflexão registrada em um livro organizado por mim²⁶, Fausto Castilho procurava pensar a História do conceito de Universidade e seus principais momentos: a Universidade Medieval, a reentrada de Aristóteles na Europa, a emergência das academias e o distanciamento da universidade da ciência moderna e a proposta humboldtiana de incorporação das academias e da pesquisa à universidade – a Universidade de Berlim e o efeito de sua

²⁶ Cf. Castilho, Fausto. O projeto da Unicamp e o conceito de universidade. Org. de Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. Campinas, Editora Unicamp, 2008.

proposta sobre as outras universidades do mundo. Por outro lado, pensava também a resistência ibérica à reforma da Universidade – passando pelo sucesso do partido ibérico no Concílio de Trento e pela malograda tentativa de reforma pelo Marquês de Pombal – e, em particular, a brasileira, que se amplia por uma resistência à própria instituição Universidade no País. No Brasil, as universidades são extremamente tardias se compararmos com as universidades de outros países das Américas. Elas ainda não completaram cem anos! Para Castilho, além da resistência para se reformar, a universidade portuguesa preferia formar a classe dominante brasileira a concordar com a criação de uma Universidade na sua colônia. Esse quadro mudou lentamente a partir da independência do Brasil. Havia então o projeto de uma Universidade. Porém, ele foi adiado em prol de uma solução mais prática, a criação de Faculdades profissionalizantes para formar advogados, médicos e engenheiros. Anísio Teixeira nomeou esse processo de Praticismo, o de pôr a Faculdade antes da Universidade. A cultura decorrente da formação nessas Faculdades profissionalizantes gerou o bacharelismo – como Sérgio Buarque de Holanda o chamava –, em que a distinção social proveniente do título universitário era mais importante que o conhecimento.

Assim, o sistema brasileiro de Ensino Superior que se configurava numa determinante de longa duração já no mundo ibérico, na colônia e no Império independente se reforçava ainda mais. Além de praticista e bacharelista, o sistema é: ensinista (privilegia o ensino ao não ter o horizonte de estudo e pesquisa), profissionalista (o conhecimento tem estatuto completamente instrumental, voltado para a formação de profissionais, não para o cultivo da ciência), isolacionista (as faculdades isoladas se bastam, mesmo quando dispostas numa universidade resistem corporativamente à integração; por vezes as universidades podem parecer um arquipélago de faculdades), privatista (com currículos que se submetem ao interesse das empresas e que, por isso,

criam uma demanda para que a própria faculdade possa funcionar como empresa), autodidatista (como o conhecimento trabalhado é instrumental, acaba por deixar que o interesse propriamente pela ciência seja uma opção individual) e substituísta (na medida em que procura sempre uma solução menos onerosa à contratação de um pesquisador qualificado em dedicação exclusiva).

Fausto Castilho analisou a reação brasileira à determinante de longa duração do seu sistema de Ensino Superior nos casos dos projetos da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília. Neste último caso, Castilho pôde colaborar na discussão do projeto com Darcy Ribeiro.

Há que se dizer, em primeiro lugar, que se trata de uma luta constante, pois nunca houve a supressão dessa determinante. Cabe dizer também que, em relação ao projeto de Anísio Teixeira para a Universidade do Brasil, a crítica era à posição do Instituto de Educação no centro da Universidade, no lugar do Instituto de Filosofia – talvez uma das primeiras iniciativas para formar uma faceta mais moderna do Sistema de Ensino Superior, a saber: o pedagogismo – que pretende deslocar o ensino do conteúdo científico – que exige estudo reiterado para sua assimilação – para um método genérico, calcado numa noção obscura de prática, que operaria como uma solução fácil para os problemas educacionais.

O que estava em jogo em todos os casos era a definição do centro partir do qual o todo orgânico da universidade funcionaria, para que ela não fosse uma mera justaposição ou arquipélago de faculdades. No projeto da USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desempenharia o papel de centro. Na UnB, o conceito de pôr a Filosofia e as ciências fundamentais no centro também estava presente. Além disso, nessa última já havia o estabelecimento da diferença entre Instituto – para organizar as ciências fundamentais – e Faculdades – para organizar a ciência aplicada. Uma outra diferença

importantíssima foi a do campus: o da USP foi adiado por muito tempo e até hoje não foi concluído, pois Faculdades que existiam antes da universidade, como a de Direito e de Medicina, ainda não se deslocaram para lá. Além disso, construído de modo dispersivo, dificulta a integração de suas unidades, que são muito distantes para aquele que caminha a pé. No caso da UnB, a solução foi conter os institutos centrais num prédio cuja expansão, entretanto, de qualquer um de seus setores é arquitetonicamente inviável.

Diante desse quadro, Fausto Castilho pensou num projeto de Universidade moderna para o Brasil inspirado na proposta humboldtiana e que punha o ensino como uma consequência do estudo e da pesquisa. Para Castilho, a pesquisa em sentido forte e em todo o seu alcance era praticada, sobretudo, pela Filosofia e pelas ciências fundamentais. Para começar, a Filosofia é a própria expressão da pesquisa, reiterada por ela o tempo todo, pois ela não está dada, como Kant nos lembra. Além disso, a ciência que realmente é inovadora e que pauta toda a técnica por longos períodos é a fundamental. É nesse plano que também se dá a interdisciplinariedade propriamente dita. Ou seja, trata-se de uma robusta razão para que o centro da Universidade tenha de ser marcadamente da Filosofia e das ciências fundamentais. Para concretizar isso e tentar superar os óbices aos projetos da USP e UnB, Castilho propôs em 1963 o campus radial para a Comissão encarregada pela fundação da Universidade Federal do ABC. Seria um campus com círculos concêntricos; o menor com os institutos de Filosofia e ciências fundamentais; o subsequente com as faculdades de ciências aplicadas na projeção dos institutos que mais lhe diriam respeito; no círculo seguinte, os órgãos complementares à projeção. Quando do golpe militar, a Comissão foi dissolvida, o projeto abortado e Castilho teve de se exilar por algum tempo.

Todavia, como já dissemos, em condições mais favoráveis pela perspectiva do retorno à democracia, sua ideia voltou à pauta alguns anos depois no momento da

organização da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Seu campus e seu logotipo carregam a expressão de uma ousada definição do centro da Universidade, que pôs a Filosofia no principal papel por cuidar por excelência do próprio conhecimento, sendo, por conseguinte, a área cuja pesquisa é a mais intensa e as possibilidades de interdisciplinariedade, as maiores.

3.3.3. A Descosmificação

Quanto à sua Filosofia Teórica, digamos assim, Fausto Castilho queria retomar o primado da Cosmologia em relação à Psicologia. Para ele, a Escola fenomenológica, por mais que tenha problematizado a relação com a Psicologia, acabou por privilegiar avatares da alma, como a consciência ou a existência. Considerava importante a discussão cosmológica do século XVII, que no campo da Filosofia havia vislumbrado uma mudança radical nessa temática: o processo de descosmificação. A partir de então, o tratamento dessa temática foi gradualmente se tornando mais exclusivamente científico e se distanciando da Filosofia. Nesse sentido, seria preciso retomar o século XVII, bem como entender a cultura do óbvio, que corresponde à situação filosófica da Cosmologia clássica e que imperaria até hoje no debate filosófico. Luciene Maria Torino, em seu texto *Cultura e erosão do óbvio no horizonte do problema da “Lebenswelt”: a modernidade no pensamento de Fausto Castilho*, nos apresentou muito claramente o conceito castilhiano de cultura do óbvio²⁷.

A Fenomenologia husserliana e a heideggeriana nos deram, pois, possibilidades de descrever a situação filosófica da Cosmologia clássica. Porém, não teriam avançado

²⁷ Torino, Luciene M., *Cultura e erosão do óbvio no horizonte do problema da “Lebenswelt”: a modernidade no pensamento de Fausto Castilho*. In: *Fausto Castilho: uma vida filosófica*, Org. de Soares, A.G.T.S. e Oliveira, H.A. Campinas, PHI, 2022, pp. 197-248.

muito na tematização do processo de descosmificação. O fio condutor para o entendimento dessa temática seria acompanhar o processo de erosão da sua principal categoria, a saber, a da substância. Esse fio condutor poderia manter a interrogação filosófica viva em relação à descosmificação.

Uma parte do esforço de Fausto Castilho para pensar o grande tema do processo de descosmificação encontramos em *Husserl e a via redutiva da pergunta-recorrente que parte da “Lebenswelt”*²⁸, livro oriundo da sua aclamada tese dos anos 70, publicado em 2015, ano de seu falecimento, na Série *Estudos de Filosofia Moderna e Contemporânea* da Coleção *Fausto Castilho* de Filosofia e por ocasião da comemoração de 50 anos da Unicamp. Trata-se de um trabalho marcado por um enorme rigor estruturalista no tratamento dos textos, em que, ao mesmo tempo, um tema filosófico que o arrebatava se delineava, constituindo um mapa do questionário castilhiano em filosofia especulativa. O gesto antropofágico de Fausto Castilho nesse domínio também se mostrava, pois assimilou por completo o fundamento filosófico da cosmologia clássica europeia, ainda hoje dominante em sua filosofia, e a pôs em pé de igualdade com as cosmologias de todas as outras culturas, na medida em que todas se pautam também pela cultura do óbvio. Encontrou então um tema para o qual ainda não temos conceito que lhe dê conta nem Filosofia que o permita pensar. Não se trata tampouco do caos, pois nos sentimos no Cosmos e nos orientamos por ele, embora ele esteja nos escapando. E o indicador desse processo no interior da própria Filosofia é a longa história de erosão de sua categoria chave, a de substância. De fato, a questão é que ainda não conseguimos compreender filosoficamente o fato científico bruto de que não estamos de pé, nem estamos no centro de nenhum lugar.

²⁸ Castilho, Fausto. *Husserl e a via redutiva da pergunta-recorrente que parte da “Lebenswelt”*. Campinas, Editora Unicamp, 2015.

Fausto Castilho precisava que a noção de óbvio é o da via que está diante nós, da via fácil que se põe para frente. Trata-se do adiantar-se, do que se abre para o futuro, da futurição. A ciência descosmificadora altera, aos poucos, a direção do tempo. Enquanto o óbvio se volta para o futuro, a descosmificação procura se voltar para o passado. Por exemplo, o segredo do universo não está no fim dos tempos, mas no remotíssimo passado; o segredo da vida não está na morte, mas no pré-natal, na Genética. Por outro lado, certa vez Castilho ilustrou muito bem a questão da cultura do óbvio a partir da Escola de Atenas de Rafael. Há que se dizer que é uma cultura: a cultura de quem tem *cosmos*, que seria uma cultura ineliminável, de fato, como Husserl mostrava a partir da *Lebenswelt*. Encontramos assim o óbvio na situação de *cosmos*, que ele preferia nomear por recinto, o que está fechado, o que está cercado. No referido quadro de Rafael, Platão e Aristóteles indicam as duas possibilidades para pensarmos no recinto, para fundamentarmos no recinto. Platão aponta para cima, para o princípio do qual tudo está dependurado, ao passo que Aristóteles aponta para baixo, para o chão, sobre o qual tudo subjaz, tudo se assenta²⁹. O desafio que se põe então seria: como poderíamos pensar para além do recinto sem nunca poder deixá-lo?

²⁹ *Entrevista com Fausto Castilho: uma vida filosófica*. Organização de Marcos César Seneda, Luciene Maria Torino e Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. In: *Educação e Filosofia*, Uberlândia, volume 27, número 53, 2013, pp. 65-6.

Referências Bibliográficas

Andrade, Oswald. Obras completas: A utopia antropofágica, Manifesto antropófago. São Paulo, Globo, 2011.

Castilho, Fausto. Husserl e a via redutiva da pergunta-recorrente que parte da “Lebenswelt”. Campinas, Editora Unicamp, 2015.

Castilho, Fausto. O projeto da Unicamp e o conceito de universidade. Organização de Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. Campinas, Editora Unicamp, 2008.

Castilho, Fausto. Cursos para a Graduação. Campinas, mimeograf., 2000.

Castilho, Fausto. Seminários sobre análise de elites. Campinas, mimeograf., 1995.

Castilho, Fausto. Seminários sobre o Brasil. Uberlândia, mimeograf., 2012.

Castilho, Fausto, As determinantes da longa duração e sua conversão: o impasse. In: O pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo, Editora UNESP, 1988. 103 e 104.

Castilho, Fausto. Considerações em torno do contencioso. In: A constituinte em debate, Org. por Luiz Salinas Fortes e Milton Meira do Nascimento. São Paulo, Sofia Editora SEAF, 1987.

Castilho, Fausto. Entrevista com Fausto Castilho: uma vida filosófica. Organização de Marcos César Seneda, Luciene Maria Torino e Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. In: Educação e Filosofia, Uberlândia, volume 27, número 53, 2013.

Descartes, R. Meditações sobre Filosofia Primeira. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp, 2004.

Franco, Afonso Arinos de Melo. O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro, Topbooks, 1976.

Giacioia Jr, Oswaldo. Heidegger urgente. São Paulo, Três Estrelas, 2013.

Guenancia, Pierre. La voie de la conscience, Paris, PUF, 2018.

Guenancia, Pierre. L’homme sans moi : essai sur l’identité. Paris, PUF, 2023.

Holanda, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

Kant, I. Manual dos cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002.

Lima, Ricardo. O pensador inquieto: uma biografia de Fausto Castilho. Campinas, CMU-Unicamp, 2024.

Mello, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada. Rio de Janeiro, Editora 34, 2007.

Monbeig, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

Montaigne, Michel de. Les essais. Édition Villey-Saulnier. Paris, PUF, Quadrige, 2004.

Sartre, J.-P. Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara: filosofia marxista e ideologia existencialista. Edição bilíngue com tradução para o português de Luiz Roberto Salina Fortes. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

Seneda, Marcos César. Kant e a ideia de educação concebida de um ponto de vista cosmopolita. In: O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia, Org. Guido, H; Almeida Jr e Danelon, M. Uberlândia, EDUFU, 2014, pp. 195-214.

Soares, A.G.T.S. e Oliveira, H. A. (Orgs.). Fausto Castilho: uma vida filosófica. Campinas, PHI, 2022.

Soares, Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. O filósofo e o autor. Campinas, Editora Unicamp, 2008

Torino, Luciene Maria, Travessias filosóficas. São Paulo, FTD, 2021.

4. O autor, ou melhor, o filósofo: a filosofia paratextual de Descartes

4.0. Pré-texto

Iniciei a minha pesquisa filosófica, no meu segundo ano de Graduação, com uma bolsa de um projeto coletivo em História da Ciência do Centro de Lógica, Epistemologia e Filosofia e História da Ciência (CLE) da UNICAMP. Quando emprego o termo pesquisa, uso-o como uma categoria mundana, capturada pela burocracia, consagrada pelas agências governamentais para se referir, de algum modo, ao Estudo. Ao usar o termo Estudo, penso num conceito muito mais amplo, propriamente filosófico e existencial. O meu plano de trabalho no projeto de pesquisa coletivo versava sobre o exame das partes científicas dos *Princípios da Filosofia* de Descartes. Pude trabalhar, nesse momento, com o Professor Roberto Martins – coordenador da área de História da Ciência do CLE –, com a Professora Fátima Évora – que na época trabalhava no CLE como pesquisadora – e outros estudantes de diferentes áreas do conhecimento. Foi um período de descobertas muito importantes e de uma interlocução muito enriquecedora para a minha formação.

A decisão por estudar o pensamento de Descartes se justificava para mim pela sua posição de articulação entre o pensamento antigo e medieval e o moderno e contemporâneo. Estudá-lo me permitiria recuperar os seus pressupostos histórico-filosófico e, ao mesmo tempo, entender a pauta da Modernidade, que reage, de algum modo, à filosofia de Descartes. Creio que, em última instância, a opção por qualquer autor ou tema filosófico sempre tenha algo de universalista. Ora, naquele momento, aquela resolução de estudo, me parecia, desnudar um horizonte bem amplo.

Depois de alguns meses, num intervalo de aula, pude relatar ao Professor Fausto Castilho a minha reflexão e a experiência de estudo e, no caso, de pesquisa que estava tendo. Ele ficou muito empolgado com a minha decisão e disse que eu deveria pensar num projeto próprio de pesquisa para o próximo ano, a ser realizado junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Aproveitei então a oportunidade e perguntei se ele poderia orientar-me nesse projeto. Quando ele concordou, fiquei extremamente feliz. Contudo, era uma responsabilidade muito grande, pois Castilho era extremamente exigente.

Escolhi como projeto realizar uma tradução bilíngue anotada e comentada da *Carta-Prefácio dos “Princípios de Filosofia”*. Conversei muito com o Professor Fausto Castilho a respeito. Ele havia sugerido um trabalho de tradução, a um só tempo, como exercício linguístico e como metodologia de apropriação dos textos filosóficos. Havia feito algumas sugestões de textos a serem traduzidos que considerava importante. Acabei optando por um de que ele gostava muito, por fazer uma apresentação muito consistente do pensamento de Descartes, e que me fascinava por conter a árvore do conhecimento. Ela mostra claramente o caráter fundamental da Filosofia para o conhecimento, o que estava na base da minha decisão pela Filosofia. Além disso, nos galhos poderíamos encontrar toda a questão da articulação entre a Tecnologia e a Filosofia.

A experiência de Iniciação Científica foi muito importante para a minha formação. E a formação filosófica é algo que exige muito exercício, muita maturação do pensamento. Pude experienciar intensamente esse processo de aperfeiçoamento pessoal. Ao concluir o Projeto, o Professor Fausto Castilho me disse que, como todo bolsista da FAPESP, eu poderia requerer a minha cidadania paulista. Nessa brincadeira, havia a presença de uma tese do paranaense Castilho sobre o esclarecimento e o progressismo da oligarquia paulista em relação às outras do Brasil. Afinal, na época boa parte da pesquisa

nacional era feita pelo Estado de São Paulo, em suas universidades com financiamento da FAPESP. Felizmente essa fundação provocou outras a se constituírem e a seguirem os mesmos passos por todo o Brasil.

Sob a orientação do Professor Fausto Castilho, iniciei o Mestrado com um projeto de escrever um Ensaio justamente sobre a *Carta-Prefácio*, dando continuidade a pesquisa iniciada na Graduação. Na época havia muitos cursos exigidos na Pós. Era quase uma meia Graduação. Isso era muito importante para a consolidação da formação de quem vinha da Filosofia, mas era ainda mais importante para quem vinha de outras áreas. Assisti a todas essas disciplinas, assim como àquelas que Castilho oferecia na Graduação, dentre as quais, as sobre Descartes. Como disse, esse oferecimento era muito motivado pelo meu trabalho de pesquisa. O principal fruto desse esforço foi a edição da sua tradução das *Meditações*. Além disso, nessa época pude frequentar as atividades do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, do qual os Professores Quartim e Castilho participavam. Pude, por isso, apreender a importância da Geopolítica. Creio que, diante dela, poderíamos reconsiderar a proposição de Aristóteles, segundo a qual a Política é a ciência prática suprema, dizendo que, no mundo contemporâneo, a Geopolítica é que seria a ciência prática suprema.

Queria poder aperfeiçoar ao máximo a minha dissertação de Mestrado, pois na época o Mestrado tinha uma valorização muito grande, bem como queria entregar ao Professor Fausto Castilho um trabalho que pudesse ser por ele bem considerado. Para poder continuar estudando para tanto, depois do período de bolsa, resolvi lecionar. Primeiro, em disciplinas carentes de Professor na rede pública, mas que não eram necessariamente Filosofia. Depois, prestei o concurso para Professor de Filosofia da Rede de Ensino do Estado de São Paulo, concurso que foi extremamente concorrido porque fazia muito tempo que não era realizado. Acabei passando em primeiro lugar. Porém,

como a Graduação em Filosofia ainda não havia sido reconhecida pelo MEC, não pude tomar posse. Isso me obrigou a prestar um concurso na Universidade Federal de Uberlândia, que era relativamente distante de Campinas. Mas, como era numa Universidade, por outro lado, minha carga em sala de aula seria menor, de modo que teria mais tempo para o estudo. Foi o que aconteceu. Porém, preparar uma aula exige muitíssimo estudo, sobretudo no início da carreira. Era uma excelente oportunidade de estudo e formação, mas não muito produtiva segundo a categoria burocrática de pesquisa. Em virtude da falta de professores de Latim, tive ainda a possibilidade de lecionar essa matéria por algum tempo, uma vez que eu havia cursado mais disciplinas de línguas clássicas que a maior parte dos colegas de Letras. Isso me habilitava a estudar melhor os textos originalmente escritos por Descartes em latim. A propósito, diga-se que o seu latim é elaborado e ciceroniano, não é o latim mais simples e acessível da Escolástica.

Foi um período em que o bom desfecho de cada aula era extremamente gratificante, pois pressupunha um imenso esforço. Por outro lado, embora as aulas, digamos assim, atrapalhassem o aspecto produtivo da pesquisa, enriqueciam o estudo e a reflexão. Explicar algo claramente requer muito conhecimento e as questões por mais simples que fossem dos alunos eram uma enorme oportunidade para pensar. De certo modo, a minha dissertação foi sendo lentamente construída e moldada por essa experiência de Professor. Isso me mostrou como o pesquisador pode ganhar com a atividade de professor e vice-versa, desde que a carga horária em sala de aula permita essa fecunda interação.

Num dado momento, pressionado por colegas da Universidade por só ter a Graduação, pensei que era hora de entregar o meu texto para o Professor Fausto Castilho. Na época, o meu projeto era realizar o meu Doutorado na França. Após a leitura, o Professor me telefonou dizendo que havia gostado muito do texto e que iria organizar a

Banca de Qualificação. Convidou então dois excelentes Professores, estudiosos reconhecidos por sua competência técnica e pelo caráter filosófico da sua reflexão em todos os seus aspectos: Franklin Leopoldo e Silva e Oswaldo Giacoia Junior. Não havia sido aluno deles, mas tinha plena consciência do que significavam pelos seus textos para a Filosofia no Brasil. Felizmente receberam muito bem o meu trabalho, mas me propuseram um grande desafio: transformá-lo em Doutorado.

Continuei então a estudar, mas agora queria apresentar um Doutorado que fosse bem recebido por três excelentes Mestres que confiavam em mim. Continuei então a estudar, mas apenas comprometido com a atitude teórica de prolongar a formação e o exame das questões. Já havia passado mais de um ano da referida banca, quando tive a notícia de que meu Avô estava com um sério problema de obstrução das coronárias, que não podia ser operado e tratado. E meu Avô sempre foi alguém muito preocupado com a vida prática e com o seu aspecto financeiro. O seu desejo era, portanto, que eu me doutorasse o quanto antes e pudesse ter uma condição de vida melhor. Eu sabia então que o seu grande sonho era me ver doutor. Diante dessa restrição de ordem prática, dessa urgência da vida, interrompi o meu esforço teórico, suspendi o meu estudo e me pus a determinar o meu pensamento em forma de Tese.

Para compor a Banca de Doutorado, além dos referidos Mestres, o Professor Fausto Castilho chamou dois outros ícones da filosofia brasileira: os Professores Bento Prado Júnior e Luiz Roberto Monzani. Não havia sido aluno do Professor Bento Prado, mas o conhecia muito pela excelência do seu trabalho. Guardo na memória a sua generosa intervenção na Banca: disse que muito alegre ele estava com o jovial Descartes que eu apresentava, autor de um diálogo como *A busca da verdade*. Havia sido aluno do Professor Mozani, pude assistir a um muito marcante curso que oferecera sobre Hobbes,

mostrando as primícias do seu excelente livro *Desejo e Prazer na Idade Moderna*, publicado posteriormente pela Editora da Unicamp.

Devo mencionar também o ilustre suplente da Banca que foi o Professor Luiz Benedicto Lacerda Orlandi, que fez questão de assistir à defesa. O Professor Orlandi participou da minha formação pelos seus excelentes cursos, por seu rigor intelectual e por suas instigantes questões. Depois de ter se dedicado muito ao estudo de Merleau-Ponty, naquele momento, se tornava um dos maiores especialistas e tradutores da obra de Gilles Deleuze. As conversas com o Professor sempre foram muito alegres e instrutivas. Ele havia descoberto também a força da Filosofia com o Professor Castilho, de quem foi leal companheiro na fundação da UNICAMP e em seus decorrentes conflitos.

Mencionarei quatro outras pessoas muito especiais para mim que assistiram à defesa. Começarei pela Professora Luciene Maria Torino, grande companheira de estudo e de reflexão desde os primeiros anos da formação. Ela me ajuda muito a desenvolver a minha capacidade de pensar filosoficamente as questões. Também com ela posso apurar o meu gosto estético e o meu estilo literário. A revisão que faz dos meus textos sempre é muito enriquecedora. Aprendo muito também lendo os seus belos textos. É também o meu porto seguro para as horas difíceis, sempre posso contar muito com ela.

O Professor Marcos César Seneda é um grande companheiro de estudo e lutas desde o início da minha carreira na Universidade Federal de Uberlândia. É um estudioso brilhante e de largo fôlego. Na UNICAMP, havia estudado Matemática, Sociologia, Antropologia e Filosofia. Cursou disciplinas e era orientando do Professor Castilho, mas o nosso contato na UNICAMP era muito superficial. Na UFU, nos aproximamos e tentamos, com muito esforço, seguir a perspectiva acadêmica dos professores da nossa alma-mater, insistindo muito na formação. Dedicávamo-nos muito à preparação dos nossos cursos, procurávamos ampliar a oferta de línguas estrangeiras, a começar pelo

francês, e línguas clássicas, bem como queríamos organizar a grade curricular numa perspectiva plenamente acadêmica. Tivemos, portanto, de assumir muito cedo a tarefa administrativa de coordenar a Graduação em Filosofia, para que tudo isso se tornasse possível. O esforço não foi em vão. Logo foi muito bem avaliada e a notícia foi veiculada pela imprensa especializada.

O Professor Anselmo Tadeu Ferreira é um outro grande companheiro de estudo e lutas. De estudo foi desde cedo, pois nos formamos juntos na Graduação. Ele sempre foi um estudioso exemplar e muito admirado pelos Mestres. Exímio tradutor do latim, publicou recentemente uma contribuição importantíssima ao estudo da Teoria do Conhecimento, na qual trabalhou por muito tempo: a sua tradução do *Comentário de Tomás de Aquino aos “Segundos Analíticos” de Aristóteles*. Alguns anos depois da UNICAMP nos reencontramos em Uberlândia. Ele passou a lecionar Filosofia Medieval na UFU, podendo formar várias gerações de alunos. Nessa conjuntura e sempre com seu jeito cordato e doce, assumiu corajosamente lutas comuns na Graduação e na Pós-Graduação.

O Professor Djalma Medeiros é também um grande companheiro e inspirador de estudo. Sempre foi um grande teórico e defensor da própria ideia de Estudo. Sua melhor descrição encontramos num capítulo dedicado a ele do livro de Nathan Wachtel intitulado *Mémoire Marranes*, publicado pela Seuil, em 2011: “Professor de universidade em duas disciplinas: Física e Filosofia. Amplitude de saber, vasta cultura e, ao mesmo tempo, civilidade, modéstia, simplicidade: tudo, em sua pessoa, está de acordo com a figura do *honnête homme*”. Pude conhecê-lo no final da minha Graduação e, desde então, mantemos uma forte interlocução sobre os mais variados temas e uma paixão comum: os livros. Pudemos também realizar uma série de eventos marcantes na Faculdade de São Bento, em São Paulo.

Em 2008, o Conselho Editorial da Editora da UNICAMP aprovou a publicação do meu livro oriundo da referida Tese de Doutorado: *O filósofo e o autor: um Ensaio sobre a Carta-Prefácio dos “Princípios da Filosofia” de Descartes*. Foi motivo de muita honra e alegria. Estava em Paris na época para o Estágio de Pós-Doutorado. Morava na *Maison du Brésil*, localizada na *Cité Universitaire*. De lá fiz a revisão e, no final do ano, retornei ao Brasil para o seu lançamento. Aproveitando essa ocasião, organizei em Uberlândia um seminário cujo título resume, paradoxalmente, a minha perspectiva de estudo, elaborada a partir do livro, mas ampliada e potencializada no período de pós-doutoramento na França: *Por um Descartes não cartesiano*.

Em seguida, procuro resumir, mas, ao mesmo tempo, revisitar a temática explorada no referido livro, ampliando a análise para outros paratextos da obra de Descartes e examinando o estatuto da paratextualidade no pensamento desse filósofo e na Filosofia em geral.

4.1. Introdução

O autor Descartes praticou diversos estilos literários em seus textos publicados: manual (*Princípios da Filosofia*), discurso e ensaios (*Discurso do método e Ensaio*), tratado (*Paixões da alma*), meditações (*Meditações sobre Filosofia Primeira*). Como exercício filosófico não publicado, em virtude do inacabamento ou da interlocução com um público restrito, praticou tantos outros: epístola, diálogo, compêndio, exercícios espirituais, libreto para música, relatórios etc. No entanto, teríamos de acrescentar que, nas obras publicadas, ele recorreu a diferentes estilos de paratextos. Nas *Paixões da Alma*, usou como prefácio cartas que punham problemas a serem resolvidos pelo texto

e o instigavam a publicá-lo, bem como suas respectivas respostas. Descartes modulava o público da sua correspondência, oscilando de mais restrito a ostensivamente público³⁰. No *Discurso do método*, poderíamos dizer que o texto mesmo seriam os *Ensaio*s, pois que o *Discurso* é como que um grande prefácio a esses *Ensaio*s, também chamados de *Tratados*³¹. No caso das *Meditações sobre Filosofia Primeira*, contamos com uma *Epístola à Sorbonne*, um *Prefácio ao Leitor*, uma *Sinopse*, um longo conjunto de *Objecções e Respostas*, uma tradução revista e ampliada e uma *Nota do Editor ao Leitor*. Em relação aos *Princípios da Filosofia*, temos uma *Carta Dedicatória à Princesa Elisabeth*, a tradução revista e ampliada e a *Carta-Prefácio* à edição francesa.

Neste estudo, vamos examinar os paratextos da obra publicada de Descartes, revisitando a tensão entre o discurso de filósofo e o discurso de autor, que examinamos, sobretudo, a partir da *Carta-Prefácio aos “Princípios da Filosofia”*, no livro *O filósofo e o autor*³². Partiremos de um resumo das teses dessa obra e, em seguida, analisaremos os paratextos e, principalmente, o estatuto do texto das *Meditações*, que é um texto estritamente de Filosofia e não é um *Tratado*. Depois, estudaremos os paratextos dos

³⁰ Nesse tempo, o estatuto privado da correspondência ainda não era plenamente estabelecido, pois o sigilo postal não era garantido. A reorganização dos correios que houve ao longo do século XVII permitiu um incremento da proteção da correspondência (Madame de Sévigné. *Lettres choisies*. Paris: Larousse, 1934, Notice, p. 5).

³¹ “Não ponho *Tratado do Método*, mas *Discurso do Método*, o que é o mesmo que *Prefácio* ou *Nota a propósito do Método*, para mostrar que não tenho desejo de ensinar, mas somente de falar a respeito. Pois, como podemos ver do que dele disse, consiste ele mais em Prática do que em Teoria, bem como nomeio os *Tratados* que o seguem *Ensaio*s desse *Método*, porque sustento que as coisas que contêm não puderam ser encontradas sem ele e que podemos conhecer por eles o que ele vale” (Carta a Mersenne, de março de 1637, AT, I, 349). A referência usada para os textos de Descartes é a edição Adam et Tannery (*Oeuvres de Descartes*, publiées par Charles Adam et Paul Tannery, 11 volumes, Paris, Vrin, 1996). Na notação simplificada usada internacionalmente, AT indica a edição; os numerais romanos, o volume; e os algarismos arábicos, o número da página. Pablo Rubén Mariconda trabalha o estatuto de *Prefácio do Discurso do Método* em sua introdução à edição brasileira do *Discurso do Método e Ensaio*s (Descartes, R., *Discurso do Método e Ensaio*s. Organização de Pablo Rubén Mariconda. Tradução de César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Rodrigues Neto, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, Pablo Rubéns Mariconda e Paulo Tadeu da Silva. São Paulo, Editora UNESP, 2018, pp. 11-60).

³² Soares, Alexandre Guimarães Tadeu de Soares, *O filósofo e o autor: ensaio sobre a Carta-Prefácio aos “Princípios da Filosofia”*. Campinas, Editora UNICAMP, 2009.

Tratados de Geometria, Dióptrica e Meteorologia, bem como do *Tratado das Paixões*. A ideia seria reconsiderar o quadro de análise e ampliá-lo, mostrando que a Filosofia de Descartes é fortemente pensada como um discurso de filósofo para filósofos, na qual paratextos desempenham um importante papel na exortação e formação filosóficas. Além disso, gostaríamos de mostrar como os textos, digamos assim, autorais, ou seja, o texto em questão de cada obra é permeado pelo discurso de filósofo e pela paratextualidade, na medida em que o discurso de autor é um pré ou um paratexto para a realização do texto filosófico, o que só pode acontecer por resolução de cada leitor em se tornar filósofo.

4.2. *Princípios da Filosofia*

Depois de ter publicado em 1644 a sua obra a mais doutrinária, *Princípios da Filosofia*, Descartes escreve a *Carta-Prefácio* à edição francesa de 1647. Obra mais doutrinária porque se trata de uma espécie de manual destinado ao ensino da filosofia cartesiana, que já se encontrava na época em boa parte estabelecida. O texto tinha uma estrutura própria para o ensino-aprendizagem, a começar pela titulação dos parágrafos que indicaria as teses da doutrina³³. Entretanto, paradoxalmente, a Filosofia poderia até estar no texto, mas não estaria em espírito. Pois, ainda que a Filosofia esteja de fato na

³³ “Os artigos dos *Princípios* são parágrafos de um manual para uso de professores e alunos e não, em primeiro lugar, a elaboração problemática de um livro original e singular, de uma obra filosófica. Isso determina evidentemente uma preocupação didática e pedagógica e, portanto, um modo de exposição, um estilo específico, com a tecnicidade escolar que lhe está associada, assim como a sua terminologia e a sua língua próprias. Não é muito frequente que um filósofo com a estatura de Descartes redija, ele mesmo, a divulgação do seu pensamento. É Descartes que, pela primeira vez, instaura a escolástica cartesiana” (De Buzon, F. e Carraud, V. Descartes et les “Principia”II. Paris, PUF, 1994, p.16).

letra do texto, ela não estaria em espírito se não nos apropriarmos dela por nós mesmos.

Esse paradoxo é muito bem explicitado numa passagem antológica de Kant:

“A partir da mencionada diferença entre conhecimentos objetivamente racionais e subjetivamente racionais, fica claro também que, sob certa consideração, se possa aprender Filosofia sem poder filosofar”³⁴.

Ou seja, aprender a doutrina filosófica não nos faz filósofos. Marcos César Seneda expôs muito bem esse paradoxo: “Do ponto de vista do aprendizado, quem recebe o ensino pode apreender Filosofia, mas esse ato não assegura que ele possa aprender a filosofar”³⁵.

Seria como que aprender Filosofia sem propriamente aprendê-la. O conhecimento objetivo se ampara apenas na autoridade na qual se confia e não no juízo daquele que lê. Sem filosofar, o livro seria um manual indiferente, que poderia ser aberto em qualquer página e consultado, como se faz com um livro meramente técnico ou mesmo com um dicionário. No entanto, não seria um texto filosófico.

Por outro lado, Descartes era também consciente de um outro paradoxo profundo da Filosofia, o de que ainda não a temos, o de que toda suposta doutrina filosófica malogra porque a Filosofia antes de ser uma ciência, é uma arte ou uma prática

³⁴ Kant, I. Manual dos cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002, p. 47.

³⁵ Seneda, Marcos César. *Kant e a ideia de educação concebida de um ponto de vista cosmopolita*. In: O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia, Org. Guido, H; Almeida Jr e Danelon, M. Uberlândia, EDUFU, 2014, p. 196.

da busca, do estudo, da investigação, da recherche³⁶. Em termos kantianos, esse paradoxo se diz assim:

“Como a filosofia poderia propriamente ser apreendida, se em Filosofia cada pensador edifica a sua obra, por assim dizer, sobre as ruínas de uma outra e nenhuma jamais alcançou um estado de permanência em todas as suas partes? Por isso, por seu fundamento, ainda não há Filosofia.”³⁷

De certa maneira o projeto kantiano, seria conferir esse estatuto de permanência à Filosofia. Estatuto esse que Descartes, após apresentar o mesmo diagnóstico, confere à sua Filosofia no âmbito exclusivo e declaradamente humano. No entanto, a certeza dessa conferência depende do seu próprio filosofar, da sua própria evidenciação. Cada qual teria de repetir o mesmo gesto filosófico de Descartes, filosofando, para descobrir por si o fundamento permanente da Filosofia humana. Ou seja, digamos que temos o fundamento da Filosofia, mas isso ainda não é suficiente. Nesse sentido, Kant assevera:

“Mas, mesmo supondo que ela existisse efetivamente, quem a apreendesse não poderia dizer-se filósofo, pois o seu conhecimento dela ainda continuaria sendo, sempre, apenas histórico subjetivo”³⁸.

³⁶ Descartes não só denomina a sua Filosofia de uma Filosofia Prática por ter de ser comprovada pela experiência (por exemplo: “E me parece que não possa fazer de modo melhor do que recorrendo à experiência, ou seja, convidando os leitores à leitura deste livro”(AT, IX-2, 11), mas também pela ideia de que filosofar é uma prática, que requer exercício e aquisição de hábito (por exemplo: “[A Lógica] depende muito do uso, é bom que se exercite muito tempo na prática das regras de questões fáceis e simples” (AT, IX-2, 14).

³⁷ Kant, I., *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002, p. 53.

³⁸ *Ibidem*.

Além disso, há um ponto ainda mais forte desse paradoxo: esse descobrimento do fundamento da filosofia humana não é absoluto, mas resultado do esforço científico humano, cuja ciência resultante é finita e limitada. No pensamento Descartes, sempre paira a sombra da possibilidade da falsidade absoluta da nossa ciência. Esse tema surge nas *Cartas a Mersenne* de 1630 com a teoria da instituição das verdades eternas, segundo a qual, absolutamente falando, a racionalidade pode ser equívoca. Deus não é necessariamente matemático ou geômetra. Ele pode operar por uma racionalidade a que não temos acesso, pois as verdades eternas são como que criadas por Deus. Elas não regulam necessariamente a atividade divina³⁹. Descartes assim rompe com o consórcio entre homens e deuses que havia na Filosofia até então e pode pensar então a Metafísica não como uma ciência divina, mas como ciência radicalmente humana⁴⁰.

Nas *Segundas Respostas*, Descartes explicita o tema da falsidade absoluta da nossa ciência:

“O que, com efeito, nos diria respeito, se talvez alguém imagine que aquilo mesmo sobre a qual estejamos tão firmemente persuadidos de sua verdade, a Deus ou a um Anjo aparecesse como falso e a tal ponto que, absolutamente falando, fosse falso?”⁴¹

³⁹ “As verdades matemáticas, as quais nomeais eternas, foram estabelecidas por Deus e disso dependem inteiramente, assim como todo o resto das criaturas” (Carta a Mersenne, 15 de abril de 1630, AT, I, 135).

⁴⁰ No *Discurso do Método*, Descartes no diz que atividades da Filosofia são “ocupações dos homens puramente homens” (AT, VI, 3), completamente separadas das que têm alguma ligação com algum influxo divino. Cf. *Carta-Prefácio*: “um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber” (AT, IX-2, 2).

⁴¹ “Quid enim ad nos, si forte quis fingat illud ipsum, de cujus veritate tam firmiter sumus persuasi, Deo vel Angelo falsum apparere, atque ideo, absolute loquendo, falsum esse?” (AT, VII, 145). A discussão sobre a falsidade absoluta da ciência é um ponto decisivo no livro *Evidência e verdade no sistema cartesiano* de Raul Landim (Landim, R. *Evidência e verdade no sistema cartesiano*, São Paulo, Loyola, 1992 p.119).

Descartes nos fala então de uma perfeitíssima certeza da ciência humana, a qual pensa ter chegado, mas isso não quer dizer que não haja possibilidade de reexame caso alguma razão não recenseada anteriormente apareça. No entanto, só por experiência de estudo em primeira pessoa, ou seja, filosofando, podemos a tal certeza chegar.

Como resolver essa questão do acesso ao texto filosófico, ao espírito da letra da Filosofia, ao espírito de um texto doutrinário, de um manual, aos *Princípios da Filosofia*? Em primeiro lugar, poderíamos dizer que Descartes nunca renunciaria ao seu estilo analítico, aquele que obrigaria o leitor a filosofar. Em segundo, poderíamos dizer também que a inserção de um paratexto fundamental na edição francesa vai prolongar essa preocupação com o filosofar. Trata-se da *Carta que pode servir de Prefácio aos “Princípios da Filosofia”*, endereçada ao tradutor do texto, o abade Claude Picot⁴². O tradutor a tomou como o Prefácio da tradução. Nela Descartes praticaria um discurso de filósofo e não propriamente o discurso de autor, o discurso doutrinário explicitamente praticado no manual.

Na *Carta-Prefácio*, encontramos o essencial de um discurso de filósofo, que é estruturalmente paratextual, pois que é um convite, uma exortação, antes de tudo ao filosofar e, em seguida, à Filosofia do livro desde que filosofando. Descartes faz um discurso de autor sobretudo pelos resultados técnicos da sua filosofia. Para ser filósofo, não precisaria publicar, mas apenas estudar para a sua instrução particular⁴³ e para ver com maior clareza o que deve fazer⁴⁴. Contudo, o sentido do discurso de filósofo nasce

⁴² *Carta-Prefácio*, AT, IX-2, 1.

⁴³ “Creio que deva contentar-me doravante em estudar para minha instrução partícula” (*Idem*, 17)

⁴⁴ “para ver claro em [suas] ações e caminhar com segurança nesta vida” (*Discurso do método*, AT, VI, 10).

da possibilidade de compartilhar a satisfação com o próprio estudo, para a criação de uma comunidade de filosofantes sintonizados numa mesma tonalidade afetiva⁴⁵ do estudo da sabedoria, seguindo os termos da sua tradução da Filosofia⁴⁶. Ele seria um discurso de filósofo para filósofos ou para os que realmente querem ser. Nesse sentido, ele qualifica a sua Filosofia como filosofante e oposta daquela que não seria. A Anti-Filosofia que se apresenta como Filosofia, pautada, entretanto, na autoridade dos autores, cujo perigo seria incitar ao pedantismo e não ao filosofar. A linha que separa a Filosofia e a Anti-Filosofia é muito tênue, é muito tênue também aquela que separa o filósofo do pedante ou do sofista. Só a paratextualidade pode nos ajudar a distingui-los.

Nessa perspectiva, procura desde o início do prefácio dizer que a sua Filosofia é diferente da praticada pelos pedantes e não deve desanimar os que, descontentes com tudo o que, em geral, se faz sob o nome de Filosofia, rejeitam não importa a qual.⁴⁷ Também pretende assegurar que todos têm discernimento suficiente para filosofar, não há nada de inacessível à Filosofia, desde que se tome a resolução de estudar, ter atenção, examinar com cuidado, seguir a ordem daquilo que é efetivamente evidenciado⁴⁸. Isto é, trata-se da decisão pelo método, pelo filosofar. E filosofar sempre é por si porque ninguém pode filosofar ou estudar por outro.

A sabedoria para Descartes se caracterizaria pelo conhecimento das verdades a partir das primeiras causa ou princípios⁴⁹. O estudo desses princípios e o conhecimento

⁴⁵ A generosidade é, para Descartes, a tonalidade afetiva mais virtuosa (*Paixões da Alma*, artigos 153 e 154, AT, XI, 445-6).

⁴⁶ Filosofia é o estudo da sabedoria (AT, IX-2, 2).

⁴⁷ AT, IX-2, 1.

⁴⁸ *Idem*, 12

⁴⁹ *Idem*, 2.

que se poderia retirar deles caracterizaria o grau mais elevado do saber, a atividade filosófica e a fruição do bem supremo da vida humana⁵⁰. Como para Descartes a sabedoria tem uma dupla repercussão: uma estritamente prática pelo próprio emprego de prudência nas ações e outra técnica na invenção de todas as artes úteis, na conservação da saúde e no conhecimento da conduta humana⁵¹. Isso quer dizer que os resultados técnicos podem ser úteis para a humanidade e isso o obriga moralmente a publicar⁵². Por isso, fala dos frutos da sua Filosofia que podem ser retirados dos galhos do conhecimento, conhecimento esse apresentado pela imagem da árvore: a partir das raízes metafísicas, teríamos, em seguida, um tronco físico, do qual sairiam a Medicina, a Mecânica e a Moral⁵³. Nessa perspectiva dos frutos da árvore, lista a sequência das obras publicadas: seria então a ordem da autoria, que se pautaria, sobretudo, pelos resultados do cientista: *Ensaio e Discurso do método*, *Meditações e Princípios*⁵⁴.

No entanto, há uma ordem um pouco diferente que é a da instrução. Começa ela por uma definição do tipo de vida, apontando, no caso do filósofo, o conhecimento como o bem que deve ser buscado prioritariamente na vida. A partir dessa eleição de fim, o filósofo pode orientar-se e desenvolver a sua prudência para bem viver enquanto estuda⁵⁵. Em seguida, é preciso se habituar a filosofar, ao exercício do estudo que nos aperfeiçoe, como a Lógica que propõe, que se pauta no método do descobrimento. Isso

⁵⁰ *Idem*, 5.

⁵¹ “Por sabedoria, não entendemos somente a prudência nos negócios, mas um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber para a conduta de sua vida, para a conservação de sua saúde e para a invenção de todas as artes” (*Idem*, 2).

⁵² “O zelo que sempre tive de servir o público foi a causa que me levou a imprimir há dez ou doze anos alguns ensaios sobre as coisas que a meu ver tinha aprendido” (*Idem*, 15).

⁵³ AT, IX-2, 14.

⁵⁴ “Ora, assim como não é das raízes nem do tronco das árvores que se colhem os frutos, mas apenas da extremidade de seus galhos, a principal utilidade da Filosofia também depende das partes que só se aprendem por último” (*Idem*, 15).

⁵⁵ *Idem*, 4.

tudo nos permitiria o melhor estudo das partes da árvore do conhecimento: Metafísica, Física, Medicina, Mecânica e Moral⁵⁶. Além disso, nos capacitaria para, estudando, continuar a ramificação e a frutificação do saber. Nessa perspectiva, ele fala dos frutos próprios não da árvore, mas dos próprios princípios: fruição do conhecimento, aperfeiçoamento da capacidade de bem julgar, serenidade e disposição para a concórdia e confiança na capacidade de descobrir as verdades⁵⁷. Ele diz que a decisão por filosofar a partir de princípios que sejam evidentes e cuja ordem é fecunda é a melhor resolução que alguém pode tomar e que um Estado pode esperar de seus cidadãos⁵⁸. Seus princípios seriam evidentes porque obtidos da experiência da indubitabilidade⁵⁹ e da confirmação de sua aceitabilidade histórica universal⁶⁰. Por outro lado, a sua fecundidade seria confirmada pela experiência individual de leitura do livro e pela consequente verificação da sua capacidade explicativa de tantos fenômenos⁶¹. Pronuncia-se sobre a própria maneira de ler ou estudar. Uma leitura de conjunto é importante mais insuficiente para o estudo. É preciso reconhecer as dificuldades e reler repetidamente⁶² até que tornemos o texto nosso, ou seja, até que confirmemos espírito à letra e realizemos filosoficamente o texto.

⁵⁶ *Idem*, 13-14.

⁵⁷ “No entanto, para que se veja o que penso já ter feito pela posteridade, direi quais os frutos que estou convencido ser possível tirar de meus princípios” (*Idem*, 17).

⁵⁸ “Assim, o maior bem que pode haver em um Estado é possuir verdadeiros filósofos” (*Idem*, 3).

⁵⁹ “Em primeiro lugar, pela maneira como os encontrei, a saber, pela rejeição de todas as coisas em que se poderia encontrar a menor ocasião de duvidar” (*Idem*, 9).

⁶⁰ “Mas, embora todas as verdades que estão entre os meus princípios tenham sido sempre conhecidas por todo o mundo, não houve ninguém até agora, que eu saiba, que as tenha reconhecido como os princípios da Filosofia” (*Idem*, 10).

⁶¹ “Pois, embora não tenha nele tratado de todas as coisas_ o que é impossível_, penso ter explicado de tal modo todas as que tive a oportunidade de tratar que os leitores atentos tenham motivo para se convencer que não há necessidade de buscar outros princípios” (*Idem*, 11).

⁶² *Idem*, 11-12.

4.3. *Meditações sobre Filosofia Primeira*

Nas *Meditações*, escreve uma *Epístola ao decano e aos doutores da Sorbonne*, a fim de conquistar corações e mentes das autoridades filosóficas e teológicas da época. Queria mostrar que sua filosofia tinha uma função apologética diante dos ateus, ímpios e infiéis. Seguindo a orientação constituidora da Filosofia cristã, segundo a qual a razão é um preâmbulo para a Fé, sustenta que a sua filosofia demonstra com mais força a existência de Deus e a distinção da alma e do corpo – ou seja, a incorruptibilidade da alma perante a corrupção do corpo, o que seria um requisito para imortalidade alma. Trata-se de um texto de política prática e de estratégia editorial. Descartes tinha o projeto de substituir a Filosofia ensinada nas universidades⁶³. Não se tratava de medo da Inquisição, mas do esforço de conquista das autoridades para a sua Filosofia para o seu projeto⁶⁴. Nessa perspectiva, procurava mostrar a força das autoridades para reverter a imagem que se tem da Filosofia. Pois a comparava com a Geometria cuja imagem é de ciência plenamente estabelecida:

“Mas, do mesmo modo que em Geometria há muitas coisas nos escritos de Arquimedes, de Apolônio, de Papo e de outros que, embora tidas por todos como muito evidentes e muito certas, porque não contêm totalmente nada que, considerado à parte, não seja de conhecimento muito fácil, nem nada cujos consequentes não sejam precisamente

⁶³ Na *Carta-Prefácio*, Descartes nos fala da importância formativa da sua filosofia: “Se, depois de terem lido os meus escritos, se derem ao trabalho de considerar o número de questões diversas que neles se explicam e que, lendo também os escritos dos outros, vejam como é pequeno o número de razões verossímeis que foram dadas para explicar as mesmas questões por princípios diferentes dos meus. E, para que assim procedam mais facilmente, poderia ter-lhes dito que os que estejam imbuídos das minhas opiniões têm muito menos dificuldade para entender os escritos dos outros e avaliá-los no seu justo valor do que os que não estejam. Muito ao contrário do que eu disse há pouco sobre os que começaram pela velha Filosofia: quanto mais a tenham estudado tanto menos aptidão mostram para aprender a verdadeira” (AT, IX-2, 11).

⁶⁴ Cf. : Laporte, J., *Le rationalisme de Descartes*, PUF, Paris, 1945, p. 395

coerentes com os antecedentes, não obstante, por serem um pouco longas e reclamarem um leitor muito atento, só são entendidas por muito poucos”⁶⁵.

Ou seja, poucos fazem a prova da atenção. Isso também ocorre com a Filosofia. No entanto:

“há nisto uma diferença: como todos estão persuadidos de que nada se costuma escrever em Geometria de que não se tenha uma demonstração certa, frequentemente os que não são peritos na matéria erram, aprovando coisas falsas, por quererem aparentar que as entenderam, do que refutando coisas verdadeiras. Na verdade, o contrário ocorre em Filosofia, pois, como se crê que nada há cujo oposto não possa ser sustentado, poucos investigam a verdade e muitos mais há que, pela ousadia de atacar tudo o que há de mais sólido, vivem à caça da fama de inteligentes”⁶⁶.

Embora poucos entendam realmente a Geometria, a admitem pela autoridade da maioria ou do consenso. Para não perderem a reputação de inteligência, todos se curvam ao que os geômetras dizem. Como a Filosofia é tomada como terreno em que a tudo o que se diz o oposto pode ser sustentado, motiva que todos a entendam como uma Erística. Com efeito, para Descartes, isso ocorre porque a evidência dos princípios, paradoxalmente, não é propriamente evidente, precisa ser conquistada. Esse é um ponto fundamental que está no centro da importância dos paratextos. É preciso ter uma outra atitude para entender a Filosofia, uma atitude comprometida com o estudo, com o processo de evidenciação dos princípios – uma atitude propriamente filosofante. Ou

⁶⁵ *Epístola à Sorbonne*, AT, VII, 4. A tradução dos trechos das *Objeções e Respostas* é de minha lavra, já a dos outros paratextos das *Meditações*, como esse da *Epístola*, é de Fausto Castilho (Descartes, R., *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Campinas: Editora Unicamp, 2004)

⁶⁶ *Ibidem*.

seja, além do uso político, esse paratexto cumpre um papel exortativo, de convite a filosofar. Entretanto, nesse ponto retoma a sua estratégia política e tenta persuadir a Sorbonne para, a partir da sua autoridade, mudar a imagem que a Filosofia tem. Quer dizer, ele quer usar da autoridade dos competentes (da Sorbonne) para persuadir a maioria, até chegar a um quase consenso:

“e a vossa autoridade fará que os ateus, de hábito mais meio instruídos do que inteligentes e sensatos, abandonem o ânimo de contradizer e talvez venham, também eles, a propugnar, por razões que saberão aceitas como demonstrações por todos, as pessoas dotadas de inteligência, de medo de parecer que as não entendem. E, por fim, todos os outros facilmente confiarão em tantos testemunhos que já não haverá ninguém no mundo que ouse pôr em dúvida a existência de Deus e a distinção real da alma humana e do corpo”⁶⁷.

De certo modo, Descartes opera a partir dos tipos de autoridade estabelecidos por Aristóteles: “São opiniões abonadas aquelas compartilhadas por todos os homens, ou pela maioria ou pelos competentes”⁶⁸

Já, no *Prefácio dirigido ao leitor*, fala-nos do risco do filosofar, pois exige que se enverede por um caminho “tão pouco praticado e tão distante do uso comum”, ou seja, praticou a dúvida universal, levou ao extremo o ceticismo. Temia, portanto, que os espíritos fracos nele ingressassem. Assim, preferiu inicialmente publicar em latim. No entanto, três anos depois publicou a tradução para o francês por ele revista e ampliada.

⁶⁷ AT, VII, 6.

⁶⁸ Aristote. *Topiques*, Livros I-IV (Tomo I). Edição de Jacques Brunschwig. Paris : Société d'Édition “Les Belle Lettres”, 1967, p. 2 (livro I, 1, 100b, 1-6).

Por ocasião da primeira edição, submeteu o texto à análise dos grandes filósofos e teólogos da época. O resultado foi um longo conjunto de sete série de objeções e respostas. Um paratexto muito maior do que o texto! Nele Descartes estabelece um diálogo público. O filósofo sempre quis pôr à prova os seus textos, para aprender com as objeções procedentes ou para confirmar suas próprias posições. O seu texto é trabalhado por outros pensadores, e suas respostas⁶⁹ determinadas por esse diálogo passam a ser não só integradas à obra na edição, mas servem de comentário indispensável à própria obra, sem o qual o acesso é parcial: “Eis por que rogo insistentemente aos leitores que não formem um juízo sobre as *Meditações* antes de se dignarem ler até o fim todas essas objeções e suas soluções”⁷⁰. Mais ainda: o resultado das *Objeções e Respostas* contribui para a reorientação da sua obra subsequente: *Princípios da Filosofia*. Por exemplo, na redação do seu assim chamado *Tratado da substância*, um conjunto de alguns artigos que discorrem de um assunto que Descartes reelaborou, mas hesitou muito em tratar⁷¹.

Nesse prefácio, Descartes fala de duas questões que se destacaram nessas objeções levantadas pelos outros pensadores. A primeira sobre o fato de que da percepção da mente como coisa pensante não necessariamente segue que sua natureza seja só coisa pensante. A segunda é que do fato de que tenho em mim a ideia de uma coisa que me seja mais perfeita não segue necessariamente que a própria ideia seja mais perfeita e aquilo que por ela é representado exista. Essas duas coisas precisam ser

⁶⁹ Para além do explicitamente responsorial, Jean-Luc Marion mostrou a dimensão responsorial da filosofia de Descartes (Cf. : Marion, J-L., Le statut originariamente responsorial des “Meditations”, in : Descartes : objecter et répondre. Organização de Jean-Marie Beyssade e Jean-Luc Marion com a colaboração de Lia Levy. Paris, PUF, 1994). Provocado por essa perspectiva, procuro aqui pensar a dimensão paratextual dessa filosofia.

⁷⁰ Prefácio dirigido ao leitor, AT, VII, 10.

⁷¹ Artigos 51 a 54 (AT, VIII, 24-5).

provadas ao logo das *Seis Meditações*. Trata-se uma advertência para o leitor redobrar a sua atenção a essas dificuldades. Em relação à atenção em geral, diz o seguinte: “Mais ainda, não insto ninguém a que me leia, a não ser somente os que possam e queiram meditar seriamente comigo, afastar sua mente dos sentidos e, ao mesmo tempo, de todos os preconceitos”⁷². Trata-se de uma exortação para uma atitude moral: de exercer a sua vontade para querer meditar, ou seja, voltar a sua atenção para cada razão apresentada, experimentando em si mesmo a própria meditação. Afastar-se de todos os preconceitos (pré-julgamentos, *praejudicia* em latim) depende de uma prática reiterada.

Para Descartes, o juízo é um ato conduzido pela vontade e não, como na tradição, pelo intelecto⁷³. E um dos preconceitos fundamentais diz justamente respeito aos sentidos, pois não nos atentamos ao que, de fato, a evidência sensível nos mostra. Apresenta ela apenas impressões de algo que desconheço. Trata-se de um preconceito achar que conheço algo que não é evidenciado e um dos primeiros julgamentos que faço, sem nenhum exame, é que: há uma coisa correspondente, exterior a mim e cuja impressão que supostamente tenho causado por ela lhe é semelhante.⁷⁴ Como esse preconceito é universal e natural, sua eliminação é sempre parcial e provisória, constituindo uma espécie de vício que precisa da reiteração da vontade e de seu constante exercício para ser momentaneamente neutralizado. Além deste preconceito propriamente, há outros – muitos dos quais lhe são sub-repticiamente originários – que surgem nas Escolas. Eles também só são superados ou neutralizados quando resolvemos

⁷² AT, VII, 9.

⁷³ Cf. Koyré, A., *Essai sur l'idée de Dieu et les preuves de son existence chez Descartes*. Paris, Leroux, 1922, pp. 70-77.

⁷⁴ *Terceira Meditação*, AT, VII, 38-9.

manter a atenção sobre o que nos é proposto e exercer a vontade para só admitir o que realmente for evidenciado⁷⁵.

Em relação a essa experiência da própria meditação, podemos pensar nas teses de Descartes sobre o *more geometrico* e sua aplicação à Filosofia. O estilo geométrico adotado é revelador de que o texto das *Meditações* é um paratexto, em última instância; ou pré-texto do autor que precisa, entretanto, ser performado pelo leitor para se tornar um texto filosófico. Afinal, ninguém pode ser filósofo em seu lugar.

Em primeiro lugar, temos de considerar que há duas espécies de *ratio demonstrandi*: por síntese e por análise⁷⁶. Vejamos a opção de Descartes para as *Meditações*:

“Nos assuntos metafísicos nada é mais trabalhoso do que perceber as primeiras noções clara e distintamente. [...] Essa foi a razão por que escrevi *Meditações* em vez de *Disputas*, como os Filósofos, ou *Teoremas* ou *Problemas*, como os Geômetras: para que, com efeito, por isso mesmo provasse não haver para mim nenhum compromisso senão que com aqueles que não recusarão a meditarem comigo e considerarem atentamente a coisa.”⁷⁷

A grande dificuldade da Metafísica ou Filosofia Primeira é o acesso às primeiras noções. Acesso que depende de muita atenção, da liberação dos preconceitos, a começar em relação ao sensível. Atenção é uma decisão individual, assim como o esforço

⁷⁵ “do obstáculo dos preconceitos [...] ninguém está inteiramente isento” (*Carta-prefácio aos “Princípios”*, AT, IX-2, 12). No *Discurso do método*, são indicadas duas fontes de preconceitos: apetites naturais e preceptores escolares (AT, VI, 13).

⁷⁶ Descartes tem uma tese em *História das Matemáticas* de que a análise era o segredo de ofício dos geômetras, o segredo da invenção (AT, VII, 156. AT, X, Regula IV, 376-377)

⁷⁷ *Segundas Respostas*, AT, VII, 155.

reiterado de superação dos preconceitos. Só eu por mim mesmo, em verdade, posso ter acesso às primeiras noções. Na análise, de certo modo, eu invento a Filosofia proposta, começando pelo que há de mais difícil: apreender as primeiras noções.

“A análise mostra a verdadeira via pela qual a coisa foi metodicamente e como a priori descoberta, a tal ponto que, se o leitor quiser segui-la e prestar atenção suficientemente a todas as coisas, entenderá e não menos perfeitamente e a fará sua como se o próprio a descobrisse.”⁷⁸. O leitor fará seu o texto, como que descobrindo a própria Filosofia: “*Suamque reddet, quam si ipsemet illam invenisset*”! Trata-se de uma Filosofia que depende do filosofar. Aqui inverte-se a dificuldade como será pensada por Kant, como dissemos: “fica claro também que, sob certa consideração, se possa aprender Filosofia sem poder filosofar”⁷⁹. Para a concepção de análise proposta por Descartes: Só se filosofarmos, podemos aprender Filosofia. Enquanto não se filosofa, o texto do autor é um mero para ou pré-texto do texto filosófico, que só surge pelo exercício do leitor ao produzi-lo propriamente. Para Descartes, a opção pela síntese, pelo modo costumeiro como os geômetras apresentam os seus livros, seria por um texto de autor em sentido forte, em que a ciência geométrica é mostrada, não um pré-texto do autor para que se filosofe, para que, filosofando, se performasse o texto filosófico. O estilo sintético arranca o consentimento do leitor, prescindindo de que ele faça seu o texto e o pensamento. Ele teria um impacto claramente doutrinário.

A inversão ao propósito kantiano se explicita, na medida em que, ao contrário da tradição, a análise, e não a síntese, é a via apropriada ao ensino. De certo modo assim,

⁷⁸ *Idem*, 156.

⁷⁹ Kant, I. Manual dos cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, Editora Unicamp/EDUFU, 2002, p. 25.

para Descartes, só se pode ensinar Filosofia filosofando. O suposto texto de um autor de Filosofia permanece um paratexto ao verdadeiro texto filosófico que só pode ser alcançado pelo filosofante. Ou seja, a Filosofia não pode ser somente um conhecimento racionalmente objetivo, precisa ser, antes de tudo, racionalmente subjetivo, para usarmos os termos de Kant. Descartes nos diz: “Nas minhas *Meditações*, eu, porém, segui só a Análise, que é a verdadeira e a melhor via para ensinar”⁸⁰. No texto filosófico, o uso cartesiano da primeira pessoa não é só literário, mas de uma profunda expressão de experiência vivida em primeira pessoa.

Temos também um outro paratexto que é a *Sinopse das Seis Meditações*. Ela permite uma visão de conjunto da obra e assinala as suas principais articulações. Trata-se de poderoso expediente dialético aquele que vai da divisão (diaíresis) das partes e do detalhamento das suas ligações a uma visão de conjunto (epagagé), sinóptica, e vice-versa⁸¹. De certo modo, isso corresponde ao preceito da enumeração apresentado no *Discurso do Método*⁸². A *Sinopse* ajudaria também aqueles que, como Descartes, tentem descobrir por si mesmos o conteúdo do livro a partir do seu índice.

Na sinopse da *Primeira Meditação*, diz que mostrará as causas da dúvida universal e enuncia a sua utilidade: liberação de todos os preconceitos, desprendimento dos sentidos e impossibilidade de duvidar das coisas descobertas a partir de então como

⁸⁰ AT, VII, 157. A posição de Descartes sobre a análise é contrastante com a tradição, pois para ele ela é, ao mesmo tempo, heurística e pedagógica. Cf.: Loparic, Zeljko. *Descartes heurístico*. Campinas, IFCH-Coleção Trajetória 5, 1997. Battisti, César Augusto, O método de análise em Descartes. Cascavel, EDUNIOESTE, 2024, 2ª edição. Timmermans, Benoît, *La résolution des problèmes de Descartes à Kant*. Paris, PUF, 1995.

⁸¹ Cf. Souza, José Cavalcante de. Introdução, In: Platão, O banquete. Tradução de José Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp. 11-85.

⁸² “O último consistiria em fazer por toda parte enumerações tão inteiras e recensões tão gerais, de modo que eu tivesse a segurança de nada omitir” (AT, VI, 19).

verdadeiras. A dúvida se mostra então como um instrumento da análise cartesiana na difícil liberação dos preconceitos em relação à experiência sensível e ao ouvir-dizer dos preceptores e dos autores⁸³. Na longa sinopse da *Segunda Meditação*, Descartes relaciona o descobrimento da existência da mente ao uso da liberdade em supor a dúvida. A suposição é um expediente muito importante da análise, pois permite construir o problema, cujo conteúdo seria o próprio conhecimento, a sua possibilidade e o modo que o torna possível. A existência da mente inicia o demorado processo de solução que atravessa as *Seis Meditações*. O ponto final desse trajeto seria nos proporcionar, por um lado, a esperança racional da imortalidade da alma, na medida em que da corrupção do corpo não segue necessariamente a da mente, e, por outro lado, a fundamentação de uma física mecanicista que se pautar na autarquia da matéria⁸⁴ decorrente da sua completa distinção com a alma. Ele adverte que essa aquisição depende de uma articulação de várias meditações. O primeiro quesito é a formação de um conceito de mente distinto do corpo, estabelecido na *Segunda Meditação*. Em seguida, na *Quarta* estabelece-se que o percebido como claro e distinto é verdadeiro, do modo como percebido, e isso vale para o conceito de mente formado na *Segunda*. Precisamos ainda da formação de um conceito distinto da mente e do corpo, o que só é realizado nas *Quinta* e *Sexta Meditação*. Trata-se aqui de uma grande inovação na Metafísica a introdução do tema do corpo⁸⁵. Além do que, uma boa parte do conjunto das *Meditações* é dedicada a esse novo tema. Então passamos do entendimento conceitual de que são duas coisas distintas para a conclusão de que o são realmente, de

⁸³ *Sinopse*, AT, VII, 12.

⁸⁴ Cf. : Koyré, A. *Du monde clos à l'univers infini*. Paris : Gallimard, 1973, p. 279

⁸⁵ Cf. Agostini, Igor, *René Descartes*, In: *História da Filosofia Moderna*, Organização de Giulia Belgioioso. Campinas, Editora Unicamp, 2022, p. 262.

que são substâncias diversas. Ademais, a *Sexta* ainda faz uma confirmação dessa diversidade a radicalizando como quase contrária, pois, enquanto o modo de concepção do corpo é pautado na sua divisibilidade, o da mente é na indivisibilidade. A mente é o que não é divisível e figurável.

É interessante dizer que o título da obra se modifica também da primeira para a segunda edição: *Meditationes de Prima Philosophia, in quibus Dei existentia et animae immortalitas demonstratur* (Paris, 1641, *Meditações sobre Filosofia Primeira, nas quais se demonstram a existência de Deus e a imortalidade da alma*). Na segunda edição (Amesterdão, 1642) a obra tem o seguinte título: *Meditationes de Prima Philosophia, in quibus Dei existentia et animae humanae a corpore distinctio demonstrantur* (*Meditações sobre Filosofia Primeira, nas quais se demonstram a existência de Deus e a distinção da alma humana do corpo*). Referindo-se à edição crítica de Adam e Tannery, Fausto Castilho dizia “constitui ainda o caso talvez único de *um* original em *duas* edições”⁸⁶. A *Sinopse* pode justamente explicar um pouco esse recuo. Descartes já havia avançado no terreno da Fé com uma prova poderosíssima da existência de Deus, como nos disse na *Epístola à Sorbonne*, pois pela *sui causa* resolve a fragilidade das provas tomistas, que mostravam a existência de um ente necessário, mas que não necessariamente fosse Deus⁸⁷. O ente demonstrado pela *sui causa* é necessariamente Deus. Faltava ainda mostrar a imortalidade da alma para que a Metafísica avançasse por completo nos assuntos de Fé, mas percebeu que passou do ponto. A distinção nos dá

⁸⁶ Castilho, Fausto, *Nota prévia*, In: Descartes, R., *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp, 2004 p. 9.

⁸⁷ Cf.. I. Agostini, *Ragione e causa nella dimostrazione a priori in Dio : da Cajetano a Descartes*, In: M. Cambi, R. Carbone, A. Carrano et Edoardo Massimilla (éd.), *Ragione, razionalità e razionalizzazione in età moderna e contemporanea*, Naples, FedOAPress, 2020, p. 69-95.

apenas a condição da imortalidade e a sua subsequente esperança, mas não nos garante.

No entanto, nessa *Sinopse* Descartes ainda nos fala: “deixando assim aos mortais uma esperança de outra vida, quanto também porque as premissas das quais se possa concluir a imortalidade da mente dependem da explicação da toda a física”!⁸⁸ Para explicar algo assim chocante, nos diz que é preciso saber que a natureza das substâncias é incorruptível, pois só perdem o seu ser por uma decisão divina e, nesse sentido, a substância corpórea tomada em geral é também incorruptível. Contudo, trata-se, nesse assunto, de uma parte dela denominado corpo humano, que se constitui por uma certa configuração de membros ou acidentes, que se torna outro com qualquer modificação de figura de suas partes. Por outro lado, a mente humana seria pura substância, pois, embora os seus acidentes se modifiquem, a mente nunca se torna outra⁸⁹. Por isso, pode concluir, mesmo não tendo ainda a explicação de toda a Física (!): “a mente é imortal por sua natureza”⁹⁰.

Um último e importante ponto da sinopse da Segunda Meditação é a sua referência à noção de ordem geométrica. Nesse ponto, nos fala que suas Meditações seguiram o *mos geometricus*, assim definido: “antecipando todas as coisas de que depende a proposição buscada, antes de concluir algo a respeito dela”⁹¹. Como Descartes explica melhor nas *Segundas Respostas*:

⁸⁸ AT, VII, 13.

⁸⁹ “Essa é a intuição primeira de Descartes: ele compreendeu, melhor do que ninguém, que a menor démarche do pensamento engaja todo o pensamento; um pensamento autônomo que se põe em cada um dos seus atos, em sua independência plena e absoluta” (Sartre, J.-P., *La liberté cartésienne*. In: *Descartes : Introduction et choix* par J.-P. Sartre. Genebra-Paris, Éditions des Trois Collines, 1946, pp. 11-12)

⁹⁰ AT, VII, 14.

⁹¹ *Idem*, 13.

“Ora, me esforcei em seguir muito acuradamente esta ordem nas minhas Meditações. Além disso, a sua observação foi a causa pela qual tenha tratado da distinção da mente e do corpo, não na *Segunda*, mas finalmente na *Sexta Meditação*, bem como tenha voluntária e conscientemente omitido muitas coisas porque requeriam a explicação de várias outras”⁹².

O estilo analítico da invenção é, portanto, além de ser propedêutico e psicagógico, ordenado e demonstrativo. Por ele, como dissemos, fazemos nossos os descobrimentos de Descartes seguindo a ordem que permite ir até certo ponto. Não seria adequado para um tipo de texto que pretenderia esgotar o assunto. A ordem analítica permite que a projetemos e a introjetemos dentro dos seus limites.

Na *Sinopse da Terceira Meditação*, assinala que nela desenvolveu o seu principal argumento para demonstrar a existência de Deus e faz uma concessão propedêutica: usa de imagem num campo que, paradoxalmente, não a comporta e não deve ser pensado por imagem, para permitir a liberação dos preconceitos da evidência sensível. Com isso, permite que o leitor não estranhe a tecnicidade da *Terceira Meditação*, podendo percorrê-la mais facilmente, tornando-a mais sua. A referida imagem é de uma máquina muito perfeita, cuja ideia está na mente de algum artesão muito habilidoso. Sua causa ou é a ciência do próprio do artesão ou de quem lhe ensinou. Assim, a ideia da máquina na mente do artesão é uma metáfora da realidade objetiva, a realidade da representação enquanto tal. Só um artesão muito habilidoso, ou com alguém ainda de que tenha

⁹² *Idem*, 155.

aprendido, poderia ser causa. A ideia de infinito, infinitamente perfeita, só poderia ser produzida por um artesão infinitamente perfeito, isto é, por Deus⁹³.

Na *Sinopse da Quarta*, como mencionado, temos a prova de que o que foi percebido claramente e distintamente é verdadeiro, ou seja, de que a evidência corresponde à verdade, de que teríamos uma regra geral da verdade. A desconfiança sobre a nossa capacidade de conhecer é minimamente posta de lado⁹⁴. Além disso, ele aproveita essa apresentação para dizer que fala também apenas do erro do juízo, quando afirma pela vontade algo que não é evidente pelo intelecto, mas não do pecado ou do erro moral. Ele não só procura excluir os assuntos que na questão do erro pertencem à Fé, mas também os que dizem respeito à vida ativa⁹⁵. Trata-se de um cuidado político, na medida em que explicita que não entra no tortuoso campo da Teologia Moral. Entretanto, é uma indicação também de que as *Meditações* são um exercício completamente teórico e, portanto, absolutamente livre, sem as restrições da vida prática. Podem, por exemplo, conceber uma dúvida universal cuja aplicação na vida ativa seria inteiramente perigosa.

Na *Sinopse da Quinta*, como dissemos, começa a conceber o conceito de corpo pela sua acepção genérica. Além disso, demonstra *a priori* a existência de Deus e avança

⁹³ AT, VII, 14-5.

⁹⁴ Como dissemos, essa desconfiança surge a partir das cartas a Mersenne de 1630, nas quais Descartes elabora a teoria da criação das verdades eternas. O método antes disso era autossuficiente em sua fundamentação, por considerar o evidente verdadeiro. A partir de então, Descartes teve de pensar uma Filosofia Primeira que fundamentasse passagem da evidência à verdade. Cf.: Savini, Massimiliano, *Evidenza et verit  nel pensiero de René Descartes*, In: Educa o e Filosofia. Uberlândia, Volume 29, Número Especial, 2015, pp. 85-122. Olivo, Gilles, *Descartes et l'essence de la vérité*, Paris, PUF, 2005.

⁹⁵ AT, VII, 15.

uma tese forte sobre a fundamentação do método pela Metafísica: “a certeza das demonstrações geométricas depende do conhecimento de Deus”⁹⁶.

A *Sinopse da Sexta* nos diz que nela se conclui a concepção do conceito de corpo e diferencia-se a inteligência da imaginação. Assim pode, finalmente, seguindo a ordem geométrica distinguir a mente do corpo, sobretudo do corpo em geral. Todavia, apresenta também a união da mente com o seu respectivo corpo humano, ponto que vai levar a toda uma discussão na sua correspondência e vai motivar a redação do *Tratado das paixões*. Enfim, expõe a pouco útil prova da existência dos corpos, pois que, na vida prática, ninguém duvida da sua existência. Mas assinala que o importante nela é mostrar a sua fragilidade em relação às provas da existência da mente e de Deus⁹⁷.

Além da *Epístola à Sorbonne*, do *Prefácio do autor*, da *Sinopse* e das *Objções e Respostas*, há ainda um insólito paratexto: o *Informe do editor para o leitor* das *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Como esse *Informe* segue muito a linha de pensamento de Descartes, poderíamos levantar a suspeita se Descartes não teria usado da autoridade do editor para apresentar orientações complementares e indispensáveis à primeira edição francesa, de 1647⁹⁸. Nessa edição, aparece logo depois da *Epístola* e antes do *Prefácio do autor*⁹⁹. Caso tenha sido o próprio editor, o seu nome seria Pierre Le Petit. Não obstante, Descartes a reviu e a aprovou, como havia feito com a tradução publicada na edição. O *Informe* chama a atenção para três coisas: o desígnio do autor ao

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Idem*, 16.

⁹⁸ Fausto Castilho levantou essa hipótese uma vez no seu curso. (Castilho, Fausto. *Curso sobre Descartes*, Campinas, Unicamp, 1998, mimeograf.).

⁹⁹ Castilho, Fausto, *Nota*, In: Descartes, R., *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp, 2004 p. 217.

ter publicado primeiramente a versão em latina, o sentido da tradução para o francês e a qualidade da edição francesa.

Descartes escreveu originalmente as *Meditações* para submeter o seu pensamento a prova dos doutos, queria passar por todos os tribunais da Filosofia. As *Objeções e Respostas* foram justamente um produto dessa prova, dessa avaliação de seu pensamento pelos grandes pensadores de seu tempo. Diante disso, o editor exorta os leitores para que sejam os juízes de última instância desses tribunais. O choque de pensamentos se torna um instrumento para que se produza muita luz¹⁰⁰.

O “livro passa das universidades aos palácios dos grandes”¹⁰¹, ou seja, ele entra no mundo da Corte, onde encontra pessoas exclusivamente interessadas pelo conhecimento. Nas Universidades, muitas vezes o conhecimento é posto em segunda posição em relação aos seus signos mundanos, pois a reputação de conhecimento é o critério que distingue a posição social e hierárquica entre os doutos. Na Corte, os critérios são outros e o conhecimento pode ser fruído como outros bens¹⁰². O Duque de Luynes quis estudar as *Meditações* pelo método da tradução, a fim de se apropriar dos conceitos retendo-os bem na memória. Outro amigo e estudioso da obra de Descartes, Claude Clerselier, resolveu concluir a obra traduzindo o seu maior paratexto, as *Objeções Respostas* – comentário que se tornou indispensável à inteligibilidade da obra e que, portanto, a completa¹⁰³. Tendo sido informado dessas traduções, “o autor não só

¹⁰⁰ AT, IX-1, 1.

¹⁰¹ *Idem*, 2.

¹⁰² Na esteira da reflexão iniciada por Baldassare Castiglione no *Livro do Cortesão*, Descartes pensa na sua figura de honnête homme esse homem de Corte – que poderia ser o melhor destinatário da Filosofia –, sobretudo no diálogo não publicado denominado *A Busca da verdade pela luz natural*, AT, X, 498-499.

¹⁰³ AT, IX-1, 2.

consentiu, mas também desejou e solicitou a esses senhores que aceitassem a impressão de suas versões, porque notara que suas *Meditações* tinham sido acolhidas e recebidas com alguma satisfação por um número maior dos que não se aplicam à Filosofia da Escola do que dos que a ela se dedicam”¹⁰⁴. Ou seja, a edição francesa é destinada a um público que, por não ser treinado em contradizer, está aberto a uma Filosofia que exija atenção, consagração ao estudo e disposição por filosofar efetivamente por si mesmo.

O editor também nos fala sobre a qualidade da edição francesa. Além de reconhecer a elegância e a precisão da tradução, diz que ela serviu de oportunidade de revisão e de correção do seu próprio texto, a fim de o filósofo poder ter esclarecido “seus próprios pensamentos”¹⁰⁵. Ou seja, para esclarecer modificou um pouco algumas passagens e acrescentou alguns pequenos esclarecimentos. A comparação dos textos permite verificar isso, como o editor indica. Quer dizer a tradução revista e modificada se torna um último paratexto e completa o texto original!

Por último, o editor como que encarna Descartes e contraria os interesses de venda para nos falar da “chave do Livro”. Trata-se do método indispensável à leitura, sem o qual “ninguém poderá entendê-lo bem”. Esse livro “não será nem útil nem agradável aos leitores que não possam aplicar com muita atenção seu espírito ao que leem, nem possam abster-se do julgar antes de o haverem examinado suficientemente”¹⁰⁶. O compromisso com a atenção e com o amplo exame selecionaria os leitores e poderia dificultar a venda do livro: “Mas temo que me censurem o haver

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ AT, IX-1, 3.

exorbitado os limites do meu mister ou, antes, que não os conheça, ao opor um obstáculo tão grande à venda de meu livro pela ampla exceção de tantas pessoas para as quais não o julgo apropriado¹⁰⁷". O mais surpreendente nessa obsessão do "editor" pela "chave do livro" é que diz: "Calo-me, portanto, e já não afugento as pessoas". No entanto, logo em seguida continua(!):

"Mas antes sinto-me ainda obrigado a advertir os leitores a que tragam muita equidade e docilidade à leitura deste livro, pois, se a ele vierem com esse mau humor e esse espírito de contrariedade de tantas pessoas – que só leem para discutir e, fazendo profissão de buscar a verdade, parecem temerosas de a encontrar –, pois, no mesmo momento em que alguma sombra dela lhes aparece, procuram combatê-la e destruí-la, não tirarão proveito deste livro, nem dele formarão um juízo razoável. É preciso lê-lo sem prevenção, sem precipitação e no intuito de se instruir, oferecendo a seu autor, primeiramente, um espírito de escolar, para depois assumir o espírito de censor"¹⁰⁸.

A "chave do Livro" é torná-lo seu pelo método geométrico da análise que exige a atenção e a co-meditação. A disposição do leitor em filosofar é fundamental. O editor repete a preocupação de Descartes com espíritos formados na Erística da universidade, segundo a qual, para se ter a reputação de inteligente em Filosofia, é preciso tudo contraditar. Embora professem que procuram a verdade, de fato, a temem, visto que a disputa se encerraria. Ainda em termos cartesianos, o editor diz que a prevenção preconceituosa de espírito deve ser evitada, bem como a precipitação na proferição de juízos. É preciso se deixar conduzir pela ordem, aceitar a psicagogia da análise e meditar também, ou seja, filosofar. Nesse sentido, enfim, o próprio texto das *Meditações sobre*

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ AT, IX-1, 3.

Filosofia Primeira seria um paratexto do autor, que relata em primeira pessoa a experiência do filósofo, experiência essa que pode se repetir se o leitor filosofar e transformar o paratexto do autor em texto filosófico.

4.4. *Discurso do método*

O *Discurso sobre o Método para bem conduzir a própria razão e buscar a verdade nas ciências*¹⁰⁹, primeiro texto publicado por Descartes, é, de fato, um longo prefácio¹¹⁰ aos seus *Ensaio*s científicos de *Geometria, Dióptrica e Meteorologia*. Os *Ensaio*s são conquistas científicas que podem ser ensinadas, pontos doutrinários estabelecidos por um grande autor de ciência, uma autoridade científica. Seria um discurso doutrinário, de ciência estabelecida, um discurso de autor, que mostra os frutos úteis para humanidade da sua Filosofia. Por outro lado, o *Discurso do método* em primeira pessoa é o discurso de um autor que relata a sua experiência de filósofo, até mesmo fazendo uma autobiografia intelectual, para que pelo próprio relato e pelo seu conteúdo – o método de estudar, de buscar a verdade, de filosofar – possa também o leitor filosofar e transformar o texto em propriamente filosófico, fazendo sua a Filosofia nele exposta. O filósofo do método é o filósofo do filosofar. Para quem, como dissemos, a Filosofia nunca existe sem que o leitor filosofe. Para ele, todo texto de autor sobre Filosofia é um paratexto da Filosofia cuja edição do texto depende do leitor se tornar filósofo.

¹⁰⁹ O título completo do *Discurso* já deixa claro que cada um deve filosofar, ou seja, conduzir a própria razão para descobrir o conhecimento verdadeiro.

¹¹⁰ Já explicitamos na Carta a Mersenne de 1637 que Descartes o entende com esse estatuto. Com efeito, o *Discurso* cumpre inteiramente as tarefas de um prefácio, como o filósofo nos diz na *Carta-Prefácio aos "Princípios da Filosofia"*: mostrar "o assunto do livro, meu propósito ao escrevê-lo e a utilidade que dele se pode tirar" (AT, IX-2, 1).

O *Discurso do método* se divide em seis partes. Na *Primeira*, faz mais propriamente uma autobiografia intelectual, realizando uma avaliação crítica da sua formação. Tece considerações sobre as disciplinas de seu currículo e sobre a sua experiência formativa nas suas viagens. Depois de ter elegido, entre as possibilidades existentes, um modo de vida filosófico¹¹¹ – por ter como fim prioritário a busca pelo conhecimento, revela a felicidade em ter encontrado um caminho, um método, uma maneira de fazer um bom uso de si e das suas faculdades. Na *Segunda Parte*, discorre sobre em que consiste o método, fazendo um apanhado da contribuição da análise dos antigos geômetras, da Álgebra dos modernos e da Lógica das Escolas, para poder ressignificar o modo de filosofar. Quando, assim, formula o seu método, descrevendo a sua experiência, nos apresenta justamente a sua maneira de filosofar, realizada em primeira pessoa. Cada um tem de por si usar das suas faculdades e ordenar ou moldar os seus pensamentos para descobrir por si mesmo. Descartes sempre nos diz que não é mestre de ninguém¹¹², pois, na essência, o texto é um conjunto de signos, não é a coisa mesma. Os signos se referem à determinada coisa, mas eles não me dão acesso a ela¹¹³. Como dissemos, ensinar para Descartes não é possível pela síntese, pois ela só me dá acesso ao signo que me constrange, que arranca o meu consentimento¹¹⁴. Mas se trata de um dispositivo formal, desencarnado. De fato, seria um dispositivo retórico que, sem

¹¹¹ *Discurso do Método*, AT, VI, 3.

¹¹² AT, VI, 4.

¹¹³ A possibilidade do ensino é uma questão profundamente filosófica, trabalhada por diferentes filósofos (Cf.: Soares, Alexandre Guimarães Tadeu, *Da possibilidade de ensinar em geral e, em particular, de ensinar Filosofia*. In: *O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia*, Org. Guido, H; Almeida Jr e Danelon, M. Uberlândia, EDUFU, 2014, pp. 19-46). Uma das referências na perspectiva aporética é Santo Agostinho no seu *De Magistro* (Cf.: Agostinho, *De Magistro*. Edição bilíngue e tradução de Felipe Denardi. Campinas, Kíron, 2017).

¹¹⁴ “A síntese (...), assim, do leitor, embora resistente e pertinaz, arranque o consentimento. Porém, não satisfaz como a outra, nem apraz os ânimos dos desejosos de aprender, porque não ensina o modo como a coisa foi descoberta” (AT, VII, 157).

a contrapartida da análise, importaria menos a razão do que a utilidade. Só se filosofa lidando com a coisa mesma. Por isso, para Descartes, como já referimos, a análise não só é o método da invenção, do descobrimento, mas também do ensino¹¹⁵. Pois só descobrindo por si – ou seja, só filosofando –, posso ter acesso à coisa mesma e, conseqüentemente, posso apreender. Nesse sentido, o ensino consiste em provocar, instigar, convocar, exortar e, no máximo, relatar e descrever. E esse é o papel do Prefácio. O texto filosófico é paratextual, porque só realizo a leitura se reescrevê-lo filosofando por mim.

Assim, enquanto a *Primeira Parte* do *Discurso* apresenta a decisão pelo modo de existência filosófico, a *Segunda Parte* nos mostra que a exigência desse modo é que cada um filosofe por si e Descartes nos descreve o seu próprio modo de filosofar. Na *Terceira Parte*, discorre sobre o problema que, enquanto se filosofa, enquanto se estuda, não se tem ainda propriamente o conhecimento e a vida, entretanto, não espera. A todo momento a urgência nos obriga a deliberarmos e agirmos¹¹⁶. Como dissemos, Descartes reinterpretou a noção de Filosofia. Em primeiro lugar, traduzindo o *philos* grego pelo *studium* latino, qualificando o amor à sabedoria como um amor zeloso¹¹⁷, cuidadoso, reiterado, como um desejo engajado na busca, na pesquisa, no exame. A noção de via, caminho, método, é uma expressão desse entendimento. Filosofar é longo, demorado, é todo um percurso. Resignificou, como já referimos, a noção de *sophia* a partir da

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ AT, VI, 22. “Primeiramente, um homem possuidor de um conhecimento vulgar e imperfeito (...) deve antes de tudo procurar formar para si mesmo uma Moral que possa seguir para regular as ações de sua vida, porque elas são inadiáveis e nós devemos tratar sobretudo de bem viver” (*Carta-Prefácio*, AT, IX-2, 13). Fausto Castilho insistia muito na importância de interrogarmos filosoficamente essa noção de urgência da vida em Descartes ((Castilho, Fausto. Curso sobre Descartes, Campinas, Unicamp, 1998, mimeograf.).

¹¹⁷ Na *Carta-Prefácio aos “Princípios da Filosofia”*, Descartes diz: “ce mot Philosophie signifie l’étude de la Sagesse: “esta palavra, Filosofia, significa o estudo da sabedoria” (AT, IX-2, 2).

sabedoria humana, do conhecimento elaborado por homens, não necessariamente compartilhado com o divino. Esse alongamento da Filosofia, da teoria, exige um cuidado prático. Elabora, por isso, uma Moral por provisão, a partir do que pode considerar de mais razoável e mais certo no quadro de que dispõe, a fim que tenha tranquilidade prática no seu exercício filosófico e teórico¹¹⁸.

Na *Quarta Parte do Discurso do método*, descreve minimamente o que descobriu em Filosofia Primeira, para que o público tivesse uma apresentação dos fundamentos da ciência que praticava¹¹⁹. Na *Quinta Parte*, apresenta, por sua vez, a ciência que praticou¹²⁰. Já na *Sexta Parte*, Descartes relata a sua dificuldade e hesitação para a sua resolução de se tornar autor. Ser filósofo é querer tornar claro os seus pensamentos em relação a tudo o que a vida nos apresenta, é examinar por si mesmo o que lhe é proposto, é estudar e fruir do próprio prazer do estudo. Ser autor, sobretudo no sentido de ser autor de texto editado e publicado, de ser autor de livro, é querer ter autoridade no sentido originário do radical (*augere*, aumentar) que liga os dois termos, é querer acrescentar, contribuir para a humanidade. Para uma Filosofia que produz ciência, a utilidade da autoria é mais clara, gerando até mesmo um dever moral da sua divulgação¹²¹. Por conseguinte, o *Discurso do método* é apenas um prefácio, digamos assim, da incontestável contribuição para a humanidade trazida pelos *Ensaaios científicos*. A questão que se põe é como escrever um texto estritamente filosófico? Será que pela exigência do filosofar todo texto filosófico não seria um prefácio à Filosofia propriamente dita?

¹¹⁸ AT, VI, 22.

¹¹⁹ *Idem*, 31.

¹²⁰ *Idem*, 40.

¹²¹ AT, VI, 60.

Retomo, para estabelecer essa oposição, uma distinção muito bem-posta por Gilson, no seu comentário ao *Discurso do método*, entre o filósofo e o autor em Descartes: “é necessário então distinguir, na história do pensamento de Descartes, as razões que o conduzem a reformar suas próprias opiniões filosóficas ou morais daquelas que o conduzem a publicá-las. É o desejo de ver claros seus pensamentos e suas ações que fez dele um filósofo: é o desejo de melhorar as condições da existência humana que fez dele um autor.”¹²² Creio que a fecundidade científica de sua Filosofia tenha também produzido um sentimento em Descartes de que havia elaborado um verdadeiro método de filosofar para alcançar esse resultado científico, bem como uma Filosofia Primeira para fundamentá-lo. Desse modo, a sua divulgação poderia ter uma real contribuição para a humanidade. Mas, por se tratar de Filosofia, deveria ser a descrição, o relato do próprio filosofar em primeira pessoa, que só ganha sentido se também for performed pelo leitor.

O *Ensaio científico* que se segue, ou seja, o livro propriamente dito, discorre sobre *Geometria*, *Dióptrica* e *Meteoros*. Na Carta-Prefácio, Descartes fala desses ensaios assim:

“Pela Dióptrica, tive o propósito de mostrar que podíamos ir bem longe em Filosofia, chegando por seu intermédio até o conhecimento das artes que são úteis à vida. A invenção das lentes de aproximação, que ali expliquei, é uma das coisas mais difíceis que já foram buscadas. Pelos Meteoros, desejaria que se reconhecesse a diferença entre a Filosofia que cultivo e a ensinada nas escolas, onde se costuma tratar da mesma matéria. Enfim, pela Geometria pretendia demonstrar que encontrara muitas coisas que antes

¹²² Gilson, E. ; *Discours de la méthode avec introduction et notes* par Étienne Gilson, Vrin, Paris, 1989, p.128.

eram ignoradas, dando assim a oportunidade para que se acredite que é possível ainda descobrir muitas outras coisas, a fim de incitar, por isso, todos os homens à procura da verdade”¹²³. Esses Ensaios cumprem a estratégia de mostrar a utilidade prática e fecundidade desse modo de novo modo de filosofar, comparando-a a fraqueza heurística e explicativa da Filosofia tradicional. Eles cumprem também, por sua vez, a tarefa de um prefácio exortativo, pois querem incitar cada qual à procura da verdade. Além disso, foram redigidos segundo o estilo analítico, pois mobilizam hipóteses, suposições, imagens, comparações e construções, para resolver problemas¹²⁴. A propósito, enfrenta o famoso problema de Papo, geômetra que oferece uma importante fonte para Descartes elaborar a sua tese sobre a análise¹²⁵.

4.5. *Paixões da Alma*

N’As *Paixões da alma*, encontramos um estranho paratexto, pois se trata de uma troca de correspondências, a saber: um conjunto de quatro cartas, duas das quais escritas por um amigo de Descartes. A primeira carta do amigo corresponde à maior parte do prefácio, as outras três cartas são muito curtas. A segunda é uma breve resposta de Descartes. Em seguida, há uma carta breve do amigo e, finalmente, há a uma curta resposta de Descartes. A identidade do amigo não é explicitada. Os estudiosos consideram que os melhores candidatos seriam: Claude Clerselier, tradutor das *Objeções e Respostas* para o francês; e o Abade Picot, tradutor dos *Princípios da Filosofia* para o

¹²³ AT, IX-2, 16.

¹²⁴ Cf. : Timmermans, Benoît, *La résolution des problèmes de Descartes à Kant*. Paris, PUF, 1995, capítulo II.

¹²⁵ Cf.: Battisti, César Augusto, *O método de análise em Descartes*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2024, 2ª edição, capítulo 2.

francês. Além disso, Picot, que é considerado o candidato mais forte, é o destinatário da *Carta-Prefácio aos “Princípios da Filosofia”*¹²⁶. É interessante notar que a carta está num nível mais privado e anterior ao prefácio ou outro paratexto desse tipo, que, por sua vez, estaria também num nível de delimitação do sentido autoral, anterior ao livro propriamente dito. Como dissemos, essa instância anterior à obra em Descartes, é a do filosofar que define e confere sentido ao texto, digamos assim, autoral e determinado. Embora Descartes procure reduzir o caráter doutrinário do seu discurso de autor, recorrendo ao estilo, como o modo analítico, diálogo etc., na paratextualidade encontra plenamente espaço para o discurso de filósofo, para conferir sentido filosófico à sua obra. Nesse esforço, estão presentes a mensagem da importância da condução da própria razão e da utilidade do livro que publica para a humanidade. Recorrer a cartas como prefácio e paratextos é procurar estar num nível ainda mais pré ou paratextual, onde a indeterminação do pensamento pode ser maior, a liberdade de exprimi-lo também e os segredos podem ser mais facilmente revelados.

A primeira carta é uma ampliação dos argumentos em favor da autoria na *Sexta Parte do Discurso do Método*, reforçando a utilidade da publicação da sua filosofia para a humanidade e a necessidade de realização de experiências raras e caras a um particular, para a continuação do progresso científico. Trata-se de um discurso político, mas de um discurso político para além dos Estados nacionais, um discurso político e ético para a comunidade humana. Para dizer com termos que o caracterizem, um discurso de política científica¹²⁷, cujo destinatário é a humanidade, pois a ciência deve servir a todos

¹²⁶ Cf.: Adam, Charles, *Avertissement des Passions de l'Âme*, AT, XI, 293-300.

¹²⁷ Beyssade, Jean-Marie, *Descartes Político?* Tradução de Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. In: Rio de Janeiro: Analytica, volume 24, números 1-2, 2020, pp. 70-78.

os homens. A ideia é comprometer os poderosos com o progresso científico da humanidade. Muito mais timidamente essa proposta de Política Científica se encontra na *Carta-Prefácio*. Por que ele é tão forte no Prefácio ao *Tratado das Paixões*? Porque quem fala sobre a filosofia e a obra de Descartes não é Descartes. Trata-se de uma exortação a que Descartes seja mais autor do que tem sido, a que publique o seu *Tratado das Paixões*. Ele procura responsabilizar Descartes pela sua não publicação, na medida em que a edição do *Tratado* reforçaria justamente a utilidade e fecundidade da sua Filosofia. Tornar-se-ia, então, mais um elemento de convencimento para a adoção de sua Política Científica para realizar experimentos dispendiosos, mas decisivos para o progresso científico. Há que se lembrar que, na *Epístola à Sorbonne*, uma outra utilidade o filósofo apresentou para o seu pensamento: a conversão dos infiéis. Tratava-se de uma Política para unificação da humanidade numa comunidade cristã e de uma consequente Política de Ensino, isto é, a substituição dos manuais tomistas pelos cartesianos, pois sua filosofia poderia contribuir mais para com a formação do bom cristão.

O amigo prefaciador de Descartes quer mostrar, em primeiro lugar, que há muita coisa ainda a ser descoberta em Medicina e Mecânica, que será útil à vida humana; em segundo lugar, quer assegurar que Descartes é capaz de fazer esses descobrimentos e; em terceiro lugar, quer persuadir que é necessária a realização de experimentos científicos onerosos. Para confirmar a capacidade de Descartes e de sua filosofia, menciona que o filósofo na sua *Epístola ao Padre Dinet*, Provincial dos Jesuítas, disse que nos *Ensaio*s explicou seiscentas questões de que a filosofia tradicional não era capaz. Essa *Epístola* foi publicada e constitui uma como que parte das *Objeções e Respostas*, um dos paratextos das *Meditações*. O amigo de Descartes diz então que já se passavam

mais de sete anos e ninguém da ordem jesuíta, conhecida pela sua habilidade científica, havia sequer tentado contestar Descartes¹²⁸.

Como não é Descartes quem faz um forte elogio à sua filosofia e à sua obra, o amigo resguarda o filósofo de qualquer suspeita de vaidade ou orgulho. Ele chega mesmo a dizer que a recusa de publicar o *Tratado das paixões*, que já se encontrava pronto, poderia configurar humildade viciosa¹²⁹. Com efeito, essa acusação complementada pela de falta de coragem em não publicar é um ponto delicado na própria obra em questão, pois a principal virtude, nas *Paixões da Alma* é a generosidade¹³⁰. E ela se define pela justa estima de si mesmo, diferenciando-se da humildade viciosa. Humildade essa que seria não se dar o devido valor, não apreciar e se admirar com a liberdade – ainda que situada pelas circunstâncias – de que dispomos, de que temos um poder diante de uma disjunção, no caso, publicar ou não publicar. O generoso reconhece o seu próprio valor e, por isso, as outras virtudes lhe advém com facilidade, como a coragem de fazer o que é certo e o que, por conseguinte, o torne digno do que é. Mas, por outro lado, a generosidade se diferencia também do orgulho¹³¹. Orgulho que pode ser considerado na tradição cristã como o maior de todos os pecados, aquele praticado por Lúcifer e por Adão. Segundo Pascal, filósofo leitor de Descartes, o orgulho, a vaidade, corresponde a nossa queda originária no amor-próprio¹³². Descartes já havia, nos paratextos das *Meditações*, no *Discurso do Método* e na *Carta-prefácio aos “Princípios”*, reconhecido a força, a fecundidade e a utilidade da sua filosofia, mas não

¹²⁸ *Paixões da Alma*, AT, XI, 312-3.

¹²⁹ *Idem*, artigo 159, AT, XI, 450.

¹³⁰ *Idem*, artigos 153 e 154, AT, XI, 445-6.

¹³¹ *Paixões da Alma*, artigo 157, AT, XI, 448.

¹³² Pascal, Blaise, *Oeuvres Complètes*. Edição de Louis Lafuma. Paris, Seuil, 1963, 515.

com a intensidade e o detalhamento do seu amigo na carta que serviu de prefácio ao *Tratado das Paixões*.

É interessante notar, então, em primeiro lugar, que a generosidade, a maior de todas as virtudes para Descartes – na medida em que ela engaja todas as outras –, se encontra, portanto, em tensão e se separa por uma linha tênue do maior de todos os pecados, o orgulho. Em segundo, lugar, assim como a vaidade é uma paixão, assim também é a generosidade, como Descartes vai nos explicar no próprio *Tratado*¹³³. Estamos sempre apaixonados dada a nossa situação, de união substancial entre a mente e o corpo. Trata-se aí de uma grande novidade em matéria de Ética do livro: as virtudes também são paixões. Ou seja, não há uma oposição entre razão e paixão, mas uma política das paixões, para que as mais virtuosas prevaleçam¹³⁴.

Em sua carta-resposta, Descartes menciona o tom um pouco ofensivo da carta do amigo ao ser instado a publicar, bem como se diz sem esperança em obter os recursos necessários para os experimentos dispendiosos. Em seguida, concorda com a publicação desde que possa fazer uma revisão, pois a primeira versão havia sido destinada à Princesa Elisabeth cuja *Carta Dedicatória dos Princípios*, um paratexto da edição latina, deixa claro a sua excelência de espírito, tomando-a como a sua principal interlocutora:

“E, quando considero que um conhecimento tão variado e perfeito de todas essas coisas não se encontra em algum gimnosofista já velho, que tenha tido muitos anos para a contemplação, mas em uma jovem princesa que, pela beleza e idade, representa não

¹³³ *Paixões da Alma*, artigo 153, AT, XI, 445-6.

¹³⁴ Cf.: Andrade, Érico, *Sobre a generosidade: certeza, ação e paixão na ética cartesiana*. São Paulo, Loyola, 2018. Soares, Alexandre Guimarães Tadeu de Soares, *Resenha do livro “Sobre a generosidade: certeza, ação e paixão na ética cartesiana” de Érico Andrade*. In: Belo Horizonte: Revista Síntese, volume 46, número 145, 2019, pp. 422-6.

uma Minerva de olhos glaucos, ou alguma das Musas, mas antes uma das Graças, não posso senão ser arrebatado por uma suprema admiração”¹³⁵.

Tendo em vista essa consideração da capacidade intelectual da princesa – no citado trecho complementada por uma apreensão poética e amorosa –, repetida na carta-resposta ao amigo, teme que o texto das *Paixões* ainda não tenha a inteligibilidade necessária para o grande público. Pede então um tempo ao amigo para revê-lo e ampliá-lo, a fim de torná-lo mais legível. Descartes assim responde em 4 de dezembro de 1648¹³⁶.

Em 23 de julho de 1649, em outra carta, o amigo cobra dele incisivamente o texto, dizendo mesmo que parecia um estratagema para que a sua carta precedente – em que faz uma apologia do projeto cartesiano –, não fosse publicada, pois nela havia feito a ameaça de publicá-la à revelia de Descartes, a fim de engajar corações e mentes na luta pelo financiamento dos dispendiosos experimentos. Descartes lhe responde em 14 de agosto de 1649 com o texto pronto, dizendo que demorou mais tempo fazendo a revisão que redigindo-o. Refere-se a seu texto como um pequeno Tratado tão simples e breve. A menção ao texto como *Tratado* é interessante, visto que põe o seu tratamento das paixões no campo dos textos científicos¹³⁷. E é isso justamente que ele diz em seguida: “meu propósito não foi explicar as Paixões como Orador, nem mesmo como Filósofo moral, mas somente como Físico”¹³⁸. Trata-se de um texto de Física aplicada à natureza

¹³⁵ Descartes, *Princípios de Filosofia*. Tradução de Guido Antônio de Almeida, Raul Landim Filho, Ethel M. Rocha, Marcos Gleiser e Ulysses Pinheiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 19; AT, VIII, 4.

¹³⁶ AT, XI, 324.

¹³⁷ Duplamente científico: em primeiro lugar, porque se refere, na *Carta-prefácio* e na citada Carta a Mersenne, aos Ensaios científicos como Tratados.; em segundo lugar, pelo grau de certeza de que trata o assunto. Érico Andrade explicita essa opção por um gênero mais científico no tratamento das paixões (Cf.: Andrade, Érico, *Sobre a generosidade: certeza, ação e paixão na ética cartesiana*. São Paulo, Loyola, 2018).

¹³⁸ AT, XI, 326.

humana, uma das promessas de Descartes na *Carta-Prefácio aos “Princípios”*. Como Descartes nos mostrou por sua árvore do conhecimento da *Carta-prefácio*, a Metafísica é a raiz e dela parte o tronco da Física que se ramifica em Mecânica, Medicina e Moral¹³⁹. Mesmo a complicada questão da união substancial é tratada em termos científicos a partir da aplicação da causa eficiente à relação mente e corpo¹⁴⁰. Toda ação do corpo (extenso, figurável e divisível) é traduzido na mente em termos de não extensão, não figuração e indivisibilidade, e vice-versa. Seria uma radical aplicação da causa eficiente, pois nela há a mínima relação entre a causa e o efeito, ou seja, é a causação com o mínimo de racionalidade. Diferentemente da causa motriz aristotélica, a Filosofia Medieval, a partir de Avicena vai assimilar a causa mecânica a uma nova categoria de causa, a saber, a eficiente. Trata-se mais de uma causa *essendi* que de causa *motuum*. Seu modelo é a criação. Criador e criatura tem o mínimo de relação possível. Nesse quadro, podemos ver como o Mecanicismo moderno é caudatário de uma complexa elaboração metafísica e teológica. Nas causas formal e final, a relação é grande e bem racional. A forma-causa está presente no efeito formado por ela. O fim é o fundamento racional de organização do seu efeito. Além disso, a causa material não é propriamente uma causa, pois é apenas um princípio constitutivo do efeito que, portanto, não se diferencia do próprio efeito¹⁴¹.

¹³⁹ AT, IX-2, 14.

¹⁴⁰ Cf. : Olivo, Gilles, *Descartes critique du dualisme cartésien ou l’homme des Principia : union de l’âme et du corps et Vérités éternelles dans les Principia*, IV, 188-198, in J.-R. Armogathe et G. Belgioioso (éd.), *Descartes. Principia Philosophiae (1644-1994)*, Naples, Vivarium, 1996, p. 231-253.

¹⁴¹ Cf. : Carraud, Vincent, *Causa sive ratio. La raison de la cause de Suárez à Leibniz*, Paris, Presses Universitaires de France, 2002.

Todavia, há que se dizer que a ciência cartesiana é muito filosófica, paradoxalmente construída em oposição ao bom senso comum, como dizia Koyré¹⁴². Ademais, trata-se também de uma ciência filosofante, que exige método, análise e atenção, como nos diz no final da Carta. Após dizer que o título *As Paixões da Alma* pode atrair mais leitores, mas só os que “examinarem com cuidado”¹⁴³ poderão ser satisfeitos. Isto é, apenas quem for físico filosofante, descobrindo por si mesmo o universo das nossas paixões e a sua articulação com o campo moral, poderá fruir da satisfação proveniente do modo existência filosófico. Não podemos deixar de dizer que um conceito chave nesta obra e na reflexão moral de Descartes é o de resolução, a tradução latina da análise grega¹⁴⁴. A filosofia moral de Descartes procura então qualificar a decisão – que é sempre inevitável – como uma resolução de problemas práticos. O campo desses problemas se determina pelas paixões, pois não é possível viver sem elas, estamos, como dissemos, sempre apaixonados. Resolvemos então esses problemas na medida em que encontramos em cada caso a boa administração das nossas paixões.

Descartes aquiesce com a proposta do amigo na primeira carta de fazer um *Prefácio* para a publicação do *Tratado das Paixões*. O amigo, entretanto, opta por publicar a sequência das quatro cartas como o melhor Prefácio que poderia haver. Descartes concorda e temos, então, esse diferente paratexto, composto de cartas, que permite expor o laboratório do filósofo¹⁴⁵ e seu discurso filosofante, em que considerações políticas e morais são complementadas pela chave do livro, a mensagem

¹⁴² Koyré, Alexandre, *Études d'histoire de la pensée scientifique*. Paris : Gallimard, 1973, *Galilée et la révolution scientifique*, p. 201.

¹⁴³ AT, XI, 326.

¹⁴⁴ Cf. : Timmermans, Benoît, *La résolution des problèmes de Descartes à Kant*. Paris, PUF, 1995., pp. 130-9.

¹⁴⁵ Laboratório intelectual é uma expressão de Jean-Robert Armogathe e Bernard Bray (Cf.: Descartes, R. *Oeuvres complètes*, VIII (La correspondance), vol.1. Paris, Gallimard, 2013, p.16).

filosófica fundamental: método, cuidado, atenção para fazer seu o descobrimento científico.

4.6. Conclusão

O paratexto, seja ele pré ou pós-textual, situa o texto num contexto ou numa conjuntura, estabelece a sua conexão com o mundo ou com os outros textos. Ele cumpre a função de caracterizar o seu sentido e a sua destinação. Examinamos os paratextos da obra publicada de Descartes para justamente melhor contextualizá-la em relação a outras obras, à História e à economia do pensamento de Descartes. Encontramos em diferentes paratextos um esforço reiterado de exortação para que assumamos uma atitude filosófica. Dito de outro modo: trata-se de um convite para que não sejamos leitores passivos, mas completamente ativos. De modo que caberia ao leitor realizar propriamente o texto filosofando. Os paratextos cumprem também funções práticas de orientar e enriquecer o estudo dos textos, mas também políticas de tentarem mobilizar os poderes constituídos em favorecerem à Filosofia, às ciências e as técnicas.

Partimos do caso extremo da tensão entre um texto manifestamente doutrinário, de um autor que determinou o seu pensamento, como o são os *Princípios da Filosofia*, e a sua *Carta-Prefácio*, que, ao invés, se volta para a importância da experiência própria da leitura e do estudo, bem como da liberdade teórica conferida pela dúvida – que indetermina completamente o pensamento e nos faz experimentar o filosofar na ausência de conhecimento ou doutrina. Em seguida, analisamos os longos paratextos das *Meditações*, assim como o estatuto do seu próprio texto. A explicitação do estilo analítico e da necessidade de atenção, de estudo e de ruminação metódica mostra que

o próprio texto é um para ou um pré-texto para que cada um filósofo por si e escreva em primeira pessoa as suas *Meditações*. Em relação ao *Ensaio* e a ciência cartesiana, procuramos enfatizar que a presença do estilo analítico e da exigência de atencioso exame das explicações, além de mostrar frutos úteis à humanidade, convocavam também ao filosofar para que a comprovação dos efeitos e a explicação das causas se conjugassem numa verdadeira demonstração. Por outro lado, o texto teria um como que longo prefácio, o *Discurso do Método*, portador de um intenso discurso de filósofo, que descreve a felicidade da sua experiência filosófica. Por último, consideramos o *Tratado das Paixões* e a proposta de política científica em jogo no seu inusitado prefácio, bem como a sua mensagem metódica e filosofante pelo estudo e pela atenção, sem os quais a letra do texto estaria morta.

O filósofo para Descartes é alguém que estuda para a sua instrução particular, examina melhor as suas ações, frui do conhecimento, aperfeiçoa a sua capacidade de julgar, torna-se sereno, estima-se devidamente como os generosos, ou seja, desfruta do maior bem que podemos ter nesta vida, dedicando-se, portanto, ao melhor modo de existência que há. Ele pode manter o seu estudo, o seu exercício teórico de modo continuado, não precisa determinar o seu pensamento, estabelecer uma doutrina, ser mestre de ninguém. Por isso, a dúvida é sempre a atitude filosófica fundamental. O Estudo, o filosofar, é a atividade própria do filósofo, a sua experiência por excelência de vida. Ninguém pode realizá-lo por outro. Implica uma moralidade específica, que já fora tematizada desde a crítica à curiosidade de Santo Agostinho, passando pela *studiositas* tomista, à *Ratio studiorum* jesuíta. Em primeiro lugar, é preciso de uma resolução para estudar, entendendo que não se trata apenas de um amor ao conhecimento que reconhece a importância e o desejo, sem um compromisso efetivo com o saber, sem um

amor zeloso, cuidadoso. Em segundo lugar, exige um hábito mental de atenção, que se afasta da precipitação e não se acomoda em nenhuma forma de prevenção ou preconceito. Em terceiro, esse hábito é também do corpo, da sua postura, do encontro do lugar apropriado e de tudo o que disso decorre. Em quarto lugar, tem uma generosa dimensão comunitária, pois pressupõe a formação e a interlocução por livros, cartas ou conversas com filósofos do presente e do passado.

Por outro lado, o autor é aquele que determinou o seu pensamento constituindo uma como que doutrina, que pode servir não só para a interlocução dos filósofos, mas também para a tentativa de orientação daqueles que não pautem a sua vida prioritariamente pelo estudo da verdade. Descartes sempre hesitou muito em ser um autor, numa forma usual da nossa época que é publicando livros. Há, sobretudo, em seus paratextos uma consideração sobre as razões da publicação. A resolução pelo estudo, por ser filósofo, é de ordem diferente da resolução por ser autor. Como dissemos, a resolução por ser um autor publicado depende dos frutos utilitários dos galhos científicos da árvore de conhecimento, porque, a um só tempo, melhora a vida da humanidade e comprova pela fecundidade a verdade dos princípios da sua Filosofia. Desse modo, há uma obrigação moral para publicar, a fim de que a vida da humanidade possa melhorar ainda mais com a continuidade da pesquisa científica. Além disso, pode expor os princípios filosóficos que a possibilitaram e como os descobriu, em primeira pessoa, como a descrição de uma experiência que cada um deve fazer por si.

Procuramos com este estudo mostrar, portanto, a importância dos paratextos na economia do pensamento do filósofo do *Discurso do método*. Apresentamos a abertura e orientação filosóficas propiciadas pelos prefácios, pré, pós-textos, enfim, pelos seus

diferentes paratextos. Também procuramos indicar o estatuto paratextual – proveniente do estilo analítico e do primado da experiência em primeira pessoa – não só das *Meditações*, mas também nos textos científicos. A obra do autor Descartes seria, pois, um paratexto para a escrita da Filosofia e de uma ciência de base filosófica que só pode ser realizada filosofando. A própria exigência reiterada de estudo diante da temática filosófica parece revelar a paratextualidade dos seus livros. Desse modo, creio que, em certa medida, poderíamos então considerar o pensamento de Descartes uma Filosofia paratextual. Com efeito, não poderíamos, entretanto, dizer também que toda Filosofia é, de algum modo, paratextual?

Referências Bibliográficas:

AGOSTINI, Igor. René Descartes. In: BELGIOIOSO, Giulia (Org.). História da Filosofia Moderna. Campinas: Editora Unicamp, 2022.

_____. Ragione e causa nella dimostrazione a priori in Dio: da Cajetano a Descartes, in Maurizio Cambi, Raffaele Carbone, Antonio Carrano, Edoardo Massimilla (a cura di), Ragione, razionalità e razionalizzazione in età moderna e contemporanea, Napoli FedOAPress, 2020.

AGOSTINHO, Santo. De Magistro. Edição bilíngue e tradução de Felipe Denardi. Campinas: Kíron, 2017.

ANDRADE, Érico. Sobre a generosidade: certeza, ação e paixão na ética cartesiana. São Paulo: Loyola, 2018.

ARISTÓTELES. Topiques, Livros I-IV (Tomo I). Edição de Jacques Brunschwig. Paris : Société d'Édition "Les Belle Lettres", 1967.

BATTISTI, César Augusto. O método de análise em Descartes. 2. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2024.

BEYSSADE, Jean-Marie. Descartes Político? Tradução de Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. Analytica, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1-2, 2020. p. 70-78.

CARRAUD, Vincent. Causa sive ratio. La raison de la cause de Suárez à Leibniz. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CASTILHO, Fausto. Curso sobre Descartes. Campinas: Unicamp, 1998, mimeografado.

DE BUZON, F.; CARRAUD, V. Descartes et les “Principia” II. Paris: PUF, 1994.

DESCARTES, René. Oeuvres de Descartes, publicadas por C. Adam et P. Tannery, 11 volumes, Paris, Vrin, 1996.

_____. Tutte le lettere: 1619-1650; Opere: 1637-1649; Opere postume: 1650-2009, G. Belgioioso (éd.), Bompiani, Milão, 2009.

_____. Discours de la méthode avec introduction et notes par Étienne Gilson. Paris: Vrin, 1989.

_____. Obra Escolhida. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Prefácio e notas de Gérard Lebrun. Introdução de Gilles-Gaston Granger. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. Meditações sobre Filosofia Primeira. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

DESCARTES, René. Discurso do Método e Ensaios. Organização de Pablo Rubén Mariconda. Tradução de César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Rodrigues Neto, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, Pablo Rubéns Mariconda e Paulo Tadeu da Silva. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

_____. Princípios de Filosofia. Tradução de Guido Antônio de Almeida, Raul Landim Filho, Ethel M. Rocha, Marcos Gleiser e Ulysses Pinheiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

KANT, Immanuel. Manual dos cursos de Lógica Geral. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp/EDUFU, 2002.

KOYRÉ, Alexandre. Études d'histoire de la pensée scientifique. Paris : Gallimard, 1973.

LANDIM, Raul. Evidência e verdade no sistema cartesiano. São Paulo: Loyola, 1992.

LAPORTE, Jean. Le rationalisme de Descartes. Paris : PUF, 1945.

LOPARIC, Zeljko. Descartes heurístico. Campinas: IFCH-Coleção Trajetória 5, 1997.

MADAME DE SÉVIGNÉ. Lettres choisies. Paris : Larousse, 1934.

MARION, Jean-Luc. Le statut originellement responsorial des “Meditations”. In : Descartes : objecter et répondre. BEYSSADE, Jean-Marie ; MARION, Jean-Luc (Org.) avec la collaboration de Lia Levy. Paris : PUF, 1994.

OLIVO, Gilles. Descartes et l'essence de la vérité. Paris : PUF, 2005.

_____. Descartes critique du dualisme cartésien ou l'homme des Principia : union de l'âme et du corps et Vérités éternelles dans les Principia, IV, 188-198. In : ARMOGATHE, J.-R. ; BELGIOIOSO, G. (Ed.). Descartes. Principia Philosophiae (1644-1994). Naples : Vivarium, 1996.

_____. L'efficiencia en causa : Suárez, Descartes et la question de la causalité. In : Descartes et le moyen âge, organizado por Joël Biard e Rashed Roshdi. Paris, Vrin, 1997.

PASCAL, Blaise. Oeuvres Complètes. Edição de Louis Lafuma. Paris : Seuil, 1963.

SARTRE, Jean-Paul. La liberté cartésienne. In : SARTRE, Jean-Paul (Org.). Descartes : Introduction et choix par J.-P. Sartre. Genebra-Paris : Éditions des Trois Collines, 1946.

SAVINI, Massimiliano. Evidenza et verit  nel pensiero de René Descartes. Educa o e Filosofia, Uberlândia, v. 29, n. Especial, 2015.

SENEDA, Marcos César. Kant e a ideia de educa o concebida de um ponto de vista cosmopolita. In: GUIDO, H.; ALMEIDA JR; DANELON, M. (Org.). O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu. O filósofo e o autor: ensaio sobre a Carta-Prefácio aos “Princípios da Filosofia”. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu. Da possibilidade de ensinar em geral e, em particular, de ensinar Filosofia. In: GUIDO, H.; ALMEIDA JR; DANELON, M. (Org.). O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu. Resenha do livro “Sobre a generosidade: certeza, a o e paixão na  tica cartesiana” de  rico Andrade. Revista Síntese, Belo Horizonte, v. 46, n. 145, 2019.

SOUZA, José Cavalcante de. Introdu o. In: PLATÃO. O banquete. Tradu o de José Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

TIMMERMANS, Beno t. La résolution des probl mes de Descartes   Kant. Paris : PUF, 1995.

5. A Cidade Luz

5.1. A partida

Recorro à antonomásia e me refiro a Paris como Cidade Luz. A cidade das Luzes dos filósofos de outrora e de hoje, é também a cidade pioneira em iluminação pública. A luz da cidade potencializa a marcante beleza de sua arquitetura e urbanismo. As suas luzes espirituais a tornam um centro universitário por excelência, um dos mais cosmopolitas que há. A luz também é um importantíssimo objeto dos estudos científicos de Descartes e os seus resultados uma de suas maiores contribuições para a humanidade. Porém, antes de discorrer propriamente da minha estada na *La Ville Lumière*, lembrarei de questões importantes para a minha partida e, sobretudo, para a luta contra o pedagogismo. Pude felizmente verificar na França que por lá ele não grassa.

Após ter terminado o Doutorado, voltei para a Coordenação de Graduação. Como disse, já havia estado na Coordenação antes para conferir um caráter mais acadêmico para o currículo e para que o curso pudesse ser reconhecido pelo MEC. Nesse retorno, em 2005, o desafio seria enfrentar o pedagogismo. Poderíamos buscar as raízes do pedagogismo no próprio descompromisso histórico do Brasil para com as universidades e com ciência, como Fausto Castilho procurava mostrar.

Um outro marco importante foi o projeto de Anísio Teixeira para a Universidade do Brasil. Como disse acima, ele queria deslocar o centro da Universidade do Instituto de Filosofia e Ciências Fundamentais para o Instituto de Educação. No âmagio, isso explicita qualquer projeto pedagogo: entender, por exemplo, que, na verdade, só há uma Licenciatura, a de Pedagogia. Todas as outras seriam modalidades da formação de professores. Como filósofos, costumamos pensar que, na verdade, o curso central da

Universidade deveria ser o de Filosofia, pois todos os outros seriam modalidades dela. Trata-se, com efeito, de uma disputa pela condição de *regina scientiarum*.

Mais recentemente, após o êxodo rural, nos anos 80, houve uma ampliação muito grande do público escolar, contudo, sem o investimento necessário para lhe propiciar uma Educação de qualidade. Como panaceia, o discurso pedagogo assaltou de vez os aparelhos ideológicos do Estado. É uma solução muito fácil dizer que o problema do ensino depende do método e da pura prática, e, no final das contas, o culpado é o Professor. Considero que se trata de uma ideologia, pois as pessoas que o defendem costumam ser bem-intencionadas, mas ele mascara o problema real e estrutural da Educação, que é econômico: salário do professor, jornada do professor em sala de aula que permita o estudo e financiamento e escola em tempo integral para que o aluno possa estudar.

De fato, essa é a solução dos países que têm qualidade reconhecida de ensino, a começar pela França. Dela conheço bem o sistema de *Agrégation*, que seleciona para uma mesma carreira o Professor do Ensino Médio e o Professor Universitário unicamente a partir de provas específicas do conteúdo da sua área. Como no Ensino Médio há disciplinas acadêmicas – como Filosofia, Literatura, ciência avançada, digamos assim, não úteis no cotidiano, mas importantes na formação do cidadão, na medida em que todos deveriam conhecer as grandes obras das quais a humanidade é capaz –, o título que se recebe após a aprovação no exame nacional é o de Bacharel. Licenciado é o título que se recebe pela conclusão da Graduação, sem cursar nenhuma disciplina pedagógica ou estágio. Só o que é aprovado no exame de Agregação e já tem, pois, um emprego é que faz um estágio e tem alguma carga pedagógica. Nesse sistema, encontramos os três pressupostos para o sucesso da educação: salário justo para o professor, carga horária que permita o estudo e condição para o aluno estudar.

Em *Da possibilidade de ensinar em geral e, em particular, de ensinar Filosofia* (In: GUIDO, H.; ALMEIDA JR; DANELON, M. (Org.). O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia. Uberlândia: EDUFU, 2014), procurei estudar as teses do pedagogismo a partir da abordagem propriamente filosófica da Educação e do Ensino: será a *Paideia* possível? Na luta propriamente política da investida que houve e continua havendo do pedagogismo contra as licenciaturas, procuramos manter ao máximo o conteúdo de um curso de Filosofia e conferir algum sentido à prática. Atualmente, como presidente do Núcleo Docente Estruturante continuo tendo de travar o mesmo tipo de luta.

5.2. Estágios de Pós-Doutorado na França

Após cumprida essa tarefa como Coordenador, decidi que seria o momento de realizar o sonho acadêmico de estudar e viver na França. Solicitei então ao Departamento de Filosofia a liberação para um período de estágios de Pós-Doutorado naquele país. Como a UFU havia celebrado um convênio com Paris X, realizei, em 2007, um primeiro estágio de Pós-Doutorado naquela instituição. Lá fui muito bem recebido e acolhido pelos Professores Emmanuel Faye e Jean Seindegart, colegas altamente qualificados, com trabalhos muito marcantes e importantíssimas contribuições para o debate filosófico. Pude estudar muito, aprimorar a minha compreensão oral do francês e a minha capacidade de comunicação. Participei de seminários esclarecedores e de instigantes debates.

Na ANPOF de 2006, conheci o Professor Jean-Robert Armogathe. Além ser um grande erudito e muito reconhecido pelos seus excelentes trabalhos sobre o cartesianismo e o pensamento do século XVII, é uma pessoa muito acolhedora. Combinamos então propor para CAPES um estágio pós-doutoral na École des hautes études da Sorbonne. Em 2008, como bolsista, iniciei esse segundo estágio. Tive, portanto, a oportunidade de

passar a morar na Maison du Brésil na Cité Universitaire. Foi uma experiência cultural igualmente muito gratificante.

Nesse período parisiense, frequentava as bibliotecas, mas também cursos e seminários das referidas instituições e de outras da Academia de Paris. Assisti, por exemplo, aos muito instrutivos e esclarecedores seminários dos Professores Michel Fichant, Laurence Renault e Claude Romano, bem como a inúmeras conferências, como as de Pierre Guenancia, Denis Kambouchner, Vincent Carraud, Michel Meyer, Pierre-François Moreau, Michio Kobayashi, Thierry Gonthier, Jean-Marie Beyssade, Kim Sang Ong-Van-Kung, Didier Franck, Renaud Barbaras, Philippe Desan e Edgard Morin.

Em 2007, num jantar organizado pelo Professor Jean-Robert Armogathe, pude conhecer o Professor Jean-Luc Marion. Como havia chegado há pouco à França, ainda tinha dificuldade de comunicação. Porém, pude desfrutar de um inesquecível diálogo com Marion, em que discordamos em certos assuntos, mas a sua posição sempre era muito interessante. Como naquele momento ele estava liberado para trabalhar exclusivamente no seu livro sobre Santo Agostinho, só pude acompanhar os seus seminários em 2008. Suas aulas eram de uma força filosófica incrível. Com ele apreendi a dinâmica dos paradoxos em Filosofia e como podemos examinar o incompreensível e estender o campo da racionalidade para além do princípio de razão suficiente. Pude perceber a profundidade da noção de acontecimento na desconstrução da Metafísica, bem como a fecundidade de pensar o impensável, o irrepetível e o impossível.

Em 2008, ele estava começando a escrever *Les certitudes négatives* e *Sur la pensée passive de Descartes*. Seus seminários apresentavam as primícias desses livros. Comecei a ler Marion quando o Professor Luiz Roberto Monzani me disse que só havia entendido as *Regras para a direção do engenho* depois de ter lido *L'ontologie grise de Descartes*. A obra só se torna compreensível quando o diálogo com Aristóteles é revelado.

Foi um marco na interpretação cartesiana. Depois desse livro, Marion revisita o tema da criação das verdades eternas em sua *Théologie blanche*. Desenvolve nela exaustivamente as tímidas indicações de Fernand Alquié sobre a importância dessa teoria para a interpretação do pensamento de Descartes. No *Prisma metafísico*, por sua vez, procura situar Descartes em relação à Metafísica, a partir da sua configuração onto-teológica, tal como pensada por Heidegger em *Identidade e Diferença*. Esforça-se por mostrar como, ao mesmo tempo, o pensamento cartesiano fornece as bases para o projeto moderno da Metafísica e se torna, entretanto, o seu primeiro crítico. Essa perspectiva marcará o debate francês e se fará presente em um enorme número de trabalhos acadêmicos e livros de orientandos de Marion. Nessa linha de ampliação da História da Filosofia para além da configuração metafísica, o seu círculo acadêmico pôde contribuir para recuperarmos Pascal e Montaigne para a Filosofia.

No livro sobre Descartes que escrevia em 2008 – o mencionado *Sur la pensée passive de Descartes* – Marion explora o difícil tema da união substancial, a união de duas coisas distintas e contrárias, a mente e o corpo. Nele mostra que a ambiguidade do conceito de corpo em Descartes permite pensar o *meum corpus*, o corpo próprio. Depois de ter escrito vários livros de Fenomenologia, como *Étant donné*, e de outros textos como historiador do pensamento de Descartes, nesse momento cruza explicitamente os seus dois campos de estudo.

5.3. A rede cartesiana internacional: de Paris para o mundo

O contato com a França a partir de então se tornou permanente. Na esteira dele, pudemos estabelecer muitos acordos e convênios interinstitucionais. O próprio Jean-Luc Marion, por exemplo, esteve em Uberlândia em 2014 para um colóquio sobre o seu

pensamento e o de Jacques Derrida. Por ocasião do qual o Professor Wojciech Starzynski e eu pudemos começar a organizar um dossiê sobre o pensamento de Marion para a Revista Educação e Filosofia (volume 30, número especial, 2016).

A frequência do Centro de Estudos Cartesianos da Sorbonne nesse período me abriu caminho para o contato com centros de pesquisa estrangeiros na Polônia, Itália, Estados Unidos e Alemanha. Como Wojciech Starzynski é o correspondente do Bulletin Cartésien dos Archives de Philosophie, ligado ao referido Centro, para os países de língua eslava e eu me tornei o correspondente para o Brasil, rapidamente estreitamos laços acadêmicos e celebramos um acordo entre a UFU e a Academia Polonesa de Ciências. Realizamos uma série de eventos a partir dessa cooperação. Nessa conjuntura, pude proferir a conferência *Fonder et donner des fondements* na Academia de Ciências, em Varsóvia, e o Professor Wojciech Starzynski foi professor visitante na UFU e é membro do seu Programa de Pós-Graduação. Orientado por Jean-Luc Marion em sua muito esclarecedora tese de Doutorado sobre a relação entre Descartes e a Escolástica, recentemente publicou um livro muito marcante sobre a articulação que há entre o cartesianismo e a Fenomenologia. Nessa linha, organizou, em 2016, com a Universidade de Paris-Sorbonne e com o Instituto Católico de Paris o Colóquio *Descartes e a Fenomenologia*, realizado na Maison de la Pologne de Paris e na Sorbonne. Nesse evento, pude proferir a conferência *Michel Henry et Jean-Luc Marion face au statut du sentir chez Descartes*. Além disso, pude explorar um aspecto da minha conferência em Varsóvia e publicar no volume 56 do *Archive of the History of Philosophy and Social Thought* da Academia Polonesa o artigo *Quelques remarques sur la fondation cartésienne dans "La recherche de la vérité" de Descartes*. Em seguida a isso, fui convidado a integrar o Conselho Editorial desse periódico.

Pude conhecer também, na minha estada parisiense, os colegas italianos do Centro de Estudos Cartesianos de Lecce: os Professores Giulia Belgioioso, Massimiliano Savini, Igor Agostini e Siegrid Agostini. É um grupo de altíssimo nível e de um rigor impressionante que anima mundialmente os estudos cartesianos e sobre o século XVII, com a sua imensa contribuição acadêmica. Estabelecemos um acordo que permitiu a organização de seminários, conferências e minicursos em Uberlândia e Lecce. Alguns resultados desses trabalhos foram publicados, em 2015, num dossiê *Descartes* da Revista *Educação e Filosofia*, em seu volume 29, com contribuições dos referidos colegas italianos e da Professora Laurence Renault.

Em 2014, a Sorbonne e Lecce organizaram um grande evento sobre *As paixões da alma*, pude dele participar proferindo, em Lecce, a conferência *Remarques touchant la correspondance avec Elisabeth et l'élaboration des Passions de l'âme*. O texto foi reelaborado, renomeado como *La désaffection du monde: les quatre thèses fondamentales de la correspondance avec Elisabeth* e publicado no livro *Les passions de l'âme et leur réception philosophique* da Brepols, organizado por Giulia Belgioioso e Vincent Carraud, em 2020. Em 2012, na conferência de encerramento da comemoração dos 40 anos do Bulletin cartésien e, na esteira de *Sur la pensée passive de Descartes*, Marion havia lançado o desafio do estudo atencioso desse difícil e pouco compreendido livro de Descartes, bem como planejou as atividades do Centro de Estudos Cartesianos nesse sentido. O evento de Lecce e o referido livro se encontram no contexto desse plano. Por isso, também meus trabalhos acadêmicos desde então procuram colaborar com essa (re)-leitura filosófica do *Tratado das Paixões*. Nessa colaboração, sempre recorri à robusta reflexão de Lívio Teixeira sobre essa obra, apoiando-me no seu magnífico livro *Ensaaios sobre a moral de Descartes*. Devo também registrar que em abril de 2018 e em maio de 2019 fui Professor Convidado do Centro de Estudos Cartesianos de Lecce, para o qual

proferi conferências sobre a temática das paixões em Descartes e participei de seminários sobre a elaboração do novo Index Escolástico-cartesiano, que está sendo elaborado sob a coordenação do Professor Igor Agostini.

Devo mencionar uma outra colaboração italiana muito importante, a com a Università Vita-Salute San Raffaele de Milão. Ela se estabeleceu graças à interlocução com o Professor Alfredo Gatto, um dos maiores estudiosos da teoria cartesiana da criação das verdades e de sua recepção na Modernidade. Em 2016, o referido Professor proferiu um minicurso em Uberlândia a respeito da referida problemática e, em 2017, proferi uma conferência nessa instituição italiana sobre os estudos de Lívio Teixeira. Nessa ocasião, fui convidado para compor o Conselho Editorial do *Giornale Critico di Storia delle Idee: Rivista Internazionale di Filosofia* de Milão, bem como fazer parte do Conselho Científico do Centro Europeo di Ricerca di Storia e Teoria dell'Immagine - ICONTE da Università Vita-Salute San Raffaele. Em 2018, publiquei no dossiê sobre estudos cartesianos no Brasil da referida revista *Note sugli studi brasiliani a proposito della morale di Descartes*.

A colaboração com a Itália e com a França me permitiu estabelecer uma importante interlocução com os Estados Unidos, sobretudo, com a Universidade de Princeton. Fui Visiting Fellow dessa Universidade em março e abril de 2015 e em abril e maio de 2016. Fui convidado pelo Professor Daniel Garber, grande referência mundial dos estudos de *Early Modern Philosophy*. Pude fruir da agradável ambiência desse importante centro universitário, participei de seminários sobre Espinosa e pude trabalhar no texto *Considerações sobre o sentido da moral em Descartes*, publicado no número especial do volume 29 da Revista Educação e Filosofia, em 2015.

Nesse período em Princeton, pude também conhecer melhor o Professor Dominik Perler, da Universidade Humboldt de Berlim. Já havia conversado com ele no Colóquio

sobre *As Paixões da Alma* em Lecce, mas, em Princeton, pude assistir ao seu excelente seminário de Filosofia Medieval e estabelecer uma boa interlocução com ele. Um desses frutos foi a apresentação de um ex-aluno e colega de Uberlândia, o hoje Professor Lucas Nogueira Borges, ao Professor Perler. Atualmente, orientado pelo referido Professor, Borges conclui o seu Doutorado em Filosofia na Universidade Humboldt de Berlim.

Além disso, em Princeton também, em 2015, pude dialogar com a Professora Ruth Hagenhuber – Diretora do Centro de História das Filósofas e Cientistas na Universidade de Paderborn – e perceber pela sua robusta reflexão a importância do estudo dos temas emergentes em Filosofia: gênero, raça, pensamento ameríndio e ampliação do *corpus* filosófico, por exemplo. No bojo dessa interlocução, em 2015, organizamos no Instituto de Filosofia (IFILO) da UFU, o Colóquio *A História da Mulher na Filosofia*, com a presença de ilustres colegas, como a da Professora Ruth Hagenhuber e de um saudoso amigo, o Professor Vinícius Figueiredo, que nos apresentou nessa oportunidade uma pequena parte do seu maravilhoso livro *A paixão da igualdade*, publicado em 2021 pela Relicário. Creio que tenha sido o primeiro evento internacional sobre a História da Mulher na Filosofia. Pude nele apresentar a conferência *Elisabeth da Boêmia e o problema da interação entre mente e corpo* e, desde então, procuro reconstituir o pensamento dessa importantíssima filósofa.

Devo também me referir à colaboração estabelecida com os colegas do Institut de Recherches Philosophiques de l'Université de Paris X-Nanterre. Fui convidado pelo Professor Jean Seidengart para ser Professor Visitante desse Instituto no período de janeiro a março de 2012. Pude, nesse momento, me dedicar à preparação da conferência *Koyré et l'idée de monde chez Descartes* para o Colóquio realizado em Nanterre, em fevereiro de 2012. Dessa vez, tive também a experiência cultural de ficar hospedado na Maison du Cambodge, na Cité Universitaire. O texto da conferência foi retrabalhado e

publicado pela Société d'édition *Les Belles Lettres* em 2016, no livro *Vérité scientifique et Vérité philosophique dans l'oeuvre d'Alexandre Koyré*, organizado por Jean Seidengart.

No ano de 2012, fui convidado também pelo Professor Emmanuel Faye, vinculado ao referido Instituto de Paris X, mas que se encontrava então na Universidade de Rouen, ao Colóquio “Rouen, 1562. Montaigne et les Cannibales”, por ocasião dos 450 anos do (suposto) encontro entre Montaigne e os tupinambás do Brasil em Rouen, como podemos ler nos *Ensaio*s desse filósofo. Outro ilustre organizador desse evento foi o Professor Jean-Claude Arnould. Após revisão, publiquei, em 2013, no volume 8 dos *Actes de colloques et journées d'étude* da Universidade de Rouen, o texto da conferência *Remarques sur l'idée d'anthropophagie: Montaigne et le mouvement anthropophage brésilien*, proferida no mencionado Colóquio. Essa interlocução também permitiu outras atividades acadêmicas, como a participação desses colegas em eventos em Uberlândia, bem como a minha participação numa banca de Doutorado da Universidade de Paris X, em 2015.

Gostaria também de registrar mais duas interlocuções importantíssimas com instituições francesas. Em abril de 2024, fui Professeur invité au LABEx COMOD da École Normale Supérieure de Lyon. Fui convidado pelo seu Diretor, o Professor Pierre Girard, uma grande referência nos estudos de Filosofia Italiana e autor de textos importantíssimos sobre o cartesianismo napolitano. Há que se mencionar também que essa aproximação se deu por intermédio do meu ex-aluno, que se tornou um grande companheiro de estudo e de lutas acadêmicas, o Professor Sertório Amorim e Silva Neto – que é atualmente um dos maiores estudiosos do pensamento de Vico e da Filosofia Moderna.

Registro também o contato estabelecido com o Professor Gilles Olivo, da Universidade de Caen, autor de livros e textos indispensáveis para a compreensão do cartesianismo e grande companheiro de estudo e de lutas universitárias transnacionais. A principal dessas lutas foi o Projeto CAPES-COFECUB, que articulou muitas atividades acadêmicas e intercâmbios entre a UFU e a Universidade de Caen, a partir de 2020.

5.4. O Projeto CAPES-COFECUB e sua abrangência interinstitucional

Consideremos, primeiramente, que esse programa que promove um forte estreitamento de laços com universidades francesas –, coordenado por mim e implementado em 2020, começou a ser pensado muito antes. Como vimos, em meu período de estágio pós-doutoral na França financiado pela CAPES, pude estabelecer uma interlocução preciosa com colegas das Universidades de Caen, Paris e Lecce. Por ocasião de atividades promovidas por essas instituições, foi possível iniciar a discussão sobre um Projeto CAPES-COFECUB, que poderia ampliar, do ponto de vista institucional, essa interação que era individual da minha parte. Aproveitamos também, nesse entendimento, a experiência de generosos colegas da UFMG, como os Professores Telma Birchall e José Raimundo Maia Netto, que conduziram projetos semelhantes no passado.

O projeto *Da causalidade eficiente à lei da causalidade, ou a gênese metafísica do conceito fundamental da Física, de Suarez (1597) a Kant (1787)* foi pensado a partir de duas orientações acadêmicas fundamentais: em primeiro lugar, do importantíssimo trabalho do Professor Vincent Carraud – um ilustre membro da equipe francesa – sobre a questão da causa na Modernidade; e, em segundo lugar, da perspectiva interdisciplinar e de fundamentação científica aberta pelo estudo da relação entre causalidade eficiente e

legalidade científica. Nessa perspectiva, pudemos contar com a participação de destacados e reconhecidos Professores na equipe francesa, como, além de Carraud (Paris-Sorbonne), Gilles Olivo (Caen) – o Coordenador da equipe francesa –, Igor Agostini (Caen-Lecce) e Emmanuel Housset (Caen). Da parte brasileira, contamos também com estudiosos assinalados, como os Professores Patrícia Maria Kauark Leite (UFMG), Marco César Seneda (UFU), Sertório de Amorim e Silva Netto (UFU), Anselmo Tadeu Ferreira (UFU) e Cristiano Novaes de Rezende (UFGO). Podemos também citar os doutorandos que compuseram a equipe discente e tiveram bolsas para passar parte dos seus na França: Marcelo Rosa Vieira, Suellen Caroline Teixeira, Hênia Laura Duarte e Lucas Derze Marques Guerrezi.

Embora a implementação do Projeto tenha sido inicialmente muito prejudicada em decorrência da pandemia da COVID, sobretudo, nos anos de 2020 e 2021, creio que pudemos atingir todos os objetivos propostos e, em alguns casos, teríamos até ido para além das expectativas iniciais. A partir do final de 2021, pudemos começar a realizar as primeiras missões de trabalho e estudo.

As missões de trabalho no sentido Brasil-França foram muito fecundas para o estudo e pesquisa nas Bibliotecas francesas, na interlocução enriquecedora com os colegas e na participação em seminários e outros eventos, dentre os quais, destaco o Colóquio *Penser la causalité à l'époque moderne*, realizado na Universidade de Caen, em maio de 2023, que contou com intervenções de quase toda a equipe brasileira. No sentido França-Brasil, os colegas das missões de trabalho também puderam participar de importantes eventos, como: o Colóquio *A questão da causa*, realizado em Uberlândia em novembro de 2022, o Colóquio *Pensar a causalidade na época moderna (Parte II)*, realizado em Uberlândia, em novembro de 2023, e o Colóquio *a Ideia de ciência na Modernidade*, realizado em Uberlândia em outubro e novembro de 2024. Paralelamente

ou vinculado aos referidos eventos, o Professor Gilles Olivo ofereceu os seguintes minicursos para o Programa de Pós-Graduação da UFU: *Les passions de l'âme en physicien: la question de la causalité*, em 2022; *Vérité et certitude chez Descartes*, em 2023; e *Science et morale chez Descartes*, em 2024. Do mesmo modo, o Professor Igor Agostini ofereceu os seguintes minicursos: *La crise des preuves a posteriori dans la scolastique moderne*, em 2022; *Les interprétations de Descartes comme père de la philosophie moderne*, em 2023; e *La connaissance de substance de la scolastique du XIV^e siècle à Wolff*, em 2024.

As missões de estudo de docentes pesquisadores, além de terem sido uma grande oportunidade para a pesquisa bibliográfica, a interlocução qualificada e a participação em seminários e outras atividades correlatas, possibilitaram também o estreitamento de relações com outras instituições de pesquisa, como a Universidade de Paris-Sorbonne e a École Normale Supérieure de Lyon.

No caso das missões de estudo dos quatro doutorandos, caberia um destaque especial, bem como o registro de que elas foram além da expectativa inicial, pois não fizeram apenas o estágio de formação que configura o doutorado-sanduíche, mas também se tornaram doutorandos franceses segundo o regime de cotutela – o que permite a diplomação simultânea no Brasil e na França. Isso lhes impôs uma dupla exigência e a plena internacionalização das respectivas pesquisas. Essa experiência, sem dúvida alguma, conferiu um enorme enriquecimento cultural e linguístico aos participantes.

Até o momento dois cotutelados defenderam o Doutorado com grande sucesso. Com o Professor Emmanuel Housset, pude orientar a robusta e rigorosa tese de Marcelo Rosa Vieira sobre Husserl. Intitulada *O estatuto da ideia de filosofia primeira na fenomenologia de Edmund Husserl*, o referido doutor procurou mostrar na tese a mudança da apropriação husserliana do conceito de Filosofia Primeira no decorrer das suas obras.

Munido pela exaustiva pesquisa realizada nos Archives Husserl de Paris, com sólido conhecimento de alemão e de outras línguas e com boa prática como tradutor, pôde apresentar um trabalho muito convincente para uma banca de qualificação internacional. Seu texto tem, portanto, o potencial de contribuir para com os estudos husserlianos e em História da Filosofia não só no Brasil, mas também em nível mundial.

Suellen Caroline Teixeira defendeu uma tese intitulada *Uma interpretação da Metafísica de Descartes a partir das verdades eternas: que as verdades metafísicas são mais evidentes do que as demonstrações da Geometria*. Seu coorientador francês foi o Professor Gilles Olivo. O seu trabalho traz para o Brasil uma dimensão interpretativa muito pouco explorada no debate da comunidade filosófica: a importantíssima teoria da criação das verdades eternas. Como, segundo Guérout – comentador muito influente nos estudos filosóficos brasileiros –, essa teoria era completamente secundária, só mais recentemente o seu estudo foi encetado em âmbito nacional, porém não com a abrangência em relação à bibliografia francesa apresentada pela referida doutora. O seu trabalho contribui muito também para a ampliação do *corpus* cartesiano em língua portuguesa por localizar precisamente e traduzir o conjunto de textos em que Descartes trata da matéria mencionada.

Por sua vez, Hênia Laura Duarte prepara uma tese sobre a Estética de Descartes – tema muito pouco estudado no mundo –, pautada na tradução anotada e comentada do *Compendium Musicae*. Lucas Derze Marques Guerrezi procura, sobretudo, a partir das *Regras para a direção do engenho*, rastrear as fontes baconianas de Descartes e reconstituir a interlocução de dois dos maiores filósofos da Modernidade.

Os membros das equipes brasileira e francesa estiveram muito ativos academicamente durante a implementação do projeto. Entre artigos, capítulos de livros, livros, organizações, apresentações, resenhas e correlatos, os colegas elaboraram mais de

cento e cinquenta textos, nos quais trabalharam com os autores do período abarcado pelo projeto ou outros a eles, de algum modo, vinculados. Muitos outros textos estão no prelo ou em preparação. Destaco três organizados como resultado de vários dos seminários realizados especificamente sobre a questão da causa e a ideia de ciência na Modernidade: um dossiê da Revista *Primordium* (Brasil, Uberlândia), um volume da Editora Brépols (Bélgica), na Coleção *Descartes et son temps*, e um volume da Editora Garnier (França), na Coleção *Constitution de la modernité*.

Considerando o exposto, podemos constatar um gasto extremamente otimizado dos recursos num Projeto multi-institucional, que envolveu instituições de pesquisa na França e no Brasil, coordenado por Caen e Uberlândia. Na configuração brasileira, possibilitou uma interlocução em nível internacional, ao mesmo tempo, de instituições do Estado de Minas Gerais e de instituições do Cerrado, qualificando geopoliticamente essa iniciativa, com todas as suas consequências em termos de qualificação e de formação de recursos humanos. O impacto também se faz sentir na intensa apropriação de metodologia e recursos técnicos das instituições francesas, bem como na produção conjunta e qualificada de conhecimento com forte repercussão nos estudos de História da Filosofia e na reflexão sobre a fundamentação da ciência moderna.

6. O Portal do Cerrado

6.1. O Instituto de Filosofia (IFILO)

6.1.1. A Instituição

Faz trinta anos que cheguei a Uberlândia. Na época parecia um lugar distante com um nome estranho, composto por um híbrido de radicais latino e germânico para significar terra fecunda. Originalmente, Uberlândia não era nem uma cidade, era apenas um longínquo distrito de Uberaba – cidade cujo nome cunhado apenas em tupi significa água clara. São Pedro de Uberabinha era apenas um entreposto, que cresceu ao redor do armazém e não da Igreja local. Esse lugar batizado então com o nome de Uberlândia, de algum modo, cumpriu o seu destino de fecundidade, pois se tornou rapidamente a verdadeira capital da grande região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. A fundação da UFU foi um momento decisivo para a cidade que é, ao mesmo tempo, o maior centro de distribuição de mercadorias do Brasil, com os maiores atacadistas da América do Sul, e forte candidata na disputa entre as melhores cidades brasileiras em qualidade de vida. Como disse um ex-reitor da UFU, o Professor Alfredo Júlio Fernandes, uma Universidade é uma enorme indústria limpa, que traz prosperidade para a região com impacto mínimo sobre o ambiente. Hoje Uberlândia parece estar próxima não só dos grandes centros, mas, por sua posição geográfica, de todo o Brasil, e a UFU está plenamente integrada à rede acadêmica nacional e internacional, encontrando-se entre as melhores Universidades do País.

Cabe notar que a Ferrovia Mogiana partia da região de Campinas e chegava à de Uberlândia, como o Professor Fausto Castilho costumava lembrar. Ele era um grande

entusiasta da vitalidade do Triângulo e do Cerrado em geral. E Uberlândia é o Portal, Portal de um dos mais importantes biomas brasileiros e de um universo cultural formado pelo encontro das populações as mais diversas quanto à etnia e à procedência geográfica. É o Portal também para todo um universo espiritual que emerge das universidades que crescem nessa ampla região. Um pouco antes da sua morte, Castilho falou ao Professor Luiz Carlos dos Santos nesses termos: “Ele segurou o meu braço e, com aquele olhar enigmático ainda vivo e pulsante, disse que deveríamos ir para Uberlândia. Segundo o Professor Fausto, em Uberlândia a Filosofia estaria, de fato, acontecendo no Brasil. Frisou com força que deveríamos ir para Uberlândia, a fim de contribuir para o advento da filosofia no Cerrado”. Depois disso, o Professor Luiz se dedicou inteiramente ao estudo para o próximo concurso em Uberlândia. Hoje é um dos seus professores e um grande estudioso do pensamento de Thomas Hobbes e da Filosofia Inglesa. Não sabíamos que o Professor Castilho tinha câncer. Ele não contou a ninguém e continuava a trabalhar normalmente. Só notamos que estava doente poucos meses antes de seu falecimento pelo seu visível enfraquecimento. Faleceu serenamente, não só viveu como um filósofo, mas morreu como um filósofo. Entrementes, nos seus últimos meses, repetiu várias vezes o que disse ao Professor Luiz a outros colegas – o que para mim já era um antigo mandamento: aquele de fecundarmos filosoficamente o Cerrado, para torná-lo uma região com uma Filosofia vibrante e pulsante.

Retornei do meu período parisiense em 2009 e, nesse mesmo ano, me tornei Chefe do Departamento de Filosofia da UFU. A Universidade havia mudado de estrutura no ano 2000. Possuía três grandes centros das áreas de: Biológicas, Exatas e Tecnológicas e Humanas. Como a Universidade já havia crescido muito, havia muita pressão justa para a divisão. No entanto, a ausência de garantia de um Departamento autônomo como fundamento da divisão e a opção pela divisão por cursos levaram a UFU a uma

fragmentação desmedida, pois, de fato, as novas pequenas unidades operavam na prática como Departamentos disfuncionais. Dito de outro modo: a divisão por Departamentos é uma divisão pela anatomia das áreas de conhecimento, ao passo que a por cursos é uma divisão fisiológica e mais instável, pois novos podem ser criados, outros reunidos etc. Dessarte, as unidades (Institutos e Faculdades) resgataram, de certo modo, o caráter anatômico e autônomo perdido. Nessa época, o Professor Moacir Bortolozzo, o Professor Marcos César Seneda e eu explicitamos as consequências desse processo e dissemos que a fragmentação desrespeitava um princípio básico da Universidade que era a economicidade de meios. Para resistir a esse processo anti-universitário, organizamos uma unidade complexa: a Faculdade de Filosofia, Artes e Ciências Sociais (FAFCS) e preservamos o Departamento de Filosofia. O saudoso Professor Moacir era um verdadeiro filósofo, conhecido pela sua inteligência iluminadora e pela sua ampla erudição. Foi um grande defensor da matriz curricular que caracteriza a Graduação em Filosofia de Uberlândia e o principal responsável pela introdução, em 1997, da Filosofia no vestibular da Universidade, o que foi pioneiro no Brasil.

Dez anos depois da mudança da estrutura da Universidade, as crises da FAFCS aumentaram porque o modelo da Universidade passou com o tempo a atender, sobretudo, unidades simples e pequenas. Os colegas do Departamento justificavam com razão nesse momento a saída da FAFCS. O Departamento de Ciências Sociais seguiu a mesma linha. Diante desse quadro, em 2010, o Conselho da FAFCS decidiu pela criação de três novas unidades. No entanto, essa decisão precisava ser ratificada pelo Conselho Universitário. No dia 17 de dezembro de 2010, fiz um dos principais discursos para a criação do Instituto de Filosofia. Dei o testemunho de que havia sido um dos últimos a se convencerem da importância do desdobramento da FAFCS em três unidades, mas havia entendido, finalmente, a reivindicação dos meus colegas por autonomia numa Universidade que não

tinha mecanismos para oferecer o merecido a unidades complexas. Disse ainda que, se alguma outra unidade alegasse que essa divisão fosse contra o espírito universitário – como alguns representantes tentaram – poderiam se reunir com outras, pois não havia nenhum impedimento estatutário para reunião de unidades. Entretanto, os Departamentos da FAFCS já haviam feito esforço para isso nos últimos dez anos e teriam o mérito e respaldo então de experimentar uma nova condição. Tivemos então os votos necessários para a criação do Instituto de Filosofia.

No final de dezembro de 2010, tornei-me então Diretor *pro tempore* do Instituto de Filosofia (IFILO). Depois de um ano marcado por ajustes estruturais internos e pela aprovação do Regimento do IFILO, fui eleito Diretor para um mandato de 4 anos e reeleito para outro igual, permanecendo na direção até 31 de dezembro de 2019. Apesar de ter dúvidas iniciais sobre a pertinência da transformação do Departamento num Instituto, comecei a perceber que poderia se tratar do *khairós* para o cumprimento do mandamento-destino do Professor Fausto Castilho. Dei-me conta então de que tinha a oportunidade para conduzir o processo de consolidação da Escola de Uberlândia.

6.1.2. A Escola de Uberlândia

Que é ser um Diretor? Diretor é aquele que faz acontecer. Ou seja, é aquele que vive o paradoxo de fazer, produzir, aquilo que não pode ser feito, porque é um acontecimento – algo que, de algum modo, escapa ao pensamento e ao estritamente planejável, pois ainda não é possível. Quanto melhor se performa esse paradoxo melhor se dirige. Falo aqui da direção em geral, do fenômeno da condução de qualquer processo político. Com efeito, a Ética da responsabilidade de Weber – que assimila uma tradição de reflexão política que vem, pelo menos, desde Maquiavel – explicita essa cobrança. A

Ética da convicção, própria do cientista, é, por outro lado, demarcada pela categoria metafísica do possível, do que está dado. Quando cobramos do político as consequências de sua ação, cobramos pelas coisas que acontecem, não pelas coisas corretamente planejadas, mas que não aconteceram. Comparemos o que queremos dizer com a reflexão a respeito da essência da política atribuída a Bismarck – “a política é arte do possível” – e reconsiderada por Fernando Henrique Cardoso nos seguintes termos: “a política é a arte de tornar o possível necessário”. São variações válidas no interior da administração metafísica do político, mas que não apreendem o que ela realmente aponta: a criação de um futuro não totalmente dado no passado. Com efeito, em sua essência mais própria a política seria a arte do impossível.

No âmbito acadêmico brasileiro, a administração universitária se faz de modo colegiado, pautada em princípios de igualdade e democráticos. Em verdade, creio, como Espinosa, que todo o processo político, de algum modo, se pauta por um parâmetro democrático de adesão da maioria. Quando a adesão não se faz por convencimento, é imposta por algum tipo de violência. Como os filósofos desde sempre reconheceram, o próprio critério de maioria é um critério de violência, na medida em que o cálculo racional substitui o embate de fato entre as partes. Nesse sentido, para uma administração democrática não violenta, sempre quis ser um *primus inter pares*, que procura convencer, motivar e construir consenso. Por mais que essa metodologia democrática estenda os processos decisórios, alongue o tempo de reuniões, o seu fruto é mais robusto. Nessa perspectiva, em virtude dos seus instrumentos de poder, o Diretor é aquele que não pode usar deles para impedir o desenvolvimento das forças produtivas e criativas postas num Instituto. Nesses termos, o Diretor, em regime democrático, é aquele que pode não impedir que as coisas aconteçam, tentando também evitar que o acontecimento de uma prejudique o acontecimento de outra.

Creio que pelo esforço de construção de consensos tenhamos alcançado um nível de pacificação interna que permitiu o desenvolvimento da Escola de Uberlândia. Uso esse termo pelo seu histórico, por exemplo, em relação à Escola de Frankfurt – em que se toma por um sentido originário o termo *escola*, não como escolar no sentido do ensino, mas como de comunidade comprometida com o estudo acadêmico e que tem uma especificidade. Na minha Graduação na UNICAMP, escutei o termo *Escola de Campinas*, de um grande Professor: Zeljko Loparic. Formado, entre outras instituições europeias, na Universidade de Louvain, ministrava excelentes aulas, esclarecia até o que não podia ser esclarecido, bem como participava ativamente dos debates acadêmicos com seus densos livros e suas sagazes intervenções. Ele usava a expressão *Escola de Campinas* como demarcadora de uma posição específica que ele defendia em relação a Kant: a sua interpretação compartilhada por um grande círculo de orientados, sobretudo, quanto à semântica transcendental. Segundo um grande companheiro de estudo e de lutas acadêmicas da UNICAMP, o Professor Daniel Omar Perez, essa expressão foi usada pela primeira vez pelo Professor Ricardo Terra – um estudioso do pensamento de Kant da USP muito reconhecido – numa crítica a um trabalho de Peres, inspirado pela direção filosófica de Loparic. A partir de então, o Professor Loparic e seus orientados assumiram completamente essa designação com muito orgulho.

Motivado por esse uso, pautado na justa estima da especificidade do próprio estudo, passei a usar esse termo em discursos e documentos oficiais. Creio que a nossa primeira especificidade seja a da pacificação interna que permitiu o florescimento de diferentes perspectivas filosóficas, linhas de estudo e metodologias de análise. A nossa primeira especificidade é a de cultivar a Filosofia em sua liberdade de estudo e de investigação, sem que uma ideologia e grupos sectários organizados pudessem suplantar qualquer tipo de trabalho. Ou seja, a primeira característica da Escola de Uberlândia é a da

pluralidade de pensamento. Nesse sentido, administrando as paixões, procurei conduzir um Instituto em que o sucesso de um fosse compartilhado e comemorado por todos, a fim de que a pacificação fosse vivida com os afetos os mais alegres e construísse uma comunidade acadêmica pautada na amizade filosófica. Uma coisa importante para um diretor é saber conter a tirania do ego de cada um, a começar pelo seu, para poder promover essa amizade. Filósofos como Descartes e Pascal procuraram mostrar como a polidez pode ajudar na contenção dessa tirania. Nessa direção, o diálogo é favorecido, o intercâmbio é possibilitado e a troca de ideias fecunda reciprocamente os trabalhos.

Nessa conjuntura da amizade filosófica, os trabalhos próprios são também protegidos das críticas destrutivas e das restrições externas, propiciando o desenvolvimento da especificidade de cada trabalho. Poderíamos, então, listar apenas alguns desses trabalhos que merecem a nossa grande estima. Começarei pelo assinalado trabalho do ilustre decano, Professor Marcio Chaves Tannús, cujo estudo sempre se orientou no sentido de integrar a Lógica à Filosofia e à sua História. Pode parecer até um pouco estranho dizer isso, mas o grande sucesso da codificação da Lógica Formal acabou produzindo, paradoxalmente, um afastamento da conceituação filosófica. O seu esforço é de mostrar a limitação da formalização lógica diante da sua abrangência semântica – abrangência mapeada desde Aristóteles –, explicitando as frentes de investigação do que é problemático em Lógica. Na esteira dessa perspectiva, temos um grande projeto de pesquisa do Professor Fábio Baltazar do Nascimento Junior: uma História do princípio de não-contradição. Ele tem escrito capítulos dessa História. Um deles foi o Doutorado que defendeu na Universidade de Lecce sobre a Lógica de Pedro da Fonseca, no quadro da nossa cooperação internacional com esse centro de pesquisas.

Em Ética, temos o muito destacado trabalho do Professor Alcino Eduardo Bonella, que se concentra no atual estudo da Bioética e da Ética Aplicada em amplo aspecto. No

campo da Filosofia da Mente, temos a muito rica pesquisa do Professor Leonardo Almada, que pratica diversas metodologias para lidar com o fenômeno da consciência, desde uma abordagem mais científica proveniente das neurociências, passando pelo tratamento da Filosofia Analítica e chegando ao instrumental da Fenomenologia. Temos um dos maiores centros de estudos viquianos do Brasil e do mundo. Contamos com dois dos maiores especialistas no pensamento de Vico e na Filosofia Italiana, a saber, os Professores Humberto Aparecido de Oliveira Guido e Sertório Amorim e Silva Neto. Como já mencionei, o Professor Sertório consolida uma extensa rede internacional de pesquisa da História da Filosofia dos séculos XVII e XVIII, que inclui as Universidades de Nápoles e a École Normale Supérieure de Lyon.

As Professoras Ana Maria Said e Maria Socorro Militão, insígnias marxistas e destacadas estudiosas do pensamento de Gramsci, construíram também uma importantíssima rede internacional de diálogo e formam gerações de filósofos nessa perspectiva política e social. Assim, consideramos Marx um pensador importantíssimo pelo seu diagnóstico do nosso tempo e pela perspectiva interdisciplinar que abre. Na linha dos marxismos, temos também as muito reconhecidas pesquisas dos Professores Bento Itamar Borges e Rafael Cordeiro Silva sobre a Escola de Frankfurt e a Filosofia Social, pautadas em importantíssimas traduções. Por sua vez, o Professor José Benedito de Almeida Júnior se consagra a estudos muito cuidadosos de Filosofia da Religião e da Cultura, bem como à apropriação filosófica dos mitos. Já o Professor Jairo Dias Carvalho desenvolve estudos muito instigantes no campo da atual Filosofia Política e foi responsável pela organização de grupos de pesquisadores que se dedicam à Filosofia da Tecnologia.

A Professora Luciene Maria Torino mostra com o seu muito potente trabalho filosófico a profunda dimensão ontológica da Estética. Por sua vez, o Professor Marcos

César Seneda e o Professor Olavo Pimenta Calábria elaboram um formidável kantismo do Cerrado, marcado pela força da imaginação e pelo reiterado estudo da tradição empirista. Já o Professor Anselmo Tadeu Ferreira e o saudoso Professor Jakob Schneider organizaram um ativo e assinalado Centro Internacional de Pesquisa em Filosofia Medieval, que se integra cada vez mais com centros homólogos na Alemanha, França, Itália e Portugal. É importante salientar que esse Centro, com os colegas latinistas do Instituto de Letras, como o ilustre Professor João Bortolanza, resgata Cícero para os estudos filosóficos. Tentamos, assim, reconsiderar o deslocamento da capital do Ocidente – de Roma para Atenas –, realizado pela Filosofia Alemã no século XIX. Isso ocorre, entretanto, sem descurarmos dos estudos de Filosofia Grega, pois os Professores Rubens Garcia Nunes Sobrinho e o Professor Fernando Martins Mendonça trabalham em importantíssimas pesquisas sobre filósofos gregos, com muita projeção internacional, no Núcleo de Estudo de Filosofia Antiga da UFU.

Chegaram mais recentemente colegas muitíssimo promissores que têm se dedicado a esses projetos e a novos que fecundam ainda mais o Cerrado filosoficamente. Por exemplo, menciono a Professora Fillipa Carneiro Silveira, o Professor Igor Silva Alves, o Professor Fábio Coelho da Silva e o Professor Luiz Marcos da Silva Filho.

At last but not least devo referir-me à minha grande companheira de estudo e de lutas acadêmicas, a assinalada Professora Georgia Cristina Amitrano. Trata-se de uma filósofa do Cerrado que vem me mostrando, cada vez mais, a força e a importância dos temas emergentes em Filosofia: Estado de exceção, terrorismo de Estado, biopolítica, gênero, raça, filosofia afrobrasileira, pensamento ameríndio etc. Foi a minha Vice-Diretora e companheira em todas as dificuldades no IFILO e é a atual Diretora, e é uma Diretora que faz acontecer.

6.1.3. As atividades do IFILO e as Bienais Internacionais de Filosofia

Com a Professora Georgia Cristina, reforçamos a excelência da Graduação em Filosofia, reconhecida por sistemas governamentais e não-governamentais de avaliação. Nesse caso, contamos com o total esforço do saudoso Professor Wagner de Melo Elias, que Coordenou a Graduação em Filosofia por um bom tempo. O Professor Wagner, além disso, era um grande erudito, um verdadeiro homem de estudos que conhecia profundamente a Filosofia Política e a sua inserção num contexto filosófico e cultural mais amplo. Em seu trabalho, recentemente publicado em livro pela EDUFU, temos um raro esforço de estudo da parte teológico-política do *Leviatã* de Hobbes. Passamos também a ter um PET institucional – com o denodado apoio do Professor Fernando Martins Mendonça – e muitas bolsas de Iniciação Científica e Pós-Graduação. Conseguimos coletivamente criar o Doutorado em Filosofia e ter uma excelente avaliação pela CAPES no primeiro quadriênio. Nesse ponto, temos de destacar o fundamental trabalho do incansável Professor Sertório Amorim como Coordenador da Pós-Graduação. A nossa Revista, *Educação e Filosofia*, se tornou uma das mais bem-avaliada do Brasil pela CAPES. Contamos nessa conquista com a equipe da Revista dirigida pelo dedicadíssimo Professor Marcos César Seneda. Criamos uma Coordenação de Extensão, Laboratórios de Pesquisa e Extensão e ampliamos sobremaneira o espaço do IFILO e o equipamos adequadamente. Implementamos ainda o Programa IFILO itinerante: fomos, com estudantes e professores, a Goiás Velho, a São João de Rei e ao Rio de Janeiro para atividades interinstitucionais de ensino e extensão. Com a Professora Socorro, grande companheira de estudo e de lutas acadêmicas, organizamos os jardins do IFILO e reconstruímos a nossa histórica praça pública, a Ágora do Santa Mônica, que separa os blocos U, G e 3M.

Nessa parceria com a Professora Georgia Cristina, criamos também uma marca nova para eventos no IFILO, que reflete, ao mesmo tempo, a dinâmica efervescente do IFILO, o seu trabalho internacional, a sua articulação nacional e a sua pluralidade: a Bienal Internacional de Uberlândia. Já tínhamos as nossas Semanas de Filosofia da UFU anuais desde a década de 90. A ideia é que, no ano da Bienal Internacional, a Semana se integre a esse evento. Internacional as nossa Semanas já eram, pois, como dissemos, trouxemos Jean-Luc Marion para Uberlândia e realizamos o primeiro evento internacional sobre a História da Mulher na Filosofia. Bienal de Uberlândia porque o desejo é que, sob a coordenação do IFILO da UFU, Uberlândia e região, aos poucos, se engajem no evento e se tornem uma grande terra fecunda para a Filosofia.

Em 2017, realizamos a *I Bienal Internacional de Filosofia de Uberlândia*. A sua preparação começou muito antes nos seminários do Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas e Interdisciplinares do IFILO. Cabe dizer que esse Centro surgiu da reconfiguração de um antigo Núcleo (NUCLA, o Núcleo de Estudos Latino-americanos) numa estrutura mais ampla de Centro que mantivesse a sua contribuição original, mas, ao mesmo tempo, congregasse todos os núcleos de estudo e grupos de pesquisa do IFILO e de outras unidades interessadas no debate filosófico, no pensamento latino-americano e no tratamento interdisciplinar do conhecimento. Com ele, queríamos disputar a noção de Interdisciplinaridade na Universidade, mostrar que ela é pensável, sobretudo, a partir da Filosofia – domínio que estabelece relações com todos os campos do saber humano. Trata-se, sobretudo, de afirmar que é uma noção de estudo que pressupõe as ciências, a cultura e a pesquisa, em sentido amplo, e não um expediente metodológico usado como panaceia para a Educação ou para o escapismo da prática do estudo. Sob a coordenação do Professor Marcos Seneda, organizamos esse Centro com essa perspectiva. No seu programa de seminários, estudamos vários livros marcantes, como *Metafísicas Canibais*,

de Viveiros de Castro; a *Crítica da Razão Negra* de Achille Mbembe; e o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir.

Por ocasião de um dos seus ciclos de seminários, estudamos um dos livros do Professor Francis Wolff – último membro da missão francesa da USP que se encontrava na École Normale Supérieure de Paris –: *Nossa humanidade*, editado no Brasil pela Editora da UNESP. Como essa temática mobiliza a Filosofia (desde sempre), as ciências humanas, a Biologia e as neurociências, a Semana de Filosofia acabou sendo definida a partir da discussão sobre o conceito de humano com a indispensável presença do Professor Wolff. Além disso, outros grupos de pesquisa se organizaram para participar da Bienal com colóquios específicos, não necessariamente pautados pelo tema da Semana. Tivemos o III Congresso Vico: *A linguagem de/em Vico*; o I Simpósio Aristóteles: *Lógica e Epistemologia*; o III Colóquio Kant: *As Faculdades do ânimo* e III Seminário Descartes: *A ideia de homem*. O Seminário Descartes foi o último da Bienal e teve sua conferência de encerramento proferida pelo Professor Pierre Guenancia, grande referência dos estudos cartesianos no mundo e um grande colaborador desses estudos no Brasil. Participei desse Seminário proferindo a conferência *Considerações sobre a impossibilidade de definir o homem a partir de Descartes*, que, depois, se transformou em artigo publicado, em 2020, no volume 34 da Revista *Educação e Filosofia*.

Em 2019, realizamos a *II Bienal Internacional*, cujo tema principal foi: *A propósito da Modernidade*. Tivemos também na programação da Bienal colóquios sobre Nietzsche, Ética, Filosofia Medieval, Vico e Descartes. Contamos com ilustres colegas de projeção internacional como o Professor Oswaldo Giacoia e os presidentes das Sociedades Francesa e Portuguesa de Filosofia, respectivamente, o Professor Denis Kambouchner e o Professor José Meirinhos. A pandemia impediu a realização da Bienal em 2021. Por isso, realizamos a *III Bienal Internacional* em 2022, organizada, sobretudo,

pela Professora Georgia Cristina, cujo tema principal foi: *Modernidade(s), Modernismo(s) e Possíveis Independências*. Em 2024, tivemos a *IV Bienal Internacional*, organizada, sobretudo, pelo Professor Sertório Amorim, cujo tema principal foi: *A ideia de ciência na Modernidade*.

Graças ao empenho da Professora Georgia Cristina, estabelecemos uma colaboração acadêmica com as Universidades do Rio de Janeiro. Pude então conhecer melhor a dimensão acadêmica da minha cidade natal, Rio de Janeiro. Já conhecia por textos importantíssimos o trabalho de alguns colegas, como os da Professora Susana de Castro sobre Aristóteles e os dos cartesianos do Rio. Mas, a partir de 2010, realizamos uma série de eventos no Rio e em Uberlândia que me permitiram conhecer outros companheiros de estudo muito especiais e queridos, como o Professor Rafael Haddock-Lobo, que a partir da desconstrução derridiana abre outras searas de pensamento, como a filosofia popular brasileira. Nesse contexto, pude participar de um enorme Colóquio sobre o pensamento de Derrida que ele organizou, em 2011, na UFRJ. O texto da minha conferência *Levinas e Derrida leitores de Descartes* foi publicado em 2014, pela Editora Nau, no livro *Heranças de Derrida*, organizado pelo Professor Rafael e outros colegas. Também tive a honra e a alegria de ter feito a apresentação (*A (a)poria da apresentação*) do belíssimo livro que publicou em 2019, pela Editora Via Verita: *Experiências abissais ou sobre as condições de impossibilidade do real*.

6.2. As Batalhas pelos Livros

6.2.1. A Comissão de Livros da CAPES

Gostaria também de mencionar a luta que o IFILO e eu travamos pelos livros em suas várias frentes. Começo pela colaboração com o saudoso Professor Vinícius Figueiredo, representante então da área de Filosofia junto à CAPES. Fui por ele convidado a compor a Comissão de implantação do Qualis-Livro da CAPES para a área de Filosofia.

De fato, a Universidade no Brasil precisa lutar ainda muito mais pela autonomia. Ao contrário de outras universidades no mundo, não temos autonomia sobre o currículo da Graduação e o Ensino em geral, pois tudo isso é ditado pelo MEC e pelo Conselho Federal de Educação. Não temos autonomia sobre Extensão. Diferentemente do Ensino, sobre o qual há mais de oito séculos de acúmulo de reflexão, ou da Pesquisa, sobre a qual temos, pelos menos, quatro séculos, sua introdução em algumas universidades data de cerca de cento e cinquenta anos e não é assumida universalmente. Mas, no Brasil, há uma imposição legiferante de uma certa acepção do conceito de Extensão – que ainda é confuso e está em disputa. Um caso talvez ainda mais grave é o da Pesquisa, cuja codificação institucional é completamente controlada por Brasília. Não temos liberdade de criar Programas de Pós-Graduação, nossos Programas são regulados por parâmetros burocráticos nem sempre razoáveis e as verbas que permitem, sobretudo, os alunos estudarem são centralizadas nas várias agências de fomento, que pretendem verificar de modo exclusivo a qualidade da pesquisa. Talvez no Brasil não tenhamos só um pedagogismo, mas também um pesquisismo, na medida em que a nossa pesquisa é completamente codificada em plataformas tecnocráticas exaustivas como a do Lattes e completamente burocratizada pelos seus sistemas de avaliação, sem que isso resulte em incremento real proporcional à pesquisa mundial. Em resumo, todo esse complexo,

tecnocrático, codificado, burocrático sistema ainda não produziu um prêmio Nobel. Como Foucault e outros filósofos nos alertam, o discurso em favor a algum objetivo pode perversamente trabalhar contra ele.

Porém, como esse jogo está dado, tentemos no que for possível superar a herança colonial de atraso e lentidão do estabelecimento da instituição universitária no Brasil. O Professor Vinícius e eu compartilhávamos a indignação com o absurdo de que a política da CAPES praticamente excluía os livros dos processos avaliatórios dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia. Tratava-se justamente de um parâmetro transferido do *modus operandi* das ciências exatas e biológicas para as Humanidades, mostrando bem o caráter burocrático e pouco racional do sistema. Com o Professor Vinícius e outros colegas, a partir de 2016, trabalhamos na Comissão do Qualis-Livro para conferir plena cidadania aos livros na Pós-graduação em Filosofia, procurando estabelecer total correspondência entre a produção de artigos e a produção de capítulos de livros. Nessa ocasião, pude participar ainda da avaliação dos livros da área, função que igualmente desempenhei no quadriênio seguinte. A propósito, na UFU, sempre lutei também pela valorização dos livros nos processos avaliatórios de progressão da carreira. Conseguimos ao longo do tempo ter uma pontuação muito mais justa em relação aos itens avaliativos referentes ao livro. Sempre procurei dizer que em Filosofia e nas Humanidades o livro também pode resultar da pesquisa, ele pode não ser apenas um veículo de divulgação. O caso é que a temporalidade da Filosofia e de parte das Humanidades é bem diferente da das outras áreas, cuja dinâmica de mudança científica pode ser diária.

6.2.2. A Biblioteca de Obras Raras e Acervos Especiais (BORA) da UFU

Além da frente avaliativa, lutamos pelas Bibliotecas, pelas Coleções de livros impressos e pelas Editoras. Até recentemente vivemos um otimismo ingênuo com o mundo digital. Pensamos que com ele as pessoas ficariam mais inteligentes, o debate público seria incrementado e a democracia ampliada. Nessa linha, muitos acharam que pondo um computador numa escola, de modo mágico, o problema da Educação estaria resolvido. Outros tantos que não precisaríamos mais de livros impressos, pois agora teríamos as plataformas eletrônicas. Todavia, hoje estamos em transe e em profunda reconsideração disso tudo para ver se ainda é possível manter algumas dimensões realmente construtivas da informática para o pensamento humano. No início de 2024, concedi uma entrevista à Revista *Cultura Científica*, da Fundação Conrado Wessel, em sua edição sobre o *Futuro da Linguagem*, em que tratei desses temas. Menciono aqui apenas uma reflexão feita a partir de uma comparação que Umberto Eco fez entre livros eletrônicos e impressos: o fato de termos carros não nos obriga a destruir todas as bicicletas, assim como o fato de termos livros eletrônicos não nos obriga a queimar todos os impressos. Podemos usar os dois e bicicletas fazem muito bem para a saúde.

Embora seja um ícone arquitetônico, a Biblioteca do Campus *Santa Mônica* foi construída há mais de trinta e cinco anos para uma UFU muito menor, pois era uma Universidade sobretudo de Graduação. Há mais de quinze lutamos para que a Biblioteca tenha mais espaço para receber livros e ser um ambiente adequado para o estudo. Há que se dizer que, por obra da Comissão de Biblioteca do IFILO – composta pelos Professores Marcio-Chaves Tannus, Marcos César Seneda e Wagner de Melo Elias –, o nosso acervo específico de Filosofia é um dos melhores do Brasil. Em 2012, foi criada — sob a presidência da insigne Diretora Kelma Patrícia de Souza, Diretora do Sistema de Bibliotecas à época – uma Comissão para avaliar o tamanho da área de biblioteca do Santa

Mônica comparada à existente em outras universidades brasileiras. Ela chegou ao incrível número de 9.000m² de carência! Finalmente, em 2017, tornei-me o presidente da Comissão da UFU encarregada para pensar um projeto para construção de outra Biblioteca no Santa Mônica. Com a ajuda da Professora Luciene Maria Torino e de outras colegas, formulamos o projeto do Complexo de Bibliotecas de Pesquisa do Campus Santa Mônica, que prevê três prédios: a Biblioteca de Obras Raras e Acervos Especiais (BORA), a Biblioteca-Laboratório das Humanidades e a Biblioteca do Instituto de Estudos Avançados. Pelo fato de que a UFU já tem mais de dezessete acervos especiais de professores, escritores e artistas mal acondicionados e subaproveitados, elegemos como prioridade a elaboração do projeto técnico-arquitetônico da BORA. Com o apoio da atual e assinalada Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFU, Maira Nani França Moura Goulart, conseguimos avançar na elaboração do projeto principal e dos complementares. Porém, a pandemia e a redução do orçamento das Universidades nos últimos anos prejudicaram muito o andamento dos trabalhos da Comissão.

6.2.3. A Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU)

A Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU) foi uma outra frente de luta pelos livros, pois no início de 2021, assumi a Direção da Editora. Entretanto, meu trabalho nessa Editora começou em 1998, com a Coleção do *Estudo Acadêmico*, organizada pelos Professores Marcos César Seneda, Marcio Chaves-Tannús e por mim. Foi a primeira Coleção da EDUFU. Sob a inspiração do Professor Fausto Castilho, denominamos Coleção do *Estudo Acadêmico*. Estudo por sua importância compartilhada por nós; vocábulo revelador da atitude filosófica. Acadêmico por expressar disposição para investigação e exame, bem como por se tratar daquilo que vale por si. Queríamos ter uma Coleção de textos que merecem ser reiteradamente lidos e estudados, em edição

bilíngue, para que a sua frequência permita passar, paulatinamente, do texto traduzido ao original. O Professor Castilho nos cedeu a sua tradução do *Manual dos Cursos de Lógica Geral* de Kant para inaugurarmos a Coleção. Era um texto que traduzira para as suas aulas na Graduação e que mostrava bem a relação entre Kant e a Escolástica Alemã. Nessa Coleção, editamos também as *Questões 84 a 89* da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, traduzidas pelo Professor Carlos Arthur Ribeiro de Nascimento; a *Questão X* das *Questões discutidas sobre a Verdade*, traduzida pelo Professor Maurílio Camello. Editamos ainda as seguintes traduções que o saudoso Professor Bruno Bassetto – grande colaborador do nosso Centro Internacional de Estudos Medievais – realizou de Marco Túlio Cícero: *Discussões Tusculanas*, *A natureza dos deuses*, *A divinação*, *Os limites dos bens e dos males* e *As leis*. Devo dizer também que, em 2011, o Professor Anselmo Tadeu Ferreira se integrou à Comissão Editorial da Coleção. Em 2023, publicamos os *Escritos da Série Cognitiva* de Peirce, traduzido pelo Professor Cassiano Terra Rodrigues.

Durante os anos 2000, a EDUFU tinha muita presença no cenário editorial. Já, nos anos 2010, ela deixou gradativamente de receber os recursos que merecia. Finalmente, com os cortes orçamentários dos últimos governos e com a vedação de contratação de cargos editoriais para as universidades, a EDUFU estava quase fechando. Aceitei então o desafio de praticamente reabrir a Editora. Sob um período de pandemia e forte restrição orçamentária, obtive o apoio possível do magnífico Professor Valder Steffen Jr., Reitor da UFU de então. Propus, portanto, um Plano de Reestruturação da EDUFU para alinhá-la aos padrões das principais editoras universitárias do país. Com a ajuda do destacado Professor Márcio Magno Costa, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas de então, conseguimos recompor minimamente o quadro de pessoal da Editora por meio de contratação de cargos efetivos e terceirizados. Com o concurso do Conselho Editorial – composto pelos ilustres Professores Carla Nunes Vieira Tavares, Raquel Discini de Campos, Juliana Marzinek

Sertório de Amorim e Silva Neto, Amon Santos Pinho e Arlindo José de Souza Junior –, atualizamos o arcabouço legal e normativo da EDUFU, estabelecendo um novo Regimento, editando Resoluções para disciplinar o fluxo editorial e a atividade administrativa e constituindo uma nova Política Editorial. A estrutura administrativa interna foi reconfigurada e passamos a ter três Divisões: Divisão de Editoração, Divisão Administrativa e Divisão de Divulgação e Promoção Cultural do Livro.

Havia também o desafio da transferência do Portal de Periódicos da UFU. Como, nos anos 2000, a EDUFU tinha muitos funcionários e a UFU menos de dez periódicos científicos, essa tarefa à época foi assumida pela Editora. No entanto, em 2021, a EDUFU estava quase sem quadro de pessoal e a UFU tinha quase cinquenta periódicos. Com o apoio de uma grande companheira de estudo e lutas acadêmicas, a já mencionada Diretora do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFU, Maira Nani França Goulart, estabelecemos uma parceria entre a EDUFU e o SISBI que permitiu os bibliotecários cuidarem do Portal – o que é feito na maior parte das Universidades do Brasil. Essa parceria permitiu também a transferência gradual do Portal da EDUFU para o SISBI. Constituímos então uma Comissão Gestora do Portal *pro tempore*, sob a minha presidência, para reestruturá-lo e propor alterações de Resoluções do Conselho Diretor da UFU. Finalmente, a transferência se completou em pouco mais de um ano e a presidência passou para o SISBI. Contudo, o compromisso consignado na nova Resolução do Conselho Diretor a respeito é o de que o Portal é um ente na Biblioteca, mas não da Biblioteca. Como atende toda a Universidade, os seus recursos têm de ser próprios, não podem drenar os da Biblioteca, como acontecia antes com a EDUFU.

Um outro desafio foi a transferência da Divisão Gráfica para a Prefeitura de Campus, separando funções desempenhadas por gráficas da missão editorial da EDUFU. A Divisão Gráfica foi para EDUFU no passado um trunfo, pois a capacidade do parque

gráfico era enorme. Todavia, com a falta contínua de investimentos o parque gráfico se tornou obsoleto e teve de ser desativado. Desse modo, o que era um trunfo se tornou um grande ônus, pois a administração de contratos dos mais diversos serviços gráficos é muito complicada e não é função de uma Editora, pois demanda apenas a impressão de livros. Com o apoio do ilustre Professor João Jorge Ribeiro Damasceno, Prefeito de Campus naquele momento, conseguimos realizar essa transferência.

Uma outra luta enorme foi a parceria oficial, mediante contrato institucional, com a Fundação de Apoio universitário (FAU), que passou a ser Coeditora da EDUFU. Criou-se então um CNPJ filial para permitir a venda de livros com emissão de nota fiscal – algo inédito na Editora nos seus mais de quarenta anos. As dificuldades para chegarmos a um contrato desse tipo, por incrível que pareça, são enormes em todo o Brasil, em virtude da falta de um marco regulatório e legal para as editoras universitárias. Isso leva a uma enorme discricionariedade na interpretação das leis e na insegurança jurídica dela decorrente. Nessa luta, contamos com os apoios do insigne Professor Carlos Henrique Carvalho, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação de então, e do assinalado Professor Hélder Eterno da Silveira, Pró-Reitor de Extensão e Cultura.

Com o concurso do Conselho Editorial, criamos ainda o selo acadêmico EDUFU-Zétesis, para permitir o atendimento da demanda por livros especializados de público mais restrito, provenientes do trabalho dos Programas de Pós-graduação. Com isso, podemos distinguir melhor esses livros dos de alta demanda acadêmica, que constituem a primeira linha editorial da EDUFU. Promovemos também a valorização do livro impresso, reafirmando seu papel fundamental na formação e na cultura, diante da lógica efêmera e potencialmente destrutiva do digital. Nesse diapasão, reinauguramos a Livraria da EDUFU, que voltou a vender livros da própria editora e de outras editoras acadêmicas associadas da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) – promovendo,

assim, um amplo intercâmbio editorial universitário. Inauguramos também o Café Literário, com o objetivo de tornar a Livraria um espaço ativo de cultura e extensão, com lançamentos, debates, saraus e eventos literários.

Diante da importância e da força do associativismo da ABEU, participei ativamente dessa associação e passei a integrar a sua Diretoria, em 2023, como Diretor da Regional Sudeste. Entre outras coisas, procurei contribuir para a luta pelo marco regulatório, pela suspensão da vedação de contratação de cargos editoriais para qualquer sistema universitário público e pelo estabelecimento de uma Política Nacional para as Editoras Universitárias, através da formulação de propostas e da interlocução com o MEC e com a Frente Parlamentar em Defesa do Livro. Durante mais de trezentos anos a atividade editorial foi proibida no Brasil-Colônia e, como dissemos, o estabelecimento das Universidades foi ainda mais atrasado e lento e continua a dever muito em termos de autonomia. Por outro lado, mesmo antes da Imprensa, com os copistas autorizados, Universidade e atividade editorial sempre foram no mundo correlacionadas. Desse modo, as dificuldades das editoras universitárias brasileiras seria só mais um capítulo da herança colonial a ser superada.

Por último, devo registrar que o trabalho que realizei na Editora foi reconhecido por docentes, técnicos, estudantes e a comunidade externa. Ele também foi reconhecido na forma de prêmios. Em 2022, a EDUFU obteve o 1º lugar do Prêmio ABEU na categoria *Tradução*. Em 2023, a EDUFU obteve o 3º lugar do Prêmio ABEU na categoria *Tradução*. Em 2024, foi finalista do Prêmio Jabuti Acadêmico na categoria *Literatura infantojuvenil* e obteve o 1º lugar do Prêmio ABEU na mesma categoria; obteve também o 2º lugar do Prêmio ABEU na categoria *Ciências Humanas* e a menção honrosa do Prêmio ABEU na categoria *Tradução*.

6.2.4. A Coleção *Fausto Castilho* de Filosofia da Editora da UNICAMP

Em relação à minha atividade editorial, devo também relatar meu trabalho como Coordenador Editorial da Coleção *Fausto Castilho de Filosofia* da Editora da UNICAMP. Trata-se de uma Coleção com duas Séries. A Série *Estudos de Filosofia Moderna e Contemporânea* publica textos consolidados de pesquisa que fomentem ampla consideração acadêmica, como recomendava o seu criador. Podem ser de autoria individual ou coletiva em torno de um mesmo objeto de estudo. Publica também traduções de textos de pesquisadores de envergadura internacional, filósofos modernos ou contemporâneos, mesmo que se refiram a tema pertencente à filosofia anterior à moderna, mas cujo tratamento seja de importância para o entendimento do pensamento ulterior. A Série *Multilíngues* segue a ideia metodológica fundamental do seu criador: “ler no original, expressar-se em vernáculo”, no esforço de cultivar, por meio do exercício permanente de estudo do texto original, uma língua filosófica em português, pela via sempre muito fecunda da tradução. Nessa perspectiva, publica textos fundamentais da História da Filosofia no idioma em que foram compostos, acompanhados de sua tradução para nossa língua, tomada em seu modo vivo e em constante reconsideração. O volume comporta ainda textos e informações complementares ou que suplementem a exigência de seu estudo acadêmico.

Havia sido, em 2008, o revisor técnico da excelente tradução de *O Mundo e O Homem* de Descartes, realizada pelos Professores César Augusto Battisti e Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli. Havia também auxiliado o Professor Fausto Castilho com outros livros, de modo que, a partir 2012, comecei a trabalhar oficialmente na Comissão Editorial da Coleção como Assistente. Com o falecimento do Professor Castilho, em 2015, o Conselho Editorial me convidou para coordenar a Coleção. Aceitei com muitíssima honra e alegria pela importância da Coleção e por ter também como

Coordenador o Professor Oswaldo Giacoia, bem como ter na composição da Comissão Editorial os Professores Franklin Leopoldo Silva, Giulia Belgioioso e Daniel Garber. Publicamos desde então os quatro volumes da *Instituição Oratória* de Quintiliano, traduzida pelo Professor Bruno Bassetto; o *Tratado da Emenda do Intelecto* de Espinosa, traduzido pelo Professor Cristiano Novaes de Rezende; *O Comentário aos “Segundos Analíticos”* de Tomás de Aquino, traduzido pelos Professores Anselmo Tadeu Ferreira e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento; *Sobre a quadríplice raiz do princípio de razão eficiente* de Schopenhauer, traduzido pelos Professores Oswaldo Giacoia e Gabriel Valladão Silva; o *Epistolário* de Vico, traduzido pelos Professores Sertório de Amorim e Silva Neto e Vladimir Chaves dos Santos; *Husserl e a via redutiva da pergunta-recorrente que parte da Lebenswelt* de Fausto Castilho; *Kant e o poder de julgar* de Béatrice Longuenesse, traduzido pelos Professores João Geraldo Martins da Cunha e Luciano Codato; *História da Filosofia Moderna*, organizado por Giulia Belgioiso, traduzido pela Professora Regina Célia e revisto tecnicamente pelo Professor Frederico Ferraguto; *Fundamentação da Metafísica da Moral* de Kant, com guia de leitura e tradução pelo Professor Osmyr Faria Gabbi Jr..

6.2.5. A Fundação Fausto Castilho

Cabe mencionar também o trabalho na Fundação *Fausto Castilho* cuja orientação principal é apoiar a edição de livros. Sabendo do seu possível falecimento em virtude do câncer, o Professor Castilho começou a pensar em organizar uma Fundação. Queria que eu ajudasse a Dona Carmen Castilho na condução da Fundação. Dadas as dificuldades iniciais, ele pôde organizar apenas uma Associação. No entanto, após a sua morte, com a

ativa participação do magnífico Professor Carlos Vogt e com o robusto apoio jurídico do Professor Jamil Miguel, a Dona Carmen conseguiu finalmente realizar o sonho do Professor Castilho e, em 2016, instituiu a Fundação *Fausto Castilho*. Dessa criação, também participaram os diligentíssimos Diretores Ricardo Lima e Daisy Lara. A nós, em seguida, se juntaram os Professores Hélio Ázara de Oliveira, Anselmo Tadeu Ferreira e Marcos César Seneda. Com todos esses grandes companheiros de estudos e de lutas acadêmicas, organizamos os Conselhos Curadores e Técnico-administrativo da Fundação. A partir de 2022, tornei-me presidente da Fundação e a Dona Carmen passou a ser a sua presidente de honra.

Cabe mencionar que neste momento posso contar muito com a auxílio do Professor Hélio Ázara na administração da Fundação. Estudioso dedicado e rigoroso analista político, consagra-se a examinar o pensamento de Marx no horizonte da História da Filosofia, a começar pela relação com Hegel. Foi orientando do Professor Fausto Castilho e luta intensamente pela preservação de sua memória acadêmica.

Nos últimos anos, a Fundação Fausto Castilho apoiou decisivamente uma série de iniciativas de grande repercussão acadêmica e cultural. Foram iniciativas com amplo escopo de promoção do diálogo filosófico, de incremento da erudição, de atualização da pesquisa universitária e de crescente internacionalização das instituições beneficiadas.

Em primeiro lugar, a Fundação, desde 2017, apoia a Biblioteca de Obras Raras e Acervos Especiais (BORA) *Fausto Castilho* da UNICAMP. Em 2018, disponibilizou recursos para a contratação de serviços de uma bibliotecária para cuidar do acervo do Professor Castilho, que tem mais de oito mil itens entre livros e documentos. A partir de então, a bibliotecária cuidou do acondicionamento e da preservação do acervo, organizando, listando e catalogando todo o material segundo os critérios usuais de Biblioteconomia. O trabalho de catalogação foi concluído durante o ano de 2024 com o

costumeiro apoio da Fundação. A partir de então ela passou a cuidar do acervo do ilustre Professor Marcos Lutz Müller, um dos maiores estudiosos brasileiros da filosofia alemã. Trata-se de um acervo pessoal que se notabiliza pela qualidade e quantidade das obras de e sobre Hegel.

A BORA *Fausto Castilho* é um prédio de cerca de 3.500 m² que acolhe mais de vinte acervos de grandes professores, intelectuais e pensadores, tais como Fausto Castilho, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido e István Mészáros. A contribuição desse espaço para a pesquisa acadêmica e para a vida cultural nacional e internacional é enorme. É um grande polo cultural e de estudos que acolhe estudantes, pesquisadores e a comunidade em geral de Campinas e de outras regiões do País e do mundo. Cabe mencionar também que a Fundação financia a transcrição e digitalização dos cursos e conferências do Professor Fausto Castilho. Parte desse material poderá ser disponibilizado para o público visitante. Ele também poderá servir de base a textos que preservem e reconstituam o pensamento do Professor.

Em segundo lugar, a Fundação colabora reiteradamente com as iniciativas editoriais da Editora da UNICAMP, com especial atenção à mencionada Coleção *Fausto Castilho* de Filosofia – que, com o seu nome, desde 2015 homenageia o fundador da Coleção, reunindo nela as antigas Coleções *Multilíngues de Filosofia da UNICAMP* e *Estudos de Filosofia Moderna e Contemporânea*. Essa parceria institucional já viabilizou a edição de doze livros.

Em terceiro lugar, a Fundação sempre coopera com as atividades editoriais do Centro de Estudo da Filosofia Moderna e Contemporânea (CEMODECON) *Fausto Castilho* do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Esse Centro foi organizado pelo Professor Castilho e, em 2016, incorporou o nome do Professor à sua denominação institucional. Devo reconhecer na administração desse

Centro e na preservação do legado de Fausto Castilho a atuação de grandes companheiros de estudo e de lutas acadêmicas, a saber: os insígnies Professores Daniel Omar Peres, Antônio Florentino Neto, Márcio Augusto Damin Custódio (*in memoriam*), Enéias Forlin, Hélio Ázara de Oliveira e Plínio Marcos Tsai. Como resultado da interlocução acadêmica com esses colegas, pude publicar, em 2022, o artigo *Considerações sobre a refutação do idealismo problemático*, no volume 17 da *Kant e-prints* do CLE da UNICAMP. Esse texto me é pessoalmente muito tocante porque o conclui algumas horas antes de me internar no hospital para uma cirurgia inadiável. Cabe ainda mencionar que uma nova frente de estudo do CEMODECON tem sido a Filosofia Oriental. Além de ser uma iniciativa indispensável do ponto de vista geopolítico, converge muito com a paixão do Professor Castilho pelos estudos de Sinologia.

Desde 2017, a Fundação financia a Revista *Modernos e Contemporâneos*, periódico criado pelo Professor Castilho e o principal canal de comunicação científica do CEMODECON. Além disso, a Fundação contribuiu decisivamente para a criação da Coleção *CEMODECON* da Editora PHI. Nessa Coleção e em outras iniciativas da Editora PHI, já foram publicados quatorze livros da parceria entre a Editora e a Fundação. Em parcerias com a Editora do Centro de Memória da UNICAMP (CMU), a EDUSP, a EDUFU, a Filoczar e a Ateliê Editorial, já publicamos seis livros. Alguns dos livros apoiados pela Fundação reúnem textos em homenagem a Professores fundamentais para os estudos filosóficos no Brasil, como: Fausto Castilho, Marcos Lutz Müller, Arley Ramos Moreno, João Quartim de Moraes e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.

A Fundação também apoia, desde 2019, o Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da UNICAMP – Centro parceiro do CEMODECON – na viabilização da publicação de sua tradicional revista editada pela Editora da UNESP, a saber: a *Crítica marxista*.

Em quarto lugar, a Fundação Fausto Castilho também apoia as atividades das suas instituições parceiras, sobretudo, os seus eventos acadêmicos. Além da BORA, da Editora, do CEMODECON-IFCH, CEMARX-IFCH, do CMU e do Instituto de Estudos Avançados (IDEA) da UNICAMP, são parceiras da Fundação: o IFILO da UFU, a ANPOF, a UNIOESTE e a ABEU. Entre Congressos, Colóquios, Seminários, Minicursos, Conferências, a Fundação já apoiou mais de trinta eventos acadêmicos.

6.3. Estudos Cartesianos

6.3.1. Núcleo de Estudos Cartesianos

A partir de 2009, no meu retorno dos estágios de Pós-Doutorado na França, pensei em organizar melhor os estudos cartesianos no IFILO e de integrá-los com o que outros colegas faziam por todo o Brasil. Para tanto, inspirava-me muito nos Centros de Estudos Cartesianos de Paris e Lecce. A primeira coisa a ser considerada em relação ao trabalho deles é, ao mesmo tempo, tratar com muito cuidado o texto de Descartes e ampliar os estudos cartesianos quanto às suas fontes, aos interlocutores, aos debates que suscitam e ao seu legado em amplo aspecto. Eles traduzem e editam cuidadosamente os textos de Descartes e de outros contemporâneos, mas também promovem seminários que abrangem boa parte da História da Filosofia para entender melhor o fenômeno Descartes. Compartilho com eles essa perspectiva e a ideia de que na leitura de um clássico, mesmo que reiterada, muita coisa escapa e que seu contexto ampliado historicamente ajuda no seu entendimento.

Além disso, penso muito no estudo dos filósofos como uma prática com um tríplice dimensão: 1) o do aperfeiçoamento da capacidade de pensar, como os escritores fazem entre si para melhorar o seu estilo; 2) o do entendimento do próprio filósofo e 3) o

entendimento das próprias questões filosóficas. Acredito que um clássico é uma espécie de Portal que, por seu uso, nos dá acesso a essas dimensões. Nesse sentido, a minha prática mais intensa é em Descartes e dela queria compartilhar com colegas e estudantes que tenham uma semelhante. Por isso, organizamos inicialmente o Grupo de Estudos Cartesianos do IFILO, que depois se tornou o seu Núcleo de Estudos Cartesianos (NEC). Nesse Núcleo, realizamos uma série de seminários de estudo em que examinamos textos de Descartes, Espinosa e outros filósofos, bem como textos de seus comentadores. Citarei alguns orientandos assinalados que dele participaram ou participam não mencionados no item sobre o Projeto CAPES-COFECUB: Arthur Almeida, que prepara um Doutorado sobre o Espinosa leitor das *Meditações, Objeções e Respostas* de Descartes; Marvin Estrada, que defendeu um Mestrado sobre a noção de felicidade em Descartes; Fábio Júlio Fernandes, que defendeu um Mestrado sobre o *cogito* em Descartes; João Gabriel da Veiga de Noce, que defendeu um Mestrado sobre a noção de percepção sensível em Descartes; Alisson Matutino, que defendeu um Mestrado sobre a noção de Fenomenologia em Heidegger; Douglas Ferreira Lourenzo, que defendeu um Mestrado sobre o conceito de mundo em *Ser e tempo*; Bianca Kelly de Souza, que defendeu um Mestrado sobre a relação entre práticas de confissão e produção de subjetividade em Michel Foucault; Serginei Vasconcelos Jerônimo, que defendeu um Mestrado sobre o *Trivium* como método propedêutico para o ensino da Filosofia; Davi Holz Alvarenga, que prepara um Mestrado sobre a presença das *Regras para a direção do engenho*, de Descartes, na *Lógica de Port-Royal*; João Victor Pereira Leão, que prepara um Mestrado sobre o conceito de *Sorge* em *Ser e Tempo*; Ana Cláudia Elias Romeiro, que prepara um Trabalho de Conclusão de Curso sobre a questão da causa em Descartes; Matheus de Sá Mieldazis, que prepara um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o estatuto da *Mathesis Universalis* no método cartesiano; Vinicius Henrique Silva Franco, que realizou uma

Iniciação Científica sobre o desenvolvimento do esquema intencional na segunda via da *Terceira Meditação* de Descartes; Thaís Crepaldi Watanabe, que realizou uma Iniciação Científica sobre a crítica à autoridade em Descartes; Lu Mariano, que realiza uma Iniciação Científica sobre Pascal e a destituição da metafísica; e Artô Bastos do Nascimento, que prepara uma Iniciação Científica sobre o *mos geometricus* em Descartes e Espinosa.

Da programação do NEC já participaram também com minicursos e conferências os insígnies Professores: Giulia Belgioioso, Franklin Leopoldo e Silva, Pierre Guenancia, Denis Kambouchner, Frederic de Buzon, Gilles Olivo, Lia Levy, Djalma Medeiros, Massimiliano Savini, Igor Agostini, Laurence Renault, Éricka Marie Itokazu, Luís César Oliva, Alfredo Gatto, Wojciech Starzynski, Guillaume Fréchette, Pedro Falcão Prikladnitzky, entre outros. Os estudantes também organizam as *Jornadas Cartesianas*, que são um fórum de exposição e debates sobre trabalhos de Pós-Graduação em desenvolvimento no Brasil e no mundo. Devo mencionar também o Laboratório de Encontros da Alteridade (LEA) do NEC. Ele é o coordenado pela Professora Georgia Cristina Armitrano e tem por objetivos promover encontros do cartesianismo com a Fenomenologia – como no caso de Levinas, Derrida e Marion – e com os temas emergentes em Filosofia, bem como desenvolver livremente a rica e ampla temática da alteridade.

6.3.2. Grupo de Trabalho *Estudos Cartesianos* da ANPOF

Pensando na interlocução do NEC e de outros grupos homólogos do Brasil, os assinalados e queridos Professores Ethel Rocha, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, Enéias Forlin, César Augusto Battisti, Érico Andrade e eu organizamos o

Grupo de Trabalho (GT) *Estudos Cartesianos* da ANPOF. Definimos os objetivos do GT nos seguintes termos: suscitar reflexão periódica sobre o pensamento cartesiano, tanto no que diz respeito à formulação originária do filósofo francês e às suas fontes, quanto aos seus grandes leitores e à tradição que se forma ao longo do tempo a partir deles; realizar debate acadêmico sistemático entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros que estudam o pensamento cartesiano ou as suas fontes ou a sua tradição; constituir uma referência acadêmica para outras iniciativas no Brasil a propósito da obra de Descartes, como criação de grupos de estudo e pesquisa, edições de textos do ou sobre o autor etc.; procurar distinguir o pensamento do próprio Descartes do que lhe é atribuído pela tradição; tentar descobrir no esforço originário de constituição do pensamento do próprio Descartes elementos que renovem a discussão filosófica contemporânea; e procurar entender as opções interpretativas da tradição.

A ideia do GT, começou a surgir em Uberlândia, em 2009, no Colóquio *Descartes e o Grande Século*, que contou com o referido grupo de colegas e a presença dos insígnios Professores Jean-Robert Armogathe, Raul Landim, Thomas Lennon e Laurence Renault. Os trabalhos apresentados foram por mim organizados num dossiê da Revista *Educação e Filosofia*, publicado no seu volume 25, em 2011. Nele publiquei o artigo intitulado *O sentido da "cogitatio" em "A busca da verdade" de Descartes*. Em 2010, o Professor Enéias Folin organizou com o mesmo grupo a *I Jornada Cartesiana da UNICAMP*. Em 2011, o Professor César Augusto Battisti organizou a *IV Jornada de Metafísica e Conhecimento: Ação em Descartes*, na UNIOESTE. Nessa Jornada, decidimos propor para a ANPOF a criação do GT. Em 2012, fizemos na ANPOF de Curitiba a primeira reunião do GT. Nessa ocasião, apresentei a comunicação *Reflexões sobre a ideia de infinito em Descartes*. Ao longo desses anos participei das atividades do GT e como resultado das apresentações, pude publicar os seguintes textos nos livros da ANPOF: em

2015, *O sentido do "rapport" na definição das paixões da alma em Descartes*; em 2019, *Considerações sobre o caráter incitativo das paixões*; em 2024, *A gênese da noção de "sui causa" nas Primeiras Respostas de Descartes*.

O GT também organizou alguns Colóquios fora da programação do Congresso da ANPOF. Um deles ocorreu em 2014, na UNICAMP, quando o GT era coordenado pelo Professor Enéias Forlin. Tratou-se do Colóquio Internacional *Descartes e sua correspondência*. Os textos oriundos desse Colóquio foram publicados, em 2017, no número 2 do volume 1 da Revista *Modernos e Contemporâneos*. Pude contribuir com o artigo *A emergência da terceira noção primitiva na correspondência com Elisabeth da Boêmia*. Sob a coordenação do Professor Érico Andrade, em 2015, o GT realizou no Recife o Colóquio Internacional *Descartes e os cartesianos*. No quadro do I Congresso *Fausto Castilho* de Filosofia, os Professores César Augusto Battisti e Enéias Forlin organizaram, na UNICAMP, o Colóquio Internacional *Discurso do Método e Ensaios*, para comemorar o lançamento da tradução completa desse livro, traduzido pelos Professores Pablo Rubéns Mariconda, César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Rodrigues Neto, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, e Paulo Tadeu da Silva. Em 2019, sob a coordenação do Professor César Battisti, o GT realizou, na UNIOESTE, o Colóquio Internacional *As "Primeiras Respostas" de Descartes*. Nele, apresentei uma conferência sobre a ideia de ideia nas *Primeiras Respostas*. Durante a pandemia, o Professor César Battisti organizou um curso multi-institucional de Pós-Graduação que, no formato remoto, analisou a obra *Descartes n'a pas dit* de Denis Kambouchner. Ministrei então uma aula sobre o capítulo 2: *Les sens nous trompent*.

Cabe mencionar que colegas do GT – Érico Andrade, Enéias Forlin, Marisa Donatelli, César Battisti – e eu traduzimos uma das obras mais influentes na interpretação cartesiana do Brasil – que surpreendentemente ainda não havia sido traduzida –, a saber:

Descartes segundo a ordem das razões de Martial Gueroult. Publicamos a tradução em um só volume, em 2016, pela Discurso Editorial e a lançamos na ANPOF do mesmo ano.

Sob a Coordenação do Professor César Battisti e com a minha assistência, estamos implementando um Projeto do CNPq cuja meta é a tradução da correspondência de Descartes. Ele engaja um amplo grupo espalhado pelo Brasil. Embora esteja para além da estrutura do GT, é importantíssimo para a persecução dos seus objetivos. Trata-se de doutorandos e professores de diferentes Programas de Pós-Graduação traduzindo as cartas de Descartes sob a supervisão de um estudioso mais experiente. Seguimos a orientação do Centro de Lecce, tanto na sua metodologia quanto na sequência e na edição dos textos. Essa iniciativa promove, portanto, reiterado debate sobre o vocabulário para melhor traduzir Descartes, bem como amplia o *corpus* cartesiano disponível em português.

6.3.3. Por um Descartes não cartesiano

Creio que, como já disse um pouco, a minha orientação intelectual ao estudar a filosofia de Descartes é, primeiramente, apreender a filosofar pela prática de um pensamento, como os escritores fazem com outros escritores. Seria uma espécie de *imitatio* para a apropriação de um estilo de pensamento. Por exigência das fontes, da formação, da interlocução e do legado a curto e a longo prazo, sou prazerosamente convocado a praticar também outros filósofos, como Aristóteles, Tomás de Aquino, Montaigne, Pascal, Hobbes, Espinosa, Leibniz, Hume, Kant, Husserl, Heidegger, Sartre e Levinas. A frequência desses estilos nos ajuda a gradativamente passar para a *ampliatio* e elaborar o nosso próprio estilo de filosofar.

Além dessa dimensão estilística, como disse também, a minha decisão por ter Descartes como referência de estudos foi por ser um Portal para o curso da História da Filosofia, pelos seus pressupostos históricos, pela profunda mudança que operou na pauta da Filosofia e pela reação da posteridade. De certo modo, estudar Descartes é estudar toda a História da Filosofia. Para redistribuir as cartas e mudar o jogo filosófico – a começar por ter deslocado a *arqué* do mundo para o pensamento –, é preciso conhecer bem como era o jogo e quais eram as cartas na mesa. A partir do novo jogo posto, cada jogador apresenta o seu modo de jogar; alguns também tentam mudá-lo, outros recusá-lo totalmente ou parcialmente. Essa problemática se encontra bem na expressão de repercussão até mesmo freudiana que atribui a paternidade da Filosofia Moderna a Descartes.

A Filosofia de Descartes também é um Portal para as questões filosóficas. Acredito que toda obra filosófica tem essa potência de, ao mesmo tempo, nos informar das questões filosóficas e nos formar para conseguirmos lidar com elas. Quando leio Descartes, sou provocado a pensar a consciência e o seu modo de ser, ou seja, o modo de ser daquilo que não é figurável nem material; sou convocado a pensar a minha situação num espaço homogêneo que não tem necessariamente lugares absolutos; sou obrigado a pensar o meu corpo em sua propriedade radical de pertencimento; sou arrebatado para pensar o que significa conhecer; sou levado a pensar o que é a razão e a possibilidade de que haja outros regimes de racionalidade; sou exortado a pensar o sentido da ação humana; sou convidado a pensar a afetividade humana; sou inspirado a pensar a alteridade etc.

Também considero que, para além das dimensões anteriores, há uma pertinência do estudo estritamente histórico dos filósofos em todas as suas dimensões, por considerar que a História tem um valor em si para a formação. Quando me refiro à História, me refiro

a todas as suas possibilidades: a História Política, Econômica e Cultural, a História das ideias, a Doxografia, a Biografia e a História da Filosofia. Embora cultive todas essas possibilidades de tratamento do fenômeno histórico, detenho-me mais na História da Filosofia, cuja característica, por ser filosófica, é formular teses que possam ser provadas por argumentos. Ou seja, há nela uma característica fundamental de tomada de posição, de saída da neutralidade da simples exposição doutrinária, mas de modo argumentado e justificado.

No sentido histórico-filosófico do pensamento de Descartes, a minha tomada de posição poderia expressar-se adequadamente por esse lema um tanto paradoxal: Por um Descartes não cartesiano. Em primeiro lugar, considero que o esforço da História da Filosofia seja o de separar o pensamento do filósofo da sua tradição – que é estudada em outros âmbitos históricos. Alguns filósofos estão presentes na esfera mais superficial da tradição, como a da linguagem corrente. Em geral, nesse caso, a sua acepção é pejorativa ou distorcida em relação ao seu significado originário, como maquiavélico e platônico. Cartesiano é um desses casos: “diz-se do espírito sistemático em excesso”. Isto é, o excesso já revela claramente a sua suposta *hybris*, a sua falta de medida, a sua impropriedade, o seu caráter negativo. Isso se opõe propriamente ao espírito de Descartes, que nunca recorreu mesmo ao termo *sistema* para designar o seu pensamento. Todavia, é também fecundo academicamente entender como a tradição se forma nas suas diferentes camadas. O referido livro de Denis Kambouchner que examina vinte e uma teses atribuídas a Descartes que ele nunca defendeu é um bom guia para esse esforço de compreensão da recepção do seu pensamento pelos ditos cartesianos. Eles, em verdade, são mais anti-cartesianos do que cartesianos, como a conclusão do mencionado livro de Vincent Carraud sobre a *Causa sive ratio* mostra em relação aos grandes cartesianos: Espinosa, Malebranche e Leibniz têm em comum a atitude de rejeitar todas as teses

constitutivas do pensamento de Descartes que são estudadas nas *Meditações*, a saber: a dúvida, o *cogito* como fundamento, o primado da ideia de infinito, o livre-arbítrio, a causalidade da alma sobre o corpo e vice-versa, a doutrina cartesiana da causa eficiente e a sua expressão na instituição das verdades eternas.

Em relação à tradição do termo *cartesiano* nas universidades, costumamos encontrar distorções parecidas. Continua-se, de certo modo, a entender o vocábulo *cartesiano* como se fosse uma imprecisão, que serve a desqualificar o seu estudioso para a prática da verdadeira e viva filosofia. Ou seja, os preconceitos do senso comum também se manifestam em ambiente acadêmico. O fato de que todos têm de ler no início do curso de Graduação algum texto de Descartes pode conferir uma certeza de que é algo muito conhecido e quase trivial. Além disso, paradoxalmente, a sua característica literária de grande escritor contribui para reforçar essa ideia de facilidade e banalidade. No Brasil, a excessiva influência da interpretação gueroultiana – que não encontramos em outros países – parece também contribuir para a formação de um certo estereótipo de Descartes.

Acredito que a conjuntura definida por inúmeros preconceitos e pré-julgamentos sobre um filósofo possa ser entendida como um convite para o seu estudo acadêmico e para a investigação dos seus textos. Quando procurei estudar no *Filósofo e o Autor* a dimensão plenamente filosofante do pensamento de Descartes, queria afastá-lo, sobretudo, do fato de ter se tornado um Autor Cartesiano muito determinado e conhecido. Queria mostrar a impropriedade em muitos casos do termo *cartesiano* para descrever o seu esforço filosofante, as questões sobre as quais filosofava, a riqueza e a dramaticidade das decisões doutrinárias e o horizonte de paratextualidade filosófica da sua obra. Como disse acima, Jean-Luc Marion costuma mencionar o paradoxo do amigo, aquele que não compreendemos e amamos, pois não é determinado e conhecido como o inimigo.

Busquei, portanto, a amizade do filósofo Descartes, procurei tomar a sua obra como algo a ser compreendido, cujo significado está em questão e é querido.

Creio que, nos meus estudos posteriores sobre Descartes – o estudo como categoria filosófica, a amplitude da *cogitatio*, a passionalidade da moralidade cartesiana, a polissemia do corpo, a radicalidade da causação eficiente etc. –, sempre tenha procurado mostrar dimensões não conhecidas ou pouco consideradas do filósofo com forte potencial para a reflexão. Também tenho tentado examinar, sempre que possível, os encontros intencionais e os não intencionais entre Descartes e outros filósofos a partir das questões comuns que estudam. Considero que essas orientações que persigo na minha vida acadêmica esteja, gradualmente, formando a Escola de Uberlândia no que diz respeito aos seus estudos cartesianos.

Para continuar a contribuir com essa orientação da Escola de Uberlândia, penso em desenvolver certos projetos. Em primeiro lugar, gostaria de continuar dedicando-me à tradução filosófica, isto é, ao método castilhiano de se apropriar do filosófico. Nesse sentido, continuarei e quero tornar mais intensa a minha participação no referido projeto coletivo de tradução da correspondência de Descartes. Pretendo também traduzir as *Objeções e Respostas* de Descartes, para completar a tradução que o Professor Fausto Castilho fez das *Meditações*. Para começar, já realizei a tradução das partes das *Primeiras* e *Quarta Respostas* que tratam da *sui causa*. Devo rever, ainda, e publicar a tradução d'*A Busca da Verdade* que já fiz. Outros textos poderiam ser considerados para o meu trabalho de tradução: *Conversação com Burman*, *Notas acerca de um programa* e *Epístola a Voetius*.

Pretendo escrever um estudo, talvez na forma de livro, que articule a radicalidade da causação eficiente, o regime de racionalidade mínima da ciência humana de Descartes e a perspectiva da equivocidade da razão. Também queria escrever mais estudos sobre: a

moralidade na conjuntura passional, sobre o *mos geometricus* na Filosofia Moderna e a recepção da obra de Descartes pelos ditos cartesianos e pelos empiristas. Seria interessante trabalhar o paradoxo histórico-filosófico de que Hume talvez seja muito mais cartesiano do que os ditos cartesianos; tratar-se-ia talvez de uma releitura da ideia como percepção, numa linha arnauldiana. Acredito que, no *Racionalismo de Descartes* de Jean Laporte, encontremos pistas para isso. Os trabalhos dos Professores Érico Andrade e Brigitte Van Wymeersch mostram também, na Ética e na Estética, respectivamente, a possibilidade dessa investigação.

Gostaria ainda de continuar os meus estudos fenomenológicos tanto no sentido de explorar os motivos cartesianos dos fenomenólogos, quanto para explorar as vias de redução, procurando ampliá-las. A metodologia da tradução também poderia ser usada nessa frente de estudo. Teria, enfim, vontade de estudar o fenômeno do poder político a partir da sua tríplice dimensão: legitimidade, legalidade e força.

Por outro lado, desejaria retomar os meus estudos sobre o Brasil na perspectiva castilhiana do seu conceito, da sua inserção geopolítica e de uma prática antropofágica. Penso, nessa linha, em estudar de modo mais detalhado a concepção antropofágica oswaldiana para poder reconsiderar, a partir do Brasil, todo o importante debate atual sobre a alteridade e a afirmação das identidades. Nessa perspectiva da constituição de um pensamento brasileiro, considero ainda a possibilidade de procurar trazer o antropófago Machado de Assis para a Filosofia, num gesto parecido com o que os colegas franceses fizeram com Pascal e Montaigne e com que a Escola de Uberlândia faz com Cícero. Cabe mencionar que isso já vem sendo feito pelo assinalado Professor José Raimundo Maia Neto, por exemplo, no seu livro *O ceticismo na obra de Machado de Assis*.

Por fim, queria dizer que, em todo esse esforço de estudo, está sempre posto em questão a própria ideia de Estudo, ideia que, apesar de presente nas obras dos filósofos,

até hoje carece de uma interrogação histórico-filosófica adequada. Tal interrogação está sempre presente no meu horizonte de investigação. Em todo caso, a minha prática habitual é a da consagração aos estudos no exercício da leitura, da atenção e da meditação conceitual, por meio dos seus principais instrumentos – os livros –, nos seus espaços próprios – nas bibliotecas –, e na sua dimensão interlocutória: nos seminários, colóquios e, sobretudo, nas aulas. Na atividade de professor, temos uma oportunidade muito grande de estudo, pois é preciso esclarecer muito a si mesmo para poder esclarecer o outro. A preparação de uma aula – que requer sempre muito estudo – é uma atividade muito prazerosa, que nos traz aquela alegria propriamente filosófica. Embora seja puro acontecimento, por ser imprevisível em seu desfecho, a aula estudada e preparada é sempre, de algum modo, muito gratificante. A interlocução com os estudantes é muito enriquecedora para o próprio estudo. Tudo o que escrevo depende muito dessas atividades, depende dos meus cursos, desse longo estudo e contínua maturação das questões filosóficas.

7. Conclusão: *Por uma cultura do estudo*

O estudo é sempre geográfica e topologicamente situado. Pensar é sempre pensar num dado momento e num dado lugar. O pensamento depende da História, mas depende também do *terroir*. No meu geo-estudo ou na minha geofilosofia, digamos assim, três cidades estão sempre presentes desde 1995: Campinas, ou melhor, a parte do canavial de Barão Geraldo hoje conhecida como UNICAMP; o Portal do Cerrado, epíteto de Uberlândia; e a Cidade Luz, epíteto de Paris. Os olhos dos visionários, como foi o Professor Fausto Castilho, viram a UNICAMP no canavial. O portal é por onde vemos, é por onde passamos para vermos coisas novas, novos modos de ser e de pensar. A luz da cidade é o que nos permite ver. Olhos, meio e fonte luminosa: todo um léxico da visão e da Dióptrica atravessa o meu testemunho filosófico. Esses lugares foram, para mim, condições de possibilidade para ver – e experienciar – a Filosofia.

No Canavial de Barão Geraldo, aprendi com muitos mestres qual tipo de engajamento a Filosofia exige. Já havia estudado antes, mas foi na UNICAMP que pude realmente entender o significado do estudo e vivenciar o prazer dele decorrente. Aprendi o que era ler cuidadosamente um livro, o que era rigorosamente redigir um texto, o que era expor com precisão o que estava pensando. Também passei a ter consciência da importância de estudar outras línguas e o próprio português e que essas coisas estavam relacionadas, pois o aprendizado de uma língua ajuda o da outra. Pude também dar-me conta da extensão inimaginável da bibliografia em Filosofia e de que, dado o seu caráter efetivamente interdisciplinar – pois se relaciona com todos os campos do conhecimento e mesmo do que ainda não o é –, em verdade, sua bibliografia é paradoxalmente infinita.

Conheci, portanto, o que é uma Biblioteca nas inúmeras Bibliotecas que a UNICAMP possui e que são, na verdade, insuficientes. Aprendi o que é passar um dia inteiro numa Biblioteca, lendo e estudando.

Além disso, lembro que, nos intervalos para alguma refeição, podíamos ter com colegas e professores alguma conversa esclarecedora. Na época, os alunos, de certo modo, viviam na Universidade, de modo que ela tinha um aspecto de monastério, de lugar sem lugar, de utopia, proveniente dessa dedicação, dessa consagração, dessa entrega ao conhecimento. Dedicação ou consagração são traduções possíveis do *studium*. É interessante notar que Bruno Bassetto o traduz na sua edição das *Discussões Tusculanas* de Cícero por dedicação; e é interessante notar também que Cícero traduz a Filosofia para o latim como estudo da sabedoria. Descartes repetirá a mesma tradução, retirando as suas consequências. Já temos um Index augustino-cartesiano, já temos um Index escolástico-cartesiano – e logo ele será muito ampliado –, mas ainda carecemos de um Index romano-cartesiano. Pois, no bojo da recepção das Humanidades do Renascimento pelos Colégios Jesuítas, a leitura de autores como Cícero e Sêneca se tornou uma prática comum de estudo no século XVII. Esses autores estão, portanto, muito presentes em Descartes, estão presentes até mesmo na elegância dos seus textos em latim. Poderíamos, por fim, dizer que o estudo tem uma dimensão de consagração e de compromisso com algo maravilhoso, prazeroso e fonte de alegria e felicidade, de certo modo, divino.

Uma Universidade, de fato, é sempre uma utopia. Pois é um lugar que, quando concebido pelo saber não utilitário, enfrenta o que há de servil na natureza humana, como nos diz Aristóteles, no início da *Metafísica*, pensando a possibilidade de filosofarmos. Talvez como a Filosofia, a Universidade seja ofício e lugar exclusivo dos desuses. E é contra essa exclusão que nos batemos. Foi numa das utopias, a UNICAMP, em que pude conhecer o Professor Fausto Castilho: para mim um acontecimento revolucionário, pois

mudou a qualidade de todos os meus atos. Procurei, portanto, neste Memorial restituir minimamente o pensamento desse inesquecível homem de estudos, tentando mostrar o seu método, a sua filosofia teórica e prática, bem como o seu engajamento político-acadêmico. Em seguida, na releitura do meu livro *O filósofo e o autor*, oriundo de uma tese elaborada sob a orientação do Professor Castilho, fiz um balanço da minha perspectiva de estudo em relação a Descartes e ao estatuto paratextual das obras filosóficas. Busquei revisitar a tensão entre o filósofo e o autor no pensamento de Descartes, relendo os seus paratextos e reconsiderando o estilo dos seus textos, bem como procurando entender o significado da autoria em Filosofia.

Muito antes de morar em Paris já estava, paradoxalmente, na Cidade Luz. Isto é, já morava na cidade espiritual iluminada a partir da *Lutetia*. Paris é cidade aberta – onde é historicamente fácil de entrar –, lugar de encontros de povos, agitações políticas e efervescência cultural. Cidade de estudo, onde filósofos, cientistas e artistas são reconhecidos e bem-vindos. Cidade não só de franceses, nem só de filósofos franceses. Hobbes e Hume devem muito de sua obra à estadia na França. Em Paris, Thomas Jefferson pensou os Estados Unidos da América e a sua constituição. Marx escreveu, na Cidade Luz, *A Sagrada Família* e começou a esboçar *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*. A lista seria enorme: Beckett, Santos Dumont, Villa-Lobos, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Benjamim, Hemingway, Fausto Castilho etc.

De minha parte, já morava na Cidade Luz espiritual porque, desde o início da Graduação, me dediquei ao estudo do francês. Como o antigo Trivium nos dizia, para as Humanidades, Lógica, Retórica e Gramática são fundamentais. Exercitava-me muito, portanto, na Gramática francesa, mas também comecei a tentar ler. Percebi que a melhor forma de aprender a ler em outra língua é lendo. Com um certo conhecimento da Gramática de uma língua e com um dicionário na mão, devemos enfrentar o desafio. As

edições bilíngues nos ajudam muito nisso também. Poderia dizer que o primeiro texto que li em francês foi a *Conferência de Araraquara* de Sartre – motivada por uma questão do Professor Castilho. O formato bilíngue foi convidativo. A partir de então, passei a ler cada vez mais em francês e passei a ter acesso a Cidade Luz espiritual.

Na Cidade Luz material, passei a morar em 2007 e isso me proporcionou uma imersão em sua vida acadêmica e cultural, como descrevi. Nesse período, pude assistir a excelentes cursos, seminários, conferências, frequentar belas bibliotecas, esplêndidos museus, inesquecíveis teatros e magníficas igrejas. Conheci estudiosos arrebatadores, tive conversas profundas e experienciei a cultura francesa em vários aspectos. Como disse, a luz dessa cidade iluminou a minha estrada para outros lugares: Itália, Polônia, Estados Unidos, Alemanha etc. Percebi que Paris estava também nesses lugares, porque Paris não é bem uma cidade, é estado de espírito. E Paris está também em Uberlândia. Para integrarmos o nosso universo com o francês, formulamos o Projeto CAPES-COFECUB. Esse projeto não só me permitiu voltar várias vezes à Cidade Luz material, mas também os meus orientandos e colegas, criando vínculos acadêmicos importantíssimos. Talvez a coisa mais importante que percebi, nessa parceria e no contato em geral com a França acadêmica, tenha sido a dimensão artesanal da Filosofia que lá fazem, pautada numa tradição, a seu modo, como a da vinificação e a da panificação. Ela depende de todo um acúmulo de experiência acadêmica, de toda uma série de hábitos – que podem mesmo ser do corpo –, de instrumentos e lugares próprios para o seu exercício, de um certo tipo de interlocução e sociabilidade.

No Portal, ou melhor, no Pórtico do Cerrado, tive a oportunidade – o *kairós* – de estudar, de preparar os meus cursos e de ser provocado a pensar por colegas e alunos. Também tive a oportunidade de construir coletivamente um Instituto e uma Universidade que oferecem oportunidades de estudo para inúmeras pessoas. Pude lutar por melhores

condições de estudo: aprendizado de línguas, criação e manutenção de órgãos de pesquisa, preservação e aquisição de livros e espaço de Biblioteca. Num tempo em que o estudo parece estar cada vez fora de lugar, toda essa luta parece ser utópica, e é e tem der mesmo, pois é a luta contra a nossa exclusão de um lugar divino. Podemos, humanos, fazer Filosofia; podemos, brasileiros, uberlandenses, fazer Filosofia e ter uma Universidade – a instituição por excelência da Filosofia: o seu verdadeiro centro. Procurei, assim, descrever toda a luta para a fundação do IFILO, a consolidação da Escola de Uberlândia, a criação do Núcleo de Estudos Cartesianos e sua articulação com o Grupo de Trabalho Estudos Cartesianos da ANPOF, e a Editora da Universidade Federal de Uberlândia e sua articulação com a Associação Brasileira das Editoras Universitárias. Também quis apresentar o que caracteriza os estudos cartesianos na Escola de Uberlândia e em quais projetos estou pensando para incrementar as suas atividades.

Há um último projeto que queria citar: o do NESSECE (Núcleo de Estudos Seiscentistas do Cerrado). Trata-se de um projeto que começou com a interlocução dos assinalados Professores Cristiano Novaes de Rezende, da Universidade Federal de Goiás, e Ericka Marie Itokazu, da Universidade de Brasília. Hoje já integra outros colegas e estudantes das nossas universidades e da Universidade de Tocantins. Outras iniciativas nessa direção vicejam, em outras linhas de estudo – como, na Filosofia Política, com os eventos conjuntos da UFU e do campus de Goiás Velho da Federal de Goiás, bem como no trabalho da Sociedade Kantiana do Cerrado. Talvez estejamos num processo de constituição da Escola do Cerrado, onde a Escola de Uberlândia seria o seu Portal. Desse modo, cumprimos o mandamento do visionário Fausto Castilho, seguindo no Eixo Leste-Oeste e tornando o Cerrado uma terra também fértil para estudos, para universidades e, sobretudo, para a Filosofia.

Por uma cultura do estudo: é o lema que fundamentalmente me orienta em todas as minhas ações. A expressão *cultura do estudo* se encontra em discursos e outros documentos que escrevi. Uso aqui o termo cultura na esteira do que Cícero nos diz no Livro I das *Discussões Tuscultas*: “*Cultura autem animi philosophia est*”. Podemos traduzir cultura por cultivo usando da metáfora da agricultura, ou por cuidado retomando, de certo modo, o tema filosófico grego do cuidado de si. Cultura pode ainda remeter-nos, numa acepção mais antropológica, a um conjunto de hábitos e costumes que distinguem uma comunidade. O meu desejo é sempre de que o cultivo do ânimo – o cuidado com o estudo – fosse também praticado pelo coletivo.

Quando os outros que nos rodeiam têm o mesmo hábito, a mesma prática, ela é reforçada e provocada a se manter por uma tonalidade afetiva comum, pela *philia* que nos liga, como disse a Professora Georgia Cristina, em seu Memorial. A *philia* é pela *sophia*, mas também pode ser pelo outro que comunga da mesma paixão, pois a *sophia* é um bem comunitário e inesgotável.

Philia-Amor – conceito paradoxalmente pouco interrogado – pode se dizer de várias maneiras, mas sempre numa intensidade que implica todos os seus significados. Quando o traduzo por estudo, quero assinalar o seu compromisso com o seu objeto, por meio do cuidado zeloso. Podemos amar um bem, como a *sophia*, mas sem necessariamente nos comprometer com o reiterado desejo de obtê-lo, mantê-lo e cultivá-lo. Entender a *philia* como *studium* é conferir ao amor a intensidade do cuidado, do zelo e do desejo vivo. Trata-se de dedicação, aplicação, entrega com afínco e consagração. Para obtermos essa atitude de cuidado, precisamos adquirir o hábito meditativo do exame atento. Há que se dizer que a oportunidade de ter as condições para adquirir o hábito do estudo é muito rara, num mundo com tantas urgências. Cumpre, então, saber aproveitá-la sempre quando aparece.

A intensidade da arte requer um longo hábito do artista, adquirido em seus repetidos ensaios. A excelência do atleta exige um demorado treinamento cotidiano. Em ciência e em Filosofia, ocorre a mesma coisa. Tudo depende do caminho diário, ou seja, do método. Só pelo hábito do estudo nos tornamos filósofos. Parafraseio aqui Marion e Heidegger, pensando a diferença entre um estudante e um filósofo: a diferença entre eles é que o filósofo estuda muito mais do que o estudante. Contudo, somos, *quodammodo*, estudantes, estudiosos e filósofos na reiteração do hábito do estudo.

Utilizo à exaustão a designação de Professor, pois, em primeiro lugar, é a profissão por excelência da cultura do estudo; em segundo lugar, é um reconhecimento por uma atividade que merece ser muitíssimo estimada e, em terceiro lugar, é uma convocação de cada um de nós, Professores, para o Estudo. É preciso merecer essa designação. Trata-se, ao mesmo tempo, de um justo elogio de um hábito virtuoso e de uma permanente exortação ao dever de estudar, ou seja, de filosofar. No final da *Terceira Parte* do *Discurso do Método*, Descartes nos diz que a reputação de que ele era um filósofo o provocou de tal maneira que se consagrou inteiramente ao estudo, para elaborar o seu pensamento e merecer ser assim chamado.

O Professor entendido a partir de uma concepção acadêmica é, antes de tudo, um estudioso e, como tal, está sempre aberto a rever a sua doutrina. Para ele, toda aula deve ser resultado de um esforço habitual e cotidiano de estudo, ou seja, de filosofar. *A fortiori* isso vale para o Professor Titular. Nesse sentido, acredito que a designação de Professor Titular seja, sobretudo, uma convocação a ser cotidianamente ainda mais estudioso, de modo que a Titulação possa ser uma nova e grande oportunidade para continuarmos a filosofar.

8.ANEXOS

8.1. Página do Currículo Lattes na rede mundial de computadores:

<http://lattes.cnpq.br/7064057364143048>

8.2. Discursos de Política-Acadêmica e outros documentos

8.2.1. Discurso em homenagem ao Professor Wagner de Mello Elias

Sra. Giuliana, que representa o Prof. Wagner; Senhor Coordenador de Curso, Prof. Anselmo Tadeu Ferreira; senhor professor Marcos, que representa os docentes do Instituto de Filosofia; senhor funcionário homenageado, Ciro Amaro; prezados formandas e formandos; senhoras e senhores;

Hoje é dia de separação, dia de despedida, dia de dizer Adeus. Adeus para a turma que hoje se forma. É também dia de homenagear o muito saudoso Professor Wagner, ou seja, dia de poder dizer-lhe mais uma vez Adeus. Dizer Adeus já foi uma palavra de saudação, pois é uma forma de respeito e de profundo afeto querer que um poder infinito possa nos guardar; expressão, portanto, da nossa resposta em face do outro, da nossa responsabilidade para com o outro. Mas seu uso prioritário e mais atual é o da despedida e mesmo o da despedida sem a possibilidade de reencontro. Trata-se, então, de uma fórmula de extremo cuidado para com o outro, pois na impossibilidade de acompanhá-lo desejamos que tenha a melhor das companhias. Dizer Adeus é também lembrar a força surpreendente que o outro nos impõe, o outro, aquele que não somos nós e, por isso, nos desvela o sentido daquilo que não somos de todo, da própria infinitude, cujo termo que me mais tradicionalmente a expressa na nossa cultura é Deus. Ou seja, o encontro com o outro, como diria Levinas, é sempre um A Deus, um para Deus. É um Adeus porque, ao despedir de alguém nunca levamos a sério que pode tratar-se de uma despedida final, pois todos nós morremos, mas não agora. No entanto, a possibilidade do Adeus final, da morte, é a certeza ontológica a mais forte de todas. Mas fugimos dela, a degradamos em mera certeza empírica. Tive essa experiência, ao despedir-me do meu querido Amigo Wagner, como se fosse uma despedida normal numa tarde de domingo e, no entanto, era a derradeira. Muita coisa queria dizer-lhe. Nós sempre queremos dizer coisas ao outro, responder ao chamamento do outro, sobretudo, a de um amigo. Mas só na sua ausência é que respondemos infinitamente ao seu chamamento, a sua convocação, a sua exortação,

dizendo-lhe muita coisa a ele e por ele, tornando-nos inteiramente responsáveis por ele, fazendo o outro presente não em si, mas em nós, em nossas mentes, em nossos corações.

A homenagem hoje feita ao Professor Wagner é uma resposta a esse chamamento, a essa exortação. Pensemos nele, no Professor, por quem somos responsáveis, nós, seus amigos, nós seus alunos, nós os formandos desta noite. Ou seja, devemos responder à altura, devemos responder à altura por que somos responsáveis. O Professor Wagner encarnou a figura por excelência do homem de estudos, daquele que realmente frui do conhecimento, daquele que sempre está lendo, estudando um texto denso, daquele que tem questões propriamente reais a fazer, questões que exigem toda uma vida para serem respondidas. Trata-se então do filósofo, que se ocupa com a sua instrução, que faz teoria em todo o alcance do termo, contempla o conhecimento, e põe em segundo plano as exigências práticas do produtivismo da moda, que hoje efetivamente impedem a livre reflexão. Ele sempre foi consciente demais num mundo anestesiado pelos jargões fáceis da burocracia do pensamento. Razão pela qual se tornou um dos críticos mais lúcidos dos modismos que aviltam a vida do espírito, que corroem as nossas universidades, os famigerados pesquisismos, pedagogismos etc. Como estudioso da Política mostrou como é errôneo cair na falsa ideia de que o contemporâneo possa ser entendido sem a sua raiz clássica, sem o estudos dos pensadores antigos e medievais, sem o conhecimento das línguas clássicas e das línguas de cultura, sem o conhecimento das ciências, sem o conhecimento da Teologia, sem o conhecimento da História, isto é, entender o contemporâneo é um desafio enorme se quisermos sair da fácil superficialidade que costumamos encontrar na imprensa e até mesmo no meio acadêmico. Não posso deixar de mencionar que o Professor Wagner lutou muito pela ampliação do nosso mais importante laboratório, a Biblioteca. Sabia que uma universidade precisa de poucos prédios e de muitos pesquisadores, mas sabia que um prédio era indispensável: o da

Biblioteca. Afinal, a própria instituição universidade se fez em torno de uma biblioteca. Sua atuação na comissão de Biblioteca foi decisiva para a ampliação de nosso acervo, que hoje passa dos 8000 títulos. Falo isso porque conheci o Professor Wagner numa Biblioteca e em nossa primeira conversa, logo percebi a sua erudição, o seu respeito pelos grandes textos, a sua grande envergadura teórica. Além disso, o Professor Wagner também atuou decisivamente na coordenação do nosso curso. Sob a sua batuta, conflitos desnecessários findaram e o curso pôde seguir seu rumo pacífico para a sua plena consolidação. Essa característica de promoção fácil do diálogo foi muito importante em toda a sua atuação no Instituto de Filosofia, de modo que a sua falta dificulta muito a administração institucional.

Mas pensemos também no sentido e na importância desse ato de atribuição do nome do Professor Wagner à turma que ora se forma, já que em geral se atribui a uma turma nomes de autores da História da Filosofia. Em primeiro lugar, ele reitera a ideia de que a Filosofia é de todos, é radicalmente democrática e completamente anti-etnocêntrica. Não é porque sua produção até agora tenha maciçamente sido feita no Velho Mundo que ela não possa ser praticada em toda a sua intensidade nos trópicos. Não acredito que a exuberância estética de países como o nosso constitua óbice ao filosofar, ao desenvolvimento científico e à iniciativa artística ou a qualquer outra atividade intelectual. Se assim o fosse, dificilmente os gregos teriam filosofado, pois que a paisagem mediterrânea é sem dúvida esteticamente extasiante; o seu céu, seja ao amanhecer seja ao entardecer maravilha até o mais bruto dos homens. Desconfio mesmo que Tales tenha tropeçado e caído não por uma mera observação astronômica, mas pela admiração avassaladora do céu de Mileto, cujo pé direito, como diria o outro, reencontramos no céu do cerrado. Destarte, o momento aqui do voo da ave de Minerva é um espetáculo arrebatador. Resta-nos então acompanharmos a leveza desse desempenho

aéreo e etéreo, do desempenho dessa ave, para aproveitarmos o momento oportuno e transformarmos o nosso maravilhoso mundo circundante num “lócus” de criação filosófica.

Em segundo lugar, o reconhecimento que hoje se faz é um ato político, pois que ele nos envia a mensagem de que nós já temos filósofos, de que os brasileiros podem ser filósofos. Ou seja, é um ato revolucionário e inovador na medida em que quer mudar a qualidade de todos os outros, ato que pode decidir o destino das gerações vindouras. É uma resposta ao chamamento da pessoa do nosso querido Professor Wagner.

Por último, gostaria de falar sobretudo do amigo, desse grande amigo que foi o Professor Wagner. Como disse, conheci-o em meio aos livros e nossa amizade foi sempre mediada por textos, cursos que assistimos, cursos que ministramos, debate acadêmico etc. Como em toda amizade verdadeira tivemos os nossos desentendimentos, mas sempre praticávamos o paradoxo da amizade. Amigo não é aquele que conhece o outro. Inimigo é quem me conhece, quem me rotula, quem sabe me define. Amigo é aquele que respeita a incompreensibilidade do outro e responde por essa incompreensibilidade, que é aquilo que nos faz diferentes das coisas do mundo, que são muito bem definidas; incompreensibilidade é o que nos faz humanos. Amigo é, portanto, aquele que não conhece, não entende, não compreende o outro, mas guarda profundamente a sua humanidade. Com esse espírito sempre voltávamos a nos entender, graças a esse sentimento de confiança recíproca pela preservação da nossa própria humanidade, graças também ao afeto compartilhado pelo próprio conhecimento, graças, portanto, à própria Filosofia. Ó Amigo, ausente em corpo, mas muito presente em nossas mentes e em nossos corações, nós agora é que responderemos por você.

Adeus Professor Wagner, Adeus Turma Professor Wagner!

8.2.2. APRESENTAÇÃO DO PLANO PARA A DIREÇÃO DO IFILO

2011-2015

No processo de elaboração coletiva da proposta do Grupo *Todos pelo IFILO*, pôde-se perceber que a maior preocupação institucional de nossa unidade é com a sua **consolidação**. Mas, antes de tudo, devemos entender melhor o sentido da consolidação. Em primeiro lugar, porque já temos estruturas muito consolidadas no IFILO, como a Graduação e a Revista. Devemos estar conscientes de que uma Revista tão bem avaliada como a nossa, em geral, se encontra em Universidades que já têm doutorado. Ademais, a nossa Graduação é sempre muito bem avaliada por organismos públicos e privados. Razão pela qual a consolidação passa pela manutenção do que já temos. Mas passa também pelo entendimento de que, para entrar no restrito grupo das Revistas e Graduações mais bem avaliadas, é necessário vencer a barreira política. Essa barreira surge mesmo do fato geográfico de Uberlândia não ser a capital de um estado. Além do que, a barreira cresce por uma questão de falta de **divulgação**. Muito pouco se sabe no país do caráter profundamente formador do currículo da nossa Graduação e do grau de internacionalização de nossa Revista. Temos de vencer **a batalha da comunicação** e superar de vez um certo complexo de vira-lata. Em segundo lugar, no caso da Pós, a nossa luta deve ser de consolidação em sentido mais estrito, deve ser a luta pela melhora de sua nota e para lançar as bases do Doutorado. Mas, nesse caso, a **dimensão política** e de comunicação é ainda mais decisiva, visto que o grau de controle, de

centralização e de personalismo político é muito maior nesse âmbito. Os velhos programas querem manter os seus privilégios e impor critérios e regras aos novos que, muitas vezes, eles mesmos não cumprem. De nossa parte, além da ação política e de **propaganda**, podemos fazer algumas coisas importantes, dentre as quais: insistir no nosso **plano de Pós-Doutorado do IFILO**, para qualificar, aumentar a produção bibliográfica e ampliar contatos internacionais; adotar uma **estratégia de ação sincronizada por parte dos docentes**, em que o desafio externo deve-se sobrepor às diferenças internas (a solução de dificuldades de cada colega é responsabilidade de todos); criar uma **cultura de estudo**, em que a ocupação coletiva deva ser principalmente com a Filosofia, relegando ao segundo plano a burocracia e questões de convivência (ou seja, é necessário reforçar o que já estamos fazendo, cultivar um ambiente sem muita perturbação para o estudo, em que haja um mínimo de solidariedade colegial, em que cada um se reconheça minimamente também no sucesso do colega, em que as principais disputas devam ser externas); reforçar a política de eventos e, por conseguinte, a **internacionalização** do IFILO, com planejamento e apoio institucional. Para tanto, uma luta importante seria pela criação no IFILO de uma **secretaria de apoio logístico**, responsável por eventos, por captação de recursos, por promoção de publicações e por apoiar as outras secretarias.

Em terceiro lugar, a batalha da comunicação deve ser travada também no âmbito da universidade e em Uberlândia. O IFILO deve lutar por se tornar uma referência na UFU. No *front* interno é importante disputar a noção de **interdisciplinaridade**, mostrando que ela é própria da Filosofia, que é assunto de Pesquisa e Pós-Graduação, e não de banalização e de ensino de escola. Nesse sentido, na pauta institucional do IFILO devem constar os projetos de criação do **Centro de Pesquisa Interdisciplinar** (com

o seu Fórum da Interdisciplinaridade) e do **Instituto de Estudos Estratégicos** da Universidade.

Também deve-se ter no horizonte a ampliação de espaço físico e a ocupação do **Glória**. Assim, seria importante aderir ao projeto **LINTER** (Laboratório de Linguagens e Interatividade), que congrega várias unidades e será situado no Glória. Além de termos a **Tecnologia** como objeto de reflexão, esse laboratório seria um valioso instrumento para a **História da Filosofia**, pois teria a capacidade de constituir um grande acervo de manuscritos. Um outro projeto que aumentaria nosso espaço físico, e mesmo nos daria melhores condições de negociar mais espaço no Santa Mônica, seria a transferência das Pós-Graduações de Filosofia e Educação para o Glória. Pois no horizonte começamos a perceber que as unidades mais fortes da UFU terão presença nos dois *campi*.

Mas talvez a nossa maior luta de longo prazo pela Filosofia e Humanidades seja a construção de um novo prédio de **Biblioteca para as Humanidades**. Temos de esclarecer que a nossa biblioteca é muito pequena, que, se a UFU quer ser uma das 10 melhores universidade do país, tem de ter uma biblioteca de Humanidades à altura do seu projeto, pois nossa biblioteca é no máximo uma boa biblioteca de ensino, não é uma **Biblioteca de Pesquisa**. A Biblioteca é o nosso mais importante laboratório e o que, no fundo, no mundo acadêmico diferencia as universidades. Uma grande universidade dificilmente não terá uma biblioteca maravilhosa e, às vezes, várias bibliotecas setoriais maravilhosas.

Ademais, deve-se ter em vista a ampliação em Uberlândia das **ações de Extensão**, que são uma preciosa fonte de divulgação do curso de Filosofia. A Extensão pode ajudar-nos a despertar mais vocações filosóficas, aumentar o número de

candidatos para a Graduação, **consolidar o turno diurno** e reforçar a formação dos professores do ensino médio. Nessa perspectiva, a criação de um **Centro de Pesquisas Culturais** (na Duque de Caxias, por exemplo), que abrigasse o nosso Laboratório de Extensão, potencializaria a nossa capacidade de divulgação e propaganda da Filosofia e a nossa intervenção na cena cultural da cidade.

Devemos ter em vista que o Diretor deve ser sempre um *primus inter pares*. Isso, por um lado, significa que gestão da Diretoria deve ser sempre democrática, republicana e colegiada, que o Diretor deve ser o principal servidor do IFILO, que a Diretoria deve ser instrumento da realização dos seus objetivos. Por outro lado, significa também o ônus da dimensão coletiva e democrática que implica a responsabilidade de todos. Julgamos que o exercício democrático da gestão, além de ser um princípio ético e político, é também um princípio de eficiência. Dada a estruturação da universidade na forma colegiada, toda vez que a administração não seguir a **metodologia da democracia** e da ampla participação precipitará a unidade numa crise. É, de suma importância, que todos ou a maior parte se sintam participantes das decisões tomadas e por elas contemplados. Nesse sentido, a consolidação, o crescimento e o reconhecimento do papel do IFILO no cenário nacional e internacional dependem do convencimento e da adesão do CONIFILO, da ASSIFILO e da Comunidade do IFILO a este projeto e aos ideais do Grupo *Todos pelo IFILO*. Para tanto, devemos reunir a Assembleia e o Conselho conjuntamente uma vez por semestre, possivelmente em abril e setembro, para planejamento e organização de suas atividades, para a discussão dos grandes temas e para o estabelecimento de sua estratégia global. Temos de transformar o plano de gestão em **Plano de Metas** e em outros documentos de planejamento do IFILO. E, principalmente, temos de comprometer a comunidade do IFILO com a execução deste

Plano. Temos de ter consciência de que a gestão é tarefa de todos e o seu sucesso dependerá da realização da ideia ***TODOS PELO IFILO.***

8.2.3. APRESENTAÇÃO DO PLANO PARA A DIREÇÃO DO IFILO 2015-2019

No processo de elaboração coletiva da proposta do Grupo *Todos pelo IFILO*, pôde-se perceber que a maior preocupação institucional de nossa unidade continua sendo com a sua **consolidação**. Antes de tudo, porém, é preciso entender melhor o sentido dessa consolidação. Em primeiro lugar, porque já temos estruturas muito consolidadas no IFILO, tais como a Graduação e a Revista. Devemos estar conscientes de que uma Revista tão bem avaliada como a nossa encontra-se, em geral, em Universidades que já têm doutorado. A nossa Graduação, por sua vez, é sempre muito bem avaliada por organismos públicos e privados. Por tais razões, o sentido dessa consolidação passa pela manutenção do que já temos. Mas passa também pelo entendimento de que, para entrar no restrito grupo das Revistas e Graduações mais bem avaliadas, é necessário vencer a barreira política. Essa barreira surge, efetivamente, do fato geográfico de Uberlândia não ser a capital de um Estado. Porém, ela cresce também por uma questão de falta de **divulgação**. Muito pouco se sabe no País do caráter profundamente formador do currículo da nossa Graduação e do grau de internacionalização de nossa Revista. Temos de vencer, portanto, **o desafio da comunicação** e superar de vez um certo complexo de vira-lata. Em segundo lugar, no caso da Pós, a nossa luta deve ser de consolidação em sentido mais estrito: deve ser a luta pela melhora de sua nota e para apresentar um projeto de Doutorado. Nesse caso, a **dimensão política** e de comunicação é ainda mais decisiva, visto que o grau de controle, de centralização e de personalismo político é muito maior nesse âmbito. Sabe-

se amplamente o quanto os velhos programas querem manter os seus privilégios e impor aos novos critérios e regras que, muitas vezes, esses mesmos velhos programas não cumprem. De nossa parte, além da ação política e de **propaganda**, podemos fazer algumas coisas importantes, dentre as quais: insistir no nosso **Plano de Pós-Doutorado do IFILO**, para qualificar e aperfeiçoar os professores, aumentar a produção bibliográfica e ampliar contatos internacionais; adotar uma **estratégia de ação sincronizada por parte dos docentes**, em que o desafio externo deve-se sobrepor às diferenças internas (a solução de dificuldades de cada colega é responsabilidade de todos); criar uma **cultura do estudo**, em que a ocupação coletiva deva ser principalmente com a Filosofia, relegando a segundo plano a burocracia e questúnculas de convivência (ou seja, é necessário reforçar o que já estamos fazendo, cultivar um ambiente de tranquilidade para o estudo; em que haja um mínimo de solidariedade colegial, em que cada um se reconheça minimamente também no sucesso do colega, em que as principais disputas devam ser externas); reforçar a política de eventos e, por conseguinte, a **internacionalização** do IFILO, com planejamento e apoio institucional. Para tanto, uma luta importante seria pela criação no IFILO de uma **secretaria de apoio logístico**, responsável por eventos, por captação de recursos, por promoção de publicações e por apoiar as outras secretárias.

Em terceiro lugar, o desafio da comunicação deve ser vencido também no âmbito da universidade e da cidade de Uberlândia e região. O IFILO deve lutar por se tornar uma referência na UFU. Na frente interna, é importante disputar a noção de **interdisciplinaridade**, mostrando que ela é própria da Filosofia, que é assunto de Pesquisa e Pós-Graduação _ e não de banalização e de panaceia para o ensino. Nesse sentido, na pauta institucional do IFILO devem constar a consolidação do **Centro de**

Estudos e Pesquisas Filosóficas e Interdisciplinares do IFILO e o projeto de criação do **Instituto de Estudos Avançados** da Universidade.

De fato, porém, talvez a nossa maior luta de longo prazo pela Filosofia e Humanidades seja a construção de um novo prédio de **Biblioteca para as Humanidades**. Temos de dizer reiteradamente que a nossa biblioteca é muito pequena - como bem demonstra o documento da Comissão de Biblioteca da Universidade - e que, se a UFU quer ser uma das 10 (dez) melhores universidade do País, tem de ter uma biblioteca de Humanidades à altura do seu projeto, pois nossa biblioteca é no máximo uma boa biblioteca de ensino, mas não é uma **Biblioteca de Pesquisa**. A Biblioteca é o nosso mais importante laboratório e é o que, efetivamente, diferencia no mundo acadêmico as universidades. Uma grande universidade certamente terá uma biblioteca excepcional e, em muitos casos, várias bibliotecas setoriais de excelência.

Ademais, deve-se ter em vista a ampliação, em Uberlândia e região, das **ações de Extensão**, que são uma preciosa fonte de divulgação do Curso de Filosofia. A Extensão pode ajudar-nos a despertar mais vocações filosóficas; aumentar o número de candidatos para a Graduação; **consolidar o turno matutino** e reforçar a formação dos professores do Ensino Médio.

Há que se ter, entretanto, em vista que o Diretor deve ser sempre um **primus inter pares**. Isso, por um lado, significa que a gestão da Diretoria deve ser sempre democrática, republicana e colegiada, que o Diretor deve ser o principal servidor do IFILO, que a Diretoria deve ser instrumento da realização dos objetivos do IFILO. Por outro lado, significa também o ônus da dimensão coletiva e democrática que implica a responsabilidade de todos. Julgamos que o exercício democrático da gestão, além de

ser um princípio ético e político, é também um princípio de eficiência. Dada a estruturação da universidade na forma colegiada, toda vez que a administração não seguir a **metodologia da democracia** e da ampla participação, precipitará a unidade numa crise. Razão pela qual é muito importante que todos ou a maior parte dos integrantes do instituto sintam-se partícipes das decisões tomadas e sejam por elas contemplados. Nesse sentido, a consolidação, o crescimento e o reconhecimento do papel do IFILO no cenário nacional e internacional dependem do convencimento e da adesão do CONIFILO, da ASSIFILO e da Comunidade do IFILO a este projeto e aos ideais do Grupo *Todos pelo IFILO*. Para tanto, devemos reunir a Assembleia e o Conselho conjuntamente uma vez por semestre, para planejamento e organização de suas atividades, para a discussão dos grandes temas e para o estabelecimento da estratégia global do IFILO. Temos de transformar o Plano de Gestão em **Plano de Desenvolvimento e Expansão** e em outros documentos de planejamento do IFILO. E, principalmente, temos de comprometer a comunidade do IFILO com a execução deste Plano. Temos de ter consciência de que a gestão é tarefa de todos e o seu sucesso dependerá da realização da ideia ***TODOS PELO IFILO***.

8.2.4. Discurso proferido na Abertura da I Bienal Internacional de Filosofia de Uberlândia

Magnífico Reitor, Prof. Valder Stefen Junior; Senhor Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Carlos Henrique; Senhor Pró-Reitor de Graduação, Prof. Armindo ; Senhor Diretor de Cultura, Prof. Alexandre Molina; Senhor Coordenador do Programa de Pós-Graduação, Prof. Sertório Amorim e Silva Neto; Senhor Coordenador de Curso, Prof. Anselmo Tadeu Ferreira, Senhor Coordenador de Extensão, Fernando Martins Mendonça, Senhor Coordenador da Comissão Organizadora da I Bienal, Prof. Olavo Calábria; Senhor Prof. Marcio Chaves Tannús, Decano do Instituto de Filosofia, na pessoa do qual cumprimento todos os professores do Instituto; Senhor Superintendente de Ensino da Rede Estadual; Senhores Secretários de Educação e Cultura do Município de Uberlândia; Senhor Professor Wojciech Starzynski, na pessoa do qual cumprimento a Academia Polonesa de Ciências; Prof. Igor Agostini, na pessoa do qual cumprimento a Universidade do Salento; Senhor Professor Francis Wolff, na pessoa do qual cumprimento todos os colegas estrangeiros; Senhor Professor Marcelo Carvalho, Presidente da ANPOF de 2012 a 2016, na pessoa do qual cumprimento todos os colegas brasileiros; senhoras e senhores;

Hoje é um dia de grande comemoração. Hoje iniciamos a nossa XX Semana de Filosofia da UFU e a nossa I Bienal Internacional de Filosofia de Uberlândia. Comemoramos hoje, também, porque temos um Curso de Graduação em Filosofia, que ano que vem completará 25 anos e está entre os mais bem avaliados do País; porque, ao longo dessas duas décadas, adquirimos um acervo com mais de quatorze mil títulos selecionados da área específica de Filosofia, com obras e edições de referência, o que nos permite dizer que temos, efetivamente, uma Biblioteca de pesquisa em Filosofia; comemoramos porque temos uma Revista, muito merecedora do Qualis A2 e que se destaca pela sua projeção internacional; porque temos um Programa de Pós-Graduação recente, se comparado a outros da área, que acaba de obter a nota quatro (4), o que lhe autoriza totalmente a apresentar o seu Projeto de Doutorado em Filosofia à Capes, Projeto já aprovado por unanimidade no Conselho Universitário, mais um motivo para comemorar. E nisso devemos agradecer o atencioso apoio da Pró-reitoria de Pós-Graduação e a acadêmica e brilhante condução dos conselhos pelo nosso Reitor. Bem se

vê, então: o Instituto de Filosofia cresceu. Cresceu e se consolida no amplo diálogo que estabelece nacional e internacionalmente. Internacional, pois, em primeiro lugar, não só conta com professores estrangeiros no quadro docente da Pós, mas também com professores estrangeiros no seu quadro efetivo; em segundo lugar, possui vários convênios e intercâmbios internacionais extremamente ativos, como a própria Bienal nos mostra, pois, entre os organizadores, temos Academia Polonesa de Ciências e as universidades de Nápoles e do Salento. A nossa Semana de Filosofia, por sua vez, ao longo desses 20 anos de edição, deixou de ser regional e nacional e já nos últimos cinco anos assumiu caráter fortemente internacional; bem como os nossos Núcleos de Pesquisa, que realizam eventos cada vez mais internacionais. Diante de todo esse quadro, o Instituto de Filosofia percebeu a fecunda oportunidade de articular todos esses eventos, para reforçá-los conjuntamente, imprimindo, assim, uma forte marca ao seu grande evento: a Bienal Internacional. A ideia da Bienal expressa, também, uma outra forte característica do Instituto: a liberdade de pesquisa. O Instituto de Filosofia se caracteriza por um compromisso radical com a liberdade de pesquisa, entendendo que a riqueza do debate acadêmico e da formação intelectual se encontra justamente na diversidade e multiplicidade das suas fontes e não na hegemonia de alguma escola de pensamento. Por isso, temos grande respeito pelas diferentes metodologias de tratamento do questionário filosófico: promovemos continuado diálogo entre os que se apoiam no estruturalismo em sua leitura dos textos e aqueles que praticam outros tipos de metodologia, a saber, diversas variantes da abordagem genética e de enfoques temáticos e interdisciplinares. Enfim, como pressuposto da perspectiva dialógica, consideramos que o próprio conceito de Filosofia é um objeto de pesquisa, bem como a sua complexa articulação com as outras ciências, a conduta humana em seus diferentes aspectos, a crítica das práticas políticas e sociais e a reflexão sobre as artes, a cultura, a história e a tecnologia.

A Bienal é, assim, um movimento espontâneo, natural, do trabalho permanente, cotidiano e diversificado dos pesquisadores do Instituto de Filosofia. Porém, é um movimento coordenado. Movimento coordenado que é também a sua contribuição para o processo de internacionalização da UFU, para o processo de superação de todo e qualquer provincianismo, consoante com o esforço da instituição de se tornar uma das grandes universidades brasileiras. Há que se dizer que ela já é responsável por 30% da pesquisa que se faz em Minas Gerais, que tem o segundo maior hospital em complexidade das universidades públicas e conta com Programas de Pós-Graduação que são referências mundiais como o de Engenharia Mecânica, que teve pelo segundo quadriênio a nota 7 da Capes.

Nesse sentido, a Bienal é uma potente contribuição do Instituto de Filosofia nesse horizonte de internacionalização da UFU. E é também uma proposta, um convite, uma exortação a Uberlândia. Uberlândia teve na criação da UFU um momento decisivo de afirmação da sua força na região. Desde então, a UFU passou a ser indutora da vida cultural da cidade, do seu desenvolvimento e do seu progresso em direção ao cosmopolitismo. No Brasil, algumas cidades abraçam causas culturais: por exemplo, Gramado, o cinema; Parati, a Literatura, São Paulo, as Artes Plásticas ou Visuais e a Arquitetura; Curitiba, o teatro; Campus do Jordão, a música. A nossa proposta com a Bienal é que Uberlândia abrace a causa cultural da Filosofia. Sabemos que a Filosofia é uma questão de Estado. As Artes são também manifestações da sociedade, além do Estado. Mas a Filosofia, na medida em que traz consigo a pesquisa na sua máxima radicalidade e a interdisciplinaridade na sua mais ampla extensão, constitui o centro da academia e a espinha dorsal de todo o sistema educacional e escolar, pois que todas as ciências, nos seus fundamentos, são filosóficas. O sentido de toda a Educação é nos levar para a Filosofia, para um modo de pensar e criar radicais. Mas essa condução só pode ser

feita pelo Estado através de sua estrutura escolar e acadêmica. E a Universidade Pública é por excelência a guardiã das ciências fundamentais e do sistema educacional. Ciente desse seu papel, a UFU foi, na década de 90 do século passado, pioneira na introdução da Filosofia no vestibular. Ato contínuo, as escolas passaram a ter professores de Filosofia e a cultura filosófica foi difundida na região do Triângulo. Nessa perspectiva, a Bienal é também mais uma iniciativa da UFU na difusão da cultura filosófica e no estabelecimento pleno da cidadania da região. Iniciativa da UFU, isto é, iniciativa de Estado, que atua, assim, diretamente na formação cultural e cidadã da sociedade do Triângulo mineiro e do Alto Paranaíba.

Qualifico aqui o termo cidadania que ora uso, para evitar a compreensão banal de termo tão importante. Tomemos, por exemplo, o caso francês, em que a integração universidade-escola é muito grande. Primeiramente, o chamado sistema de *Agrégation* reúne numa mesma carreira o professor universitário e o do Ensino Médio, tendo o mesmo salário e dispondo de condições de trabalho que limitam a 14 horas a presença do docente em sala de aula, concede-lhe tempo (que é a *skholé*, o *otium* necessário à atividade intelectual) para o estudo, a pesquisa e a preparação de suas aulas. Em segundo lugar, o sistema estende a Universidade para a Escola. Trata-se da extensão da Academia para o Ensino Médio, conferindo sentido para o Ensino Médio. A crise atual da Educação Brasileira tem um dos seus pontos principais a falta de sentido do Ensino Médio. O Ensino Médio não pode ser uma repetição do Fundamental. O malogro do Ensino Fundamental leva o Governo, na esperança de resolver a questão da Educação, a propor uma solução que passa pelo gosto do aluno, acreditando que, se ele se interessar por alguma coisa, ele vai recuperar o que não aprendeu no Ensino Fundamental. O nosso problema é que perdemos cada vez mais o significado do Ensino Médio. Ou para usar a expressão francesa e italiana, o liceu. O título conferido ao concluinte do liceu aprovado em Exame

de Estado é de Bacharelado. Qual é então o sentido do Ensino Médio nos países mais desenvolvidos, países que têm melhor desempenho em todos os testes educacionais e que têm muitos prêmios Nobel? Conferir a todo cidadão uma Educação plena, uma Educação propriamente acadêmica. Pois o Ensino Fundamental tem o seu compromisso com a formação para o cotidiano, com a operação plena da vida. No entanto, o sentido do Ensino Médio é propriamente acadêmico, ele tem de mostrar o que não é banal, o que é raro, o que é belo, as grandes obras do espírito humano. Não há razão em estudar no Ensino Médio Português Básico, Matemática Elementar ou Inglês superficial. No Ensino Médio, temos de estudar Literatura, Filosofia, Francês, Latim, Mecânica, Geometria Analítica, História da Arte, temos de conhecer as grandes obras de que o homem é capaz. Esse conhecimento não pode ser monopólio de uma elite. Ele tem de ser de todo cidadão. Isso é a constituição da cidadania plena: levar a todo o território nacional a Filosofia, as Ciências e as Artes. O debate do Ensino Médio, da Escola Pública, da Extensão preferencial da Universidade é o debate mais importante do País, pois não é um debate apenas de formação de mão-de-obra qualificada, o que já seria importante; mas é, antes, um profundo debate de cidadania na sua acepção mais originária e radical.

As grandes obras de que o espírito humano é capaz evocam um dos eixos principais da nossa Bienal, que é justamente a questão da humanidade. O que há de mais maravilhoso na Filosofia é mostrar que nada é óbvio, que aceitamos muita coisa como óbvia, como dada e entendida por si mesma, como evidente – e entendemos assim por acomodação, por desídia intelectual. Como diria Fausto Castilho, somos tomados, absorvidos, engolidos pela cultura do óbvio. Por falta de trabalho do espírito, preferimos reforçar nossos preconceitos, pré-julgamentos, pressuposições. A Filosofia é assustadora por mostrar que mesmo os fundamentos das ciências e do conhecimento são frágeis, são moles, porosos, tremem diante de um exame mais detido. O conceito de homem é um

desses casos. Quem, afinal, não sabe o que é o homem? Afinal somos todos humanos. Mas, durante a Bienal, perceberemos que, na verdade, não sabemos tão bem assim. Veremos que o conceito de homem é um objeto de pesquisa, que mesmo Aristóteles, o proponente da mais antológica definição de homem, chega a ela por um longo processo de estudo e reflexão, em que há outras possibilidades de definição. Também poderemos pensar num outro conceito de homem coerente com a emergência da Mecânica, que é fruto de um gesto filosófico revolucionário: pois o ente matemático, que só se dá mentalmente, que só se dá pela força do nosso espírito, na medida em que ele não existe no mundo, esse ente matemático determinará o tratamento das coisas da natureza, das coisas que existem no mundo. Por sua vez, as ciências humanas operam a partir de um outro conceito de homem, no qual algum nível de inconsciência o caracteriza, para que a humanidade se torne objeto de ciência. Por outro lado, as neurociências nos ressituaem em relação aos animais. Elas pretendem tomar-nos como mais um animal, sem qualquer especificidade. Será, pois, que a existência humana tem um modo de ser próprio, tem categorias que lhe são próprias, diferentes das coisas do mundo, da natureza matematizada ou dos animais? Em que medida estendemos ou restringimos a noção de humanidade? Em que medida humanizamos os animais e as máquinas? Quais são os limites das definições de homem? É possível realmente definir o homem? E, se for possível, quais são as vantagens e desvantagens de cada tentativa de definição? Esse questionário foi muito pensado a partir das reuniões do nosso Centros de Estudos e Pesquisas Filosóficas e Interdisciplinares (CEPFI), coordenado pelo Prof. Marcos César Seneda, que organizou seminários de leitura do livro “Nossa humanidade” do Professor Francis Wolff. Hoje teremos a grande oportunidade de dialogar com o seu autor, que foi o último membro da missão francesa iniciada na década de 30 para fundar a universidade brasileira. Por isso, nos brindará com uma conferência em português. Há que se dizer que

o mencionado Centro (CEPFI) tem a fecunda intenção – como condiz à sua própria diríamos “vocação” – de ser um fórum da universidade: se seus temas de pesquisa são esses que mobilizam e afetam as mais diversas áreas do conhecimento, explicitando o caráter completamente interdisciplinar da Filosofia, o CEPFI seria, como um fórum, a instância que abarcaria toda a Universidade, o lugar mais próprio em que ela possa refletir justamente sobre a interdisciplinaridade.

Essa reflexão sobre a humanidade marcou a elaboração do cartaz e de toda a identidade gráfica da Bienal, pois ele nos traz a figura de uma índia em pleno rito canibal, detalhe de uma gravura de Theodore de Bry, de 1592, que registra o “Preparo da carne humana em episódio canibal”. Montaigne, no século XVI, já havia redirecionado o humanismo moderno, ao denunciar a crueldade europeia, aproximando-a do desumano. Para ele, a antropofagia dos índios brasileiros era muito menos cruel do que as guerras europeias. Nas guerras europeias, temos excesso de violência, tortura, humilhação, transformação dos prisioneiros de guerra em escravos, conquista de territórios. A antropofagia é, sobretudo, um ritual de homenagem à virtude do guerreiro de outra tribo. Ele nunca é transformado em escravo e sua tribo não perde o seu território. Os mais corajosos são reverenciados como reis durante vários meses antes do ritual. A ideia é assimilar o que o outro, o que o estrangeiro tem de melhor. Antropofagia que, por sua vez, no modernismo brasileiro se tornou um dos seus principais motes: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago”, como escrevia Oswald de Andrade no *Manifesto Antropófago*, de 1928. Antropofagia simbólica, que consiste na abertura ao cosmopolitismo, não no sentido passivo; abertura para assimilar de modo respeitoso o estrangeiro, mas assimilação cujo fim é nos tornar mais fortes para o pensamento, para as Artes, para as ciências, para a Filosofia.

Enfim, devo dizer que a nossa Bienal articula a nossa Vigésima Semana de Filosofia e cinco outros eventos: em primeiro lugar, temos o III Congresso internacional Vico: a língua de/em Vico. Congresso coordenado pelo Professor Sertório Amorim, que com os Professores Humberto Guido e Fabrizio Lomonaco, de Nápoles, dirigem o Núcleo de Estudos Vichianos de Uberlândia, que é hoje um dos maiores centros de estudo do autor nas Américas. Em segundo lugar, teremos o III Colóquio Kant – “as faculdades do ânimo: intuição e objetividade –, coordenado pelo Professor Olavo Calábria, que prepara a criação, no próximo ano, da Seção Uberlândia da Sociedade Kant Brasileira. Em terceiro lugar, temos o simpósio internacional “Aristóteles: lógica e epistemologia”, do nosso Núcleo Estudo da Filosofia Antiga, coordenado pelo Professor Fernando Martins Mendonça em parceria com o Professor Rubens Garcia, e que já realizou grandes colóquios internacionais. Em quarto lugar, temos a Jornada de escritores da Roma Antiga, centrada nesta edição em Sêneca, coordenada pelo Professor Frederico, do Instituto de Letras, que mostra que Uberlândia é hoje um dos grandes centros do Brasil no estudo do Latim e que participa do resgate de Cícero e Sêneca para o cânone filosófico. Em quinto lugar, temos o Seminário Descartes, intitulado “Descartes e a ideia de homem”, realizado pelo Núcleo de Estudos Cartesianos do IFILO, que trabalha em consonância com os Centros de Estudos homólogos em Lecce e em Paris. Ademais, tivemos a espetacular Música da Orquestra Popular do Cerrado, mas teremos também a inovadora e provocadora Música dos Brumbones e do DJ Barata de São Paulo. Teremos também, na quarta, o coquetel de lançamento internacional dos livros: do Professor Igor Agostini sobre o tomismo e o debate sobre as provas da existência de Deus no século XVII, editado pela Brépols; o lançamento do livro sobre Weber organizado pelos Professores Marcos Seneda e Henrique Custódio, e das traduções em edição bilíngue latim-português da Divinação e da Natureza dos Deuses, de Cícero, feitas pelo Professor Bruno Bassetto, da

USP, que, com o Professor João Bortolanza dirigem o nosso recém-criado Laboratório de Estudos Clássicos e Tradução.

Por último, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Nas pessoas dos Professores Georgia Cristina, Luciene Maria e Igor Silva, agradeço a toda a comissão de apoio docente. Nas pessoas dos técnicos Marcos Henrique e Lilia Alves, agradeço a todos os funcionários que nos auxiliaram. Nas pessoas dos estudantes Lais Rios, Pâmela Teles, Saulo Soares, Lucas e Rafael, a toda a Comissão Discente. Agradeço também o apoio financeiro da PROPP, da CAPES, da FAPEMIG, da FAPESP e da Fundação Fausto Castilho.

Como vimos, não nos faltam motivos para a celebração dessa nossa Vigésima Semana de Filosofia e da nossa 1ª. Bienal Internacional de Filosofia de Uberlândia. Celebremos todos com muita alegria. Desejo uma excelente Bienal a todos. Sejam muito bem-vindos! Aproveitem bastante!

8.2.5. Discurso proferido na Abertura da II Bienal Internacional de Filosofia de Uberlândia

Magnífico Reitor, Prof. Valder Stefen Junior; Senhor Professor Nythamar de Oliveira, Representante da Área de Filosofia junto à CAPES, Senhor Professor José Meirinhos, Presidente da Sociedade Portuguesa de Filosofia; Senhor Professor Denis Kambouchner, Presidente da Sociedade Francesa de Filosofia; Senhor Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Carlos Henrique Carvalho; Senhor Coordenador do Programa de Pós-Graduação, Prof. Sertório Amorim e Silva Neto; Senhor Coordenador de Curso, Prof. Fernando Martins Mendonça, Senhora Coordenadora de Extensão, Fillipa Silveira, Senhora Coordenadora da Comissão Organizadora da II Bienal, Profa. Georgia Cristina; Senhor Prof. Marcio Chaves Tannús, Decano do Instituto de Filosofia, na pessoa do qual cumprimento todos os professores do Instituto; Senhor Professor Wojciech Starzynski, na pessoa do qual cumprimento a Academia Polonesa de Ciências; Senhor Prof. Igor Agostini, na pessoa do qual cumprimento a Universidade do Salento; Senhor Professor Pierre Girard, na pessoa do qual cumprimento a universidade de Lyon; Senhora Professora Giannina Burlando, na pessoa do qual cumprimento todos os colegas estrangeiros; Senhor Professor Wilson Mendonça., na pessoa do qual cumprimento todos os colegas brasileiros; caríssimos estudantes, senhoras e senhores;

Hoje é dia de comemoração. Hoje iniciamos a nossa XXII Semana de Filosofia da UFU e a nossa II Bienal Internacional de Filosofia de Uberlândia. Comemoração também porque o nosso Curso de Graduação em Filosofia completa 25 anos e está entre os mais bem avaliados do País por todos os indicadores; porque temos uma Biblioteca com mais de quatorze mil títulos selecionados da área específica de Filosofia, acervo constituído ao longo dessas duas décadas; porque temos uma Revista Qualis A2 e que se destaca pela sua projeção internacional; porque acabamos de criar o PET da Filosofia; porque temos um Mestrado recente, se comparado a outros da área, que já obteve a nota quatro. Temos de comemorar também e muito o início do nosso muito promissor Doutorado em Filosofia. Ou seja, o Instituto de Filosofia cresceu e se consolida no amplo diálogo que estabelece nacional e internacionalmente. Internacional, pois, em primeiro lugar, não só conta com professores estrangeiros no quadro docente da Pós, mas também com professores estrangeiros no seu quadro efetivo; em segundo lugar, tem vários convênios

e intercâmbios internacionais extremamente ativos, como a própria Bienal nos mostra, pois, entre os organizadores, temos a Academia Polonesa de Ciências e as universidades de Nápoles, Salento e Lyon. Por outro lado, a nossa Semana, ao longo desses 22 anos, deixou de ser regional e nacional e nos últimos sete anos assumiu caráter fortemente internacional. Nessa perspectiva, a Bienal se tornou uma exigência do forte desenvolvimento da pesquisa e internacionalização do Instituto. Os colóquios reunidos neste evento expressam as diferentes linhas de Pesquisa da Pós, mostrando, portanto, a sua vitalidade. Isso se dá a tal ponto que a reunião desses eventos no formato de Bienal Internacional tenha resultado talvez no maior evento de Filosofia no Brasil durante o ano de 2019. Certamente é o evento mais plural, em que todas as perspectivas e orientações filosóficas estão presentes. O tema escolhido Modernidade no plural já mostra o caráter pluralista e de profundo respeito acadêmico pelo trabalho do outro colega. Modernidade não é só um tempo histórico, é também um conceito, formulado muito antes da modernidade, muito elaborado na dita Idade Média e mobilizado sempre para fortalecer ou criticar os mais diferentes projetos filosóficos e políticos.

Nesta semana, vamos ter a oportunidade de pensar esse conceito, modernidade, à maneira filosófica, como questão, como pesquisa radical; não tendo a preguiça intelectual ou arrogância desmedida de obtermos a resposta definitiva. Esse espírito de pesquisa que sempre orientou filosoficamente a ciência, retirando-a do seu delírio dogmático, se encontra sob ameaça. Trata-se de uma ameaça internacional, o mundo se encontra polarizado; para alguns, a universidade, as ciências, as humanidades e, sobretudo, a Filosofia e a cultura são inimigas, inimigas que devem destruídos, seus livros devem ser queimados, suas vozes devem ser caladas. Nessa nova afetividade mundial que se alimenta do ódio, da misologia e da estultícia como método (ou seja, a estupidez perdeu a vergonha, dá fama e voto), o Brasil é um dos países mais atingidos.

Ora, o sentido de toda a Educação é nos levar para a Filosofia e para a leitura das grandes obras da humanidade. Essa condução, na perspectiva da cidadania, tem de ser feita pelo Estado através de sua estrutura escolar e acadêmica, para conferir a todo cidadão uma Educação plena, uma Educação propriamente acadêmica. Pois se o Ensino Fundamental tem o seu importante compromisso com a formação para o cotidiano, com a operação plena da vida ordinária; o sentido do Ensino Médio é propriamente acadêmico, ele tem de mostrar o que não é banal, o que é raro, o que é belo, as grandes obras do espírito humano. No Ensino Médio, temos de estudar Literatura, Filosofia, Francês, Latim, Mecânica, Geometria Analítica, História da Arte, temos de conhecer as grandes obras de que o homem é capaz. Esse conhecimento não pode ser monopólio de uma elite. Ele tem de ser do cidadão. Infelizmente o discurso oficial do governo ameaça a Educação plena e a construção da cidadania, reforçando o injusto elitismo intelectual. Diante desses propósitos nefastos, colegas do mundo inteiro se levantaram. Duas Sociedades que fortemente intervieram no debate internacional encontram-se aqui representadas pelos seus presidentes: as Sociedades Francesa e a Portuguesa de Filosofia. Neste momento faço um grande agradecimento às duas sociedades por seu corajoso posicionamento. Trata-se de hora de união, ou melhor, para tomar o mote da campanha da nossa Diretora eleita, Georgia Cristina, hora de filia. Como a Professora disse, precisamos cultivar cada vez mais a filia, esse tipo de afetividade que nos une, pois só ela fortalecerá nossos projetos. A Filia sempre nos fortaleceu em Uberlândia, bem como comunidade filosófica brasileira e a mundial. Mas, no momento atual, ela é imprescindível. A Filosofia, a amizade pelo conhecimento, não é exclusivista, pois o conhecimento é partilhável. Mais ainda: o conhecimento se torna mais presente quando temos uma comunidade filosófica, quando temos uma comunidade científica pautada pelo cultivo filosófico da pesquisa e pela busca da verdade. Todos assim fruem mais da satisfação em conhecer, em aprender,

em dialogar. A filia agora é imprescindível porque essa afetividade filosófica e pelo conhecimento está sob ameaça no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, a Bienal é um momento ímpar para reforçarmos os nossos laços nesta universidade, mas também os laços nacionais e internacionais. Trata-se de um momento de reafirmação da comunidade filosófica internacional em defesa da Filosofia, das ciências, das humanidades e da Educação para a cidadania plena. Unidos pela amizade seremos mais fortes para enfrentarmos tempos sombrios e ultrajantes.

Enfim, devo dizer que a nossa Bienal articula a nossa Semana de Filosofia e cinco outros eventos: em primeiro lugar, temos o Colóquio Internacional “Racionalidade e Valor”: Colóquio organizado pelo Professor Alcino Eduardo Bonella, que coordena o Núcleo de Estudos de Ética e Bioética do nosso Instituto; em segundo lugar, teremos o Congresso Internacional “A Modernidade e suas origens”, organizado pelo nosso Centro Internacional de Estudos Medievais coordenado pelo Professor Jakob Joseph Schneider; em terceiro lugar, teremos o IV Congresso Internacional Vico, organizado pelo Professor Sertório Amorim, que com os Professores Humberto Guido e Fabrizio Lomonaco, de Nápoles, dirigem o Núcleo de Estudos Vichianos de Uberlândia; em quarto lugar, teremos o Colóquio Rosa e Pensamentos Outros, organizado pela Coordenadora do GT Desconstrução da ANPOF, Professora Georgia Cristina; em quinto lugar, teremos o Colóquio Música, Filosofia e Estética sob a ótica moderna, organizado pelo Professor Stéfano Paschoal, do Instituto de Letras, o que mostra o nosso forte diálogo interinstitucional e interdisciplinar.

Por último, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Nas pessoas dos Professores Igor Alves Silva e Luca Borges, agradeço a toda comissão de apoio docente. Nas pessoas dos técnicos Marcos Henrique e Lilia Alves, agradeço a todos os funcionários que nos auxiliaram. Nas pessoas dos estudantes Bárbara e Fernando, a toda a Comissão Discente.

Agradeço também o apoio financeiro da PROPP, da CAPES e da Fundação Fausto Castilho.

Que a nossa Bienal seja um momento de comemoração das nossas conquistas, de demonstração da força acadêmica da comunidade filosófica internacional, de aprendizagem e diálogo prazerosos, de formulação de novos projetos e de construção do nosso futuro!!!

8.2.6. Discurso do Jubileu da Graduação em Filosofia

Senhor Pró-Reitor de Graduação, Prof. Armindo Quilicci Neto; Senhora Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Elaine Saraiva; Senhor Pró-Reitor de Extensão, Prof. Helder Eterno; Senhora Diretora de Projetos da Prefeitura de Campus, Glaucia Trindade; Senhor Diretor de Logística da UFU, Flávio Martins; Senhora Diretora da Faculdade de Educação, Geovanna Ferreira Melo; Senhora Diretora Eleita do IFILO, Profa. Georgia Cristina; Senhor Coordenador de Curso, Prof. Fernando Martins Mendonça; Senhor Coordenador do Programa de Pós-Graduação, Prof. Sertório Amorim e Silva Neto; Senhora Coordenadora de Extensão, Profa. Fillipa Silveira; Senhora Secretária do Instituto de Filosofia, Sandra Bertollucci; Senhora Coordenadora da Comissão Organizadora do Jubileu, Profa. Maria Socorro Militão; Senhor Prof. Marcio Chaves Tannús, Decano do Instituto de Filosofia, na pessoa do qual cumprimento todos os professores do Instituto; Senhora Professora Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha, na pessoa do qual cumprimento todos os membros honorários do Instituto; Senhora Profa; Ana Maria Said, na pessoa do qual cumprimento todos os membros eméritos do Instituto; Caríssimos Conselheiros e estudantes, senhoras e senhores;

Hoje é dia de Festa! Hoje celebramos o nosso JUBILEU: Comemoração dos nossos 25 anos do Curso de Graduação em Filosofia. Nunca é demais dizer que o Curso sempre esteve entre os mais bem avaliados do País por todos os indicadores. E a nossa História do DEFIL-IFILO tem esse curso como sua referência. Foi justamente a perspectiva de ter um Curso de Graduação que animou todo o Grupo de Professores que deixou a Educação para constituir o Departamento de Filosofia. A partir daí, desse grande projeto, organizamos uma Biblioteca com mais de quatorze mil títulos selecionados da área específica de Filosofia; uma Revista Qualis A2 e que se destaca pela sua projeção internacional (como lembrado hoje, Biblioteca e Revista que devem muito ao titânico trabalho do Prof. Marcio Chaves-Tannús); organizamos também um Mestrado que, apesar de jovem, já é muito bem avaliado, e: mais ainda: criamos um Doutorado em Filosofia e um PET, iniciados neste ano e que já se mostram muito promissores.

Para dizer melhor, hoje é de dia de Júbilo, ou seja, etimologicamente falando, de gritar de alegria! Por que gritamos de alegria? Porque temos uma História, porque temos uma História que fechou um ciclo, uma História que vivia por um sonho. História porque

esse sonho foi se tornando coletivo. Na nossa História, começamos com Adão e Eva; a lendária primeira geração de Titãs, que forjaram um Departamento da terra batida; a ela, veio uma segunda geração, que, aos poucos, foi se fundindo com a primeira, por um processo conflitivo e doloroso, mas, ao final do percurso, encontrando uma resultante construtiva; a esse primeiro momento, de construção de projetos e sonhos coletivos, graças ao REUNI, tivemos a alegria da vinda de uma terceira geração; nessa terceira geração, há mesmo muitos excelentes egressos da nossa Graduação que se doutoraram em outras instituições, que nos trouxeram orgulho, disposição para o trabalho e novas ideias. Essa terceira geração se integrou muito facilmente à base que já estava posta e deu o acabamento ao quadro da nossa época. Durante uma época, tudo se encontra pensado a partir de certos valores e projetos. Época brilhante: fomos do zero de Graduação a um muito promissor Doutorado. O Jubileu é importante porque a celebração da glória de uma época, é um momento de alegria extrema, é um momento também de indulgência plenária ou, como diria Nietzsche, de esquecimento (afinal, o esquecimento é a maior das virtudes). Pois só os que concederem indulgência plena, só os que praticarem o esquecimento, só os virtuosos poderão realmente entrar numa outra época. Esqueçamos os conflitos apaixonados que tivemos. Eles estão perdendo o sentido. Os sonhos e projetos da nossa época se esgotaram, sobretudo e paradoxalmente, por sua plena realização neste ano com o PET e o Doutorado. Temos agora de voltar a sonhar, de recriar o nosso horizonte. Um parêntese sobre conflitos. Conflitos sempre teremos, como nos diz Maquiavel. Por quê? Porque somos apaixonados e nunca poderemos deixar de ser, como nos diz Descartes. Ou seja, o importante é encontrarmos uma resultante boa do conflito das nossas paixões. Nos últimos anos, como dissemos, a partir, sobretudo, da terceira geração, reconhecemos a nossa História e encontramos uma resultante ótima. A resultante

depende muito de reconhecermos a nossa História como curso, como Departamento, como Instituto.

Bom. Qual História posso fazer do nosso Futuro? Acho que já estamos prenhes de sonhos. Um outro parêntese: a mudança de uma época não é a perda de sua História, mas a sua afirmação em outro patamar. Penso que o sonho que conduzirá os outros sonhos é o de sermos a Escola de Uberlândia. Ou seja: a pura e nobre afirmação da força da especificidade da nossa reflexão. Afinal, muita coisa já se faz e só se pensa em Uberlândia. Todos os outros sonhos, de certo modo, vêm desse: de uma afirmação de pensamento que nós fazemos, do que somos, e, creio, fazemos como canibais, assimilando por completo o outro, o diferente, sem o recusar de modo algum. Termos uma Graduação que chame ainda mais atenção no cenário nacional decorre disso. Termos uma Pós ainda mais bem avaliada decorre disso. Termos uma Revista com presença internacional maciça decorre disso, do sonho de sermos a Escola de Uberlândia. Um parêntese para a internacionalização: Nós já temos muito e temos de ampliá-la, e de forma canibal, sem medo, mantendo-nos atualizados do que está em pauta no mundo, assimilando as suas línguas e seu modo de pensar, para poder melhor afirmar o nosso.

Ora, há também sonhos que nos fazem enfrentar pesadelos. Sonhos que se realizam e que resgatam a nossa História pregressa. Numa conjuntura sempre difícil, fomos ajudados por alguns dos homenageados hoje pelo Instituto a introduzir ou a reforçar a manutenção da Filosofia do Ensino Médio. Isso faz parte da nossa História porque Uberlândia é a pioneira na introdução da Filosofia no vestibular. E isso fará parte da nossa História porque lutaremos até o último batimento cardíaco para mantê-la no Ensino Médio e contribuir para conferir um sentido acadêmico ao Ensino Médio.

Mas temos sonhos mais doces também. Muitos sonhos com a UFU; essa grande Universidade que mora no nosso coração. Sonhos que se gestam na época que finda.

Sonho de um Complexo de Bibliotecas de Pesquisa que ponha a UFU em outro patamar na Pesquisa, nas Humanidades e Artes. Sonhos compartilhados há muito tempo com a nossa Prefeitura de Campus. Sonho que já se delineiam como projeto, que conferirá sentido ao nosso futuro na UFU.

Bom. O futuro tem um nome e abre a nossa afetividade com a filia. Sem filia, nada seríamos. Foi a filia arduamente construída e prazerosamente fruída que nos trouxe aqui e será a filia consolidada que atenuará os inevitáveis conflitos apaixonados. Trata-se de reforçar a unidade de substâncias tão diferentes. Só a metodologia da filia pode guiar-nos em mares tão bravios. E por falar em *philia*, não esqueçamos que filia é o que nos define como filósofos: o amor ou a amizade pelo conhecimento e sabedoria. E, no fundo, aqui entre nós, define a universidade; sobretudo, porque pesquisa é sempre *per quirere*, é um querer, é um amor, um amor ao conhecimento. Como é paradoxal que nos esqueçamos justamente do essencial! Até na nossa bandeira esquecemos da principal mensagem de Augusto Comte. A ordem é um mero meio; o progresso é o fim almejado, mas o Amor é o princípio, é fundamento: o amor é fundamental. A *Philia* é fundamental. Ah! A propósito, o nome do futuro é Georgia Cristina, a nossa Diretora Eleita. Como disse, a nossa nova época é uma época da nossa História, e História é reconhecermos que temos um Curso em todos os sentidos, de Graduação, mas também de projetos e sonhos. A Professora Georgia não chegou ontem. Ela vivenciou os momentos mais sublimes da época que finda e, desde então, se comprometeu por completo com a nossa História e, certamente, será a grande animadora dos nossos mais maravilhosos sonhos a partir de hoje.

8.2.7. Plano de Reestruturação e de Atividades da EDUFU

Assumo a Diretoria da EDUFU com muita alegria. Sinto-me muito honrado de estar à frente desse setor da Universidade. Hesitei um pouco ao assumir por ter uma certa ideia do **desafio**. Mas **o dever** se impôs. A minha hesitação proveio do meu histórico na UFU. Tenho 26 anos de casa e mais de 15 anos desempenho tarefas de administração universitária, 10 dos quais na Direção do Instituto de Filosofia. Pensei que seria a hora de parar, ao menos, um pouco. Porém, a proposta de dirigir a Editora me fez sonhar, sonhar com uma UFU melhor tendo uma Editora **alinhada** às melhores editoras universitárias do País. Para reforçar esse **sonho**, trago o **gosto por Livros**, fundamental na minha área, a de Filosofia, além da experiência na edição de periódicos, pois contribuo ativamente com três brasileiros e três estrangeiros, e do trabalho em duas Coleções, uma da EDUFU e outra da Editora da UNICAMP. Em relação à **Coleção do Estudo Acadêmico** da UFU, devo dizer que foi a primeira Coleção da EDUFU e que se mostra ao longo dos anos um sucesso editorial, com títulos esgotados e reimpressos, provando que material acadêmico de qualidade tem potencial de venda. Essa Coleção também atinge o objetivo de oferecer material altamente qualificado a um custo baixo, contribuindo para que um público maior tenha acesso ao que historicamente sempre foi reservado à elite. Na época de criação dessa Coleção, entregamos uma proposta ao Professor Oswaldo Jesus, então Pró-Reitor de Graduação, para que a UFU tivesse uma Editora de grande expressão no cenário universitário brasileiro. Nessa proposta, já assinalávamos, entre outras coisas, a importância da vinculação da Editora a uma

Fundação e da regularização da **Nota Fiscal**, facilitando a distribuição, venda e captação de recursos. É esse projeto que quero retomar, a fim de que ele possa se realizar plenamente. Muito já foi feito na Editora pelas administrações anteriores, mas precisamos fazer ainda mais. Apesar da conjuntura, encontramos uma **Equipe Técnica** altamente qualificada e comprometida com o seu trabalho. Precisamos agora dar um novo passo, um novo passo que nunca é exclusivamente do administrador, mas, para usar uma expressão de Plínio Martins citada pela **nossa Editora de Publicações** em sua Dissertação de Mestrado – trabalho esse que deveria ser o **Guia** de toda e qualquer Direção da EDUFU –, é sempre resultado da **Mudança de Mentalidade**. Mudança de Mentalidade do seu **Conselho Editorial**, da sua **Equipe Técnica**, mas, sobretudo, dos **Dirigentes da Universidade**.

Nessa perspectiva, proponho um **Plano de Reestruturação** da Editora para o Conselho Editorial, para a sua Equipe Técnica e para a Alta Administração desta Universidade. Pauto, portanto, o **planejamento** das minhas atividades para a consecução do sonho de uma destacada Editora Universitária. Entretanto, cabe ainda precisar o diagnóstico. Comparo a nossa Editora com uma nau que realiza a sua odisséia. No passado, podíamos atravessar incólumes pelo belo e mortal canto das sereias, amarrados ao nosso mastro de abundantes recursos, quando há alguns anos ainda tínhamos uma capacidade infinita de impressão e a extrema escassez não nos assombrava. Agora, atravessamos o desafiador estreito: de um lado, temos então Caríbdis e, de outro, há Cila. Se quisermos vencer a ameaça de derrocada, é preciso coragem para encarar os dois escolhos. Já não podemos esconder **o duplo erro conceitual**: primeiro, Cila, uma Editora não deve confundir-se com uma **Gráfica**; segundo, Caríbdis, uma Editora deve ser desvinculada do **Portal de Periódicos**. A Gráfica

tem escopo próprio, é um setor de Imprensa Universitária, que tem uma ampla demanda da Instituição; o livro é apenas uma delas. No entanto, a Gráfica, com a sua capacidade infinita de impressão, com suas potentes máquinas, do alto de seu contrato de mais de quatro milhões de reais, com diagramadores de sobra, era um bônus para a Editora. Hoje, com um quadro muito magro, com um contrato de licitação ainda incipiente, tornou-se um ônus. Já não temos os diagramadores, nem os revisores e sequer as potentes máquinas que resolviam a vida dos periódicos na época em que a UFU engatinhava na Pós-graduação. Hoje não temos mais nada. Temos apenas uma heroica funcionária que faz muito mais do que a sua função exige, administrando sozinha o Portal de Periódicos.

Além disso, o **Livro** tem a lógica do impresso – do estudo amadurecido, resultado de longa pesquisa, reflexão bem-organizada e sistematizada, que aspira à **perenidade** – , ao passo que o **Periódico** tem a lógica do eletrônico, da **comunicação rápida**, extremamente indexada para facilitar o intercâmbio de informações, que podem mudar celeremente em decorrência do processo da pesquisa.

Penso que uma Editora Universitária, considerando a escala e os objetivos de nossa instituição, deveria ter duas ou três **linhas editoriais**. A **Primeira Linha Editorial** seria a da Editora que **vende livros de qualidade a um preço módico**. Editoras acadêmicas tem um **nicho de mercado**: um público que aguarda os seus livros, como a **experiência internacional e nacional** – e mesmo a da UFU no passado – nos mostra. A nossa Equipe Técnica daria conta muito bem dessa tarefa. Essa linha editorial teria por objetivo projetar a Editora no cenário editorial e irrigá-la de recursos que possibilitariam a ampliação da sua capacidade instalada.

A **Segunda Linha Editorial** seria vinculada à **Pesquisa** e aos objetivos da Pró-reitoria de Pesquisa e **Pós-graduação**, à promoção dos programas de Pós-graduação das diversas **Unidades Acadêmicas** e ao reforço do projeto de **internacionalização** da UFU. Essa linha seria sustentada pela captação de recursos de pesquisa que ingressam nas fundações ou de trâmite interno das unidades acadêmicas e administrativas. Se eles forem via Fundação, poderemos contratar os serviços de produção editorial; se for recurso interno, usaremos do nosso contrato de licitação do serviço de produção editorial, a ser ainda elaborado. A ideia é que essa linha se some à primeira, não prejudicando a dinâmica daquela, mas aumentando a sua capacidade instalada e participando do projeto de ampliação da **visibilidade da Universidade** no cenário acadêmico. Nessa segunda linha, o que não tivesse potencial comercial poderia ser destinado ao formato eletrônico ou a tiragens simbólicas. Como em outras universidades, a tramitação poderia também ser agilizada com a qualificada participação de Colegiados de Pós-graduação e Conselhos de Unidades.

Uma **Terceira Linha** que começa a ser pensada com a PROEX seria a de **Extensão**. Ainda estamos amadurecendo o formato, se poderia caber numa Coleção, num uso do contrato da Gráfica aperfeiçoado, do futuro contrato de produção editorial e do ISBN da UFU. A PROEX também movimenta expressivos recursos internos e externos, podendo contribuir com os objetivos referidos nas outras linhas, além das próprias metas da Extensão e da **Cultura**. Na sua ampla demanda, a Pró-reitoria precisaria prestar contas de projetos mediante a edição de livros, bem como imprimir material para a divulgação cultural e com objetivos didáticos.

Levando tudo isso em consideração, elegemos como tarefas prioritárias:

- 1) a celebração de um **Contrato com a FAU**, que regularize definitivamente a nossa **Nota Fiscal**, possibilitando o incremento da distribuição, venda e comercialização dos livros, bem como a ampliação da captação de recursos;
- 2) a formulação de um **Contrato para a UFU de Produção Editorial** que possa atender às demandas das linhas editoriais complementares e, sobretudo, dos periódicos da UFU;
- 3) o aperfeiçoamento do **Contrato de Gráfica da Universidade**, a fim de que possa melhor atender às demandas existentes, a começar pela editorial;
- 4) **alinhamento** com a **Rede de Apoio Mútuo dos Editores Federais** e do **GT Desafios e Parcerias Editoriais da ABEU**, adequando a nossa estrutura à das Editoras Universitárias bem-sucedidas;
- 5) consecução do **Projeto de Coedições** com o estabelecimento de parcerias editoriais que, a um só tempo, reduziriam o custo do livro e ampliariam, sobremaneira, a sua divulgação e distribuição;
- 6) realocação do **Portal de Periódicos da UFU** na **Biblioteca Central**, seguindo o padrão das universidades públicas e o critério de adequada funcionalidade, com a constituição de Grupo de Trabalho (GT) para pensar o suporte institucional necessário, a formulação de uma regulação institucional própria do Portal através de um Conselho com participação da **Diretoria de Pesquisa** – por se tratar de setor estratégico de Pesquisa da UFU – e com **aporte de recursos da**

Alta Administração e das Unidades Acadêmicas facilitado pelo futuro contrato de produção editorial da UFU;

- 7) reconsideração da relação entre **Gráfica e Editora** através da criação de um Grupo de Trabalho (GT) para reunir informações e refletir sobre essa questão;
- 8) elaboração de um **novo Regimento** que seja resultado e que, ao mesmo tempo, alavanque o **processo de reestruturação** da Editora, bem como a atualize e a alinhe às Editoras parceiras da Rede de Apoio Mútuo dos Editores Federais e do GT Desafios e Parcerias Editoriais da ABEU;
- 9) adequação e aperfeiçoamento dos **editais** e das **modalidades de proposição** de livro, considerando as referidas linhas editoriais e um maior reconhecimento das **Coleções da Editora**;
- 10) adequação das **Condições de Trabalho** da Equipe Técnica, com um espaço físico mais confortável e com a regulamentação do **Teletrabalho**;
- 11) atribuição, com o apoio da FAU, de uma **dimensão empresarial acadêmica à Editora**, facilitando a distribuição, venda e gestão dos seus recursos, por iniciativas como a da **repaginação do seu sítio eletrônico de comercialização**;
- 12) transformação da EDUFU numa **captadora de recursos de Pesquisa e de Extensão**, internamente, pelos seus contratos de Gráfica e de Produção Editorial e, externamente, pela FAU;
- 13) ampliação da **Dimensão Cultural e de Extensão da Livraria da Editora**, pelo incremento dos livros disponíveis à venda mediante consignação dos das editoras parceiras, pela realização de eventos como **cafés literários ou culturais, lançamentos de livros**, retomada do programa **EDUFU itinerante**, para

divulgação, venda, bem como realização de oficinas de leitura e outros eventos correlatos nos outros campi, na região e nas comunidades periféricas;

- 14) estabelecimento de **projetos conjuntos** com os setores da Universidade interessados e comprometidos com o **Livro** e com a promoção de uma **Cultura do Estudo e da Leitura**, tais como a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, a Pró-reitoria de Extensão, a DRII, a Biblioteca Central e outros.

8.2.8. Discurso da Reinauguração da Livraria da EDUFU

Magnífico Reitor, Pró-Reitores, Prefeito de Campus, Diretores das unidades acadêmicas e administrativas da UFU, Diretor da FAU e demais autoridades presentes,

Conselheiras e Conselheiros do Conselho Editorial da EDUFU,

Coordenadores e demais colegas da Equipe Técnica da EDUFU,

Coordenadores de Coleções e Séries da EDUFU,

Autoras e Autores da EDUFU e de outras Editoras,

Senhoras e Senhores Artistas que se apresentam nesta Solenidade,

Professoras e Professores,

Técnicas e técnicos,

Alunas e alunos,

Senhoras e Senhores,

Inauguração, em seu sentido original, não é só começar um empreendimento como uma Livraria ou um Café Literário, é um momento litúrgico de consulta para que um empreendimento possa ser iniciado, para que tenhamos um bom augúrio. Tratar-se-ia então da solicitação a todos os presentes da sua aprovação, ou melhor, mais exatamente, uma solicitação de engajamento na luta pelas Editoras Universitárias, pelas Livrarias Universitárias e pelos eventos relacionados a Livros, como lançamentos e Cafés Literários.

Graças ao apoio do Magnífico Reitor e de seus Pró-Reitores, pudemos reestruturar a EDUFU nesses últimos anos. Reestruturar para alinhar a EDUFU às Editoras Universitárias de expressão. O que nós queremos é fazer o mesmo que a Editora da UFMG, da FV, da F da Bahia, da Fiocruz, da F de São Carlos, da Unicamp, da UNESP etc. Por que a UFU não pode ser como elas?

Resumo um pouco esse processo de Reestruturação que não foi nada trivial. Em primeiro lugar, graças à Administração Superior da UFU, houve uma recomposição mínima do quadro de pessoal da EDUFU. Em segundo lugar, graças ao Conselho Editorial e à Equipe Técnica da EDUFU, estabelecemos o novo arcabouço legal da EDUFU, com novas normas regimentais e regulatórias e com a sua nova Política Editorial. Em terceiro lugar, graças à Direção do SISBI e ao Conselho Diretor da UFU, transferimos a edição de periódicos acadêmicos para o SISBI e criamos um ente acadêmico na Biblioteca, mas não da Biblioteca, a saber: o Portal de Periódicos da UFU. Em quarto lugar, graças ao Prefeito de Campus, transferimos a Divisão Gráfica para a Prefeitura de Campus, pois um setor gráfico atende importantes demandas da comunidade universitária, mas muitas não relacionadas com livros. São setores que têm interseção, mas são diferentes.

Em quarto lugar, graças ao Conselho Editorial e à Equipe Técnica da EDUFU, restabelecemos o primado do livro impresso, pois o Livro tem a lógica do impresso – do estudo amadurecido, resultado de longa pesquisa, reflexão bem-organizada e sistematizada, que aspira à perenidade –, ao passo que o eletrônico, que bem serve aos periódicos, tem a lógica da comunicação rápida, extremamente indexada para facilitar o intercâmbio de informações, que podem mudar celeremente em decorrência do processo da pesquisa. Em geral, livros eletrônicos são híbridos entre livros e periódicos.

Nesse sentido, dizer livro físico ou impresso é quase uma redundância, pois livro em sentido forte é impresso. Mesmo autores de livros academicamente muito qualificados, mas que têm baixa demanda, só se satisfazem por completo com a sua obra quando seguram o livro físico. Por isso, anseiam sempre por uma tiragem simbólica. Além disso, os livros que são vendidos no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos são físicos. A venda de eletrônicos em todos esses mercados é muito pouco significativa. A propósito, os livros que estão sendo lançados hoje são impressos! Parafraseando Umberto Eco, o fato de podermos viajar de avião não nos obriga a incendiar os carros nem a destruir as bicicletas; bicicletas que nos propõem uma atividade tão saudável. Por falar em saúde, livros impressos nunca foram tão importantes na formação de crianças, adolescentes e estudantes. Após o frenesi e o ingênuo otimismo com o mundo digital – que lançaram muitos livros na fogueira –, o livro físico volta com toda força e passa a ser o melhor instrumento disponível para reverter o quadro de declínio cognitivo das futuras gerações.

Em quinto lugar, graças ao Diretor da FAU e a seu Conselho Curador, estabelecemos uma parceria oficial com essa Fundação, que se inicia com um contrato que oficializa a relação com a Fundação, com a qualificação da FAU como Coeditora da UFU (pela integração da atividade editorial à estrutura da FAU e pela sua consagração na Política Editorial da EDUFU), bem como com a criação de um CNPJ filial da FAU exclusivo para operar a venda de livros da EDUFU. Assim, pela primeira vez em mais 40 anos de Editora, podemos vender regularmente livros, pois temos nota fiscal. Trata-se, entretanto, de uma (re)inauguração dessa relação que ainda precisa ser aperfeiçoada – como tudo o que está começando ou recomeçando –, mas que é incontornável, se a UFU, ao menos, quiser ter uma Editora Universitária à sua altura.

Peço que reflitamos um pouco na razão pela qual foi tão difícil ter uma nota fiscal, por que é tão difícil para uma editora universitária vender livros, por que é tão difícil ter uma Editora Universitária. Trata-se da nossa herança colonial, a mesma que impede que tenhamos até hoje uma universidade plenamente autônoma. Durante mais de 300 anos a atividade editorial no Brasil foi proibida. A atividade acadêmica e, em especial, a editorial continuam numa como que clandestinidade, pois são sempre ameaçadas por restrições legais e pela discricionariedade das interpretações jurídicas. Em face desse quadro, a ABEU e a EDUFU lutam pelo estabelecimento de um marco regulatório para as Editoras Universitárias. Pois, até hoje, não temos, ao menos, uma mísera Portaria ministerial que confira segurança jurídica ao seu funcionamento, que regule claramente a sua relação com as fundações de apoio, que as dote de quadro de pessoal e orçamento adequados. Ou seja, pasmem!, não há até hoje nenhum dispositivo legal federal que reconheça a existência de Editoras Universitárias. Por mais justa e legítima que seja, a atividade editorial ainda não tem o devido amparo legal.

A propósito, estamos na Festa de Reinauguração da Livraria. Ora, uma Livraria Universitária só tem sentido se vender os livros da EDUFU e das outras Editoras Acadêmicas associadas à EDUFU pela ABEU. Em primeiro lugar, porque em 1983 a EDUFU foi pioneira no estabelecimento do PIDL, que permite que o livro da EDUFU seja vendido na Livraria de uma outra Editora Universitária e vice-versa. Em segundo lugar, porque ir a uma Livraria de uma Editora Universitária é formativo e educacional, pois teremos acesso ao que há melhor na Universidade brasileira em termos de livros. Falando em formação, devemos dizer que uma Livraria é um palco privilegiado da vida cultural de Universidade. Ela enseja lançamentos, debates sobre livros, saraus e Cafés Filosóficos e Literários etc. Por isso, inauguramos hoje também o Café Literário no seu sentido

mínimo, inscrevemos na matéria um dever moral, um destino desejado, conferir uma dimensão cultural à Livraria da EDUFU e ao seu entorno.

Encerro, portanto, esta minha fala pedindo mais do que só desejem bons augúrios para a Livraria e seu Café. Conclamo a todos os presentes a se engajarem no compromisso ético e cidadão de superação da nossa herança colonial. Peço que lutem para que uma Editora seja uma prioridade numa Universidade, peço que lutem pela consolidação desta Livraria no 3 Q, para que suas estantes estejam sempre repletas de livros da EDUFU e das Editoras associadas, para que novas livrarias sejam abertas nos campi da UFU, para que aqui haja muitos lançamentos e eventos relacionados a livros, para que as Editoras Universitárias possam um dia ter o seu marco legal e regulatório, que consolide juridicamente tudo o que as Editoras legitimamente vem fazendo em prol da Universidade e da Cultura no nosso País.

8.2.9. Discurso proferido na cerimônia de atribuição do nome do Professor

Fausto Castilho à Biblioteca de Obras Raras da UNICAMP

Hoje é dia de recordarmos o nosso saudoso Professor Fausto Castilho. Como ele bem sabia, há vários modos de presença e de encontro. Às vezes, na ausência pessoal, somos paradoxalmente mais presentes. No que depender da Fundação Fausto Castilho, o Professor Fausto Castilho será mais presente do que nunca. O nosso compromisso será o de inspirar e promover em diferentes aspectos a Filosofia, as Humanidades, as Ciências e Artes, como Fausto Castilho o fazia como fundador, organizador e diretor de instituições, mas também como Professor. Pois, para ele, o Professor deve ser o principal intelectual (ou, como preferia dizer, homem de estudos) de um País. O Brasil só será grande quando entender isso. O Professor é aquele que lê, estuda, pesquisa e reflete para ensinar e, assim fazendo, encanta os seus alunos e os desperta e inspira para a fuga à ignorância, direcionando o seu gosto para a satisfação e alegria pelo conhecimento e pela investigação, no fundo, então, para a Filosofia. Pois a Filosofia não é outra coisa que a possibilidade de se alegrar com o estudo. Ela é o próprio espírito e sentido da pesquisa. Por isso, toda a Educação só tem sentido se for uma preparação para a Filosofia ou para o filosofar, ou seja, para o estudo e para a pesquisa.

Para tornar o que digo mais inteligível, tomemos uma reflexão do Professor Fausto Castilho que inspirou um discurso que fiz em Uberlândia na semana passada. Cito o Professor:

“Nos anos 1920 dizia-se que a solução mais adequada para o problema da educação no Brasil encontrava-se na adoção do que chamavam de “a universidade ampla”. Em que consistia? Em organizar o ensino nos seus três graus como um processo único que partisse do nível elementar e terminasse na universidade, passando pelo liceu

público, entendido como a escola de formação do cidadão, visto que proporcionaria uma mesma formação aos jovens de todas as classes sociais de ambos os sexos”.

A Universidade ampla é aquela que leva o espírito acadêmico para todos os outros níveis. Para tanto, leva, em primeiro lugar, o Professor como intelectual, como homem de estudos e pesquisas para o Ensino Básico. Ou seja, o Professor do Ensino Fundamental tem de ser um intelectual, um pesquisador, um estudioso e tem de ter condições para isso. Isso vale *a fortiori* para o Ensino Médio, para o Liceu, como o Professor Fausto dizia. Pois sabia que esse era o maior problema do País. Em vida, o Professor Castilho queria até mesmo criar um Colégio de Aplicação seguindo o modelo humanista do Liceu francês. Além disso, o Liceu deveria ser a Escola de formação do cidadão. Por que do cidadão? Qualifico aqui o termo. Tomemos o caso francês, em que a integração universidade-escola é muito grande. Primeiramente, o chamado sistema de *Agrégation* reúne numa mesma carreira o professor universitário e o do Ensino Médio (o Liceu), tendo o mesmo salário e dispondo de condições de trabalho que limitam a 14 horas a presença do docente em sala de aula, concedendo-lhe, assim, tempo (que é a *skholé*, o *otium* necessário à atividade intelectual) para o estudo, a pesquisa e a preparação de suas aulas. Em segundo lugar, o sistema estende a Universidade para a Escola. Trata-se da referida “Universidade Ampla” (termo usado no debate brasileiro que precedeu a universidade de São Paulo e que foi retomado no momento de criação da UNICAMP), isto é, extensão da Academia para o Ensino Médio, conferindo sentido ao Ensino Médio. Nada mais atual. A crise atual da Educação Brasileira tem na falta de sentido do Ensino Médio um dos seus pontos principais. Falta-lhe sentido na medida em que se recusa a ser Liceu, em que se dissocia da Universidade e da Academia, em que se distancia da “Universidade Ampla”. O Ensino Médio não pode ser uma repetição do Fundamental. O malogro do Ensino Fundamental leva o Governo, na esperança de resolver a questão da Educação, a propor uma solução

que passa pelo gosto do aluno, acreditando que, se ele se interessar por alguma coisa, ele vai recuperar o que não aprendeu no Ensino Fundamental. O nosso problema é justamente que perdemos cada vez mais o significado do Ensino Médio. O título conferido ao concluinte do Ensino Médio na França (o Liceu) aprovado em Exame de Estado é de Bacharelado. Qual é então o sentido do Ensino Médio nos países mais desenvolvidos, países que têm melhor desempenho em todos os testes educacionais e que têm muitos prêmios Nobel? Conferir a todo cidadão uma Educação plena, uma Educação propriamente acadêmica. Pois o Ensino Fundamental tem o seu compromisso com a formação para o cotidiano, com a operação plena da vida, o que é muito importante. É muito importante que haja essa formação e, para ser plenamente realizada, ela exige Professores que sejam estudiosos e tenham condições para serem. No entanto, o sentido do Ensino Médio é plenamente acadêmico, ele tem de mostrar o que não é banal, o que é raro, o que é belo, as grandes obras do espírito humano. Não há razão em estudar no Ensino Médio Português Básico ou Matemática Elementar. No Ensino Médio, temos de estudar Literatura, Filosofia, Francês, Latim, Mecânica, Geometria Analítica, História da Arte, temos de conhecer as grandes obras de que o homem é capaz. Esse conhecimento não pode ser monopólio de uma elite. Ele tem de ser de todo cidadão. Isso é a constituição da cidadania plena: levar a todo o território nacional a Filosofia, as Ciências e as Artes. O debate do Ensino Médio, da Escola Pública, da Extensão preferencial da Universidade, da “Universidade Ampla” é o debate mais importante do País, pois não é um debate apenas de formação de mão-de-obra qualificada, o que já seria importante; mas é, antes, um profundo debate de cidadania na sua acepção mais originária e radical.

Com efeito, o sistema educacional só tem sentido se conduzir o aluno, o cidadão, para a Filosofia, porque, o que há de mais maravilhoso na Filosofia é mostrar que nada é óbvio, que aceitamos muita coisa como óbvia, como dada e entendida por si mesma, como

evidente – e entendemos assim por acomodação, por desídia intelectual. Como dizia Fausto Castilho, somos tomados, absorvidos, engolidos pela cultura do óbvio. Por falta de trabalho do espírito, preferimos reforçar nossos preconceitos, pré-julgamentos, pressuposições. A Filosofia é assustadora por mostrar que mesmo os fundamentos das ciências e do conhecimento são frágeis, são moles, porosos, tremem diante de um exame mais detido. Ou seja, a Filosofia nos mostra que tudo é objeto de pesquisa e molda a nossa afetividade para nos deleitarmos com o estudo e com a fuga à ignorância, formando o espírito de pesquisa. Desse modo, um pesquisador propriamente dito é aquele que é conduzido por uma vocação filosófica, ainda que não saiba.

No momento de sua fundação, o Professor Fausto lutou para que a UNICAMP fosse concebida como uma universidade moderna. Uma universidade moderna é aquela que supera a dualidade entre universidade, instituição voltada para o ensino, e academia, instituição voltada para a pesquisa. É aquela em que o ensino decorre do estudo constante e da pesquisa aprofundada. E pôr a Academia no centro é pôr no centro a Filosofia, as Humanidades e as ciências fundamentais. Além disso, a interdisciplinaridade forte ocorre nesse domínio, chegando a sua máxima intensidade na interação entre a Filosofia e as outras disciplinas fundamentais. As disciplinas aplicadas são projeções das ciências fundamentais e serão tanto mais fortes quanto maior for a interação entre as ciências fundamentais. O Professor Castilho lutou para que Academia estivesse no centro da UNICAMP, ou seja, para que a pesquisa pura e decisiva ali estivesse e, assim, está. No centro da UNICAMP, temos os Institutos Centrais, a começar pelo Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas. E eles estão próximos para facilitar a interação dos pedestres. O círculo central da UNICAMP é inteiramente dependente do Estado, assim como dele depende a educação cidadã e o horizonte civilizatório de um povo. O segundo círculo é o das ciências aplicadas, o das Faculdades, que mobilizam e direcionam para

uma pauta de arco temporal mais curto o conhecimento engendrado no primeiro círculo. O segundo círculo ganha com a proteção do Estado, mas não deixaria de existir sem ela. O círculo central, como dissemos, só sobrevive e promove o desenvolvimento de um povo em todos os sentidos sob a guarda do Estado. O Professor Fausto Castilho conseguiu materializar tudo isso com a brilhante ideia de um campus radial. Assim, a estrutura espacial da UNICAMP determinou os rumos da sua própria implantação e do seu desenvolvimento, inscrevendo na matéria a importância da pesquisa fundamental (nos Institutos Centrais do primeiro círculo), a interdisciplinaridade intensiva subsequente e a relação funcional entre as diferentes partes da universidade. É surpreendente notar que o CAMPUS RADIAL acabou tornando-se o próprio símbolo da UNICAMP. Nesse sentido, a UNICAMP é um modo muito forte de presença do Professor Fausto Castilho.

O IFCH é um outro modo de presença do Professor. Temos, entretanto, de pensar no IFCH originário, já que foi desdobrado no atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e no Instituto de Economia (IE).

A Biblioteca de Obras Raras será um outro modo de presença do Professor. Um modo que inscreverá seu nome na carne de sua querida Universidade, para que seja lembrado e evocado pelas gerações futuras no principal Laboratório da Universidade. Pois, para empregar um termo que lhe era caro, a Biblioteca é o Laboratório da Filosofia e das Humanidades e são elas, como dissemos, que conferem sentido último à Academia, à Pesquisa e ao sistema educacional. E a Biblioteca de Obras Raras é mais, é o Laboratório de ponta de uma verdadeira Universidade, como sempre a UNICAMP quis ser. Vale lembrar que um dos primeiros atos do Diretor do IFCH originário foi entregar a primeira lista de livros para que o bibliotecário, Professor Zink, iniciasse a constituição do seu acervo bibliográfico. Vale também lembrar que o Professor Fausto Castilho organizou o

seu próprio Laboratório em sua casa. Laboratório este que legou à universidade em cerimônia emocionante um pouco antes do seu falecimento.

A Biblioteca do Professor Fausto Castilho é um excelente retrato de um homem de estudos, de um Professor excelente, de um pensador fascinante, de um filósofo extremamente rigoroso, de um pensador do Brasil. Filósofo que sabia que para pensar tinha de ter os textos originais dos autores para evitar todo o empobrecimento da recepção tradicional. Boa parte de seus livros é consagrada às suas edições críticas e completas e aos mais selecionados estudos sobre os filósofos. Outra parte nos mostra o interesse do Professor Castilho pelas Humanidades e pelas Artes: Literatura, Filologia, História da Arte etc. Mas há uma parte considerável de livros importantes sobre Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Linguística. O fundador do IFCH originário conhecia profundamente cada uma das áreas que organizava. Há mais: livros sobre as ciências as mais diversas. Dizia-se homem de estudos, pois sabia que o compromisso da Filosofia era também com a promoção da interdisciplinaridade e com a reflexão sobre os fundamentos das ciências. Temos, ainda, os seus inúmeros livros sobre o Brasil, porque Fausto Castilho sempre foi um pensador do Brasil. Sabia, portanto, que a sua Brasileira não era apenas uma seção da sua Biblioteca, mas parte extremamente articulada com todas as outras, pois pensar o Brasil exigia a mobilização de diferentes disciplinas e uma perspectiva efetivamente filosófica. Um grande compromisso seu era com a formulação de uma teoria do Brasil e de um projeto de desenvolvimento que lhe fosse apropriado. Certamente, a fundação da UNICAMP em todos os sentidos é um capítulo importante nessa teoria e uma grande aposta no País e no seu futuro.

Um projeto de desenvolvimento, um projeto nacional, seria incompleto se não passasse pela afirmação da Língua Portuguesa, do vernáculo, como o Professor gostava de dizer. Fausto Castilho queria constituir uma Filosofia nacional forte. E, para tanto,

inspirava-se no caso da Alemanha, que, para a escala temporal da Filosofia, constituiu uma recente filosofia nacional alemã, que tem pouco mais de duzentos anos. Que foi decisivo para isso? A constituição de um léxico filosófico em alemão. Essa sempre foi a preocupação maior do Professor, a apropriação do pensamento do filósofo no original e a sua tradução para o Português. Traduzir para ele era um ato filosófico fundamental, um ato de autonomia, um esforço de tornar legível a difícil reflexão dos filósofos. Suas espetaculares aulas dependiam sempre das suas traduções. Conhecia profundamente várias línguas, a começar pelo Latim, para poder expressar-se em Português, para poder pensar em Português. Ou seja, filosofar em Português não é algo fácil e trivial; ao contrário: exige rigoroso trabalho intelectual. Como Professor, inspirou seu modo de filosofar e sua proposta de estabelecimento de uma Filosofia nacional nos seus alunos. Porém, fez mais: criou uma Coleção Multilíngues na Editora da UNICAMP, que, em formato bilíngue ou trilingue, segue o padrão das grandes edições acadêmicas do mundo. Essa Coleção editou traduções do Professor e de vários outros pesquisadores e já se tornou mais um grande símbolo da UNICAMP, podendo alçar a Universidade ao seleto grupo de universidades do mundo que mantêm coleções pautadas por tal rigor. Contudo, o Professor Fausto Castilho foi além: legou um fundo para que sua esposa, Carmen Castilho, pudesse criar uma Fundação cujo principal objetivo reside no apoio a traduções destinadas à constituição do léxico filosófico em vernáculo. Nesse sentido, em cooperação com Instituto de Estudos Avançados da UNICAMP, a Fundação quer elaborar um projeto para um Dicionário de Filosofia em Português. Cabe dizer que o Dicionário era uma proposta do Centro de Estudo da Filosofia Moderna e Contemporânea (CEMODECON), outro órgão criado por esse fundador de instituições, que era o Professor, proposta esta, do Dicionário, inscrito na ata de criação do Centro. Diga-se também que a cooperação com o IEA (do Instituto de Estudos Avançados) tornou possível

a realização deste I Congresso Fausto Castilho de Filosofia, que congrega um Colóquio, já iniciado, em que se debate a influência do Professor na vida acadêmica dos seus alunos, muitos dos quais professores em diversas universidades do País; outro, organizado pelo GT Estudos Cartesianos da ANPOF, que se inicia amanhã e que celebra a tradução inédita em Português dos *Ensaio*s de Descartes; e um terceiro, que encerra o Congresso, que é uma homenagem ao Professor Castilho da parte dos seus colegas.

Felizmente, com muita alegria, podemos dizer que tudo o que foi aqui enumerado são modos de presença do Professor: a luta pela Universidade Ampla e pelo Liceu Público, a UNICAMP e o seu CAMPUS RADIAL, o IFCH, o CEMODECON, o esforço para o estabelecimento de um léxico filosófico em Português, a Coleção Multilíngues, a Fundação Fausto Castilho. Mas neste momento, estamos aqui, neste belo prédio, para atribuir o nome do Professor à Biblioteca de Obras Raras da UNICAMP. Certamente, esta Biblioteca será um modo privilegiado ou assinalado de presença do Professor. Pois todo jovem estudante que adentrar a universidade poderá perguntar-se pela pessoa que deu nome ao prédio e, quando descobrir quem era, ficará fascinado pela sua vida, pela sua obra e pelos seus livros e, maravilhando-se assim, será seguramente inspirado pelo grande exemplo do homem de estudos que era o brilhante Professor Fausto Castilho. Enfim, devemos dizer que, para além de toda essa presença material fincada no solo, na terra desse Campus, a sua presença é também nômade, pois se inscreveu no nosso espírito, que reverbera a sua intensa força filosófica, tornando-nos – a todos nós – a sua presença viva.

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares

Campinas, 2 de outubro de 2017

8.2.10. Discurso proferido no Encerramento da II Congresso Fausto Castilho:

A propósito do Pensador Inquieto

22 de agosto de 2024, dia do lançamento da Biografia do Professor Fausto Castilho, encontro com colegas e amigos. Reencontro com o Mestre de nossos estudos. Muitas vezes penso que o que mais queria seria recomençar a Graduação de Filosofia hoje e encontrar uma passagem intensiva e impossível que me levasse como sou hoje, com a minha atual bagagem de estudos e vida, ao encontro originário de 1988, que imprimiu um outro rumo à minha existência.

No dia cinco de março de 1988, numa sexta-feira ensolarada, às duas da tarde, na primeira sala do corredor do andar superior de salas de aula do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), encontrei pela primeira vez o Professor Fausto Castilho.

Encontrei um Professor com roupas simples e adequadas para o calor, com sua mala aberta e com livros sobre a mesa. Ele quis conhecer os alunos. Chamou um a um e perguntou de onde era, coisas assim e por que havíamos decidido pela Filosofia. Falei da minha consideração sobre o caráter fundamental do conhecimento filosófico. Ele deu um sorriso como se estivesse aprovando o motivo. Em seguida, nos passou algumas obras de referência de Platão, Aristóteles, Descartes, Espinosa e Kant. Tudo em língua estrangeira. Tenho ainda hoje as anotações dessa aula no caderno do meu primeiro ano de Filosofia. Começou então a discorrer sobre alguns conceitos que iríamos encontrar no texto que seria examinado na disciplina: o Manual dos Cursos de Lógica Geral, de Kant. Como iria traduzi-lo no decorrer da disciplina, deixou-nos o texto original em alemão gótico para copiarmos. Essa tradução em formato bilíngue seria dez anos depois publicada na Coleção do Estudo Acadêmico da Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU). A edição foi organizada por mim e pelo colega Marcos César Seneda. Em

2003, esse texto, em coedição com a EDUFU, inaugurará a Coleção Multilíngues de Filosofia UNICAMP.

A aula foi impressionante, surpreendente, espantosa e me suscitou uma profunda admiração pela Filosofia e pelo Professor, que me parecia a Filosofia encarnada. Mas foi extremamente difícil para mim. Era como se estivesse diante de um meteorito, ou melhor, do monolito de 2001 de Kubrick: sem saber de onde veio, o que era, qual finalidade etc. Era o acontecimento da Filosofia como conceito. Até então tinha a ideia vaga da Filosofia, havia lido algumas antologias de textos filosóficos, mas até então não havia assistido ao trabalho do conceito. A aula se prolongou muito além do previsto e eu não queria de modo algum que ela acabasse. Nos anos 2010, pude dizer ao Mestre que, ao final de sua primeira aula, não havia entendido nada, mas sabia que era algo admirável e que valeria o engajamento existencial no esforço de seu entendimento. Sentia justamente a admiração em sua pureza. Estava diante de um acontecimento insólito que me despertava o amor e o desejo de pensá-lo. Muitos colegas também compartilharam esse sentimento de admiração profunda. Alguns até levantaram a hipótese de que se tratava de uma aula trote.

O impacto da aula me mostrou uma nova realidade: a do conceito de Filosofia. Tratava-se de algo mais radical e mais complexo que a ideia de Filosofia deixava transparecer. Todo estudo até aquele momento havia sido diletante e superficial. A Filosofia exigia muita leitura atenta, muita anotação, muita reflexão, conhecimento do português e de várias línguas, a começar das clássicas, e de imersão profunda na cultura – na Literatura, nas artes em geral, nas Humanidades – e nas ciências formais, naturais e humanas. Era uma tarefa hercúlea, para uma vida toda, talvez mais de uma. Mas a aula era mais que uma exortação ou um convite, era uma provocação, um chamamento, uma verdadeira convocação para o filosofar, para a eleição de uma vida filosófica, que pusesse o estudo em primeiro lugar. As aulas dos outros professores eram maravilhosas, com referências muito eruditas, com conceituação muito elaborada e com

rigor admirável. Elas reverberavam a convocação de Fausto Castilho em sua primeira aula, o acontecimento, singular, irrepetível, imprevisível, inesperado, impossível. Como todo acontecimento, não sabemos bem do que se trata e o que é quando acontece, mas muda tudo, é revolucionário, muda a qualidade de todos os atos a partir de então e passamos a vida toda para explicar o que nunca se explicará totalmente, como ideia regulativa de toda pesquisa, de todo estudo, na medida em que a sua inexaustividade exige que o estudo continue. Como disse, desse acontecimento não lembro do conteúdo, pois não fui capaz de entender. Era como se fosse falado numa língua estrangeira que conhecemos pouco. Santo Agostinho nos mostraria desse modo a relação entre o intelecto e a memória. Como não tive entendimento para muitas coisas, a minha memória não foi capaz de reter o fluxo dos conceitos. Fica, no entanto, o forte impacto afetivo, inesquecível, que mudou a minha vida.

O acontecimento Fausto, porque não dizer o Furacão Fausto, nos interroga até hoje. Falo no plural pois sei que ele nos chama, nos convoca, nos provoca a todos. Desde sua irrupção procuramos respondê-lo, procuramos estar à altura do que ele nos pede. Muito melhor do que a relação de causa e efeito, de uma causa que impõe um efeito, a relação de provocação e resposta se faz posição de uma resposta livre ao que nos provoca, num amplo aspecto, desde sua recusa e a negação à infinita possibilidade de manifestações.

Nesse sentido, o lançamento da Biografia do Fausto é uma oportunidade para a refletirmos sobre a força do Furacão que mudou todos os rumos. Trata-se de um esforço para entender a amplitude da provocação que Fausto encarnava. Esse primoroso livro de Ricardo Lima nos permite recordar aulas de Fausto nas quais ele se referia à sua formação em sentido amplo e a sua intensa vida: o seu encontro com a Filosofia na leitura da Carta Sétima de Platão que lhe permitiu vislumbrar a eternidade; a frequência e convivência de diferentes expoentes da Literatura e cultura brasileiras, como Monteiro Lobato e Oswald de Andrade; a sua formação em Filosofia com os seus inúmeros mestres europeus, como Merleau-Ponty e Heidegger; a

Conferência de Araraquara; a sua atuação política como construtor de instituições no Paraná e em São Paulo; a reflexão como pensador da Universidade e a luta pelo seu conceito; os seus estudos como um pensador do Brasil, como alguém que elaborava uma teoria do Brasil, que tornou o Brasil um conceito; a sua metodologia de estudos na tradução (ler no original e pensar em vernáculo). O capítulo VIII do livro é muito feliz, pois se intitula tradução filosófica entre aspas, nos abrindo os seus dois sentidos, a do genitivo objetivo, de textos filosóficos, mas também a do genitivo subjetivo, na medida em que a própria tradução é um exercício filosófico de estudos, assimilação, digestão, enfim, de antropofagia.

Falo agora um pouco da inquietação do título. O primeiro título proposto pelo Ricardo havia sido o intelectual inquieto. No entanto, conversamos sobre o nome preferido do Fausto para se referir a si mesmo: homem de estudos no lugar de intelectual. A apresentação ao livro em homenagem ao Fausto relata um pouco isso. Pois o estudo é um modo traduzir a atitude filosófica, amorosa e dedicada, mas ao mesmo tempo reveladora da humildade de não aceitar a condição de Magister. A retirada do nome intelectual, permitiu que o autor pusesse pensador. Ótima escolha porque não deixa de ser sinônimo de estudioso e, ao mesmo tempo, faz justiça a dimensão do Fausto como um estudioso da Filosofia, mas também das ciências, da Universidade, da Linguística, da Economia, do Brasil etc.

A inquietude do título me inquietou um pouco porque parecia-me um oxímoro dizer que um pensador – um filósofo, um teórico, um contemplador – não estaria quieto contemplando. No entanto, esse paradoxo descrevia como nenhum outro o fenômeno Fausto. Um pensador, mas também um construtor de instituições, ou seja, um homem prático. Além disso, prático movido por um afeto que lhe abre a prática. A inquietude ressoa os diversos afetos ontológicos que deflagram todos os outros, que nos abrem para o mundo, que variam na sua tonalidade afetiva, como a admiração, a alegria, o desejo, o desespero, a angústia etc. Enfim, Ricardo Lima encontrou o afeto que melhor expressava o ser-no-mundo do Fausto: a inquietude. Entretanto,

como mostra no livro, a inquietude de Fausto, ou seja, a sua inconformidade com o estado de coisas no Brasil e na academia, o levou ao movimento de superação da própria inquietude, era a sua resposta à sua provocação afetiva fundamental. Respondeu de modo admirável construindo instituições: de uma equipe de estudos a uma universidade.

Gostaria também de dizer que, atravessado pelo luto, pelo sentimento da dor, quando do falecimento do Fausto, recebi no seu velório uma provocação do Fausto que me fez ver o que só poetas podem ver: Fausto em seu velório estava feliz, mas inquieto. De modo surpreendente, esse afeto não foi só sentido por mim, mas por outros colegas. Penso nisso desde então, passei então a pensar que Fausto não morreu, que a ele não cabe um Requiem, pois continua trabalhando. Há outros modos de ser Fausto. A sua ausência paradoxalmente mantém viva a sua provocação em nossas mentes, queremos sempre responder ao mestre. Fausto vive na nossa memória, lembramos até do seu tom de voz, da sua ênfase. Fausto vive nas nossas anotações, nas nossas gravações, nas suas traduções, nos seus escritos, nas suas notas de aula, nos seus alunos, nas suas coleções editoriais, no Planejamento Econômico e Social, na Formalização das Ciências Humanas, nos Assuntos Estratégicos etc., etc., e também no CEMODECON, no IFCH, na Unicamp e na Fundação Fausto Castilho. Por conseguinte, Fausto continua trabalhando, construindo. Portanto, Fausto vive. A primorosa Biografia de Ricardo Lima nos conta apenas a sua vida até 2015. Agora há uma outra vida sendo construída e ela só está começando.